



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

PAULO RODRIGUES DOS SANTOS

**NATUREZA E VERDADE: A PEDAGOGIZAÇÃO AMBIENTAL DA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

FORTALEZA

2013

PAULO RODRIGUES DOS SANTOS

**NATUREZA E PODER: A PEDAGOGIZAÇÃO AMBIENTAL
DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Filosofia da Diferença. Orientador Prof. Dr. SYLVIODE SOUZA COSTA GADELHA.

FORTALEZA.

2013

S237

Santos, Paulo Rodrigues dos.

Natureza e verdade : a pedagogização ambiental da sociedade contemporânea / Paulo Rodrigues dos Santos. – Fortaleza, 2012.

285 f. : il.

Orientador: Sylvio de Souza Costa Gadelha.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação.

Inclui referências.

1. Educação – Filosofia. 2. Biopolítica. 3. Natureza. 4. Verdade. 5. Ciência política – Filosofia. 6. Poder (Filosofia). I. Título.

CDD 370.1

PAULO RODRIGUES DOS SANTOS

NATUREZA E VERDADE:

A PEDAGOGIZAÇÃO AMBIENTAL DA SOCIEDADE

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Filosofia da Diferença. Orientador Prof. Dr. SYLVIO DE SOUZA GADELHA COSTA.

APROVADO EM 06/02/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. SYLVIO DE SOUZA GADELHA COSTA (ORIENTADOR)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, UFC

Prof. Dr. GIVANILDO DE OLIVEIRA AVELINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, UFPB

Prof. Dr. ODÍLIO ALVES AGUIAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, UFC

Prof. Dr. HOMERO LUÍS ALVES LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, UFC

Prof. Dra. KARINA MÍRIAM DA CRUZ VALENÇA LIMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, UECE

A Clarice Ribeiro (in memoria)

Aos meus filhos, Miguel,

Maria Elisae Maria Alice.

A Dulcimar.

AGRADECIMENTOS

A Sylvio Gadelha, meu orientador, pela amizade, verve e alteridade.

A professora Bernadete Bezerra, pela acolhida na Pós-Graduação da FAGED-UFC.

Aos professores membros da banca, Homero Luís Alves Lima, Nildo Avelino, Odilio Alves Aguiar e Karina Mirian da Cruz Valença Alves, pela atenção e contribuições.

Aos amigos, Tania Maria Batista de Lima, Sonia Pereira, Maria Helena Gramacho Mercês, Ana Ruth de Souza Brito, Sergio Barbosa, Luís Carlos Antunes, Silvio Mendonça Gomes e Maria Sena Gomes; Agamenon Silva Honório, Homero Luís Alves Lima, Thiane Elys Prado e Ernani Cavalcante; Dominique Steiner Corso e Manuel Luís Martins da Cruz pelo apoio e amizade.

Aos professores Vianney Mesquita e a Baisa Nora pelos trabalhos de revisão.

A Dulcimar Castro, minha companheira, pelo apoio e amizade.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para tornar essa jornada mais leve.

Ao CNPQ e a UESC pelo apoio financeiro a realização dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da FAGED-UFC.

“O que nos dá a extraordinária firmeza da crença na causalidade *não* é o grande hábito da sequência de eventos, porém nossa *incapacidade* de conseguirmos *interpretar* um acontecimento de outro modo que não seja como um acontecer a partir de *intencionalidades*. É a *fé* no vivente e no pensante como único *agente atuante* – na vontade, na intencionalidade -, de que todo acontecer seja um agir, de que todo o agir pressuponha um agente atuante: é a crença no “sujeito”. Será que essa crença no conceito de sujeito e de predicado não é uma grande b?”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

A questão ambiental tornou-se, na contemporaneidade, um fenômeno cultural planetário que afeta até mesmo nossa condição de sujeito. Instituída como governamentalidade ambiental, tem como suporte um complexo saber-poder - o dispositivo da natureza - que se impõe como mecanismo de controle das relações com a natureza, cuja emergência, formação e funcionalidade são analisadas nessa investigação, com base na “arqueogenealógica” formulada por Michel Foucault. A verdade ambiental é a luz comum de governantes e governados e requer, de um e de todos, o dever de salvar o planeta, de cuidar da natureza, de fazê-la viver. Uma natureza frágil, adoecida, em perigo, sob o signo da finitude surge, nos dias de hoje, como passivo de uma humanidade subjetivada como poluidora. Uma complexa estrutura educacional, constituída por máquinas imagéticas discursivas e técnicas políticas pedagógicas a sociedade, formando e controlando modos de pensar e agir, desejar e imaginar, consumir e produzir, de lucrar segundo a racionalidade ambiental, que se efetiva como verdade científica e norma ética, valor e padrões de condutas para se habitar o Planeta. O capitalismo, sob a ótica ambiental, é a fonte não da desestabilização das relações com a natureza, mas de recursos para a reversão da crise ambiental, com base na “hiperindustrialização”, “ecologização” da economia e na “economização” da ecologia. Apoiada em técnicas políticas como a agroecologia, agricultura orgânica, permacultura, agricultura natural, entre outras, a racionalidade ambiental subjetiva segmentos populacionais rurais como “produtores verdes” e forma novas ruralidades. Ao mesmo tempo, incita novas condutas e estilos de vida, no meio urbano, com base em mecanismos políticos como “consumo consciente”, “troca justa”, “lucro verde”, “produção limpa” etc. Um mecanismo de poder de gestão da temporalidade faz projeções de prognósticos ambientais que preveem acontecimentos de escassez de recursos naturais, como água e alimentos; a ocorrência de catástrofes como degelo, aumento do nível do mar, ondas de frio e de calor, enchentes, inundações, desertificações, avançando em um crescente cuja culminância é o fim da vida, o fim do mundo, a morte da Terra e da natureza que a sustenta. Assim, a governamentalidade ambiental controla o presente, governa populações e indivíduos, empresas e nações, fazendo prevalecer os interesses da ordem mundial na gestão da ordem ambiental. A base dessa racionalidade é o princípio de degradação, que dispõe que a destruição da natureza é obra de cada um e de todos. Esse princípio é a base do saber ambiental; teorias como a da Sociedade

de Risco, da Modernização Ecológica e do Desenvolvimento Sustentável são tributárias e disseminassem princípio do discurso ambiental, nas reflexões morais, análises políticas e no pensamento científico. A verdade ambiental governa o mundo contemporâneo, sem ser visibilizada ou contestada. Esse estudo é um contributo para modificar essa situação.

Palavras-Chave: Natureza, verdade, governamentalidade ambiental, biopolítica, dispositivo de poder.

ABSTRACT

The environmental issue became, nowadays, a cultural planetary phenomenon that affects even our subjectivity. Created as environmental governmentality, has as its support a knowledge-power complex – the nature device – that imposes itself as a controlling mechanism of relationships with nature whose emergence, forming and application are analyzed in this research based on Michel Foucault's "archeo-genealogy". The environmental truth is the common light of rulers and ruled and requires, from each and everyone, the duty to save the planet, to care for nature, to make it live. A weak, sick, endangered nature, under the sign of finiteness emerges, in our times, as a passive of a polluting agent humanity. A complex educational structure composed of visual and discursive apparatuses and technical politics 'pedagogizes' society, forming and controlling the ways of thinking and acting, desiring and imagining, consuming and producing, of profiting in accordance with an environmental rationality, which becomes effective as a scientific truth and ethical norm, values and conduct standards to inhabit the planet. The capitalism, under the environmental perspective, is not the source of nature relationship destabilisation, but of resources allocated to revert the environmental crisis, based on 'hyper-industrialization', economy 'ecologization' and ecology 'economization'. Backed by technical politics as agroecology, organic agriculture, permaculture and natural agriculture, among others, the environmental rationality classifies rural area population groups as 'green producers' and form new rural ways. At the same time, it stimulates new conducts and ways of life in the urban area, based on political mechanisms as 'consumer awareness', 'fair exchange', 'green profit', 'clean production', etc. A management temporality mechanism makes projections of future perspectives, which predicts events of shortage of natural resources, as water and food; the occurrence of catastrophes like thawing, sea level rising, heat and cold waves, floods disasters, desertification, making an increasing progress whose peak is the end of life, end of world, death of earth and of the nature which nurtures it. In that way, environmental governmentality controls the present, rules populations and individuals, corporations and nations, prevailing the global order interests in managing environmental order. The basis for this rationality is the principle of degradation, which provides that nature destruction is work of each and everyone. This principle is the basis of the environmental knowledge; Risk Society, Ecological Modernization and Sustainable Development theories contribute to and spread this environmental discourse principle in moral considerations, political analysis and in scientific thought. The environmental truth governs the contemporary world without being visible or challenged. This study is a contribution to change this situation.

Key Words – Nature, Truth, Environmental Governmentality, Biopolitics, Power Apparatus.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAO - Associação de Agricultura Orgânica
- ABA – Associação brasileira de Agroecologia
- ABA - Associação brasileira de Antropologia
- ABRASCO -Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva
- ACTAF -Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais
- AEASP - Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo
- AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- AIA – Avaliação de impacto ambiental
- ANA – Associação Nacional de Agroecologia
- ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
- ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- AEA - Avaliação Equitativa Ambiental
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD –Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- CAFOD – The Catholic Agency For Overseas Development
- CAI - Comissão de assuntos Indígenas
- CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia
- CE – Certificação ecológica
- CEB – Comunidade Eclesial de Basez

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEE – Comunidade econômica europeia

CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.

CET- Centro de Educação e Tecnologia

CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

CIMI – Conselho Indianista Missionário

CLA - Caderno de Licenciamento Ambiental

CLADES – Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável

CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CNDDA - Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia

CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores

COSECHA- Associação de Conselheiros para uma Agricultura Sustentável, Ecológica e Humana

CPI - Comissão Pró-Índio de São Paulo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA – Centro de Tecnologias Alternativas

CTI - Centro de Trabalho Indígena

CUT – Central única dos trabalhadores

DEDS - Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

DS – Desenvolvimento Sustentável

DLAA - Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

EDAC- Equipe de Desenvolvimento Agropecuário de Cajamarca

EIA – Estudo de impacto ambiental

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

ESALQ –USP – Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz

FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler

FFB - Fundação das Florestas do Brasil

FORCEMA - Fórum cearense do meio ambiente

FPA - Frente Parlamentar Ambiental

FPE - Frente popular ecológica

FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

GEAT - Grupo Executivo de Terras da Araguaia e Tocantins

GEBAM- Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas

IAPARJ - Instituto de Pesquisa Antropológica do Rio de Janeiro

IAMÁ - Instituto de Antropologia e Meio Ambiente

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IFPA - Instituto Federal de educação e Tecnologia do Para

IFOAM - Federação Internacional de Movimentos em Agricultura Orgânica

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas

IPPUR - *Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional*

INCRA - Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

ME - Modernização Ecológica

MEAF - Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários

MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária,

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MMCC – Movimento das mulheres do campo e da cidade do Pará.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu,

OCDE -Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OG – Organização governamental

ONG – Organização Não Governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAD - Programa de Assentamento Dirigido

PC do B – Partido comunista brasileiro

PCH – Pequena central Hidroelétrica

PEN – Política Energética Nacional

PIN - Programa de Integração Nacional

PIX – Parque Indígena do Xingu

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

POLAMAZÔNIA- Programa Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PMB – Produção mineral brasileira

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNC - Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PPA - Políticas Públicas Ambientais,

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNLA - Portal Nacional de Licenciamento Ambiental

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento

PNC - Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco,

PT – Partido dos Trabalhadores

PTA – Projeto Tecnologias Alternativas

RADV - Rede Alerta contra o Deserto Verde

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SISNAMA -Sistema Nacional do Meio Ambiente

SMCQ - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

SIMAS - Serviço de Informação Mesoamericano sobre Agricultura Sustentável

SINIMA - SISTEMA NACIONAL SOBRE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

SR – Sociedade de Risco

SUPRA - Superintendência Regional de Reforma Agrária

UFLA – Universidade Federal de Lavras

USP – Universidade de São Paulo

TA – Tecnologia Alternativa

TAC - Termos de Ajustamento de Conduta

TDS – Teoria do Desenvolvimento Sustentável

TI – Terras Indígenas

TME – Teoria da Modernização Ecológica

TSR - Teoria da Sociedade de Risco

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFRB Universidade Federal do recôncavo da Bahia

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFG - Universidade Federal de Goiás

Universidade Federal do Ceará

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UHE – Usina Hidroelétrica

UHBM – Usina Hidroelétrica de belo Monte

VGX - Volta Grande do Xingu

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2A	POLITICA DA VERDADE E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	18
2.1	Introdução.....	18
2.2	Deslocamentos e referências teóricas no “último” Foucault.....	21
2.3	A “governamentalidade” como forma de inteligibilidade.....	28
2.4	O conceito de dispositivo de poder.....	30
2.4.1	A biopolítica em Foucault.....	39
2.4.2	Da soberania ao biopoder: um modelo para a biopolítica.....	43
2.4.3	Biopolítica, racismo e desenvolvimento.....	46
2.4.4	Técnicas e Tecnologias de poder.....	48
2.4.5	As distinções da regulamentação.....	52
2.4.6	O tratamento do aleatório.....	53
2.4.7	Normalidade, normação e normalização.....	56
2.4.8	A correlação técnica de segurança-população.....	58
2.4.9	A segurança e o espaço.....	61
2.5	Da biopolítica medical à biopolítica da saúde ambiental.....	67
2.5.1	A biopolítica medical.....	69
2.5.2	A biopolítica da saúde ambiental.....	72
3	ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA AMBIENTALIDADE.....	81
3.1	Introdução.....	81
3.2	A Teoria da Sociedade de Risco.....	86

3.3A Teoria da Modernização Ecológica como estratégia discursiva.....	96
3.4Dateoria do desenvolvimento à teoria do desenvolvimento sustentável.....	102
3.4.1O discurso ambiental multilateral e o conceito de desenvolvimento.....	103
3.4.2A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.....	104
3.4.3A Declaração da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.....	110
3.4.4 Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável.....	113
3.5 O conceito de desenvolvimento.....	120
3.6 A estratégia discursiva do desenvolvimento sustentável.....	128
 4BIOPOLÍTICA E EXCLUSÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO: A EXPANSÃO DAAGROECOLOGIA.....	
4.1 Introdução.....	131
4.2Entre a modernização agrícola e a questão agrária: o rural no Brasil pós-1945	134
4.3 O movimento ecológico agrônômico I: a via do mercado.....	143
4.4 O deslocamento político da agricultura alternativa.....	147
4.5 O movimento ecológico agrônômico II: a via camponesa.....	151
4.6 A formação acadêmica-administrativa da agroecologia na América latina.....	159
4.7A dupla natureza da agroecologia.....	164
4.8A agroecologia como militância político-discursiva.....	168
4.9Exclusão econômica e empreendedorismo no meio rural brasileiro.....	176
 5DO ECOLÓGICO AO AMBIENTAL: BIOPOLÍTICA AMBIENTAL E RACISMO DE ESTADO NO BRASIL.....	
5.1 Introdução.....	186
5.2O licenciamento ambiental como técnica de governo.....	189

5.2.1 O Licenciamento Ambiental no Brasil.....	190
5.2.2 O suporte jurídico do Licenciamento Ambiental.....	194
5.2.3 Caracterização do Licenciamento Ambiental.....	197
5.3 Licenciamento ambiental e certificação ecológica: do privado ao público.....	202
5.4 O Licenciamento Ambiental na berlinda: crítica multidisciplinar ao LA da UHBM..	206
5.4.1 Aspectos metodológicos dos EIA\RIMA de Belo Monte.....	215
5.4.2 Análise da Saúde no EIA\RIMA da UHBM.....	217
5.4.3 As sociedades indígenas da bacia do Xingu e a construção da UHBM.....	219
5.5 A bacia fluvial do Xingu e o Estado brasileiro.....	227
5.6 Resistência, crítica acadêmica ambiental e “Racismo de Estado” no caso Belo Monte.....	235
6. VERDADE E “GOVERNAMENTALIDADE”: DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	241
6.1 Introdução.....	241
6.2 Educação, subjetivação e governamentalidade.....	244
6.3 As conferências ambientais das Nações Unidas e a Educação.....	257
6.3.1 A agenda 21: Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....	259
6.4 O público e a educação na ambientalidade.....	273
6.4.1 Subjetivação e controle ambiental : O sujeito como poluidor.....	279
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	285
REFERÊNCIAS.....	293

1. INTRODUÇÃO

“Só quero a verdade, nada mais que a verdade!”

Roberto Carlos

“Todo mundo é cego ao obvio ululante!”

Nelson Rodrigues

Meu interesse pela questão ambiental surgiu da inquietação provocada pela atitude dos alunos do curso de Geografia diante da temática ambiental. De fato, chamou minha atenção a força de ímã, atração, mobilização que o tema exercia sobre meus alunos. Notei, ademais, que esse interesse envolvia também os professores. Nos encontros, congressos, seminários, simpósios e nos colóquios de Geografia, as discussões sobre a temática ambiental eram expressivamente concorridas. Posteriormente, descobri que esse fato era ainda mais forte na pós-graduação. Uma pesquisa de Dirce Suertegary (2005) revelou que: mais de 55% das teses e dissertações da pós-graduação em Geografia Física da USP e mais de 45% das pesquisas na pós-graduação em Geografia Humana, desta mesma universidade, eram sobre a questão ambiental. O caso da USP expressava o ápice de um processo identificado, por essa autora, na maioria dos programas de pós-graduação das universidades públicas do País. Sem demora me dei conta de não se tratar de um episódio específico da Geografia, mas da emergência de um novo tipo de saber, o saber ambiental, na forma de subdisciplinas do campo das Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências da Terra e Ciências da Vida.

Não era, de fato, um movimento ligado apenas ao discurso científico, mas um processo de disseminação discursiva, verdadeira nebulosa, em que espiritualidade, filosofia de vida, reflexão moral e a cultura, com suas variadas formas de expressão, fazem circular essa matéria.

Com efeito, discursos de massa, como o cinema, a música, o teatro, os quadrinhos, o vídeo e *sites*, entre outros, formam uma linha de Educação Ambiental da indústria da cultura global, em que filmes como “A era do gelo”, “Avatar”, “Wall-E”, “2012”, “Uma verdade inconveniente” (2006), entre outros, são produzidos em sequências que poderão ultrapassar a trilogia e ser vistos por centenas de milhões de pessoas em todos os continentes. Como explicar o estímulo, a excitação, a compulsão, o desejo de falar sobre a questão ambiental?

Na medida em que passei a acompanhar o assunto, pude perceber que estava diante de um problema de natureza complexa que, além da dimensão discursiva, implicava toda uma base não discursiva, institucional e organizacional que se desdobra em todas as escalas geográficas. Trata-se, além do mais, de uma questão com implicações internacionais, com

gestão multilateral, que se constituía ainda em uma frente de confronto entre os hemisférios Norte e Sul.

Com efeito, aquilo que emerge como questão de alta-política é, igualmente, assunto veiculado no dia a dia pela indústria cultural: o cinema, o rádio, a TV, a internet, revistas, jornais, cartazes; e, ainda, através das redes de supermercados, que se constituíram em importante frente urbana de disseminação do discurso, valores, atitudes e “produtos verdes”, que circulam em residências, escolas e empresas. Para considerar um exemplo, é totalmente comum, nos dias de hoje, uma empresa como um *pet shop* expor, em um *banner*, em suas dependências, seu compromisso com a causa ecológica integrando sua missão.

Deparei-me, assim, com um tema complexo, que passei a situar, na perspectiva foucaultiana, como um dispositivo de poder. De fato, a ligação inicial com o tema, aquilo que me instigou a estudá-lo foi sua dimensão subjetiva. Hoje posiciono essa inquietação no plano de uma intervenção educacional de governo da população, voltada a modelar concepções sobre como habitar o planeta, com base em um regime de verdade e em técnicas políticas de gestão de modos de sentir e pensar, conceber e agir em relação à natureza, que defino como biopedagogia.

Diante desse fenômeno de horizonte mundial, pouco ou não visibilizado, pouco ou não contestado e pouco ou não estudado como forma de intervenção de poder é preciso se indagar sobre seus efeitos sobre nossa condição de sujeito, sobre as formas como somos afetados por essa racionalidade de poder. Eis, portanto, um pouco do espírito e do éthos que impulsionaram essa investigação.

Essa pesquisa é um esforço para posicionar a questão ambiental como dispositivo de poder, sua emergência, formação e funcionalidade. Tal abordagem implica, é claro, o plano da subjetividade. Trato, no entanto, a questão da subjetividade em uma seção deste estudo. Faço essa observação por considerar decisiva a importância dessa dimensão na constituição da questão ambiental enquanto fenômeno planetário na cultura contemporânea. A demandar, portanto, atenção maior do que me foi possível dedicar nesse estudo.

Realizar pesquisa, como tudo o mais, implica assumir posições, fazer escolhas e apostas. A proposição de delinear um perfil para a presumida tecnologia de poder ambiental me levou a traçar uma rota recortando os espaços do complexo saber-poder em estudo. Assim priorizei descrever uma linha de saber, com a análise das estratégias discursivas do

dispositivo ambiental (capítulo três); uma linha de força, com elementos híbridos, nas intervenções do movimento ecológico agrônomo e seus desdobramentos em mecanismos de poder de regulamentação de atividades produtivas de segmentos camponeses e de pequenos produtores rurais (capítulo quatro); uma linha de força conformando intervenções estatais na forma de um racismo de Estado e de uma biopolítica ambiental (capítulo cinco); uma linha de saber constituída na Política Educacional para o Meio Ambiente do sistema das Nações Unidas (capítulo seis). Apenas nesse capítulo foi possível abordar, sumariamente, a linha de subjetivação do dispositivo em estudo. Realizei um esboço analítico que sublinha a relevância dessa dimensão para um estudo posterior.

Esta investigação percorre a senda dos estudos histórico filosóficos que fazem pesquisa com base na questão das relações entre as estruturas de racionalidade que articulam o discurso verdadeiro e os mecanismos de assujeitamento a que estão ligados. Trata-se, assim, de fazer a história da experiência da natureza na contemporaneidade, com base nas conexões existentes entre os elementos do conhecimento ambiental e os mecanismos de coerção que lhes são correlatos. *Governamentalização* é o conceito formulado por Foucault (1990, p. 4) para “[...] a prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismo de poder que reclamam de uma verdade” (1990, p. 2). Com efeito, trata-se de fazer a história da *governamentalidade ambiental*, instigado pela indagação – O que é essa nossa atualidade? Desenvolvo, no segundo capítulo dessa pesquisa, a aproximação com esta linha de análise que Foucault chamou de Política da Verdade.

A base conceitual dessa pesquisa é formada pelos conceitos de poder, saber, governo, governamentalidade, verdade, discurso, dispositivo de poder, biopolítica, experiência e subjetividade. No segundo capítulo desta investigação, detalho o entendimento e a aplicação de cada um deles. No desenvolvimento da análise, no entanto, lanço mão de termos sobre os quais preciso explicitar o sentido em que os utilizo. Entre estes, constam os termos e as expressões: ambiental, técnica de governo, técnica política, mecanismo de poder, racionalidade política, ordenamento de poder, economia de poder, sociedade de controle, dispositivo geral de governamentalidade, entre outros. Na continuidade, disserto sobre o entendimento e os usos que a elas imprimo.

A noção de ambiental, derivada da expressão meio ambiente, é extensivamente usada nessa pesquisa para qualificar os elementos do domínio político em estudo, assim, falo em poder ambiental, verdade ambiental, regime de verdade ambiental, regime pedagógico

ambiental, biopolítica ambiental, governamentalidade ambiental etc.; derivado ainda deste termo a noção de ambientalidade para designar o dispositivo de poder ambiental e, às vezes, o denomino, simplesmente, poder ambiental. Expresso o mesmo sentido com o conceito de racionalidade de poder ambiental, ou racionalidade ambiental. Essa noção é também encontrada em Henrique Leff (2007, p. 127), que observa que “[...] a categoria de racionalidade ambiental é proposta como um conceito heurístico, dinâmico e flexível para analisar e orientar os processos e ações ambientalistas.” A concepção de racionalidade ambiental aqui utilizada faz referência às manifestações do poder em termos não de um elemento totalizante, mas afins à multiplicidade, à heterogeneidade e às diversidades próprias da natureza do “complexo saber-poder”, que Foucault conceptualiza como dispositivo de poder. O poder concebido como relações de poder se efetiva em racionalidades históricas singulares. Foucault (2001, p. 28) alerta que, “Não basta acusar a razão em geral. [...] A questão é: como são racionalizadas as relações de poder.” E descreve a racionalidade das relações de poder assinalando que,

Difere da racionalização própria dos processos econômicos ou das técnicas de produção e de comunicação; difere também do discurso científico. O governo dos homens por parte dos homens - tanto no caso de formarem grupos modestos ou importantes, quanto no caso de se tratar do poder dos homens sobre as mulheres, dos adultos sobre as crianças, de uma classe sobre a outra, ou de uma burocracia sobre uma população - pressupõe uma determinada forma de racionalidade, e não uma violência instrumental. (P.28).

Com efeito, a racionalidade ambiental é de natureza complexa, tem horizonte planetário e se desenvolve com base em elementos heterogêneos que interagem em amplos domínios da vida social nas suas interfaces com o meio ambiente.

O uso do termo ambiental, e não do termo ecológico, em evidência, e recoberto por uma nuance romântica, no contexto político contemporâneo, concerne ao recorte com base no conceito de dispositivo de poder. Descrever o poder ambiental implica direcionar a atenção para as antípodas do movimento ecológico revolucionário, emergido na Europa dos anos de 1960, que fez surgir um tipo de luta que Foucault chamou de luta transversal ou minoritária (são exemplos dessas lutas o feminismo, o movimento negro, o movimento homossexual, entre outros). No quarto capítulo desse estudo, descrevo a trajetória de uma vertente do movimento ecológico europeu que chamei de *movimento ecológico agrônomo*, não alinhado às lutas ecológicas transversais, que fez florescer, com base na chamada agricultura alternativa, os primeiros elementos de um mercado ecológico, dispondo recursos à formação de estilos de vida ecológicos, que se disseminam, cada vez mais, com suporte em

mecanismos de poder, como o “consumo consciente”, “lucro verde”, “produção limpa”, entre outros. Assim, o termo ecológico não se encontra vinculado apenas ao campo das lutas ecológicas transversais. Há, de fato, confluência e confusão entre o ambiental e o ecológico. Essa investigação lança luzes sobre esse campo ao descrever o processo de crescente proeminência do discurso ambiental na contemporaneidade e a retração e mesmo obnubilação das lutas ecológicas transversais.

Na verdade, o peso maior da noção de ambiental diz respeito à sua função para o discurso ambiental, que, a partir de meados dos anos de 1980, com base no conceito de desenvolvimento sustentável, se aparta do movimento ecológico em geral, do conhecimento científico da ecologia, da Educação Ambiental, de análises políticas das Ciências Sociais e de reflexões morais focadas no biológico, no ecológico e na natureza. Presidido pelo sistema das Nações Unidas, o discurso ambiental desloca o eixo de abordagem da “questão ambiental”, do foco biológico-ecológico de defesa da natureza, para o eixo social, o econômico e o ambiental, esse último formulado com base no conceito de qualidade, e em mecanismos voltados para a construção de médias razoáveis de equilíbrio do meio ambiente.

Com efeito, o poder ambiental faz da noção de ambiental um valor na gestão da “crise ecológica” e na formulação de novos padrões para se habitar o Planeta. Trata-se não de defender a natureza, mas de assegurar o direito humano a um meio ambiente equilibrado, o que implica conduzir as relações com a natureza no sentido do progresso, do crescimento econômico, do capitalismo, entendido com o meio de satisfação de necessidades humanas.

O conceito de técnica de governo se contrapõe à noção de técnica política, que consiste em uma prática específica associada a um dado saber. A agricultura orgânica, para considerar um exemplo, envolve procedimentos agrícolas muito antigos que são associados ao saber agrônomo. A técnica política é uma relação de poder. O que caracteriza a relação de poder que ela implica liberdade. É um jogo estratégico entre indivíduos livres. A condução da prática do camponês na agricultura orgânica não acontece como imposição. Há adesão à conversão para a agricultura orgânica. O camponês aceita o reordenamento de sua conduta produtiva ou o jogo que requer o assujeitamento. Uso, às vezes, o conceito de mecanismo de poder com o mesmo sentido do termo técnica política. A técnica de governo não é, propriamente, uma relação de poder, mas uma forma de dominação; nela não há liberdade, reversibilidade ou mobilidade nas relações, mas a injunção de um poder estático (Foucault, 1990, p.6; Lazaratto, 2006, p.60-63). Uso o conceito de técnica de governo para caracterizar o

“Licenciamento Ambiental” imposto pela instância estatal a empresas com potencial poluidor e consumidoras de recursos naturais não renováveis.

Utilizo o conceito de *regime de verdade*, com base nas formulações de Foucault sobre as relações saber-poder, na perspectiva das funções políticas da verdade nas sociedades contemporâneas. Segundo Foucault (1990a, p. 11), “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade.” Esclarece, ainda, a forma histórica como se efetiva essa condição da verdade como instância de poder:

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas"). (P.11).

Quanto ao que se deve entender pela dimensão política das relações com a verdade, Foucault (1989) observa que

Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (P. 11).

O conceito de *regime pedagógico* é usado no campo educacional para descrever a função da verdade em um arranjo pedagógico. O conceito é definido por Ana Godoy e Nildo Avelino (2009, p.1) nos seguintes termos:

Por *regime pedagógico* é preciso entender o conjunto dos procedimentos e das instituições pelos quais os indivíduos encontram-se engajados e constringidos a se vincularem com padrões cognitivos e motivacionais que são, por sua vez, associados e conectados a outros regimes de práticas econômicas, jurídicas, morais, etc. (P.1).

A noção de *governo*, em Foucault, é de grande importância, derivando dela conceitos como *governamentalidade*, *governamentalização*, *governo de si*, *governo do outro*, *arte de governar*. Como antes observado, abordo o conceito de *governamentalidade* no segundo capítulo desse estudo, mas esclareço que o conceito de governo tem duplo domínio: a) o das relações entre sujeitos, conformando o que Foucault chama “o governo do outro”, que tem o sentido de ações sobre ações possíveis; b) as relações consigo mesmo, que dizem respeito ao governo de si. Governar é, segundo Garcia (2002),

[...]dispor as coisas e as pessoas de modo a conduzi-las a fins convenientes a cada uma das coisas a governar. [...] Governo é uma atividade que pode dizer respeito: 1) à relação do eu com o próprio eu; 2) às relações interpessoais que envolvem alguma forma de controle e direcionamento; 3) às relações no interior de instituições sociais e comunidades; 4) às relações referentes ao exercício da soberania política. (P. 24).

Uso, com o mesmo sentido, o conceito de *governamentalidade geral*, de *economia geral de poder* e *de ordenamento de poder*, conforme Foucault (2008b, p.15) para denotar o arranjo maior do sistema de poder de um período. O termo *ordenamento de poder* é usado por Foucault para designar as estratégias gerais de poder que descreveu na história política, a saber: a soberania, disciplina e segurança ou controle. O termo *economia de poder*, ou *governamentalidade geral* identifica o ordenamento de poder da época considerando que nele operam seus próprios elementos e os diferentes elementos dos outros dois arranjos de poder. Assim, na economia de poder contemporânea, a *segurança ou controle*, termos usados por Foucault para identificar a contemporaneidade política, funciona com as técnicas da soberania e da segurança acrescidas às suas próprias técnicas.

Um último elemento: o conceito de discurso é copiosamente usado nessa investigação. Uso o termo discurso ou discursividade para identificar o discurso ambiental e o discurso ambiental multilateral. Revel (2011, p.41) define o termo com base em Foucault: “[...] um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comum.” Não são apenas regras linguísticas, mas partilhas sociais de natureza histórica, como legal/ilegal, razão/desrazão, ecológico/poluidor etc.

A definição do conceito de discurso como um conjunto de enunciados exige esclarecer o que seja um enunciado. Foucault (2008c, p. 31) observa que na análise do campo discursivo “[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de sua situação: de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado.” E faz notar que, “[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.” (p. 31). Assim, o enunciado é a unidade que constitui o discurso como singularidade.

É com esse entendimento, apoiado no uso de Foucault, que recorro a esse conjunto de noções das quais delimito a forma com as apreendo e as utilizo. Assumo agora a exigência de esboçar algumas observações sobre o desenho dessa investigação.

É certo que a pergunta instigadora da pesquisa tem efetividade na sua realização. Minha pergunta é: Por que as relações com a natureza se constituíram em um problema, entre o final dos anos de 1960 e o primeiro decênio dos anos de 1970, no contexto da Europa Ocidental e dos EUA e não cessaram de crescer e se impor a toda a contemporaneidade? Ao dar essa formulação à questão da pesquisa, realizo um movimento de aproximação em relação a Foucault, por associar minha pergunta à noção de problematização. De fato, do ponto de vista de Michel Foucault, não se trata de construir a problematização, no sentido da representação de algo que preexiste, tampouco da construção de um objeto inexistente. Para Foucault (1999), a problematização “É o conjunto das práticas discursivas e não discursivas que faz com que algo entre no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja na forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.)”. (P. 371). Logo, ao perguntar o porquê de as relações com a natureza se constituírem como problema para a contemporaneidade, direciono minha atenção para o campo da funcionalidade da tecnologia de poder em estudo.

As relações com a natureza constituíram-se como problematização na medida em que a natureza passou a compor os cálculos de uma racionalidade de poder. Uma vez capturada em uma trama de saber-poder, esta a faz funcionar não como dispositivo (*gestell*), respondendo a necessidades humanas, na disposição de recursos limitados e ilimitados para os homens, mas como substrato de relações de poder, no jogo do falso e do verdadeiro, no que Foucault veio a chamar, no curso do Collège de France de 1980, governo pela verdade.

O que é essa natureza aprisionada no complexo de saber-poder ambiental? Ela não é a *physis* dos gregos, a “Isis do véu dos segredos e mistérios”; não é a “Natureza Mãe” dos povos sem escrita; não é a natureza “criação divina” do medievo cristão; não é, tampouco, a natureza da Modernidade, a natureza da Filosofia da Natureza, a natureza a “dominar e possuir”. Não é representação, essência ou universal. A natureza contemporânea é descontinuidade histórica; não existe a não ser como efeito do jogo do falso e do verdadeiro, construído no governo do outro. A natureza entra na história, no jogo do falso e do verdadeiro, sob o signo da finitude, como uma entidade carente, frágil, ameaçada, adocida na “patologização” do discurso ambiental.

Ao denominar de “dispositivo da natureza” a tecnologia de poder que, a meu ver, constitui a questão ambiental, compreendida, essa última, como problematização das relações com a natureza, tenciono dar visibilidade a condição patológica da natureza contemporânea no

seu caráter de “natureza ambiental”, isto é, como natureza degradada. O princípio de degradação é a base constitutiva e a fonte propulsora do dispositivo ambiental. O enunciado “estamos destruindo a natureza”, que subjetiva o sujeito na contemporaneidade como poluidor, é a alavanca da discursividade ambiental e a unidade última do regime de verdade ambiental.

Com efeito, considerando a centralidade do princípio de degradação, descrevo, no terceiro capítulo, a formação e a funcionalidade das fontes discursivas e das referências do “dizer verdadeiro” da racionalidade ambiental. Abordo, com base na “arqueogenealogia”, isto é, no uso simultâneo dos procedimentos metodológicos da arqueologia e da genealogia de Foucault, as teorias do discurso ambiental, posicionadas como estratégias discursivas, um conceito da análise arqueológica de Foucault. A Teoria da Sociedade de Risco, a Teoria da Modernização e a Teoria do Desenvolvimento Sustentável foram analisadas tendo em conta a função que exercem na condução de práticas discursivas para o discurso científico ambiental, a reflexão moral e as análises políticas.

A hipótese principal dessa investigação atém-se a um elemento básico da formulação do conceito de dispositivo como constructo teórico. Um dispositivo de poder responde à urgência determinante da sua emergência. Assim, formulei como hipótese o seguinte argumento: O dispositivo ambiental objetiva desvincular a noção de crise ecológica do desenvolvimento do capitalismo. A resposta à urgência de salvaguardar o capitalismo, o espírito do capitalismo, entendido como manutenção da acumulação de capital e preservação da taxa de lucro se realiza no conceito de desenvolvimento sustentável, que diz e faz dizer, que vê e faz ver um capitalismo verde, responsável ou sustentável.

Com efeito, no período pós 1945 e ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, a principal fonte de inquietação sociopolítica, de revoltas e lutas sociais anticapitalistas, com origem no Terceiro Mundo, provinham do campo. Há vários exemplos, entre os quais os das Revoluções Chinesa, Cubana, Sandinista; o caso da Coreia, do Vietnã. De fato, o meio rural da periferia do capitalismo era visto, senão como a maior, pelo menos uma das principais fontes de ameaça política à ordem capitalista mundial. No quarto capítulo desse estudo, descrevo a penetração do discurso ambiental no meio rural latino americano, com base em técnicas políticas como a agricultura orgânica, a agricultura natural, a agroecologia, o consumo consciente, a produção limpa, entre outras, que se constituem ora como meios de dominação, ora como relações de poder que suscitam adesão e exercem a gestão de formas de

pensar e agir moldando, por um lado, novas formas de ruralidades e por outro, ensejando, para segmentos sociais urbanos, novos hábitos e valores.

No quinto capítulo analiso um dos principais efeitos da emergência do dispositivo ambiental. Trata-se da biopolítica da saúde ambiental, uma intervenção que se constitui na forma de técnica de governo, portanto, como intervenção estatal, na regulamentação das relações com a natureza no âmbito econômico. Defendo o argumento de que a biopolítica da saúde ambiental inscreve uma transformação no âmbito da saúde preventiva, que passa do domínio medicinal para o controle do saber ambiental. Enquanto a gestão médica, no meio urbano, visa assegurar a saúde da população, a intervenção ambiental busca resguardar a saúde do Planeta e se exerce como normalização de atividades econômicas exercidas por empresas consumidoras de recursos naturais ou que apresentam potencial poluidor em suas atividades.

O estudo do Licenciamento Ambiental levou à análise do caso Belo Monte, um episódio de conflito da Política Energética Nacional e dos interesses do Estado Brasileiro no mercado internacional de minérios, que se desdobram desde os anos de 1970, na forma de um racismo de Estado, com fortes efeitos destrutivos sobre formas de vidas camponesas e indígenas. Esse acontecimento fez emergir o espaço de confronto discursivo entre interesses estatais e aqueles da crítica ambientalista acadêmica nacional, permitindo esboçar uma cartografia do campo ambiental das práticas discursivas e a caracterização de um perfil de docilidade refletida da crítica ambiental do País.

O sexto e último capítulo analisa a política ambiental em Educação do sistema das Nações Unidas e a subjetivação no dispositivo em estudo, seus vínculos com o domínio educacional, explicitados na caracterização das intervenções do discurso ambiental sobre a população como público, com base na mídia e em máquinas imagéticas discursivas, como processo de pedagogização ambiental, que conceituo como “biopedagogia”, em razão de se voltar à regulação das relações com a natureza, na perspectiva de resguardar as condições de existência da vida no Planeta.

A força do discurso ambiental e os efeitos de sua expansão na atualidade são de grande efetividade. Como, então, explicar a quase ausência de estudos críticos sobre este fenômeno político? De estudos que revelem a natureza política do controle e da subjetivação exercidos pelo poder ambiental, seja em termos de suas injunções no plano do mercado, da questão climática ou populacional? A crise da crítica no cenário político contemporâneo é, a

meu ver, menos a fonte, que um elemento amais diante da eficácia política da verdade ambiental, que cada vez mais torna evidente, para um número crescente de pessoas e coletividades, de empresas e Estados a perspectiva de uma crise ambiental planetária e a responsabilidade comum, de cada um e de todos, pela degradação da natureza.

Assim, acredito que o estudo que agora apresento tem um contributo para o entendimento das condições políticas da atualidade e do processo de sujeição que pesam sobre a condição do sujeito contemporâneo, com base nas relações com a natureza.

A questão ambiental não tem sido objeto de estudos e reflexões voltados para visibilizar, contestar e integrar essa temática ao campo da resistência.¹ Sua condição de discurso de poder, de forma geral é ignorada, e sua dimensão política, no comum, é abordada considerando essa questão como um fenômeno social dentre outros. É o caso da abordagem de Leite Lopes (2006, p.1), que a analisa como “[...] um processo de mais longo prazo de invenção, consolidação e avanço da temática ambiental, que se manifesta também por conflitos, contradições, limitações internas, assim como por reações, recuperações e restaurações.” Lopes (2006) usa o termo “ambientalização” para identificar a questão ambiental como processo e esclarece que,

O termo "ambientalização" é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos "industrialização" ou "proletarização" (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de "desindustrialização" e de "subproletarização" desde o final do século XX.

Assim, a questão ambiental é apreendida como um fenômeno social entre os que surgiram no século XX. Não se trata de questionar a legitimidade deste tipo de abordagem, mas de ressaltar a originalidade da presente investigação, que descreve o processo de formação da problemática ambiental, sua condição de objeto para o saber ambiental e sua função em um jogo do falso e do verdadeiro, como intervenção de poder que se exerce como governo de população.

O conceito de dispositivo de poder é um constructo teórico que elabore com base nos contributos de Michel Foucault e uso na descrição dos elementos da conformação da questão ambiental como uma tecnologia de poder. Assumo, portanto, como pressuposto, a

¹Faço notar as contribuições de autores como Ana Godoy e Nildo Avelino (2008, 2009); de Astrid Ulloa (2011); do grupo de cientistas políticos australianos e estadunidenses, entre os quais Sébastien Malette (2011); Paul Curry, (2006); E. Darier (1999); J.A Goodie (2006), entre outros, que trabalham em uma perspectiva do discurso científico disciplinar, com a *Ecopolítica*, e usam conceitos de Michel Foucault para pensar a temática ambiental.

existência dessa entidade político-discursiva, na qual identifico a condição empírica na disposição política contemporânea. O conceito de dispositivo de poder, assim, diz respeito a uma formulação teórica e a um domínio histórico do plano sociopolítico, do qual descrevo, no campo empírico, os elementos e a funcionalidade. Na continuidade, elaboro o esboço, em uma descrição condensada, da existência empírica do dispositivo da natureza, com base em dados do contexto brasileiro.

Atualmente a questão ambiental torna-se, cada vez mais, midiática. Em empresas públicas e privadas, fornecedoras de serviços ou produtos, tornou-se lugar comum a vinculação da identidade empresarial às preocupações ecológicas através da publicidade. Exemplo expressivo, numa escala regional, é o caso da companhia de energia do Ceará, a COELCE, que envia para seus clientes, isto é, toda a população do Estado, contas mensais enriquecidas com eco propagandas como a que, em junho de 2009, apresentou o ECOELCE, o projeto ecológico da *holding*. Na escala internacional, a companhia *Kimberly-Clark* Brasil é exemplar, com seu papel higiênico “Neve” e a eco propaganda que divulga sua identidade, “A Neve apresenta uma linha de papéis que oferece toda a maciez do toque de seda e ainda valoriza o ambiente.” Na embalagem do produto consta a seguinte informação ambiental: “[...] usamos celulose originária de florestas certificadas ou plantadas” e sua logo marca, no formato de selo, tem o nome da empresa impresso acima, um mapa-múndi no centro e o enunciado “Abrindo o caminho para um futuro sustentável” abaixo. A empresa nacional *Oceano, indústria gráfica e editora* publicou uma eco propaganda de página inteira na revista *Geo-escala* (edição de n.2, 2009) em que destaca seus princípios ambientais com a afirmação: “Sustentabilidade, nossa matéria prima na construção de um planeta melhor.” E apresenta a sua missão destacando que

A Gráfica Oceano tem um moderno parque gráfico com equipamentos de última geração e conta com a competência de uma equipe que trabalha para oferecer os melhores resultados a seus clientes. Mas essa é apenas uma parte de nossa história. Além de livros, revistas e impressos publicitários, a Gráfica Oceano investe na construção de um planeta melhor, agora e no futuro. Para isso, utiliza mais do que tinta e papel. Com atitude responsável, desde sua modernização em 1997, garante a ampla sustentabilidade de sua produção. É por isso que a Gráfica Oceano tem uma impressão cada vez melhor do futuro. Seus compromissos são: Zero de emissão de poluentes na atmosfera; iluminação e ventilação naturais nas áreas internas do parque gráfico; tratamento de água e esgoto; reutilização da água; 100% de aparas recicladas; preservação de área com 70 milhões de metros quadrados de floresta amazônica; selo FSC, que atesta responsabilidade ambiental e social no manejo de florestas.” (P.129)

A Natura é um exemplo de empresa que colocou à sua identidade a temática ambiental, fato que sua razão social explicita. É uma empresa nacional, com atuação na América do Sul e vista como exemplo, em termos de publicidade ambiental. Gino Giacomini (2004) apresenta

um comercial de televisão veiculado pela Natura, em 2003, divulgando sua linha de xampu Ekos que, segundo este autor representa “uma ação publicitária sustentável” (P.191). O comercial traz o seguinte texto:

Esse é o José. Essa é a floresta do José.

Essa é a andiroba, que nasce na floresta do José.

E esse é o shampoo da andiroba.

Essa é a Ana, que usa o shampoo da andiroba,
que nasce na floresta do José.

E que ajuda a continuar a história da vida do José,
da andiroba, da floresta e da Ana.

Esse é o Brasil sustentável.

Natura Ekos. Viva sua natureza. (P.191).

É usual as empresas integrarem, na definição de sua missão corporativa, a atenção com o meio ambiente como recurso para vincular sua identidade à voga ecológica. Giacomini (2004) apresenta alguns exemplos: A *Fanair Metal*, da cidade de Curitiba, atua no setor de energia eólica, observa que “Com dignidade e respeito, visando atender às necessidades dos nossos clientes, oferecendo serviços e soluções adequadas, interagindo assim com a Ecologia Humana.” (P. 107). A *Colibri Móveis*, da cidade de Araçatuba, no Paraná, do setor de movelaria, assinala: “A missão da Colibri é apoiar o desenvolvimento econômico, social e cultural da região geográfica em que atuamos, através da produção de bens e serviços, preservando a ecologia, buscando a satisfação dos nossos clientes e consumidores.” (P. 107). A *Osklen*, que atua no setor de vestuário, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ressalta: “Somos uma empresa com uma missão bem definida: a total dedicação aos nossos clientes, a quem queremos encantar com nosso estilo, *design*, qualidades e serviços. Sem esquecer a responsabilidade social e a consciência ecológica.” (P. 107).

A evidência da expansão dos vínculos publicitários da temática ecológica revela-se ainda no fato de o mercado de produtos orgânicos, naturais, ecológicos não se limitar a produtos ligados à terra, aos produtos rurais ou agropecuários, mas abarcar tanto bens duráveis, como carros, refrigeradores, condicionadores de ar e imóveis, quanto bens de consumo imediato, como roupas íntimas, barbeadores e desodorantes.

A disseminação do discurso ambiental não se inscreve apenas no campo do mercado, onde é fortemente propagado, mas espalha-se para praticamente todos os âmbitos da

sociedade, integrando o perfil de relevantes organizações multilaterais e governamentais de todas as escalas sociais. Em setores de importância coletiva, como o financeiro, não são incomuns anúncios como o do Unibanco, divulgado em 2003, que apregoava: “A melhor maneira de investir no mercado futuro é garantir que vai haver futuro”; ou estes, do setor de abastecimento alimentar, das redes de supermercados *Frangolândia*, da cidade de Fortaleza, portanto, de escala local, que fez imprimir nas camisetas de seus funcionários a frase convocatória “A missão de preservar o planeta também é sua: use sacolas reutilizáveis”, e o exemplo em escala nacional da rede *Pão de Açúcar*, que produz e comercializa sacolas retornáveis, em que leva a seus clientes seus princípios ambientais. Uma delas traz na parte superior da frente a frase “Eu sou uma sacola verde”, do lado oposto os enunciados: “Sacola retornável Pão de Açúcar”; “Usando esta sacola você colabora com a preservação do meio ambiente”; “Multiplicar a consciência no consumo. Uma causa do grupo Pão de Açúcar”. Nas laterais, consta o *slogan* – “A natureza não é descartável.” Um cartão, preso por uma linha ao produto, completa a pregação eco comercial dessa rede nacional de supermercados - “Levar nossa própria sacola às compras é um hábito saudável que podemos adotar, com uma pequena mudança na nossa rotina. Reduza. Reutilize. Recicle. O consumo consciente pede, o Pão de Açúcar incentiva, você colabora, o meio ambiente agradece.” O verso do cartão contém informações sobre a “Sacola ecológica retornável”: sacola lavável; confeccionada com 100% de algodão. Este produto se decompõe na natureza em pouco tempo e seus resíduos não são agressivos ao solo.

Este tipo de divulgação utiliza adesivos para colar em vidros de carros, cartazes, cartilhas, folhetins ou *slogans* para apresentações de produtos, de marcas, de serviços ou voltados diretamente para despertar a consciência ecológica. Mais ainda, a situação das abordagens direcionadas a populações específicas na forma de programas, projetos e campanhas de divulgação de informações e orientações ambientais distribuídas por agências governamentais, ou por ONGs Ambientais para populações rurais; para populações que habitam Áreas de Preservação Ambiental, (APA), de Unidades de Conservação Ambiental, (UCA), de Parques Ecológicos, Assentamentos agrícolas, constituídos com movimentos rurais de trabalhadores sem terra; comunidades de pescadores; empresas agrícolas em áreas definidas como agroflorestais; para populações urbanas, em todos os quadrantes do planeta, nas formas citadas, e ainda em produtos como filmes, músicas, cordéis, poemas, edições radiofônicas, peças teatrais, quadrinhos, shows, publicações acadêmicas, jornalísticas, culturais, artísticas, religiosas, econômicas e políticas.

No campo do saber ambiental e suas práticas de dizer e fazer dizer a verdade, registra-se um movimento dinâmico que, desde os anos de 1970, fez emergir uma série de subdisciplinas ambientais abarcando praticamente todo o campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais e, em menor proporção, as Ciências da Vida, Ciências da Terra e Ciências da Natureza. Assim, temos Economia Ambiental, Direito Ambiental, Administração Ambiental, Contabilidade Ambiental, História Ambiental, Filosofia Ambiental, Psicologia Ambiental, Sociologia Ambiental, Jornalismo Ambiental, Marketing Ambiental, Geografia Ambiental, Educação Ambiental, Antropologia Ambiental e Política Ambiental, dentre outras. A esse processo de emergência e formação de um novo saber corresponde uma série de novas intervenções na vida social que descrevo nessa investigação.

Quanto ao domínio da visibilidade, temos um vasto conjunto de agências, organizações e instituições em todas as escalas sociais e geográficas nos níveis governamental e não governamental, indo de altas organizações multilaterais e nacionais a toda uma série de organizações da sociedade civil. A partir da conferência de Estocolmo, em 1972, praticamente todos os países do mundo formaram, com a criação de Ministérios do Meio Ambiente, todo um sistema de Organizações Governamentais (OG).

Para exemplificar a extensão que vem assumindo o domínio não discursivo da “questão ambiental”, considero o estudo realizado por Ricardo Azambuja e Arnt Schwartzman (1992) frente às intervenções ambientais nacionais institucionalizadas na região amazônica. Segundo estes autores,

O número das agências governamentais e não governamentais que influenciam a política ambiental na Amazônia é quase inesgotável. Tratamos de selecionar e interpretar a ação de algumas cuja atuação nos pareceu relevante, fosse pelo seu contexto político fosse por suas iniciativas. (P.128).

Mesmo com o critério seletivo anunciado, os autores abordaram um total de 56 agências que atuam na Amazônia, no início da década de 1990. No propósito de fornecer um panorama deste quadro, enumero as organizações de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e do próprio Estado do Amazonas. Em São Paulo constavam a União das Nações Indígenas (UNI); o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI); o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ); a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI); o Centro de Trabalho Indígena (CTI). No Rio de Janeiro, o Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás; a Superintendência do Meio Ambiente da Companhia do Vale do Rio Doce; a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA); o Partido Verde (PV);

a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); o Instituto de Pesquisa Antropológica do Rio de Janeiro (IAPARJ); a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN); a Fundação das Florestas do Brasil (FFB). Em Brasília constavam a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA); o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); o Ministério da Irrigação, Reforma Agrária e Desenvolvimento (Programa de Assentamento Extrativista) (MIRAD); o Departamento de Estudos de Efeitos Ambientais da ELETRONORTE; o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA); a Fundação Pró-Natura (FUNATURA). Por fim, no Estado do Amazonas, constavam o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA); o Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas (CODEAMA); a Associação Amazonense de Proteção Ambiental (AMAPAN); a Associação Amazonense de Educação para a Preservação do Meio Ambiente (AAEMA); o Instituto Superior de Estudos Amazônicos (ISEA); o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari, Marewa; a Universidade do Amazonas (UNAMAZON).

Considerando organizações da sociedade civil no Norte do País, com base na resistência camponesa e indígena à política energética na região e ONGs que lhes dão apoio, identifiquei, para o ano 2010, (trata-se de uma listagem incompleta), as seguintes associações: Aliança Tapajós Vivo; Movimento Xingu Vivo para Sempre; Movimento Rio Madeira Vivo; Movimento Teles Pires Vivo; Movimento dos Atingidos por Barragens; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Fórum da Amazônia Oriental; Fórum da Amazônia Ocidental; Fórum Social Pan-Amazônico; Frente de Defesa da Amazônia; Comitê Metropolitano do Movimento Xingu Vivo para Sempre; Prelazia do Xingu; Instituto Universidade Popular; FASE-Amazônia; *International Rivers*; Associação Etno-Ambiental Kanindé; Instituto Madeira Vivo; Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, no noroeste do Mato Grosso e no sul do Amazonas; Rede Brasileira de Justiça Ambiental; Movimento em Defesa da Vida e Cultura do Rio Arapiuns; Terra de Direitos; Fundo Mundial para a Natureza; Fundo DEMA; Instituto Amazônia Solidária e Sustentável; Centro de Apoio Sócio Ambiental; Comitê Dorothy; Comissão Pastoral da Terra; Conselho Indigenista Missionário; Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns; Grupo de Defesa da Amazônia; Federação das Associações dos Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém, Federação das Organizações Quilombolas de Santarém; União de Entidades

Comunitárias de Santarém; Sociedade Paraense de Direitos Humanos; Vivalt Internacional Brasil; Comissão Verbita Jupic – Justiça, Paz e Integridade da Criação; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Pará, MMCC; Fórum dos Movimentos Sociais da BR 163; MMTACC – Movimento de Mulheres de Altamira, Campo e Cidade; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade Regional BR- 163 – Pará; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade – Regional Transamazônica Xingu; SOCALIFRA; Nova Cartografia Social da Amazônia; Grupo de Trabalho Amazônico Regional Transamazônico Xingu; Associação do Povo Indígena Juruna do Xingu – Km 17; Associação de Resistência Indígena Arara do Maia; Coordenação das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará – MALUNGU; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém; Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns; Movimento Juruti em Ação; Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense; Grupo de Mulheres Brasileiras; Articulação de Mulheres Brasileiras; Comissão em Defesa do Xingu; Associação dos Produtores Rurais da Volta Grande do Xingu; Aliança Francisclareana; Associação Indígena Kerepo; Fórum dos Movimentos Sociais; Associação Indígena Pusurú; Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós; Associação Suíço-Brasileira Batista de Apoio à Amazônia (Missão Batista); Associação Indígena Pahyhy’p.

A riqueza e diversidade de associações de defesa das condições de existência social coletiva, como comunidade, no caso de grupos quilombolas e camponeses, e de povo ou etnia, para grupos indígenas da Amazônia, que a listagem agora apresentada revela, é expressão da ameaça que pesa sobre essas populações, com base nas intervenções da política energética do Estado Brasileiro no Norte do País.

No campo de visibilidade do dispositivo ambiental, a participação da sociedade civil é mais expressiva em todas as escalas geográficas. A expansão, desde o início dos anos 1970, das ONGs que dispõem de segmentos técnicos com formação universitária e atuam no domínio ambiental, na escala local e na global, tanto no campo mais amplo dos empreendimentos ambientais quanto no movimento ecológico, não como movimento social, mas em intervenções de controle e regulação da atividade camponesa, entre outras, como ocorre mais intensamente em regiões com economia agrária desestabilizada, em que o acesso à terra se torna possível, com base no Estatuto da Terra, lei criada em 1964, que define como terras improdutivas como desapropriáveis para fins de reforma agrária. No Sul da Bahia, para considerar um exemplo, a crise cacaueteira deu ensejo, com a ação do Movimento dos Sem

Terra, à formação de inúmeros assentamentos rurais. Com os assentamentos chegaram as ONGS para defender a Mata Atlântica da agricultura de subsistência, vista como ameaça à floresta, e para implantar o cacau orgânico, consumido nos mercados ecológicos da Europa, USA e Japão, como produtos de cultura agroflorestal certificada. As relações entre o saber ambiental, o mercado ecológico e as novas formas de ruralidade dizem respeito a todo um campo atual de fenômenos ainda pouco estudados.

As organizações da sociedade civil de resistência à apropriação, por interesses públicos ou privados, de espaços ou bens ecológicos, apresentam um diferencial social, com maior e mais significativa participação popular, em comparação com as ONGs, com seus “militantes diplomados”. A série de conflitos socioambientais existentes no Brasil entre populações que ocupam áreas que foram re-territorializadas como de interesse ambiental, os Parques Ecológicos, APAS, Florestas Nacionais e outras, apontam nesta direção. Um exemplo significativo é o perfil local do movimento ambientalista da cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, com expressiva atuação de segmentos populares em organizações como o Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará; Frente Popular Ecológica (FPE); Fórum Cearense do Meio Ambiente (FORCEMA); Movimento de Defesa das Águas e Contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco; Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperoba-Serrinha-Paracuru; Rede Permanecer de Permacultura do Ceará; a ONG Pró-Ação da APA de Paracuru; Associação Missão Tremembé; Frente Parlamentar Ambiental, FPA; Rede de Movimentos Sociais; Movimento Crítica Radical; Rede Mangue Mar Brasil, Movimento Ecológico da Faculdade de Educação da UFC; Movimento SOS Cocó; do Instituto Ambiental Viramundo, entre outros.

De fato, esses dados estão longe de dimensionar, na sua efetividade e atualidade, a base empírica da questão ambiental, tanto em nível discursivo quanto em termos não discursivos. Meu propósito, ao apresentá-los não é, de fato, descrever, na sua extensão empírica, o dispositivo em estudo, mas oferecer referências à apreensão deste domínio de relações sociais cuja formação tem início nos anos de 1960.

2 A POLITICA DA VERDADE E A QUESTÃO AMBIENTAL

Qualquer poder, qualquer que ele seja, não é de pleno direito aceitável, ou não é absolutamente e definitivamente inevitável.

Michel Foucault

2.1 Introdução

O esforço de teorização realizado nessa investigação sobre a questão ambiental é semelhante à travessia de desertos, florestas ou oceanos, é andança, como diz Borges (1974, p. 986) em labirinto sem centro ou porta secreta. Um trajeto não de ou na errância, mas com o tino nômade dos que permanecem, criam e recriam suas referências na relação com os elementos que o entorno dispõe; maquinam as vias e os passos, abrem passagens estreitas e transitam em becos insuspeitados. Uma jornada com Foucault, não aquele cartografado no debate consolidado do campo dos estudos foucaultianos, mas o Foucault da abertura a acontecimentos. Porque, da perspectiva da *Política da verdade*, é preciso prestar contas não ao espaço das referências, mas ao presente, como campo de lutas; às condições históricas mobilizadas, com base em um *corpus* de formulações teóricas, para se aceder à atualidade e a novas possibilidades de resistir.

Atribuo centralidade a algumas ferramentas: o conceito “governamentalidade”, base de inteligibilidade e via de acesso a certa dimensão da realidade histórica; a biopolítica como matriz da racionalidade política do controle ou segurança; o conceito dispositivo de poder e de subjetivação. Realizar um movimento desta natureza é, antes de qualquer coisa, penetrar em um campo de lutas, em uma frente de combate discursivo. No Brasil, essa frente conta com valores aguerridos, nos quais encontro algumas formas de lidar com os contributos de Michel Foucault. Exemplos como Candiotti (2010), Castro, (2009, 2011) Duarte (2009), Fahar-Neto (2010), Gadelha (2010, 2012); Peter Bal (2009), Machado (2003), Vaz (2010), Veiga Neto (2009), entre outros, que trilharam os espaços que percorro nesta investigação.

Concentro meus esforços neste capítulo, não obstante, numa aproximação aos textos de Michel Foucault, buscando discernir nas suas formulações os meios de dar conta daquilo que me levou a buscar, em Foucault, subsídios para essa investigação, a saber, a presença no mundo, apreendida com base em inquietações pessoais e na experiência profissional, de uma questão que acredito ter conformação as pesquisas foucaultianas, um presumido dispositivo de poder dado empiricamente, ativo no que observo e descrevo como ambientabilidade. O movimento inicial foi, me parece, identificar contributos de Foucault operando na realidade histórica, ou aceder à realidade histórica com base em Foucault, e não estender ou explicar o histórico, com base em Foucault. Antever, em alguns elementos e fatos, indícios da probabilidade de um dispositivo, pressupor e acreditar que era de fato uma

tecnologia de poder, como a descrita em relação à sexualidade, me levou a trabalhar com Foucault a abordagem da questão ambiental. Eis a aposta que movimentou essa jornada.

Adotei, na medida do possível, a atitude de neófito em ritual de passagem, que enfrenta sozinho os obstáculos. Ao que, acrescento a fato de o tema em questão não haver sido, pelo que me consta, abordado, no Brasil, como pesquisa, com base no autor escolhido.

De fato, muito se teorizou sobre o poder em Foucault. Castro (2009) pondera que enquanto não se publicar a totalidade dos seus trabalhos, as formulações sobre o poder em Foucault serão parciais. Ao considerar, não obstante, o já publicado, o contributo foucaultiano sobre esse conceito, a massa considerável de artigos, entrevistas e as observações nos cursos e nos livros, deparo-me com um material denso que, a meu ver, permite, sem ônus à consistência, um esforço analítico autônomo, não segundo uma teoria do poder, porque a formulação de um sistema, de uma totalização, seja nos termos de uma teoria/metodologia ou de uma filosofia social para explicar o mundo não encontram lugar em Foucault. A possibilidade dos usos é aberta e cristalizada na noção de caixa de ferramentas e na ausência de um manual de uso da caixa. Ora, essa noção é, a meu ver, um importante princípio teórico-metodológico de abordagem na linha da genealogia como anti-ciência, ou na “anarqueologia”².

Por certo, no método genealógico, o decisivo não consistiria tanto em um conjunto de procedimentos quanto em uma atitude de luta, de combate discursivo, na prática filosófica que Foucault (2002) chamou de *Política da Verdade*:

[...] se trata da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição, em primeiro lugar e antes de tudo, contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (...) É contra os efeitos do poder, próprios de um discurso considerado como científico, que a genealogia tem que levar adiante o combate. (Foucault, 2002, p. 14).

Com efeito, Foucault (2008b) pontua um tipo de tratamento do discurso, uma análise que tem a especificidade própria do interesse genealógico esclarecido no seguinte exemplo:

Mais uma vez, poderíamos retomar o texto de Abeille numa análise do campo teórico, procurando descobrir quais são os princípios diretores, as regras de formação dos conceitos, dos elementos teóricos, etc., e seria preciso sem dúvida retomar a teoria do produto líquido. Mas não é assim que eu gostaria de retomar esse texto. Não, portanto, no interior de uma arqueologia do saber, mas na linha de uma

²A respeito dessa noção, ver Michel Foucault (2011), “Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos)”.

genealogia das tecnologias de poder. E então creio que poderíamos reconstituir o funcionamento do texto, em função não das regras de formação desses conceitos, mas dos objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere. (P. 47-48).

Esse tipo de alternativa metodológica para a análise da tecnologia de poder ambiental é ainda mais relevante em função do fato dos textos e documentos, analisados nesta investigação, estarem ativos e atenderem a objetivos, desenvolverem estratégias e programarem o direcionamento da ação política da população mundial com base em inúmeras instâncias entre governos, agências de governos e organizações não governamentais. É o caso dos documentos gerados nas conferências sobre meio ambiente realizadas por iniciativa da ONU; dos textos acadêmicos das estratégias discursivas do campo ambiental, que recontextualizam as ideias e os objetivos dos documentos das organizações multilaterais; da documentação gerada nos processos de licenciamento ambiental, dos textos e da documentação produzida em função do caso da hidroelétrica de Belmonte, essa frente de confrontos e lutas, discursivas e não discursivas da atual conjuntura ambiental brasileira, dentre outros que integram a discursividade ambiental.

De fato, pontuar a centralidade dessa opção, que não exclui, de antemão nem definitivamente, análises arqueológicas, tem o propósito de direcionar a abordagem da questão ambiental enquanto um âmbito que compõe os objetivos e tornou-se objeto de uma racionalidade política de horizonte planetário, para o marco em que se põe em tela de juízo os efeitos de poder do discurso ambiental e os efeitos de verdade desta tecnologia de poder.

A relação com o conceito de poder implica algumas das principais formulações conceituais de Foucault, como biopoder, dispositivo, biopolítica, “governamentalidade” e subjetividade. Ora, esses conceitos são focos teórico-conceituais que implicam redes conceituais. É a partir dos nexos conceituais implicados nesses conceitos que operacionalizo uma cartografia conceitual para descrever a problemática ambiental, pensada como governamentalidade ambiental, efetivada com base em uma tecnologia de poder, em que se desdobra uma linha de força, a biopolítica ambiental, um processo de subjetivação que denomino biopedagogia³. Esses são os pilares de referência com os quais a aproximação com Foucault se articula em torno dos três conceitos centrais de sua *Politica da Verdade*: o poder, o saber e o sujeito.

³ Desenvolvo as formulações sobre essa noção no último capítulo dessa pesquisa, dedicado à questão educacional.

2.2 Deslocamentos e referências teóricas no “último” Foucault

O contato com os dois últimos cursos de Michel Foucault no Collège de France, os cursos de 1982-1983: *O governo de si e dos outros*; e os de 1983-1984: *O governo de si e dos outros II: A coragem da verdade*, que estão dedicados ao estudo da pragmática de si, tem uma importância pontual em relação ao posicionamento teórico-metodológico desta pesquisa de doutoramento, em função da apresentação retrospectiva do projeto geral de suas pesquisas realizadas nas primeiras aulas desses cursos.

Nesta apresentação tive contato com a noção de experiência, concebida de maneira instigante, no conceito de “foco de experiência”. De imediato, destaco a importância das formulações em torno deste conceito para minha compreensão do conceito de dispositivo de poder, central no plano teórico-metodológico da minha abordagem. Por outro lado, há paralelismos entre essas duas construções conceituais. Na noção de dispositivo, o conceito de poder é central, sendo denominado, com frequência, como “tecnologia de poder”. O dispositivo, em Foucault, implica de forma efetiva, as três dimensões abarcadas nas suas pesquisas, isto é, o poder, o saber e o sujeito. Ou, ainda, como na formulação de Deleuze (2010): linhas de dizibilidade e visibilidade, linhas de força e linhas de subjetivação. Assim, enquanto o conceito de dispositivo é do eixo do poder, o conceito de foco de experiência, que também implica os eixos do saber, do poder e do sujeito, ocupa o eixo do sujeito. É preciso lembrar que Foucault deu centralidade, no reconhecimento da natureza filosófica (logo, política) de seu trabalho, à dimensão do sujeito. Nessa retrospectiva de 1983-1984, ele apresenta suas pesquisas anteriores com base no conceito de foco de experiência: experiência da loucura, da enfermidade, da criminalidade, da sexualidade. Vejamos como Foucault formulou essa noção tão instigante e suas implicações metodológicas.

Em primeiro lugar, sobressai-se o fato de que, na experiência, ocorre um processo de articulação entre as formas de um saber possível, as matrizes normativas de comportamento para indivíduos e os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis. A articulação entre esses níveis caracterizam um recorte do estudo, o enquadramento do objeto nas dimensões da experiência no interior de uma cultura determinada, conforme o segundo recorte.

Foucault (2009) pontua para cada eixo as características efetivadas no desenvolvimento de suas pesquisas. No caso do saber, assinala que,

Considerarei que, para estudar efetivamente a experiência como matriz para a formação dos saberes, deverei tratar não de analisar o desenvolvimento ou o progresso do conhecimento, antes sinalizar quais eram as práticas discursivas que poderiam constituir matrizes de conhecimentos possíveis, estudar nestas práticas discursivas as regras, o jogo do falso e do verdadeiro em geral, se vocês preferirem, as formas da verificação. (...) Do conhecimento ao saber, do saber às práticas discursivas e às regras de verificação: este foi o deslocamento que realizei durante certo tempo.(Foucault,2009, p. 19, tradução minha).

Quanto à análise das matrizes normativas de comportamento, o objetivo assumido por Foucault foi estudar as técnicas e os procedimentos através dos quais se busca conduzir a conduta dos outros, ao invés do estudo do poder com maiúscula, portanto, uma análise a partir do conceito de poder como exercício, como campo de procedimentos de governo. Realiza-se aí o deslocamento da análise da norma para o exercício do poder, e deste para a análise dos procedimentos de governamentalidade.

No eixo da subjetividade, a análise voltara-se para a constituição do modo de ser do sujeito frente às diferentes formas através das quais o indivíduo é premido a se constituir como sujeito. A partir do comportamento sexual e da história da moral sexual, Foucault buscou analisar como, e a partir de quais técnicas efetivas de relação consigo, o indivíduo viu-se na exigência de se constituir como sujeito moral de sua conduta sexual. Com efeito, efetua-se o deslocamento do foco no sujeito para a análise das formas de subjetivação, a partir da análise da pragmática de si, isto é, a partir das técnicas ou tecnologias do “eu” ou da relação consigo mesmo.

Nesse tríplice deslocamento, em abordagens centradas na noção de *foco de experiência*, Foucault (2009) demarcou o seguinte movimento:

Substituir a história dos conhecimentos pela análise histórica das formas de verificação; substituir a análise das dominações pela análise histórica dos procedimentos de governamentalidade e substituir a teoria do sujeito ou a história da subjetividade pela análise histórica da pragmática de si e das formas por ela adotadas. Essas foram as vias de acesso pelas quais procurei circunscrever um pouco a possibilidade de uma história do que poderíamos chamar “experiências”.(P. 21, tradução minha).

Foucault (2009, p. 22) chama a atenção para a dimensão, à primeira vista negativa, da tríplice conformação de sua abordagem: sua natureza historicista, nominalista e niilista. Em primeiro lugar, porque se trata de substituir uma teoria do conhecimento, uma teoria do poder e uma teoria do sujeito por análises de práticas históricas determinadas, portanto, um negativismo de matiz horizontalizante. Em segundo lugar, porque implica a substituição de universais como a loucura, a sexualidade e o crime (e, para essa investigação, devo acrescentar: a natureza) por análises de experiências que constituem formas históricas

singulares. Logo, um negativismo nominalista. Em terceiro, por inscrever sistemas de valores no jogo de práticas arbitrárias, mas inteligíveis. Trata-se de uma reflexão que se recusa a ajustar as práticas aos sistemas de valores. Logo, negativismo niilista (FOUCAULT, 2009). Trata-se, para Foucault, de recusar o jogo proposto; ele posiciona o historicismo, o nominalismo e o niilismo como objeções que indagam pelos efeitos pretéritos e possíveis da crítica historicista, da crítica nominalista, da crítica niilista ante, respectivamente, ao campo do pensamento histórico; às análises das culturas, dos conhecimentos, das instituições e das estruturas políticas; à aceitação e transformação dos sistemas de valores.

As reflexões formuladas em torno do conceito de foco de experiência permitem um maior discernimento e mais clareza no enquadramento teórico-metodológico desta investigação. É notório, na retrospectiva em consideração, como Foucault, em cada uma de suas pesquisas, agora posicionadas a partir do conceito de foco de experiência, centrara seu trabalho em um dos eixos assinalados.

De fato, o propósito é delinear essa pesquisa sobre o ambiental com um recorte centrado no eixo do poder, configurado como governamentalidade ambiental; uma vez que direcionei meu esforço teórico para isolar, para fazer sobressair, para visibilizar a existência e o funcionamento da tecnologia de poder ambiental, que estou denominando de dispositivo da natureza em que se desdobra como linha de força a biopolítica ambiental.

Como a abordagem da ambientalidade, com suporte do conceito de dispositivo, dispõe das mesmas dimensões trabalhadas no conceito de experiência, os procedimentos e deslocamentos pontuados por Foucault para cada uma dessas dimensões são, de fato, as referências fortes nesta pesquisa, isto é: a análise histórica das formas de verificação, a análise histórica das técnicas e dos procedimentos de governamentalidade e a análise histórica da pragmática de si.

A abordagem da questão ambiental enquanto problematização das relações com a natureza tem sua condição teórico-metodológica adensada com as formulações vindas a público com a publicação do curso de 1979-1980: *Do governo dos vivos*. Neste curso, Foucault (2010) formula o conceito de *governo pela verdade* e usa ainda a enunciação de *governo pela verdade sob forma da subjetividade*. (FOUCAULT, 2010, p. 38-45). Com essa elaboração, Foucault anuncia o propósito de gerar distanciamento do campo de força, dos vínculos ao contexto, ou às constrações do meio em que formulou o conceito de poder, o conceito de saber e o dístico saber-poder. Em relação ao poder: o poder com letra maiúscula,

como dominação; quanto ao saber: a questão da ideologia, do conhecimento comoconhecimento dominante, e a questão da ciência.

Com efeito, na primeira exposição: governo pela verdade, a palavra governo ocupa o lugar da palavra poder e integra, no conceito, o deslocamento antes apresentado na formulação: de uma teoria do poder, ou do poder concebido como dominação, para a análise histórica das técnicas e dos procedimentos de “governamentalidade”. Há aí uma tônica no conceito de governo como: conduzir condutas, ou, ainda, como: uma ação sobre ações possíveis. Na segunda parte da redação - pela verdade - o mesmo movimento é efetivado para o conceito de saber e tudo o que nele é vínculo negativo com a noção de ideologia. O deslocamento antes descrito, isto é, de uma teoria do conhecimento à análise das formas de veridicação é integrado no conceito de verdade.

Nessa construção teórica, que condensa as transformações apresentadas por Foucault no refinamentode sua teorização, o terceiro eixo, aquele relativo ao sujeito, pode ser pontuado na seguinte indagação formulada por Foucault (2010): “Por que nessa grande economia das relações de poder se desenvolveu um regime de verdade indexado à subjetividade?” (FOUCAULT, 2010, p. 66). Este vínculo entre regime de verdade e pratica governamental leva a que se estabeleça, nos termos da Política da Verdade, o alerta formulado por Avelino (2010): “O que está em jogo não é a censura ou aceitação do discurso verdadeiro, mas o poder da verdade e de seus efeitos sobre a subjetividade”. (AVELINO, 2010, p. 26).

De fato, essas retrospectivas, reformulações, atualizações e burilamentos de uma série de teorizações de Foucault aqui apresentadas, em relação aos cursos de 1979-1980, 1982-1983 e 1983-1984, têm forte impacto nesta aproximação ao pensamento de Foucault orientada para a elaboração dos referenciais da pesquisa. Destaco uma ênfase, para minha abordagem, nos procedimentos elencadoscom base no conceito de foco de experiência e na noção de “governo pela verdade”, relativo aos conceitos de verdade, regime de verdade e processo ou regime de veridicação. De fato, temos aqui,parece-me, uma centralidade, uma ênfase que entendo como estratégica na dimensão do saber, formulada como verdade a partir do deslocamentoteórico antes indicado e elaborado como *governo pela verdade*. Ao considerar, nas suas análises, o sentido da analítica do poder, Foucault a denomina como uma Política da Verdade. Há qualquer coisa de fundamental nessa ênfase na verdade no que diz respeito à configuração da economia geral do poder na Contemporaneidade.

Com efeito, inclino-me a compreender a ambientalidade, cada vez mais, como um fenômeno cultural global, de forte magnetismo, como um visgo, um grude, um apelo que atrai e se impõe sobre milhões de pessoas em todo o planeta. A ideia de uma ameaça global à espécie humana a partir da degradação da natureza implica a ideia da salvação de cada um, de todos e do planeta. A naturalização, a consensualidade em torno da existência de uma crise ambiental de grandes proporções é, sistematicamente, reproduzida através do complexo que inclui mídia, meios discursivos de massa, como o cinema, a música, jornais, revistas, a rede de internet, textos, livros, pronunciamentos, entre outros, o que leva, cada vez mais, as pessoas a se sintonizarem, se comoverem, se preocuparem com a natureza, com a degradação da natureza. É como se, em relação à natureza, à crise ambiental, pudéssemos validar a seguinte observação de Foucault (2010):

Se a verdade pode constituir o clima e a luz comum do governo e dos governados, vocês veem bem que deverá chegar um momento, uma espécie de ponto utópico da história em que o império da verdade poderá fazer reinar sua ordem sem que as decisões de uma autoridade, sem que as escolhas de uma administração, tenham que intervir a não ser como formulações evidentes aos olhos de todos daquilo que é preciso fazer.(Foucault, 2010, p. 45):

O cenário cultural de grande consensualidade, em torno da ambientalidade, de clima e luz comuns, que a verdade ambiental constitui para governos e para governados, que se ajusta à contemporaneidade como um jogo de luz e sombra, de verdade e erro, do verdadeiro e do falso, do oculto e do manifesto, do visível e do invisível. É, diante deste jogo da verdade, que é preciso indagar pelos seus efeitos de poder sobre a subjetividade, sobre nossa condição de sujeitos.

O que inicialmente chamou minha atenção e despertou meu interesse pela problemática ambiental foi exatamente essa atração, o magnetismo, o visgo do ambiental sobre o meio universitário brasileiro. Suertegary (2003) constatou esse fenômeno em relação aos cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil, tendo por referência o ano de 2003. Em seu levantamento, sobressaiu o caso dos cursos de pós-graduação em Geografia Física e Geografia Humana da USP, em que, na Geografia Física, mais de 53% das dissertações e das teses voltaram-se para a problemática ambiental; e na Geografia Humana, cerca de 40% seguiram a tendência de preterir as linhas temáticas consagradas no campo da Geografia em direção à problemática ambiental. Essa ocorrência, com algumas oscilações, foi constatada em grande número de universidades públicas do País.

Desde os anos de 1980, emerge um campo de estudos ambientais, em que é crescente o fenômeno de criação de sociedades, de organizações e de grupos de pesquisas; a multiplicação do número de periódicos e de eventos como encontros, congressos, colóquios e seminários. No Brasil, a disseminação de cursos de pós-graduação em meio ambiente é significativa e abarca inúmeras áreas do saber científico; praticamente em todas as universidades públicas estaduais e federais funcionam os PRONERAs - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Entre as Ciências Sociais e as Ciências Humanas, provavelmente, apenas a Linguística não tenha um ramo subdisciplinar ambiental. Trata-se de uma imensa rede de saber ambiental que integra, ainda, disciplinas das Ciências Exatas, das Ciências da Vida e das Ciências da Terra. É esse imenso campo de saber ambiental e sua importância como linha de visibilidade e de acentuação que acentuam a importância da problemática da verdade para essa investigação.

Assim, é de fundamental importância o conceito de aleturgia, que expressa o deslocamento da análise da epistemologia da verdade para uma análise histórica do dizer verdadeiro, das formas de verificação. Este conceito, juntamente com procedimentos para o estudo das formas de verificação, na relação entre o exercício do poder e a verdade, é problematizado por Foucault nos cursos *Do governo dos vivos, O governo de si e dos outros* e *O governo de si e dos outros II*. É possível apreender, contudo, ainda mais o quanto a questão da verdade é fundamental na teorização de Foucault e, efetivamente, na ampliação dos suportes para essa investigação, nas suas formulações sobre a constituição do mercado como lugar de verificação. Nesta análise, Foucault descreve a transição do funcionamento do mercado, de espaço de jurisdição para espaço de verificação. É toda uma história da verdade em relação ao direito que é aí situada e, da mesma forma como Foucault pôde reposicionar suas pesquisas anteriores a partir do conceito de *foco de experiência*, o faz novamente nos marcos de uma história da verdade, no acontecimento de constituição de espaços de verificação; espaços de produção da verdade que se constituíram na passagem da jurisdição à verificação; foi o caso “[...] do acoplamento realizado no século XVIII entre certo regime de verdade e uma nova razão governamental – e isso em ligação com a economia política” (FOUCAULT, 2008a, p. 46), que diz respeito ao exemplo do mercado; foi o caso ainda do estudo da loucura, da delinquência e da sexualidade.

Em relação à ambientalidade, penso ser possível identificar elementos que se situam na sua constituição de lugar de verificação, a transição de um momento em que eram os procedimentos de jurisdição que movimentavam a relação entre uma forma de saber e uma de

governo. De fato, é preciso considerar essa possibilidade. Um indicativo relevante é a questão das externalidades, isto é, os custos dos impactos ambientais gerados nas atividades realizadas na produção ou execução de um serviço; desse ponto de vista, a degradação ambiental decorria do fato de os empresários (ou a maioria deles), as industriais e o setor de serviços não terem pagado as contas, gerando, portanto, uma situação de fraude.

Retorno às formulações relativas à história da verdade vinculada ao direito, em que Foucault (2008a) especifica o que é essa história da verdade.

Tratar-se-ia da genealogia dos regimes veridicionais, isto é, da análise da constituição de certo direito da verdade, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso, o discurso em que se formula o direito e em que se formula o que pode ser verdadeiro e falso; de fato, o regime de verificação não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos. (FOUCAULT, 2008a, p. 49).

A crítica ao saber proposta por Foucault visa discernir as condições e os efeitos do exercício da verificação. Objetivo, nessa investigação, determinar as condições que tornaram possível a instauração de um regime de verdade ambiental; que condições foram preenchidas para que se pudesse emitir, sobre as relações com a natureza, discursos que podem ser verdadeiros ou falsos, segundo as regras próprias de uma economia, de um direito ou de uma engenharia ambientais.

2.3A “*governamentalidade*” como forma de inteligibilidade

A noção de “governamentalidade” ganha importância para essa investigação com a identificação da racionalidade de poder que denomino ambiental. Uma modalidade de poder da atualidade que passei a chamar de “governamentalidade ambiental”. Essa forma biopolítica de governo do outro, de governo da população se expande horizontalmente na contemporaneidade e *governamentaliza* as relações com a natureza de indivíduos e populações, de empresas e Estados. Essa característica traduz o posicionamento do conceito em uma escala de análise superior ao conceito de dispositivo. De fato, o caráter geral do conceito de “governamentalidade” é ressaltado em inúmeras observações de Foucault. Ao descrever a base política do período contemporâneo como regido pela “governamentalidade”, assinala que,

De sorte que as coisas não devem de forma nenhuma ser compreendidas como a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade da disciplina por uma sociedade, digamos de governo. Temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental – uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008b, p. 142-143).

Com efeito, a definição política desse conceito, hoje, recorrentemente utilizada para caracteriza-lo, respalda a leitura abrangente dessa noção⁴, que coloca os dispositivos de segurança como meios de sua efetivação. Vejamos a definição de Foucault (2008b),

Por essa palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (P. 145).

Há inúmeros elementos que permitem a apreensão desse conceito no sentido de estratégia geral, tendência, ou linha de força que faz predominar formas de racionalidade política, a meu ver, necessariamente diversas (não a grande racionalidade), em que o foco é a população, e tem o caráter de abarcar cada um e a todos, de ser híbrida, no sentido de fazer confluir o totalizante e o individualizante. Que certa racionalidade de poder, como a governamentalidade neoliberal, que tem na economia política seu esteio, seja proeminente, a princípio, não exclui, me parece, a existência de outras formas de governo da população, assentadas no interior do Estado, com base em outros saberes, ou numa série de saberes, como

⁴Edgarbo deCastro (2011, p.174) considera o conceito de governo e governamentalidade equivalentes ao conceito de formação discursiva, o que permite dizer que a governamentalidade está para a genealogia assim como a formação discursiva está para a arqueologia.

é o caso da racionalidade ambiental. Os elementos da operacionalidade da forma de governo, como racionalidade política, descritos por Foucault, o conjunto de instituições, procedimentos, reflexões, cálculos, etc., foram identificados e descritos para a *governamentalidade ambiental*.

Ao dar continuidade à definição, Foucault destaca a amplitude do conceito de *governamentalidade* aproximando-o da noção de sociedade de segurança; descreve-o como uma linha de força que fez valer e tornou dominante, no Ocidente, a *governamentalidade* como racionalidade biopolítica, sobre soberania e disciplina. Com efeito, observa Foucault, “[...] que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro], o desenvolvimento de toda uma série de saberes.” (FOUCAULT 2008b, p. 144).

A governamentalidade ambiental é, portanto, biopolítica, nessa acepção ampla, isto é, quando posicionada em relação ao seu objeto, e abarca, em termos de relações lógicas, tipo continente – conteúdo, as entidades discursivas acionadas nesta investigação, isto é: o dispositivo ambiental, o processo de *subjetivação* que denomino *biopedagogia*, a *biopolítica ambiental da Saúde* e o *Racismo de Estado* da Política Energética Nacional. Enfim, trata-se, na *governamentalidade ambiental*, de uma *biopolítica* de horizonte planetário, que se efetiva de forma heterogênea, e enseja formas biopolíticas específicas, como as identificadas, que, não obstante, não a esgota, tampouco definem lhe os contornos ou unidade.

Como observou Gadelha (2011, p.161-162) em relação ao empreendedorismo na *governamentalidade neoliberal*, “[...] faz-se necessário ressaltar em que sentido não só a sociedade e os comportamentos individuais são “governamentalizados” economicamente, mas também como o próprio Estado sofre a ação desse processo.” Em relação à ambientalidade o movimento de “governamentalização” tem matiz ambiental e se exerce sobre o Estado, e igualmente sobre empresas, indivíduos e populações, com base na natureza e na exigência de fazê-la viver.

2.4 *O conceito de dispositivo de poder*

Nessa investigação postulo a emergência e descrevo a formação de um dispositivo de poder ambiental que estou denominando de “dispositivo da natureza”. Há pertinência teórica no uso do conceito de dispositivo de poder, de Michel Foucault, para dispor a “questão ambiental”? Sim! Trata-se de um esforço teórico, com um conceito de reconhecida complexidade que, a meu ver, dispõe recursos descritivos que permitem integrar a grande diversidade de elementos implicados na problemática ambiental contemporânea e visibilizar esse jogo de poder, de caráter diverso, que compõe a condição política contemporânea. Um dispositivo de poder é uma entidade político-discursiva e, como tal, pode ser contestada, sua visibilização, portanto, um sentido político.

O ponto de partida dessa investigação é o pressuposto de que a questão ambiental constitui-se em tecnologia de poder e em uma biopolítica. As formulações que especificam essa dupla ocorrência estão presentes na abordagem da questão da sexualidade, que deu lugar, segundo as pesquisas de Foucault, a um dispositivo de poder e constituiu uma biopolítica. Há, em Foucault, uma acepção de biopolítica ampla, que corresponde à condição de governo da população e a contrapõe a disciplina e à soberania. Essa condição implica a biopolítica como vértice da tríade de tecnologias, ou ordenamentos de poder por ele postulada, mas nesse ponto ele passa a falar de segurança ou controle e não mais de biopolítica. Ele diz que “não há uma era da lei (soberania), da disciplina e da segurança” (FOUCAULT, 2008b, p. 11). O termo biopolítica é reservado para identificar cinco formas específicas de intervenção: Racismo de Estado, a política de saúde coletiva que emerge no século XVIII, sexualidade, segurança e economia. Entendo essas formas específicas de intervenção que Foucault chama de biopolítica como linhas de força do dispositivo em que estão integradas.

Por que as relações com a natureza no mundo Ocidental se constituíram em um problema? Essa é a indagação que norteia minha abordagem sobre a “questão ambiental”. O pressuposto é que as relações com a natureza só se transformaram em uma problemática muito recentemente, o que não quer dizer que, em outros momentos da história do mundo Ocidental e alhures, não se teceram relatos, notícias, identificações ou denúncias de ações de degradação ou de destruição do mundo físico-natural. Entendo que é apenas a partir de meados dos anos de 1960 que essas relações se constituem em uma problemática específica, da qual não se parou mais de falar e se fazer falar, de ver e de se fazer ver verdades, de se fazer prenúncios, previsões e diagnósticos que apontam para o aprofundamento da gravidade destas relações, em torno das quais se constituiu um amplo campo discursivo de natureza

científica, técnica e cultural e todo um ordenamento organizacional e institucional, em escala planetária, que fez surgir toda uma série de funções e posições discursivas e de práticas ambientais, efetivamente recentes, que conformam não uma dimensão da realidade, mas o campo dos efeitos de um regime de verdade que chamo de ambientalidade. Admito que a existência desse fenômeno social, formado de elementos discursivos e não discursivos, não tem precedente na história, inscrevendo-se como descontinuidade, como diferença e singularidade histórica no mundo contemporâneo. Porque essa problemática emerge no contexto histórico dos anos de 1960? Que condições políticas e históricas tornaram possível sua emergência nesse contexto? A que efeitos de rarefação deu lugar? Essas são algumas das indagações que balizam meu enfoque da “questão ambiental”.

Durante os anos de 1970-1971, a Rádio *Free Europe* realizou uma série de entrevistas com importantes lideranças públicas e intelectuais, que foram publicadas, em 1971, em língua inglesa e no Brasil, em 1974, pela Cia Melhoramentos, com o título “O preço do futuro”. Integra esse simpósio a entrevista do administrador Louis Armand (1974), intitulada “Restabelecendo a simbiose do homem com a natureza”, na qual ele observa que

Somente dez ou quinze anos atrás, uma pessoa que falasse de poluição e proteção da natureza corria o risco de ser considerada tola ou ridícula. Em menos de cinco anos tudo mudou. Atualmente qualquer um que não fale em “ecologia” dez vezes por dia não está atualizado. A que se deve esta brusca reviravolta? Houve uma reavaliação da situação do homem, um ato real de consciência – não há outra explicação para o fato. E foi um ato universal de conscientização – não americano, francês, alemão ou inglês, mas partilhado por todas as nações. (Armand, 1974, p.100).

Esse pronunciamento mostra-se ainda mais relevante da perspectiva histórica de que se trata de um testemunho de que algo que era comum, que se tinha por corriqueiro, que se assentava em relações e práticas familiares, passou a ser visto como um problema, como algo efetivamente problemático. Não apenas para algumas pessoas ou algumas regiões, mas de forma ampla e com um dinamismo crescente, estendendo-se, há cerca de meio século, do espaço euro-americano até praticamente todas as nações, para toda uma contemporaneidade que passou a considerar suas relações com a natureza como fonte de problemas. Essa problemática expressa e reforça sua consensualidade global na proposição feita inquestionável da existência de uma crise ecológica planetária. O que explica tal fato? Que fatores tornaram possível que essas relações se constituíssem em um problema?

O pronunciamento em consideração apresenta também uma explicação para esse acontecimento que, como o próprio problema tratado, segue uma espiral ascendente para compor, caracterizar, definir o campo de discursividade ambiental. “(...) Houve, afirma o

autor citado abaixo, uma reavaliação da situação do homem, um ato real de consciência⁵ – não há outra explicação para o fato.” A discursividade ambiental é amplamente tributária de uma filosofia do sujeito, de uma filosofia da consciência. O saber ambiental oscila entre afirmar um excesso ou uma falta de consciência para a problemática ambiental e toma como objeto de regulamentação ética um novo sujeito: a humanidade. É na condição de parte constitutiva desse titã, dessa entidade supra-humana, que cada um é chamado a se avaliar, a examinar sua consciência, a assumir sua responsabilidade individual frente à condição do Planeta e ter práticas e sentimentos ecológicos. A música “Filhote do Filhote”, de Jean e Paul Garfunkel, em uma versão de Rubinho do Vale, cantada por um coro de crianças, dirige um clamor a essa humanidade suspeita: “Cuida do jardim pra mim deixa a terra florescer/ Pensa no filhote do filhote que ainda vai nascer”. (VALE, 2002, faixa 2).

Com efeito, Foucault (2008c) observa que:

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência. (Foucault, 2008c, p.14)

A Educação Ambiental, como a série das subdisciplinas ambientais das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, entre as quais temos a Economia Ambiental, o Direito Ambiental, a Antropologia Ambiental, a Sociologia Ambiental, a Filosofia Ambiental, a Geografia Ambiental, a Política Ambiental, o Jornalismo Ambiental, a Contabilidade Ambiental, dentre outras, tem, entre seus objetivos a formação da consciência ecológica, e constitui, com base em um regime pedagógico ambiental, modos de existir ecológicos. A Educação Ambiental tem por alvo a população escolar, já as outras subdisciplinas ambientais regulam nações, empresas e populações. A contemporaneidade vive minuciosa pedagogização ambiental, que se impõe com intensidade a cada um e a todos. A subjetivação ambiental captura e constitui sujeitos ecológicos, tanto em nível de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas.

Similar ao que Foucault (2009) descreveu para a sexualidade, registra-se, no que diz respeito às relações com a natureza, a colocação em discurso de forma intensa, constante e crescente, mas, enquanto na sexualidade cada sujeito é levado a dizer sua verdade, a colocá-la em discurso, na problemática ambiental o dizer verdadeiro é prerrogativa discursiva de uma

⁵Paul Virilio (2008, p.105) se propõe a ampliar a consciência das dimensões afetadas pela degradação do Planeta ao observar que, “Depois da tomada de consciência – e quão legítima ela o é para nós terráqueos! - da poluição da natureza, não seria conveniente que nos dedicássemos a estudar também esta poluição das dimensões naturais ocasionada pelo desenvolvimento das tecnologias de tempo real?”

autoridade. O discurso ambiental é, geralmente, discurso verticalizado e, nessa medida, um discurso predominantemente, mas não exclusivamente, científico.

Com efeito, em todas as sociedades contemporâneas são preparados incessantemente, especialistas incumbidos de analisar, descrever, especificar o processo de degradação da natureza e de revelar a verdade sobre nossa relação com ela. Mais ainda: anuncia-se a centralidade dessa relação, sua qualidade emblemática e de fundamento para se compreender nossa época e encontrar as soluções para seus dilemas. O que objetiva essa profusão tão intensa, diversa e consistente do discurso ambiental? A que concerne esse conjunto amplo de instituições e organizações governamentais, multilaterais e da sociedade civil que não cessa de crescer em todas as escalas geográficas? Trata-se, e é o que me coloquei como tarefa estudar, de uma singular fabricação discursiva e institucional da verdade. A caracterização como uma fabricação discursiva e institucional da verdade não alude a um caráter "ficcional", não diz respeito a uma farsa, a uma ilusão, a uma produção ideológica voltada a enganar, a velar, a iludir; diz respeito, antes, à produção histórica da verdade.

Foucault (2008 b, p.27) observa que "a política e a economia não são nem coisas que existem, nem erros, nem ilusões, nem ideologias. São algo que não existe e que está inscrito no real, derivando de um regime de verdade que partilha o verdadeiro e o falso." Tal produção histórica da verdade tem uma tríplice função em uma tecnologia de poder: em relação ao saber, no jogo de regras que conformam as práticas discursivas; em relação ao poder, em que aqueles jogos atuam legitimando estratégias e táticas de poder presentes nas diferentes práticas sociais; em relação à ética, no apoio, que os jogos de regras discursivas dão aos diversos processos de subjetivação.

Estamos diante de um processo de formação de um regime ambiental de verdade que funciona como sustentáculo de uma tecnologia de poder de ampla e versátil plasticidade, que se impõe a indivíduos, populações, empresas e governos. A verdade ambiental "(...) como toda verdade exige obediência". (VEYNE, 2009, p.100).

As relações com a natureza foram constituídas como problema em um jogo de poder que implica a centralidade do mundo físico como valor para a experiência individual, mas que envolve, não obstante, a subjetivação de empresas e Estados-Nação. Não se trata, portanto, de negar a existência de abordagens anteriores sobre a degradação da natureza, mas de acentuar a especificidade desta problematização, única na história, que tem efeitos

decisivos, os quais precisam ser visibilizados, como governamentalidade e processo de subjetivação em que operam mecanismos de regulação e de normalização, técnicas de governo e técnicas políticas de controle sem antecedentes históricos.

Postulo que a problematização das relações com a natureza fez emergir a tecnologia de poder que denomino ‘dispositivo da natureza’; uma instância política modelada no saber, no poder e na subjetivação, à qual corresponde um tríplice ordenamento: no que diz respeito ao saber, um “regime de verdade”, formado por um campo de discursividade que obedece a formas de dizer verdade e a um regime de luz, um campo de visibilidade, que condiz com ver e fazer ver; no âmbito do poder, um diagrama de forças: as estratégias, táticas, manobras e técnicas políticas que respondem pelo exercício do poder, ou ao domínio próprio do dispositivo; na ética, as linhas de subjetivação, que geram os processos de subjetivação.

Mas, afinal, o que é um dispositivo de poder? Trata-se, como foi dito, de uma tecnologia de poder que funciona dentro de uma economia geral de poder. Deleuze (1996, p. 84-85) usa a metáfora do novelo, linhas que se enredam, “(...) que se entrecruzam e se misturam acabando uma nas outras, ou suscitando outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamentos.” Fala de uma filosofia do dispositivo e afirma que aquilo que Foucault chama de dispositivo é o mesmo que ele e Felix Guattari chamam de agenciamento, mas deixemos a Paul Veyne (2009, p.86) a resposta a essa pergunta. "O dispositivo é menos o determinismo que nos produz que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem o nosso pensamento e a nossa liberdade"; “[...] é menos um limite posto à iniciativa dos sujeitos do que o obstáculo contra o qual esta se manifesta."

De fato, encontro-me, com o conceito de dispositivo, ante um dos recursos mais importantes da “caixa de ferramentas” de Foucault, e se o vemos falar em dispositivo de aliança, em dispositivo carcerário, em dispositivo de poder, em dispositivo de saber, em dispositivo disciplinar, é, efetivamente, em relação ao dispositivo disciplinar e ao dispositivo de sexualidade que temos formulações mais elaboradas para esse conceito abordado de forma mais direta na entrevista de 1977, concedida a Alam Grosrichard e publicada na França sob o sugestivo título de “O jogo de Foucault”. Instigante, na medida em que deixa subentendido que aí se encontram alguns elementos, procedimentos e manobras de um trabalho analítico⁶ capaz de especificar aspectos significativos do enfoque foucaultiano. De fato, foi o próprio

⁶No Brasil, esse texto foi publicado na obra **A microfísica do poder**, sob o título “Sobre a história da sexualidade.” A publicação com o título citado é do volume II de *Ditos e escritos* da primeira edição francesa.

Foucault, no começo dessa entrevista, que observou: “Acho que é a primeira vez que encontro pessoas que querem participar do jogo que proponho em meu livro”.

Digamos, então, que se trata não apenas de apreender esse jogo que recusa a totalização, mas do empenho de jogá-lo. Com efeito, é preciso, inicialmente, se perguntar se não estaríamos apanhados por uma onda de disseminação, de vulgarização, de uma inflação de dispositivos.⁷ Talvez se possa encontrar alguma positividade, alguma eficácia produtiva para essa indagação, buscando problematizá-la. Penso que o giro que multiplica os dispositivos possa não estar centrado no plano das práticas analíticas, mas na dinâmica de funcionalidade da economia geral do poder contemporâneo. É certo que não existe apenas uma, mas diversas estratégias operando nessa economia geral do poder. Penso tratar-se, não obstante, de um processo mensurável, regido por mecanismos passíveis de análise, e não de um vetor do múltiplo que faria passar o conceito de dispositivo por uma indeterminação muito distante das indicações do enfoque de Foucault.

O biopoder, em sua funcionalidade, multiplica as formas de poder, as engrenagens que o sustentam, desdobra suas estratégias, territorializa e reterritorializa sem cessar novos domínios; conecta e reconecta, num fluxo dinâmico, as formas da microfísica do poder com aquelas da macrofísica do poder. É preciso considerar a transversalidade e as diferenças entre os dispositivos. Foucault afirmou que o dispositivo da sexualidade é uma das maiores tecnologias de poder da modernidade, fato que pressupõe a diversidade deste tipo de tecnologia de poder.

Perante à constatação de uma crise da crítica (BOLTANKY e CHIAPELLO, 2009), talvez se devesse falar tanto da existência de déficits analíticos, no sentido de que o trabalho de tornar transparente, de tornar visíveis os domínios, as estratégias, as técnicas, os mecanismos e as relações de poder no capitalismo contemporâneo ainda se constitua em um horizonte analítico a percorrer, quanto da necessidade de se questionar a profusão de análises críticas nos termos de suas referências teórico-políticas. Se conceitos com a complexidade teórica dos termos biopolítica e dispositivo são usados à exaustão, submetidos a desgastes e à vulgarização, é preciso politizar, a meu ver, não os usos da caixa de ferramentas, mas o exercício da crítica, não para resguardar a potência das ferramentas foucaultianas, mas para indagar pela condição política dos estudos foucaultianos no País.

⁷ Alguns autores brasileiros postulam a existência de dispositivos: Turcheman, 2007; Lima, 2010; Wilke, 2008, Marcello, 2007, Carvalho, 2009, entre outros.

Em suma, diante da ameaça de uma inflação de dispositivos, uma vez que qualquer conceito está sujeito a usos abusivos, ou inconsistentes, a passar por modismos e, nesse sentido, sofrer desgastes, é preciso se perguntar, o que fazer, nesta situação. Em relação ao conceito de dispositivo, é aconselhável seguir as ‘recomendações de prudência’ formuladas por Foucault no texto “O jogo de Foucault”. O que nos diz aí o filósofo da “Política da verdade”? Com efeito, os seguintes elementos de uma definição do conceito de dispositivo de poder são disponibilizados:

- a) - Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 137-139).
- b) - (...) entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (P. 137-139).
- c) - O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (P. 137-139).
- d) - (...) o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a *épistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos. (P. 137-139).

Na continuidade, considero esses elementos da definição de dispositivo. De forma geral, entendo que essas características repercutem umas nas outras. Vejamos cada uma delas em suas especificidades e relações.

Em relação ao primeiro item, temos a referência à composição do dispositivo. Trata-se de um conjunto heterogêneo, formado por elementos discursivos e não discursivos. Foucault (2007, p 139) observou, em relação a esse conjunto, que, “entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.” Não se trata, portanto, de uma rede equilibrada, fixada, com um perfil definido desde sempre. Ao contrário, temos aí lutas, assimetrias, confiscos e embates, mobilidade, fluxos, produções de sentidos que diferem e/ou confluem, segundo as relações de força. A heterogeneidade e o confronto de suas partes constitutivas conformam a invariância do conceito de dispositivo em Foucault.

Penso na importância de se levar em conta a ênfase que Paul Veyne (2009, p.100) coloca sobre as relações saber-poder. Ele cita uma passagem de 1978, na qual Foucault (2008a, p.22) afirma: “O que está em jogo em meu trabalho é mostrar como o acoplamento entre uma série de práticas e um regime de verdade forma um dispositivo de saber-poder.” Por outro lado, no item “e” do rol de características do dispositivo acima apresentado, vemos

Foucault enfaticamente dizer: “É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.”

Deleuze (1996), no artigo intitulado *O que é um dispositivo?*, apresenta uma resposta para essa indagação que aponta não para uma natureza ou essência do dispositivo, mas para a sua funcionalidade. A leitura deleuziana do dispositivo de poder em Foucault identifica a existência de quatro regiões, duas que respondem pelo domínio do saber: *as linhas de visibilidade*, que dizem respeito às condições de possibilidade do que se vê; *as curvas de enunciação*, que tratam daquilo que se pode dizer; e duas que respondem pelo domínio do poder: *as linhas de força* que, de certo modo, ratificam as anteriores ao operar idas e vindas entre o ver e o dizer, e *as linhas de subjetivação*, que assinalam a situação em que a linha de força, ao invés de afetar outra força, afeta a si própria. Se o dispositivo pode ser definido, nas palavras de Deleuze (1996), como um “complexo saber-poder” composto de linhas e de curvas de poder e saber, fica claro que sua composição consiste, de fato, de elementos que guardam as especificidades que correspondem às dimensões do saber e do poder. Ora, na sua definição, Foucault enumera elementos desse conjunto heterogêneo que atendem a tais especificidades: “(...) discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.”(Deleuze, 1996, p.89).

Se a composição do dispositivo consiste em um conjunto heterogêneo, sua efetividade é dada pelo fato de ele ser “a rede que se estabelece entre os elementos do conjunto.” (FOUCAULT, 2007, p. 137).

O segundo item concerne a uma primeira função, ou razão, da existência do dispositivo. O dispositivo é um tipo de formação, portanto, constitui processos que tendem à regularidade e têm como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Com efeito, Tucheran (2008, p.3) observa que “o fator temporal é intrínseco ao dispositivo: ele se atualiza no tempo, se considerarmos toda atualização como uma repetição em que se lançam germes de diferenciação.” Considerando a gênese do dispositivo, Foucault (2007, p. 139) observa:

(...) vejo dois momentos essenciais nesta gênese. Um primeiro momento é o da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo na medida em que engloba um duplo processo: por um lado, processo de *sobre determinação funcional*...;por outro lado, processo de perpétuo *preenchimento estratégico*. (Foucault, 2007, p. 139)

Esse mecanismo é explicitado por Tucheran (2008) com as seguintes palavras:

Por sobre determinação funcional, entende-se que cada efeito do dispositivo, seja ele positivo ou negativo, exige necessariamente a rearticulação: de todos os outros elementos

da rede com essa nova produção. No mesmo sentido, a ideia de preenchimento estratégico comporta a reutilização imediata de um efeito involuntário do dispositivo em uma nova e produtiva estratégia. (Tucherman, 2008, p. 3).

O terceiro item das características identificadas nas formulações de Foucault diz respeito ao fato de um dispositivo estar sempre inscrito em um jogo de poder e de estar ligado a uma ou mais configurações de saber que o condicionam, mas que são formadas a partir dele. O dispositivo de poder compõe um ordenamento específico de poder, que é atravessado e transversalizado por outros dispositivos de poder e por outras estratégias que conformam a economia geral de poder em um determinado contexto histórico. Entendo que, internamente, na sua funcionalidade, na dinâmica entre seus elementos, ocorrem lutas, instabilidades e desequilíbrios que correspondem a jogos de forças, a embates não sistemáticos entre as forças em jogo. Por outro lado, em termos da exterioridade aos seus elementos, o dispositivo faz frente, participa, compõe um campo de forças em que figuram outros dispositivos, outras tecnologias e estratégias de poder, que partilham jogos de poder que os atualizam e lhes demarcam a funcionalidade.

O quarto item concerne à correspondência entre dispositivo e episteme. E aí temos um aspecto que revela um pouco mais a complexidade do conceito de dispositivo em Foucault, pois o conceito de episteme é uma noção com um designo geral, que abarca em sua configuração o saber de uma época, e para cada época existe apenas uma única e mesma episteme que coexiste com outros dispositivos, já que, segundo Foucault, a episteme é um tipo específico de dispositivo do domínio do saber, cujos elementos constitutivos são apenas discursivos, enquanto o dispositivo de poder é constituído por elementos discursivos e não discursivos. Em suma, o dispositivo admite diversidade de formas e se atualiza em âmbitos diferenciados.

Foucault fala de cerca de sete ou mais dispositivos: dispositivo de Aliança, dispositivo disciplinar, dispositivo carcerário, dispositivo de sexualidade, dispositivo de saber, dispositivo de verdade e dispositivo de subjetividade (Castro, 2009, p.124). Não constitui em si mesmo um problema a meu ver, a continuidade desse trabalho de identificar e analisar tais tecnologias de poder. Trabalho que consiste, segundo Tucherman (2008, p.3), seguindo Deleuze, em “(...) debruçar-se sobre suas linhas, curvas e forças, desemaranhando este complexo novelo luminoso.”

Retorno, aqui, à questão da proliferação de dispositivos, uma questão que tem tanto implicações políticas quanto teóricas. O dispositivo, para Foucault, é um conceito que busca dispor de uma tecnologia de poder de caráter geral. Assim, é mais geral que o conceito

de episteme, mas difere deste por ser diverso, tanto na natureza quanto na forma. Algumas especificidades do conceito de dispositivo, como o fato de estar ligado a uma ou mais configurações de saber, de participar de um jogo de poder, de responder a uma urgência, de consistir em um conjunto heterogêneo de elementos pertencentes ao domínio do saber e do poder, dentre outras características, podem servir de apoio a se reconhecer no campo dos fatos sociais os mecanismos que poderiam ou não ser identificados como um dispositivo de poder.

2.4.1 A biopolítica em Foucault

As formulações teóricas sobre a biopolítica em Foucault foram realizadas entre os anos de 1974 a 1979 e se desenvolveram em torno de cinco temas pontuais, a saber: saúde, guerra-racismo, sexualidade, segurança e economia (Farhi Neto, 2010; Gadelha, 2010, Castro, 2011). No curso *Em defesa da sociedade*, Foucault descreve a biopolítica e pontua os primeiros objetos que impulsionaram sua constituição, mas faz uma observação que deixa aberta a possibilidade de se identificar novos campos e objetos de intervenções biopolíticas quando afirmaque: “Enfim, último domínio (enumero os principais, em todo caso os que aparecem no final do século XVIII e no início do século XIX; haverá muitos outros depois) [...]”. (Foucault, 2002, p. 292).

As principais referências da biopolítica constam dos seguintes cursos:*Em defesa da sociedade*, de 1975-1976, do curso *Segurança, Território e População*, de 1977-1978;*O nascimento da biopolítica*, de 1978-1979; do volume 1 de *História da sexualidade - A vontade de saber*(2009). As formulações teóricas que têm importância direta, mas não exclusiva, para esta investigação dizem respeito ao domínio da saúde e suas referências consistem do texto “La politique de La santé au siècle XVIII (1976), das conferências realizadasno Brasil, em 1974: *Crise da medicina ou crise daanti-medicina*, *O nascimento da medicina social* e *O nascimento do hospital*;da conferência *Desvios religiosas e saber medical*, no Colóquio Royaumont, coordenado por Jacques Le Goff, em Paris, no ano de 1962, e do texto *Médicos, juízes e bruxos no século XVII*, publicado na *Médecine de France*, nº 200, p. 121-128, em 1969. Não é certo que essas referências perfaçam a totalidade das contribuições teóricas de Michel Foucault sobre biopolítica, mas têm boa proximidade com a composição desse arco. Nesta apresentação, voltada a delinear os elementos centrais das elaborações teóricas de Foucault, adoto como fio condutor as formulações da última aula do curso de 1976 e integro, quando necessário, outras referências.

Castro (2006) postula a existência de três enfoques da biopolítica em Foucault:na transformação biologicista e estatal da “guerra das raças”, na forma do racismo moderno, o racismo de Estado;na passagem da soberania ao biopoder, em torno de direito de vida e morte; por fim, associada à racionalidade política moderna, no estudo da razão de Estado e do liberalismo, na forma da governamentalidade. Portanto, na perspectiva da abordagem de Foucault, a biopolítica como forma de poder exerce-se a partir do racismo de Estado, do modelo “fazer viver e deixar morrer”, e como governamentalidade.

Na aula do dia 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault situa o biopoder no marco cronológico do século XIX. “Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder, se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico”. (FOUCAULT, 2002, p. 286).

Esse poder que se exerce sobre a vida e que Foucault denominou de biopoder fez surgir dois tipos de racionalidade política, duas tecnologias de poder que se exercem de forma complementar sobre a vida. A disciplina, que surge entre o final do século XVII e início do século XVIII, e a biopolítica, que surge no final do século XVIII. Considerando essas duas racionalidades, Foucault (2002) afirma:

[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados e eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. (P. 289)

A disciplina é definida como uma anátomo-política do corpo humano e por se exercer sobre o corpo individual demandara menor complexidade para seu exercício; enquanto a biopolítica, que incide diretamente sobre processos biológicos da espécie humana - como a natalidade, a morbidade, a longevidade, o envelhecimento, dentre outros processos biológicos, que, portanto, é exercida sobre as massas, sobre coletividades, sobre grandes conjuntos populacionais -, é identificada como uma tecnologia mais onerosa, mais difícil e que demanda maior complexidade de coordenação e mais recursos. Por isso, a disciplina surge primeiramente, e a biopolítica, em um momento posterior, no contexto histórico europeu de formação do mundo capitalista.

Segundo Foucault, os primeiros objetos de intervenção do novo poder são os processos biológicos da espécie humana, como a natalidade, que deu lugar à demografia e a estatística; a morbidade, que fez surgir a medicina social e técnicas de governo, como a higiene e a saúde pública e a processos de intervenções, como a medicalização da sociedade; a longevidade e o envelhecimento, que permitiram a introdução de mecanismos de poder, como os seguros, as poupanças individuais e coletivas, a seguridade, entre outros.

Nessa apresentação da biopolítica, Foucault situa o que hoje é posicionado como *questão ambiental*, como uma problemática biopolítica, ao indicar que as relações com o meio ambiente integram as primeiras formas de intervenções biopolíticas que surgem entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. De fato, uma vez que a medicalização da sociedade se exercia, em certa medida, como o que hoje constitui as políticas ambientais, não resta dúvida sobre a natureza biopolítica desse âmbito de intervenções do poder. Mas o fato é que Foucault (1979) elucida diretamente o pertencimento dos fatos ambientais ao âmbito das intervenções biopolíticas quando revela que os elementos e as questões que, na atualidade, conformam a problemática ambiental, estavam entre “alguns dos pontos a partir dos quais se constitui essa biopolítica”. (Foucault, 1979 p. 292). Ou seja:

[...] a preocupação com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos, e seu meio, seu meio de existência – sejam os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico: os problemas, por exemplo, dos pântanos durante toda a segunda metade do século XIX. E, igualmente, o problema desse meio, na medida em que não é um meio natural e em que repercute na população; um meio que foi criado por ela. Será, essencialmente, o problema da cidade. (Foucault, 1979 p. 292)

A caracterização da questão ambiental como problemática biopolítica leva à descrição de elementos do âmbito da “saúde ambiental” que são distintos das características assinaladas por Foucault no contexto histórico dos séculos XIX e XX. Essa aproximação permite indicar o contraste entre o século XIX e a contemporaneidade, em que, no primeiro período, as relações com o meio eram regidas pelo saber-poder médico, constituído no apoio estratégico ao Estado. E a condição atual, em que existe estatização forte na regulação das relações entre sociedade e o meio, e a substituição, nesse processo, de um saber-poder medical por um saber-poder ambiental. Enquanto o saber-poder medical atuava em suporte ao Estado, o saber-poder ambiental implica tanto o Estado quanto (ou mais) a forma empresa. Essa questão será abordada mais adiante.

Retorno à caracterização da biopolítica em Foucault. Alguns pontos precisam de destaque, entre eles o objeto de intervenção da biopolítica. Essa tecnologia difere da disciplina, que incide sobre o indivíduo e seu corpo; difere também da soberania, que lidava com o indivíduo e a sociedade. A biopolítica se distingue, em relação àquilo com que trata, tanto da soberania quanto da disciplina por lidar com um objeto que só aparece entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Trata-se da noção de população. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo

científico e político, como problema biológico, e como problema de poder, acho que aparece neste momento.” (FOUCAULT, 2002 p. 293).

Que elementos especificam a natureza dos fenômenos populacionais sobre os quais atua a biopolítica? A biopolítica é uma intervenção de poder que dispõe de um objeto original em relação ao código jurídico e à forma disciplinar, objeto que consiste na população como fenômeno, simultaneamente biológico e de poder, ou seja, ao mesmo tempo um fato científico e um fato político. Diz respeito a fenômenos coletivos, que só aparecem em seus efeitos econômicos e políticos; que concerne a fenômenos que se inscrevem na ordem temporal, na duração, daí sua natureza serial. Mas como funciona essa tecnologia de poder, esse novo poder que passa a incidir efetivamente na modernidade com o funcionamento do sistema capitalista? Neste ponto, Foucault (2002) é, como sempre, claro:

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai se preciso modificar, baixar a morbidade; vai se preciso encompridar a vida; vai se preciso estimular a natalidade. E trata-se sobretudo de manter mecanismos reguladores (...) mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenha estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (Foucault, 2002, p. 293-294)

Temos, portanto, que a biopolítica é a modalidade de poder que tem a função de regulamentação da vida; e nisso se distingue da disciplina, enquanto forma de poder dedicado a disciplinar o corpo, e da soberania, que se exerce tendo a morte por substrato ou fundamento.

2.4.2 Da soberania ao biopoder: um modelo para a biopolítica

De fato, é preciso ter em conta a existência de oposição global entre a soberania e o biopoder e o fato de que essa oposição efetiva-se frente à dupla articulação do biopoder, isto é, na forma do poder disciplinar e na modalidade da biopolítica. Em que consiste essa oposição global entre o biopoder e a soberania? Por outro lado, como se distinguem o poder disciplinar da biopolítica? De fato, é preciso considerar tanto as distinções quanto a complementaridade entre disciplina e biopolítica, uma vez que é nos elementos de conjunção dessa tecnologia que temos configurado, mais decisivamente, as especificidades do biopoder; e, ao mesmo tempo, é naquilo em que diferem, que é possível apreender a funcionalidade de uma e de outra e, portanto, a funcionalidade política da sociedade regida pelo biopoder.

No início da aula de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2002) apresenta um modelo para explicar o funcionamento da disposição de poder que denomina de soberania e para explicar o funcionamento da tecnologia de poder que denomina de biopolítica. Para a soberania, o modelo tem a seguinte formulação: “fazer morrer e deixar viver”; para o biopoder, o enunciado assume a forma: “fazer viver e deixar morrer”. A identificação desse modelo com a biopolítica é bastante clara (Foucault, 2002 p. 294):

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do biopoder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver” (Foucault, 2002 p. 294).

O argumento de Foucault permite dizer que a morte é o substrato do poder na soberania, uma vez que “[...] não há, pois, simetria real nesse direito de vida e de morte.” (FOUCAULT, 2002, p. 287). Logo, não existem intervenções nesse ordenamento de poder para fazer viver. O poder sobre a vida é o poder de suprimi-la ou deixá-la seguir seu curso que não é, em absoluto, natural, mas histórico, isto é, político. O gládio representa este modelo de funcionamento da soberania. O modelo da biopolítica inverte a formulação do modelo da soberania. A intervenção não tem por finalidade a morte, mas a vida. A soberania é ativa em relação à morte, faz morrer, enquanto a biopolítica é ativa em relação à vida, isto é, faz viver. As duas formas têm um agir ativo e um agir passivo. E contrastam nas duas formas, ou seja, a soberania é ativa na morte e passiva na vida. É possível expressar essa condição na fórmula: fazer morrer - não fazer morrer. No ordenamento do biopoder, a forma ativa é em relação à vida, e a explicitação do modelo poderia ter o seguinte enunciado: fazer viver - não fazer viver. Com efeito, a forma é passiva porque o que distingue a biopolítica é sua relação com a

vida, relação que Foucault caracterizou como positiva em oposição à soberania, em que o poder tem seu fundamento na morte, portanto no negativo. Os dois verbos que estruturam o modelo marcam o polo ativo e o polo passivo do exercício do poder. O fazer, na forma ativa, e o deixar, na passiva. A soberania é ativa quando mata, e passiva quando não mata. A biopolítica é ativa quando faz viver, e passiva quando não faz viver. Tal formulação implica a ausência de intervenções efetivas, como técnicas, mecanismos ou outros procedimentos em relação à vida para a soberania, e em relação à morte para a biopolítica. É preciso, contudo, ter em conta que são intervenções de poder, e que o passivo, na biopolítica, pode ser tão letal, em algumas situações, quanto suprimir a vida. O ativo e o passivo, portanto, dizem respeito à natureza positiva ou negativa do ordenamento de poder. A intervenção é passiva quando contraria a natureza negativa da soberania; na biopolítica, a intervenção é passiva quando contraria a natureza positiva desse poder. Em outras palavras, a potência da soberania é fazer morrer, e a potência da biopolítica é fazer viver.

Assim, identifico, em Foucault, no plano teórico-metodológico, esse importante modelo para descrever intervenções biopolíticas. Logo, uma vez que a potência da biopolítica é positivar a vida, as formas de ingerência entre técnicas de governo, mecanismos de regulação e controle, os meios de normalização deverão reger-se no dístico: fazer viver.

Mas que formas passivas de intervenção são possíveis identificar e como se inscrevem nas atuais biopolíticas ambientais? Mata-se em nome da vida nas intervenções da atual biopolítica ambiental brasileira? São indagações que direcionam para alguns problemas e ocorrências das políticas e lutas ambientais do Brasil que serão tratadas nesta investigação. Dentre elas, constam políticas de natalidade ativas no País (posicionadas como problema ambiental), em que a disseminação das cirurgias de ligaduras de trompas, financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incidem sobre mulheres jovens, muitas na condição de adolescentes, e configuram, no Brasil, um verdadeiro processo de esterilização feminino, que identifico como meio de matar a vida em nome da vida. Um exemplo, de forma de resistência é a existência, no País, de um Movimento dos Alagados, grupos indígenas e ribeirinhos que lutam na região Norte do país contra as construções de barragens e hidroelétricas nos rios. Melhor dizendo, lutam para tentar impedir a destruição de suas formas de vida; ou ainda, no Nordeste brasileiro, o caso da transposição das águas do rio São Francisco, que, como as intervenções na região Norte, “deixam morrer” ou seria mais acertado dizer: “fazem morrer” as condições de existência de inúmeros segmentos populacionais. Nesses casos, como nas intervenções de controle de natalidade, não se trataria de manifestações de um racismo de

Estado, de formas indiretas da função assassina do Estado? Parece-me que é, claramente, do que se trata.

A forma positiva desta expressão biopolítica enseja um amplo e complexo processo de subjetivação que denomino “biopedagogia” em suporte no que descrevo como “patologização” da natureza e na incitação a práticas voltadas a (“fazer viver”) cuidar, zelar, proteger, salvar a natureza. Descrevo essa questão no capítulo seis desta pesquisa.

2.4.3 Biopolítica, racismo e desenvolvimento

Ao tratar da questão da negatividade, a qual, historicamente inscreveu-se no funcionamento da disposição de poder, digamos pré-capitalista, negatividade que tem a forma do assassinio, que está ligada ao ato de infringir a morte Foucault introduz a questão do racismo moderno, chamado por ele de racismo de Estado e que diz respeito à função assassina do Estado. Foucault (2002) se pergunta como é possível a relação do biopoder com a morte. Como se torna possível matar, para um poder como o biopoder? E considera que

Então, nessa tecnologia de poder que tem como objeto e objetivo a vida (e que me parece um dos traços fundamentais da tecnologia do poder desde o século XIX), como vai se exercer o direito de matar e a função do assassinio, se é verdade que o poder de soberania recua cada vez mais e que, ao contrário, avança cada vez mais o biopoder disciplinar ou regulamentador? Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como nestas condições, é possível para um poder político matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos, mas mesmos seus cidadãos? (P. 3003-304).

A resposta de Foucault (2002), é que aquilo que tornar possível no funcionamento de um poder, na modalidade do biopoder, “fazer morrer”, é o racismo na forma moderna, isto é:

A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. [...] Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. (...) A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. (P. 304).

É como se um dos elementos cruciais do ordenamento da soberania, o poder de matar, o direito de matar se constituísse em um dos aspectos sem o qual o poder, na sua realidade histórica, não pudesse existir; e sua existência implicasse, de fato, o negativo, demandasse condições e possibilidades bem determinadas que, na atualidade, passam pelo racismo e pela guerra. Assim, Foucault (2009b) observa que,

Contudo, jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardada as proporções, os regimes haviam até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações, (...) As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. (P. 149).

São formulações que lançam luz sobre muitos problemas contemporâneos, dentre eles a os problemas ambientais, diretamente afins à problemática ambiental brasileira. Como explicar, pois, as intervenções ambientais que configuram o assassinato passivo das etnias indígenas que habitam, nos dias de hoje, a Bacia do Xingu, com a construção da hidroelétrica

de Belo monte, senão pelo racismo de Estado, a partir dos temas do evolucionismo? Foucault (2002) observa que

No fundo, o evolucionismo [...] tornou-se, com toda naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológico o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente a maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história da sociedade com suas diferentes classes etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los. [...] O racismo vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funciona no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo. (P. 307).

O desenvolvimento é, na verdade, um dos temas do evolucionismo. A teoria do desenvolvimento, entendido como técnica de governo, como expressão da governamentalidade, se configura, desde o início dos anos de 1970, na política energética brasileira, que se exerce sobre inúmeras populações camponesas, ribeirinhas e indígenas. O caso do Parque do Xingu, já citado, com a construção da hidroelétrica de Belo Monte, ilustra claramente essa forma de racismo de Estado que se vê na necessidade de matar⁸ algumas das últimas etnias indígenas das terras baixas Sul-americanas. Mata-se, nesse caso, em nome do desenvolvimento. Isto é, como afirma a declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, de 1992, a ECO 92, “qualidade de vida”. Logo, matar em nome do desenvolvimento é fazê-lo em nome da vida. Esse problema, a desestabilidade das condições de vida das populações indígenas do Xingu pelo Estado brasileiro contemporâneo, é analisado neste estudo no capítulo dedicado à biopolítica ambiental, na seção sobre licenciamento ambiental.

⁸Foucault esclarece que: “É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a rejeição, etc” (2002, p, 306).

2.4.4 Técnicas e tecnologias de poder

Tanto a biopolítica quanto a disciplina se opõem à soberania, cada uma na sua especificidade. A biopolítica, na medida em que é uma forma de poder ativa em relação à vida, se opõe de forma global à soberania posicionada no “fazer morrer”. Já a disciplina se opõe a soberania de forma mais pormenorizada, quase termo a termo às suas características. A disciplina e a biopolítica, como visto anteriormente, são racionalidades distintas do biopoder, contudo, seus mecanismos têm uma mesma finalidade, ou seja, são “[...] destinados, em suma, a maximalizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes.” (FOUCAULT, 2002 p, 294).

Antes de debruçar-me sobre as distinções entre essas duas racionalidades políticas do biopoder, abordarei seus elementos de complementaridade e as distinções entre disciplina e soberania. Quanto à complementaridade é necessário, mais uma vez, dar a palavra a Foucault:

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar da mesma forma ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo, e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. A norma é o que se aplica tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. (FOUCAULT, 2002, p. 302).

A norma é, assim, o elemento de conjunção entre a biopolítica e o sistema disciplinar; é o elemento que, ao implicar simultaneamente as duas racionalidades técnicas do biopoder, confere unidade ao seu funcionamento, daí a ideia de sociedade de normalização. Assim, Foucault (2002) esclarece que:

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação de outra. (P. 302).

A sociedade de normalização, entendida como aquela em que a norma opera em uma dupla racionalidade, ou seja, tanto na anátomo-política do corpo humano quanto na biopolítica da população, é a que se instaura com a modernidade capitalista. Foucault fala de sociedade disciplinar e de sociedade de segurança ou controle. Nesse caso, tanto uma quanto a outra são sociedades de normalização. Não é a norma que distingue essas duas formas de configuração política da organização social, mas, ao contrário, é o que têm em comum e o que

as distingue da soberania; o que não significa que o processo de normalização em uma e em outra seja o mesmo.

Na sociedade disciplinar, a racionalidade disciplinar dominou, e isso ocorreu por toda a modernidade, isto é, do fim do século XVII e no decorrer do século XVIII até meados da segunda metade do século XX. A sociedade de controle é a formapolítica da sociedade contemporânea e é também uma sociedade da norma. Na sociedade de controle, os mecanismos e as técnicas de regulamentação predominam tanto sobre as técnicas da soberania quanto sobre as técnicas da disciplina, que não estão ausentes no funcionamento do poder nessa forma de sociedade.

Quadro 1 - Características das disposições de poder, segundo Foucault

Ordenamento ›	Soberania	Disciplina	Controle
Modelo referencial	Família	Panóptico	<i>Staatmedizin</i>
Substrato do poder	Morte	Corpo	Vida
Elemento nuclear	Lei	Norma	Norma
Vigência histórica	Antiguidade	Modernidade	Contemporânea
Objeto ou espaço de intervenção	Território	Corpo humano	População
Relação com a norma	Normatividade	Normação	Normalização
Objetivo	Confisco	Produzir forças	Produzir a vida
Saber referencial	Jurídico	Pedagogia, engenharia militar	Biologia, demografia, estatística, economia
Fator comum	Multiplicidade		

FONTE: O AUTOR

Segundo Foucault, uma diferença de meio século separa o surgimento da disciplina sobre a biopolítica, no contexto da Modernidade. Por outro lado, por cerca de dois séculos e meio, a modernidade viveu a sociedade disciplinar. A partir dos anos de 1960, surgiram os indicativos da nova configuração política de sociedade com a emergência da sociedade de controle. Trata-se, é claro, da dominância de um ordenamento sobre os outros dois, na determinação da funcionalidade política do período.

Nem Foucault nem Deleuze explicitam ou destacam, me parece, a condição da sociedade de controle como sociedade biopolítica. O que predomina, nesse momento histórico, contudo, é o poder regulamentador, a biopolítica, o governo da população e suas intervenções na forma do racismo de Estado, no modelo “fazer viver, deixar morrer” e nas formas da governamentalidade liberal e ambiental. Tais intervenções fazem funcionar técnicas de governo, processos, relações de poder e jogos de poder regidos na forma da segurança. Assim, na problemática desta investigação, identifico em um plano de maior abrangência a governamentalidade ambiental, em que funciona a tecnologia de poder, que posiciono como dispositivo de segurança, o dispositivo da natureza; duas biopolíticas: a biopolítica ambiental – que normaliza o domínio econômico da empresa, e o Racismo de Estado da Política Energética Nacional e o processo de subjetivação que descrevo como “biopedagogia”.

Assim sendo, os termos de um diagnóstico do presente, o delineamento da configuração política da sociedade contemporânea como sociedade de controle e de uma tecnologia de poder como o dispositivo da ambientabilidade fazem-se sem o contraponto de um lastro histórico amplo, como no caso da soberania e da disciplina. É esse lastro histórico que facultou as descrições pormenorizadas do funcionamento da soberania. Da mesma forma, para o funcionamento do sistema disciplinar, de suas técnicas e procedimentos, e a própria comparação do sistema disciplinar que Foucault (2006, p. 57) realiza: “Creio que podemos opô-lo quase termo a termo ao poder de soberania.” Outrossim, é preciso considerar tanto a complementaridade entre disciplina e biopolítica quanto a coexistência com os elementos da soberania, nos momentos históricos em que cada uma das três disposições de poder tem o domínio.

No postulado da existência da soberania, da disciplina e do controle, é nítida a recusa da linearidade histórica, com apoio na ideia de um progresso das técnicas de poder, ou de uma evolução política da sociedade. A afirmação de Foucault (2008b): “Não há a era do legal, a era da disciplina, a era da segurança.” (FOUCAULT, 2008b, p. 11) significa tanto a recusada ideia de linearidade, de sucessão histórica, quanto de um descontínuíssimo radical; no lugar disso, um processo de complicação, de complexificação, na dinâmica das correlações múltiplas entre as tecnologias de poder e as técnicas diversas no interior do complexo político de um dado período histórico.

As correlações entre os mecanismos das três formas de ordenamento de poder pode ocorrer ainda para um setor ou tipo específico de mecanismo de poder. O exemplo

importante para essa investigação pode ser percebido quando se pensar esse processo em relação ao *dispositivo da natureza*. Trata-se de descrever essas correlações, identificar a presença de procedimentos disciplinares e da soberania funcionando no interior desse dispositivo.

De fato, é preciso descrever o dispositivo de poder em estudo a partir destas pontuações teórico-metodológicas indicadas por Foucault (2008bp. 14), que situa a “sociedade de controle” na seguinte demarcação: “A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina.”

2.4.5 As distinções da regulamentação

Passaremos, a seguir, a analisar as características do poder regulamentador. Os dispositivos biopolíticos de segurança, ou poder regulamentador, são apresentados por Foucault a partir de quatro características: a) uso do espaço; b) tratamento do aleatório; c) forma de normalização; d) correlação técnica de segurança - população. Vejamos, primeiramente, cada uma das três últimas especificidades; e, por fim, a primeira - o uso de espaço -, por sua importância para esta investigação.

2.4.6 O tratamento do aleatório

Ao analisar a dimensão do acontecimento nos dispositivos biopolíticos de segurança a partir do exemplo da escassez alimentar, na forma da relação do governo com o acontecimento, Foucault (2008a) identifica o conceito jurídico-moral de má natureza humana e o conceito cosmológico-político de má fortuna como as duas referências com as quais, antes ainda dos séculos XVII e XVIII, se posicionava a escassez alimentar. Do final século XVII até meados do século XVIII, com a emergência do poder disciplinar, a escassez alimentar é submetida a um tratamento jurídico-disciplinar, sustentado em um sistema jurídico e uma regulamentação que visavam impedir sua manifestação. Procedia-se a uma intervenção preventiva para que a escassez alimentar não acontecesse. Tratava-se de fazer funcionar um sistema antiescassez alimentar na forma de limitações, de interdições, de proibições em torno de variáveis, do âmbito econômico, consideradas geradoras desse acontecimento eventual, provável, cuja eventualidade presumida se procurava impedir.

Logo, com base no poder disciplinar, uma intervenção que articula técnicas disciplinares e técnicas da soberania tenta impedir a escassez alimentar como acontecimento provável, acontecimento que se prevê e se quer evitar sua inscrição na realidade. Perante esse tratamento do acontecimento, nas fronteiras do poder disciplinar, inscreve-se, como descontinuidade, no âmbito dessas disposições de poder, com os fisiocratas, na teoria econômica da livre circulação dos cereais, que estes defendem, no princípio da livre circulação, o tratamento do acontecimento nos dispositivos de segurança. Vejamos como opera esse princípio, na relação do governo com o acontecimento, na segurança.

A livre circulação das mercadorias é uma concepção econômica e uma técnica de mercado que anula a escassez alimentar.

Com efeito, Foucault (2008^a, p. 53) esclarece que: “Essa concepção dos mecanismos de mercado não é simplesmente a análise do que acontece. É ao mesmo tempo uma análise do que acontece e uma programação do que deve acontecer.” Essa análise-programação obedece a algumas condições: em primeiro lugar, há, junto com a supressão do jugo jurídico-disciplinar, um foco de atenção centrado no próprio elemento da realidade; há a ampliação da análise tanto do lado da produção quanto do lado do mercado; há a ampliação do lado dos protagonistas em que se quer, não impor-lhes regras imperativas, mas identificar, compreender, conhecer como e por que eles agem, qual o cálculo que fazem diante das

oscilações dos preços, frente à existência ou ausência de restrições, quando preveem ou hesitam em fazê-lo em relação à alta ou à baixa do cereal.

Trata-se, segundo Foucault (2008^a, p.55), “[...] de uma maneira de conceber e programar as coisas em que o acontecimento será dissociado em dois níveis”: o plano individual e o coletivo. Ao termo da população, anula-se o acontecimento com a liberalização das restrições do sistema jurídico-disciplinar, fato que implica que algumas pessoas morram de fome. “A escassez-flagelo desaparece, mas a escassez que faz os indivíduos morrerem não só não desaparece como não deve desaparecer.”(FOUCAULT, 2008a p. 55). O plano individual, das séries, da multiplicidade dos indivíduos é um nível que não é diretamente pertinente à ação econômico-política do governo. A multiplicidade dos indivíduos “[...] só será pertinente na medida em que, administrada devidamente, mantida devidamente, incentivada devidamente, vai possibilitar o que se pretende obter no nível da população, este sim pertinente.” (FOUCAULT, 2008^a, p. 55).

Essa forma de tratar o acontecimento, essa análise-programação, esse tipo de intervenção nas condutas ao nível individual e coletivo (*omnes et singulatim*) é voltado à gestão, à ação política no eixo da temporalidade; capaz de intervir a partir da temporalidade, a partir de prognósticos e prevenções em torno de acontecimentos que Foucault apresentara com o caso da escassez-carestia, no contexto europeu do século XVIII. Tudo isso ganha significativa relevância no dispositivo de poder ambiental em estudo nesta investigação. E é o próprio exemplo estudado por Foucault, em termos de acontecimento flagelo, que ganha importância contemporaneamente, pois, na atualidade, podemos identificar práticas discursivas que tratam da existência, em termos de probabilidade, de acontecimentos de escassez em que conjectura-se a escassez de toda uma série de bens, os chamados recursos naturais não renováveis. O exemplo da água, dentre estes, é, provavelmente, o mais destacado, aquele que é apresentado com mais dramaticidade e que, portanto, poderia comportar uma dimensão de flagelo semelhante à escassez alimentar conhecida no passado. Na história contemporânea, contudo, não se tem o registro de um só caso de escassez de água fora de áreas com históricos de problemas hídricos; tal flagelo, ao que me parece, não se abateu sobre nenhuma população, não vitimou nenhum governo.

Trata-se, no dispositivo da natureza, como no caso analisado por Foucault, de se analisar o que acontece e de programar o que deve acontecer. Entre uma situação e outra, entretanto, inscreve-se uma importante distinção, uma vez que a escassez alimentar, esse

acontecimento-flagelo para povos e governos do passado, ocorreu em inúmeras ocasiões, enquanto a escassez de recursos não renováveis (em decorrência de esgotamento) jamais existiu como acontecimento para qualquer governo ou população. Na atualidade, trabalha-se com acontecimentos não ocorridos, cuja fatuidade deve ser construída, projetada, dita e dada a ver. Trata-se de enunciar a iminência do “acontecimento-flagelo”, de fazer dessa possibilidade uma meia verdade, uma quase inevitabilidade, um quase fato. Tal emissão de enunciados prognosticadores de uma série de acontecimentos-flagelos e acontecimentos catastróficos segue em uma espiral ascendente até um acontecimento-culminância, central, último, decisivo: o fim da vida, o fim do planeta, o fim da espécie humana.

Aqui, a previsão coloca-se como o inverso da predição: trata-se de prever para prevenir. As análises do que acontece no campo da discursividade ambiental buscam dar suporte a um duplo objetivo: em primeiro lugar, pôr em discurso, dizer a verdade, ver e fazer ver toda uma série de acontecimentos-flagelos, de catástrofes e tragédias ambientais. Em segundo lugar, programar o que deve acontecer, em termos de conduzir os comportamentos, para que os flagelos anunciados não venham a acontecer. Programa-se o que deve acontecer para conjurar o quase inevitável mediante a “governamentalização” de condutas, tanto para indivíduos e populações quanto para empresas, organizações e governos.

A possibilidade de um futuro positivo, isto é, sem as tragédias anunciadas, é projetada sobre o fundo de intensas e diversificadas imposições, em termos do visível e do dizível, de um futuro trágico, repleto de flagelos: escassez de água, de energia, de alimentos, de ar saudável, dentre outros recursos não renováveis; mas também ondas de calor ou de frio, desertificação, enchentes, excesso ou falta de chuvas, elevação do nível do mar. É esse quadro que constitui para a experiência individual a preservação do mundo natural como valor central.

2.4.7 Normalidade, normação e normalização

Foucault distingue o que chama de normalização da normatividade própria dos sistemas de lei. A normatividade jurídica concerne às relações entre a lei e a norma e é fundamental para a existência da lei. A lei codifica normas. Um sistema de leis demarca um campo de normatividade. A racionalidade do biopoder trata da funcionalidade de procedimentos, processos e técnicas de normalização que operam com e na contramão de um sistema de lei.

No que concerne ao poder disciplinar, o tratamento da norma tem especificidades que a distinguem tanto do sistema jurídico quanto da segurança. A normalização disciplinar implica os procedimentos: de quadriculação modificadora, de classificação por objetivos, de coordenações otimizadoras e de adestramento progressivo com controle permanente. A partir desses procedimentos, realiza a demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar institui um modelo básico, e a partir dele modela atos, gestos e o próprio indivíduo. A conformação ao modelo distingue os capazes dos incapazes, isto é, os normais dos anormais. “O que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma”(FOUCAULT, 2008b, p. 75).

Na soberania, a lei codifica a norma, e a relação entre a norma e a lei dá lugar a uma normalidade referida a um sistema de lei. A normalização disciplinar vai da norma à demarcação do normal e do anormal. Ela é prescritiva. Essa especificidade técnica da normalização disciplinar leva Foucault a defini-la como “normação”, destacando a centralidade fundamental da norma no sistema disciplinar; e, por contraste, leva-o a falar de normalização para o tratamento da norma na segurança. Chega-se, assim, à normatividade na soberania, normação na disciplina e normalização na segurança.

Vejamos em que consiste a normalização na segurança. Nas aulas anteriores, isto é, em 11 e 18 de janeiro de 1978, Foucault descrevera os dispositivos de segurança a partir de exemplos de mecanismos de segurança na cidade e em relação à escassez alimentar, tendo destacado nesses estudos a centralidade do movimento de circulação de elementos da realidade nos procedimentos de segurança. O mesmo encontra-se no estudo da varíola usado para ilustrar o processo de normalização na segurança. Na aula de 25 de janeiro, Foucault levanta a questão da aceitabilidade de uma intervenção de poder e assinala que o que tornou a variolização aceitável, além da série de semelhanças com outros mecanismos de segurança existentes no século XVIII, foi o fato de que: “[...] a variolização permitia pensar o fenômeno

em termos de cálculos das probabilidades, graças aos instrumentos estatísticos de que se dispunha” (FOUCAULT, 2008b, p. 77). Logo, essa técnica se integraria no interior da racionalização do acaso e das probabilidades. Com essa característica fundamental, ele demarca as quatro características centrais da normalização na segurança, a saber: o caso, o risco, o perigo e a crise. E, em relação à noção de caso, afirma que:

A partir do momento em que, a propósito da varíola, passam a ser feitas as análises quantitativas de sucesso e insucessos, de fracassos e de êxitos, quando passam a calcular as diferentes eventualidades de morte ou de contaminação, então a doença não vai mais aparecer nessa relação maciça de doença reinante com seu lugar, seu meio, ela vai aparecer como uma distribuição de casos numa população que será circunscrita no tempo ou no espaço. (FOUCAULT, 2008b, p.79).

Trata-se de uma maneira de individualizar o fenômeno coletivo da doença, com base na quantificação, ou seja, de uma racionalização pontual.

A noção de risco busca prever a probabilidade, no interior de uma distribuição de casos individuais ou de grupo, de incidência de morbidade e de mortalidade em função tanto da inoculação quanto da não inoculação, e com base em uma série de variáveis sociais, como idade, profissão, renda, entre outras. A noção de perigo diz respeito a níveis diferenciais de incidência de risco e à determinação de graus de periculosidade. Quanto à crise, trata-se de um fenômeno de aceleração circular da epidemia que poderá ser controlada por um mecanismo artificial ou por um processo natural desconhecido.

Essas noções permitiram tipos de intervenções, em contraste com as intervenções da disciplina, que tratava a doença no indivíduo e buscava impedir que outros a contraíssem pelo isolamento e separação entre contaminados e nãocontaminados. O mecanismo de segurança, ao contrário, incide não sobre o indivíduo, mas sobre a população, e busca determinar o coeficiente provável de morbidade e de mortalidade. É o coeficiente que assinala a normalidade, seja do acometimento ou da morte em relação à doença. O procedimento é refinado, com base em variáveis sociais que levam a distinções de graus de normalidade e a intervenções que visam reduzir as normalidades mais desfavoráveis em relação à normalidade global.

A norma, na normalização do ordenamento de segurança, é o resultado diferencial de distribuições de normalidades. “A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório”. (FOUCAULT, 2008b p. 83).

Castro (2006) chama atenção para o fato de que, ao tratamento diferencial da norma na disciplina e na segurança, correspondem desempenhos diferenciais no eixo do saber. Trataremos desse ponto mais à frente.

2.4.8 A correlação técnica entre segurança-população

Foucault (2008b) acrescenta às quatro características do ordenamento de segurança, três importantes elementos de distinção entre os mecanismos: de segurança, da soberania e da disciplina. Em primeiro lugar, o fato de os mecanismos de segurança analisados, isto é, a rua, o cereal e a epidemia, inscreverem-se no contexto urbano, e de serem respostas efetivas a problemas do meio urbano. Este fato destaca a integração da cidade aos mecanismos centrais de poder e uma inversão que faz não mais do território, mas da cidade o centro de atuação e a base de proveniência do ordenamento de poder da segurança. A segunda característica concerne à centralidade da circulação no funcionamento dos mecanismos, técnicas e processos de segurança. Esses mecanismos geram e controlam movimentos de circulação com o propósito de anular os aspectos negativos na incidência dos fenômenos. A terceira característica diz respeito ao fato de a intervenção não se dar na relação entre soberano e súdito, ou entre a norma disciplinar e o indivíduo. Diz Foucault:

Trata-se, ao contrário, de fazer os elementos da realidade funcionarem uns em relação aos outros. [...] de uma anulação progressiva dos fenômenos pelos próprios fenômenos. [...] Trata-se, de certo modo, de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que lhes diga não. (P. 86).

Chegamos aqui a um ponto fundamental da caracterização da racionalidade política da segurança. Trata-se da forma como as ações, as intervenções, o exercício do poder repercute sobre o outro. Diferentemente do que ocorre na soberania e na disciplina, não há uma repercussão direta, homogênea e contínua da vontade de um sobre a dos outros. Do ponto de vista de Foucault

Trata-se de fazer surgir certo nível em que a ação dos que governam é necessária e suficiente. Esse nível de pertinência para a ação de um governo não é a totalidade efetiva e ponto por ponto dos súditos, é a população com seus fenômenos e seus processos próprios. (Foucault, 2008b, p. 86).

Vejamos, portanto, como esse objeto, a população, postulado por Foucault como específico da racionalidade do biopoder, é posicionado nos mecanismos de segurança. De fato, a população é uma noção central nas investigações de Foucault. Ele contrasta a biopolítica com a disciplina, com base na noção de população e de indivíduo. A disciplina conforma uma anátomo-política do corpo; exerce-se ao nível do corpo individual e é, portanto, uma forma de poder individualizante; enquanto a biopolítica é uma racionalidade totalizante, na medida em que incide sobre as massas, as coletividades e conforma o que ele denominou de uma biopolítica da população.

Em outro grau, ou escala social de análise, entretanto, nos termos da disposição de poder, Foucault chama de segurança e, às vezes, de dispositivos de segurança, e que Deleuze (2009) denominou, acentuando sua amplitude, seu caráter de economia de poder global, sua natureza de poder dominante na atualidade com o conceito de “sociedade de controle”; nesse termo, a noção de população é, igualmente, fundamental para essa economia de poder. Enfim, mais um ponto: a população é central nas análises da dimensão estatal abordada a partir do conceito de governamentalidade.

Ao distinguir o individual do coletivo e situar o primeiro na disciplina, com as intervenções incidindo sobre o orgânico corporal, e o segundo, na biopolítica, em que as intervenções ocorrem nos mecanismos biológicos da população, Foucault (2008b) esclarece que não se trata de uma partilha mecânica, absoluta; e que é fundamental a apreensão da especificidade da dinâmica relacional entre o individual e o populacional no governo da população. “É uma maneira diferente de fazer funcionar a relação coletivo/indivíduo, totalidade do corpo social/fragmentação elementar, é uma maneira diferente que vai agir no que chamo de população”. (P. 87).

De fato, Foucault postula que a existência da população, a partir do século XVIII, surge como singularidade na condição de sujeito e de objeto técnico-político, mas esclarece que a população não é um elemento ausente na soberania, mesmo como técnica de governo, isto é, de forma positiva. Entretanto, é a relação negativa a mais característica do tratamento da noção de população na soberania. Em que consiste, portanto, a especificidade da população no biopoder? Uma primeira descontinuidade, ainda nos quadros da racionalidade política da soberania, é explicada com os cameralistas e com os mercantilistas, contudo, a entrada da população na racionalidade do biopoder ocorre com os fisiocratas.⁹ Os fisiocratas vão considerar a população como um conjunto de processos que devem ser geridos no que têm de natural. Essa naturalidade da população significa que ela é percebida como um objeto técnico-político de governo. Um objeto que, na sua existência, depende de toda uma série de variáveis naturais e não naturais, principalmente dos meios de subsistência. Com efeito, Foucault (2008b, p. 94) observa que: “Em todo caso, é por todos esses fatores distantes, pelo jogo destes fatores que vai efetivamente ser possível agir sobre a população”. É a naturalidade penetrável da população que permite sua inscrição nos cálculos da nova racionalidade de poder; essa naturalidade tem seu elemento nuclear, seu motor, sua fonte de dinamismo no

⁹ Trata-se de correntes econômicas do contexto histórico dos séculos XVII e XVIII.

desejo. “O desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir” (FOUCAULT, 2008b, p. 95). Não se trata, portanto, de impor uma lei sobre aquilo que se quer administrar, de dizer não ao desejo, de interditar-lo, mas, “[...] se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite, e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população.” (FOUCAULT, 2008b, p. 95). É o princípio da circulação que é aqui atualizado em relação ao governo da população. Enfim, Foucault (2008b) observa que, “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la.” (P. 95). Para aqueles que têm por objetivo o governo da população, o problema é saber como dizer “sim” ao desejo da população.

Essas características constitutivas da população como objeto técnico-político de gestão admite-se a seguinte definição: a população corresponde a um conjunto de elementos submetidos a regularidades até nos seus acidentes; no seu interior, opera o universal do desejo, que produz o benefício de todos, mas que é modificável, com base em sua dependência a algumas variáveis. Assim, constituída, a população inscreve-se como objeto de governo. Foucault. (2008b), esclarece esse fato observando que

Com a tomada em consideração, ou se preferirem, a pertinentização de efeitos próprios à população, creio que temos um fenômeno muito importante: é o ingresso, no campo das técnicas de poder, de uma natureza que não é aquilo que, aquilo que acima de que, aquilo contra o que o soberano deve impor leis justas. Não há natureza e, depois, acima da natureza, contra ela, o soberano e a relação de obediência que lhe é devida. Tem-se uma população cuja natureza é tal que é no interior desta natureza, com ajuda desta natureza, a propósito desta natureza que o soberano deve desenvolver procedimentos refletidos de governo. (P. 98).

Mas a população aparece igualmente como um gênero entre outros e sua condição biológica primeira é assinalada quando o homem aparece como uma espécie entre outras espécies. Trata-se da condição da população como público.

Aproximamo-nos da noção de público, do domínio da subjetividade, dimensão fundamental da operacionalidade da tecnologia de poder em estudo nesta investigação. Pois é sobre a população como público, esse objeto sobre o qual se age de forma discursiva, por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos, das peças publicitárias, de filmes, de músicas, de textos etc., é com intervenções na subjetividade que se constitui a gestão dos afetos, das formas de pensar, das condutas de indivíduos e de coletividades. Trato do processo de subjetivação ambiental no sexto capítulo desta investigação.

2.4.9 A segurança e o espaço

Foucault coloca, em relação à segurança, a questão do cálculo, da probabilidade, da necessidade do saber para se lidar com o que poderá acontecer. Ele oferece o exemplo da punição, da inoculação da varíola, do planejamento urbano. Em todos esses casos, a funcionalidade da segurança passa pela temporalidade. Segundo Foucault

Trabalha-se, portanto, não apenas com dados naturais, mas também com quantidades que são relativamente compreensíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca poderá ser anulado, logo vai se trabalhar com probabilidades. [...] levar em conta o que pode acontecer. (FOUCAULT, 2008b, p. 25)

De fato, a segurança lida com a dimensão temporal, com a duração, com o problema da série, com a serialização de elementos heterogêneos. “É a gestão dessas séries abertas, que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidade, é isso, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança.”(FOUCAULT, 2008b, p.26).

De fato, a função do espaço na segurança passa pela relação entre tempo, espaço e meio. Enquanto a soberania “capitaliza um território” e, com base em um centro, irradia seu controle, a disciplina arquiteta um espaço e procede nele uma distribuição hierárquica e funcional; por sua vez, para Foucault (2008b),

A segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete, portanto, a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio.(P. 27).

Aproximo-me aqui de algumas formulações decisivas de Foucault para a problemática em estudo nesta pesquisa. Trata-se tanto da relação com o espaço na segurança, em contraste com a soberania e a disciplina, quanto da questão do meio e da “naturalidade” humana. O meio enquanto meio histórico-natural. Passo às considerações do primeiro problema. Na verdade, o que faz diferença no controle em relação à soberania e à disciplina é que, nos dispositivos de segurança, trata-se da criação de um ambiente. Este ambiente implica simultaneamente o meio histórico-natural e o espaço criado, que deve ser nele colocado. E o que é o meio na formulação de Foucault? Não é, de fato, o meio histórico-natural. “É o que é necessário [afirma ele] para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É, portanto, o problema circulação e causalidade que esta em questão nessa noção de meio.” (FOUCAULT, 2008b, p.27). Tal

definição traz as seguintes indagações: Trata-se dos termos da efetivação de uma relação de poder? É efetivo e consistente pensar essa definição em relação ao poder, a uma ação sobre ação, é disso que se trata? O meio é, também, o que é necessário para explicar a ação a distância de uma ação sobre uma ação? Trata-se, parece-me, de uma definição de meio como suporte de uma intervenção de poder. Depois de argumentar que os primeiros urbanistas colocaram em prática essa noção de meio, antes mesmo da sua formulação na física do século XVIII, Foucault (2008b, p. 28) afirma que: “Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada.”(FOUCAULT 2008b, p. 27)

Essa característica de se organizar, de se trabalhar, de criar um ambiente é muito próxima do tipo de intervenção da racionalidade governamental descrita no curso *O nascimento da Biopolítica*, no qual Foucault (2008a), esclarece que,

O Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como um dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o deve-ser do Estado tornar-se ser. (P.6).

Trata-se, portanto, de um tipo de intervenção que busca criar um ambiente para a inserção de uma série de acontecimentos possíveis, um ambiente para se trabalhar o temporal e o aleatório. Como no exemplo da escassez (FOUCAULT, 2008b), alimentar o propósito é programar o acontecer, fazer passar o acontecer da possibilidade à efetividade. E a inserção desses elementos temporais e aleatórios, a criação desse ambiente propícia a acontecer construído, elaborado, desse meio como possibilidade de um tipo determinado de intervenção, deve ser posicionada em um dado espaço, e este espaço é o meio, no sentido de meio histórico-natural, como espaço do aleatório.

O que aqui é preciso considerar é a condição de uma tecnologia de poder que se volta a intervir, a criar um ambiente propício à gestão de acontecimentos possíveis, à gestão de um acontecer programado, tendo como objeto o próprio meio, não apenas como espaço do aleatório, meio histórico-natural, mas, simultaneamente, como meio histórico natural, como espaço do aleatório e como universal, isto é, um constructo, uma essência, uma substância. A filosofia foucaultiana, não obstante, recomenda, ante o universal, a prudência de perspectivar sua inexistência. Digamos que a natureza não exista: o que temos, então? Exatamente um dispositivo voltado para a criação de ambientes, de meios, construções, criações, trabalhos de

planejamento, de intervenções dirigidas à gestão dos elementos dados efetivamente no meio, como o ar, as águas, o trânsito, epidemias e endemias etc. Não se trata, para ela, contudo, de reconstruir esses dados de tal modo que cheguem a pontos de perfeição. “Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidas”. (FOUCAULT, 2008b, p. 26).

Colocado isso, é preciso considerar, por um lado, intervenções específicas, diretas e objetivas, que se efetivam a partir de técnicas de governos, de mecanismos reguladores, que se sustentam em uma vasta legislação, em procedimentos disciplinares voltados à regulação das relações entre a sociedade e o meio; por outro lado, as práticas discursivas que imprimem a essas relações a configuração de uma crise ambiental de grandes proporções, dramaticidade, gravidade, urgência; mecanismo de prognósticos que anunciam a possibilidade de uma série de catástrofes, como escassez de água, degelo, inundações, ondas de calor e a possibilidade de um desfecho sem precedentes - o fim do mundo - que põe sob ameaça, sobre riscos e perigo a existência da vida humana, da vida no planeta e da vida do planeta. Essa segunda modalidade de intervenção atua na subjetividade e faz do mundo natural a base da experiência de cada um e de todos.

Trata-se, portanto, de uma tecnologia de poder que, ao mesmo tempo em que cria espaços específicos para intervenções efetivas sobre dados efetivos, cria ambientes para a atuação de mecanismos e processos de subjetivação, de regulação das relações da população com a natureza de forma direta e indireta, objetiva e subjetiva, para a regulação geral da própria população; isto é, de um governo populacional a partir da ambientalidade ou, como afirma Foucault, da “naturalidade da espécie”.

Diz respeito, portanto, a planos distintos de intervenção com procedimentos diferenciados. A dimensão em que certo meio, como o ambiente urbano, torna-se o espaço de inserção de uma criação, de um ambiente de contexto multivalente e transformável; meio para a consecução de determinadas intervenções de regulamentação no habitat da espécie, como espécie; ou seja, na condição de população em suas relações com seu habitat - no caso, o espaço habitado, esse *mix* de espaço urbano, artificialidade e meio histórico-natural. O meio urbano diante das intervenções do planejamento urbano, das intervenções do saber-poder medical, do processo de medicalização da sociedade e da biopolítica ambiental torna-se o

locus de inserção do espaço-segurança, do espaço biopolítico, isto é, um meio multivalente e transformável, como possibilidade para a ação de intervenção de poder.

Trata-se, no exemplo da biopolítica ambiental, de práticas de regulamentação de certo índice de poluição do ar, de certo índice de emissão de gás carbônico, da regulação do manejo de alguns elementos densos, como os resíduos sólidos domésticos, hospitalares, industriais; do controle de formas pontuais de degradação sobre o habitat de comunidades determinadas, dentre outros. Tudo isso perfaz formas de intervenção deregulamentação com base na programação de acontecimentos possíveis. Outra escala de intervenções diz respeito a práticas discursivas voltadas a constituir o meio histórico-natural em valor, em objeto de cuidados, em objeto de pedagogização, em processo de subjetivação; fazendo derivar das relações com a natureza uma moral, uma ética, padrões de condutas para essas relações, seja na forma de consumo, da produção, do lucro, do *da vivenciano* meio, do uso dos recursos naturais, entre outras formas de relação com o meio ambiente.

Concerne, portanto, a formas diferenciadas de intervenções, algumas com características do código jurídico, regidas pelo gládio: o proibido, o vetado, o interditado, exercidas na forma de controle, vigilância e, eventualmente, de punição por uma “policia ambiental” como, por exemplo, os agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); outras, regidas pela disciplina, a partir de um jogo aberto que passa pela assunção de “valores ecológicos”, na forma de enunciados pedagógicos que demarcam o campo ambiental do obrigatório: “jogue lixo no lixo”, “plante árvores”, “recicle”, “salve o planeta”, “lucre verde”, “consuma produtos orgânicos”, “poupe água”, “use sacolas retornáveis” etc. Algumas técnicas mais afins com relações de poder, como “ação sobre ação”, que pressupõem liberdade; outras mais afins a técnicas de governo, como formas de dominação, “o licenciamento ambiental”, a “certificação ambiental” a “agroecologia”, a “agricultura orgânica”, dentre outras.

Temos aqui o que Foucault (2008b) apontara como um exagero e, ao mesmo tempo, como algo fundamental:

Parece-me que, com esse problema técnico colocado pela cidade se vê [...] a irrupção do problema da “naturalidade” da espécie humana dentro de um meio artificial. E essa irrupção da “naturalidade” da espécie dentro da artificialidade política de uma relação de poder é algo fundamental. (P.28).

O que Foucault chama aí de “naturalidade da espécie” é, efetivamente, a condição da espécie no meio histórico-natural como espaço habitado. Na continuação do trecho

citado, ele afirma, ao se referir ao estudo do autor que destaca como o primeiro grande teórico da biopolítica, a saber, Jean Baptiste Moheau, que: “[...] mas vê-se muito bem surgir aí a noção de um meio histórico-natural como alvo de uma intervenção de poder” (FOUCAULT, 2008b, p.28). É nos comentários de Foucault sobre pequenos trechos desse autor que ele se aproxima e chega mesmo a uma breve referência a essa questão que elaboro: a dupla condição da natureza como espaço do aleatório, espaço de inserção do espaço biopolítico, esse meio artificial, ambientecriado, de caráter multivalente e transformável, como condição para uma ação sobre ações. A condição da natureza, de ser capturada, apropriada como ambiente constituído e a constituir, como uma criação, meio de efetivação, de circulação de uma ação sobre ação. Vejamos o que diz e como diz Foucault (2008b) com base na referência feita por Moheau de um verso de Virgílio em que se fala do vinho que gela nos tonéis e em que Moheau indaga: “Será que veríamos hoje, na Itália, o vinho gelar nos tonéis?” Foucault (2008b) considera que,

Pois bem se houve tanta mudança, não é que o clima mudou, é que as intervenções políticas e econômicas do governo modificaram o curso das coisas a tal ponto que a própria natureza constitui para o homem, eu ia dizendo um outro meio, só que a palavra “meio” não está em Moheau. (P.29-30).

Foucault continua citando Moheau e reproduz aqui apenas o trecho final e conclusivo de sua argumentação: “Talvez um dia seja possível tirar partido desses meios para matizar à vontade os costumes e o espírito da nação.” (MOHEAU *apud* FOUCAULT, 2008b, p. 30). Ora, matizar os costumes e o espírito da nação, e hoje me parece ser preciso dizer, da contemporaneidade, com base nos elementos da natureza, é exatamente o que faz, na atualidade, o ambiental como tecnologia de poder. Não deixa de ser meio irônico e, ao mesmo tempo, didático, o fato de Foucault, antes de citar Moheau, afirmar que a palavra “meio” não existe neste autor e transcrever um trecho em que consta a palavra “meio” no plural. De fato, a palavra “meio” a que se refere Foucault é aquela do sentido conceitual existente na física e que ele usou para definir o espaço biopolítico ou da segurança. Por outro lado, Moheau usa uma palavra importante, no que diz respeito às características das intervenções do poder de segurança, em especial na dimensão subjetiva - matizar: matizar os espíritos faz eco às observações de Deleuze, que diferencia a modelagem disciplinar da modulação própria do controle: um “nuançar”.

De fato, as formulações de Foucault em torno do espaço na segurança o levam bem próximo dessa condição que hoje se apresenta, parece-me, com contornos, bastante

definidos, de um meio histórico-natural como alvo de uma intervenção de poder. Mas não se trata, no entanto, de um meio histórico-natural possível, um habitat entre outros, mas do habitat da espécie. É a natureza como suporte da “naturalidade” da espécie humana que se encontra na condição de objeto de intervenções de poder. É como se a existência plural das intervenções sobre o meio histórico-natural, como espaço habitado, no limite, como cidade, que servira de espaço de alojamento para os espaços criados nas intervenções da segurança fosse claramente posicionada por Foucault. Enquanto o segundo nível, aquele anunciado por Moheau, do uso desse habitat para uma governamentalidade plena da população; isto é, implicando lidar não apenas com dados efetivos (o ar, o clima, a água, as epidemias etc.), mas com os comportamentos, os cálculos, as previsões, os desejos, o imaginário, a relação de si com a natureza; numa palavra, a subjetividade, não fosse apreendida ou não tenha sido tematizada e incluída no campo das possibilidades das intervenções com suporte do meio. Por que Foucault não chegou a pressupor a possibilidade de que a condição da “naturalidade da espécie” pudesse se tornar um fenômeno cultural de tamanha proporção que colocasse em questão até mesmo nossa forma de sujeitos modernos? Ao contrário, a possibilidade histórica, seu postulado, fôra vista por Foucault, numa nota do curso não dita na aula, como um exagero. Uma resposta, talvez, pudesse ser encontrada na aposta feita pelo autor da *História da sexualidade* nas lutas ecológicas como uma das modalidades de resistência que pareciam renovar a vida política a partir dos anos de 1960; que uma destas frentes, sua temática, seu problema, desse lugar à emergência de uma das mais poderosas tecnologias de poder contemporâneas, não foi vislumbrada por Foucault, que disponibilizou, contudo, os recursos para sua visibilização analítica e, na Política da Verdade, a atitude propícia para a contestação dessa tecnologia de poder.

2.5 Da biopolítica medical à biopolítica da saúde ambiental

O filósofo Michel Foucault, cujo pai era cirurgião, foi historiador e crítico rigoroso da medicina e admitiu ter substituído o bisturi pela linguagem, instrumento capaz de incisões tão ou mais radicais do que aquele. De fato, a medicina, como ciência, foi objeto do bisturi foucaultiano e ocupou um lugar importante em suas investigações. Trabalhos com *A história da loucura* (1962); *O nascimento da clínica* (1980); o texto *Les déviances religieuses et le savoir medical* (1962); as conferências proferidas no Brasil em 1974¹⁰; o texto de 1976 - *A política da saúde no século XVIII*; os cursos do Collège de France, de 1978 e de 1979: *O poder psiquiátrico* e *Os anormais*, dentre outros, são produtos diretos da atenção de Foucault à história da medicina.

A razão desse interesse, contudo, concerne às pesquisas históricas da configuração política da Modernidade, em que admite a emergência do ordenamento de poder que chamou de biopoder, poder que se exerce sobre a vida humana nos seus mecanismos biológicos. O biopoder é o principal efeito de um acontecimento arqueológico postulado por Foucault – a entrada da vida na história – fenômeno decisivo na caracterização da modernidade política Ocidental que assina o nascimento do capitalismo.

Segundo Foucault, com o biopoder advém a Modernidade, duas formas de racionalidade política: a disciplina e a biopolítica. É na segunda conferência pronunciada no Brasil, intitulada *O nascimento da medicina social*, que Foucault (1979) faz a afirmação decisiva para o entendimento das funções da medicina na sociedade contemporânea: “O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia de intervenção biopolítica” (FOUCAULT, 1989, p. 154). A medicina como saber-poder, portanto, como conhecimento e prática social, na condição de estratégia de “governamentalidade”, faz funcionar nas sociedades ocidentais um processo político de governo da população.

¹⁰Foucault realizou três conferências, em outubro de 1974, no Departamento de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A primeira intitulada “Crise da medicina ou da antimedicina” foi publicada no Brasil em 2010, pela Revista Verve (Do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Cf. <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8646/6432>. As duas seguintes foram publicadas por Roberto Machado, em 1979, na obra “*A microfísica do poder*”, com os títulos: “O nascimento da medicina social” e “O nascimento do hospital”. As três foram, primeiro, publicadas pela Revista Educación Médica y Salud. A primeira, no Vol. 10, n. 2, 1976, p. 152-170; a segunda no Vol. 11, n.1, 1977, p. 3-25, com o título “Historia de la medicalización”; a terceira, Vol.12, n.1, 1978, p. 20-35 publicada com o título “Incorporación del hospital en la tecnología moderna” Cf. <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=PAHO&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=4931&indexSearch=ID>

Abiopolítica medicaldeu forma ao processo que Foucault chamou de “medicalização da sociedade”, e analisou a formação na Alemanha do início do século XVIII, com o *Staatmedizin*, seguido do modelo francês da *medicina urbana*, no fim do século XVIII, e do modelo *trabalhista*, da Inglaterra, no início do século XIX. De fato, as três formas caracterizam-se pela base estatal de seu funcionamento, mas o modelo alemão assenta-se na estrutura do Estado, o francês no processo de urbanização, e o inglês na força de trabalho, constituindo-se como uma medicina dos pobres. Quanto à continuidade histórica da biopolítica da saúde, Foucault (1979) observa que,

[...] a medicina social inglesa foi a que teve futuro, diferentemente da medicina urbana e sobretudo da medicina de Estado. O sistema inglês de Simon e seus sucessores possibilitou, por um lado, ligar três coisas: assistência médica ao pobre, controle da saúde da força de trabalho e esquadramento geral da saúde pública, permitindo às classes mais ricas se protegerem dos perigos gerais. E, por outro lado, a medicina social inglesa, esta é sua originalidade, permitiu a realização de três sistemas médicos superpostos e coexistentes; uma medicina assistencial destinada aos mais pobres, uma medicina administrativa encarregada de problemas gerais como vacinação, as epidemias, etc., e uma medicina privada que beneficiava quem tinha meios para pagá-la. (P.57).

Com efeito, o processo de medicalização da sociedade foi uma das primeiras intervenções biopolíticas a emergir no decurso do século XVIII, mas, se projeta com novas especificidades, com o advento da sociedade de controle. Tal fato é assinalado por Foucault nas transformações que dominam o período pós-1945, com a incorporação do corpo humano como objetivo de intervenção estatal e com a constituição do direito à saúde. As formulações de Foucault sobre a medicalização da sociedade apontam para a sua crescente importância na “governamentalidade”, da segunda metade do século XX em diante. Na continuidade, passo a descrever a formação histórica da medicalização como governo da população e, logo em seguida, abordo suas transformações no período pós-1945.

2.5.1 A biopolítica medical

Foucault periodizou a história da medicina ocidental demarcando dois grandes períodos: o primeiro, de longa duração, com 22 séculos, tem por referência Hipócrates, que viveu na antiguidade clássica, no século V a C., o segundo, iniciado com a anatomia patológica de Giovanni Battista Morgagni, no século XVIII. Enquanto o primeiro período transcorre em função do que Foucault (2006, p. 320.) chamou de “a medicina da crise”, tendo por característica, nos termos das relações de saber-poder, o vínculo com a “verdade-acontecimento”, o segundo desenvolve-se em torno da relação “verdade-demonstração”, com seu funcionamento descrito por Foucault (2006b) nos seguintes termos:

[...] um médico tem essencialmente como tarefa ou se encontra situado no ponto em que está na obrigação de responder aos sintomas, às queixas do paciente com uma atividade de especificação, de caracterização, de onde o fato de que o diagnóstico diferencial foi de fato, a partir do século XIX, a grande atividade médica. (P. 321).

Com efeito, é possível afirmar que a medicina ocidental, na trajetória dos seus 25 séculos, se constituiu na relação com o domínio patológico e, simultaneamente, o constituiu como realidade sociomédica. No decurso do século XVIII, com a emergência do biopoder e com o surgimento da população como objeto de intervenções, a medicina dá um passo decisivo para o seu desbloqueio epistemológico e posterior desenvolvimento como ciência ao entrar em relações com outros domínios; ou seja, dando um passo para fora do âmbito da patologia.

O nascimento da medicina social e as características que assume no século XVIII conformam uma fase de transição entre a medicina da crise e a medicina científica. Trata-se de uma intervenção política de base estatal, com base nos modelos antes mencionados. Foucault (2010) destaca a natureza coletiva dessa medicina em oposição à natureza individualista das fases anteriores e assinala quatro pontos que a define:

1) Aparecimento de uma autoridade médica que não é simplesmente a autoridade do saber, de uma pessoa erudita que se refere a bons autores. A autoridade médica é uma autoridade social que pode tomar decisões no nível de uma cidade, um bairro, uma instituição, um regulamento. É a manifestação daquilo que os alemães denominavam *Staatsmedizin*, medicina de Estado. 2) Aparecimento de um campo de intervenção da medicina distinto do das doenças: o ar, a água, as construções, os terrenos, os esgotos etc. Tudo isso se converte, no século XVIII, em objeto da medicina. 3) Introdução de um aparelho de medicalização coletiva, o hospital. Antes do século XVIII, o hospital não era uma instituição de medicalização, mas de assistência aos pobres que estavam para morrer. 4) Introdução de mecanismos de administração médica: registro de dados, comparação, estabelecimento de estatísticas, etc. (P.182-183).

Nesse momento histórico, a medicina se converte no que Foucault (1979) chamou de “uma medicina das coisas”, e assinala que ela, “a medicina das coisas”, não era propriamente uma medicina. “A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e dos meios de existência.” (P.54). Nessa condição¹¹, ela responde pelos recursos hídricos, pelas diversas modalidades de resíduos gerados na vida urbana, pelas condições de habitação, pela circulação das pessoas e das coisas, pela qualidade do ar, pelos efeitos, na vida urbana, dos fenômenos atmosféricos, entre outros aspectos da vida na cidade. Em poucas palavras, a medicina passa a responder pelas relações da sociedade com o meio natural, com o aleatório e com o meio como *habitat* da espécie, e o médico atua como administrador. Esse quadro é alterado no pós-1945.

Creio, entretanto, que até meados do século XX, garantir a saúde significava essencialmente, para o Estado, assegurar a força física nacional, sua capacidade de trabalho e de produção, bem como de defesa e ataque militares. Até então, a função da medicina de Estado esteve principalmente orientada para finalidades nacionalistas, quando não raciais. Com o Plano Beveridge, a saúde torna-se objeto de preocupação dos Estados não basicamente para eles mesmos, mas para os indivíduos, quer dizer, o direito do homem de manter seu corpo em boa saúde se converte em objeto da própria ação do Estado. (FOUCAULT, 2010, p. 168).

Essa transformação, que caracteriza a condição contemporânea da biopolítica medical, tem por efeito a criação do direito humano à saúde o limite na criação do direito humano ao ambiente equilibrado, que assinala a condição do corpo terrestre de integrar os objetivos políticos do Estado. Esse fato ocorreu no Brasil em 1988 (mais adiante retorno a esse ponto). Quanto ao corpo humano entrar nos cálculos de poder do Estado Foucault (2010) considera que,

A meu ver, para a história do corpo no mundo ocidental moderno, deveriam ser selecionados esses anos 1940-1950 como datas de referência que marcam o nascimento desse novo direito, dessa nova moral, dessa nova política, dessa nova economia do corpo. Desde então, o corpo do indivíduo se converte em um dos objetivos principais da intervenção do Estado, um dos grandes objetos de que o próprio Estado deve encarregar-se.

¹¹ Antes do desbloqueio epistemológico da medicina, no século XVIII, sua base era a botânica. Foucault (1999, p. 107, tradução minha) observa que, “A enfermidade é a natureza, mas uma natureza afetada pela ação do meio sobre o indivíduo. A pessoa sadia, quando se submete a certas ações do meio, serve de ponto de apoio à enfermidade, fenômeno limite da natureza. A água, o ar, a temperatura, a alimentação, o regime geral, constituem as bases sobre as quais se desenvolvem no indivíduo as diferentes formas de enfermidade. Desta perspectiva, a cura é orientada por uma intervenção médica que não tem como objetivo a enfermidade propriamente dita, como na medicina da crise, mas, quase à margem da enfermidade e do organismo, se orienta para o meio ambiente.”

A notável expansão do poder médico, no decurso da segunda metade do século XX, levou Foucault (2010) a falar de um poder sem exterioridade na sociedade.

De modo mais geral, pode-se afirmar que a saúde se converteu em um objeto de intervenção médica. Tudo o que garante a saúde do indivíduo, seja a salubridade da água, as condições da moradia ou o regime urbanístico, é hoje um campo de intervenção médica que, conseqüentemente, já não está vinculado exclusivamente às doenças. De fato, a medicina de intervenção autoritária em um campo cada vez mais amplo da existência individual ou coletiva é um fato absolutamente característico. Hoje a medicina está dotada de um poder autoritário com funções normalizadoras que vão bem além da existência das doenças e da demanda do doente. (P. 181).

2.5.2 A biopolítica da saúde ambiental

A Declaração da Conferência de Estocolmo, de 1972, a Conferência sobre Meio Ambiente, de 1992, e a Carta da Terra, entre outros documentos sobre meio ambiente do sistema das Nações Unidas, que oficializam decisões emanadas das Conferências¹² mundiais, realizadas pela ONU, apresentam, desde a primeira delas - a Conferência de Estocolmo, um elemento de indubitável importância histórica, logo, de um valor político que é preciso considerar. Esse fato, que parece contrariar a ordem das coisas, é, sistematicamente, reiterado pelas reuniões de cúpula do sistema das Nações Unidas ao longo das últimas décadas. Trata-se da atribuição de responsabilidade pela saúde ao campo ambiental. Esse registro documental, que é signo da efetividade de uma transformação no domínio da saúde (adianto que a saúde deve ser entendida como uma técnica de governo), diz respeito à transferência de alguns aspectos deste âmbito, do controle do saber médico para a gestão do saber ambiental.

A saúde populacional, no mundo contemporâneo, desde meados dos anos de 1970, deixa de ser equacionada, em alguns aspectos decisivos, por um conhecimento referenciado na figura do médico, e passa, cada vez mais, a ser construída por um conhecimento do domínio da ambientalidade. Para tornar mais claro este fato, passo a caracterizar essa transformação por um dos seus efeitos, a saber: a emergência da “saúde ambiental”, que diz respeito a intervenções sobre o corpo planetário, o corpo terrestre e seus elementos naturais, logo, às relações entre a sociedade e o meio ambiente. Assim, ao falar de saúde ambiental me reporto aos efeitos desta transformação que assinala uma mudança no processo que Foucault (1979) descreveu e denominou de “medicalização da sociedade”. Essa mudança diz respeito à efetivação da intervenção ambiental no campo das relações entre a sociedade e a natureza, sobre o domínio medical, desde o início do século XVIII.

A emergência, em meados dos anos de 1970, do campo do discurso científico ambiental, que abarca não apenas a quase totalidade das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, mas ainda parte das chamadas Ciências Exatas e das Ciências da Terra, tem como correlato novas formas de intervenção de poder que instituem a normalização ambiental e conforma o domínio da “saúde ambiental”. Tal transformação assinala menos a redução das intervenções médicas sobre a sociedade que a ampliação da regulação desta. A biopolítica da saúde ambiental posiciona-se em um plano distinto no campo ocupado pela intervenção

¹² As Conferências organizadas pela ONU têm a condição de fórum de decisões internacionais e controle mundial.

medical, faz uso de procedimentos específicos, incide sobre um objeto próprio e não se interpõe à medicalização da sociedade em sua atual configuração.

De fato, a emergência da biopolítica ambiental permite apontar um limite na expansão das intervenções do poder médico sobre a sociedade; assinalar a existência de uma exterioridade a esse poder e, dessa forma, apontar uma descontinuidade, uma diferença, a inscrição de uma singularidade histórica na tendência descrita por Foucault nas conferências brasileiras de 1974, de uma expansão do poder médico sobre a sociedade sem limites ou exterioridade¹³. Essa tendência é defendida, igualmente, por Machado (1978), que postulou a existência de uma medicina social brasileira atuando sem fronteiras no exercício do seu controle sobre a sociedade.

Com efeito, a descontinuidade que contraria a tendência descrita por Foucault, é efeito da emergência do dispositivo de poder ambiental e expressa o incremento e a complexificação do atual dispositivo geral de governamentalidade, que inscreve em sua funcionalidade essa nova tecnologia de poder, o dispositivo da natureza, e, com ele, todo um novo conjunto de técnicas políticas, de mecanismos de controle e de formas de intervenção no campo social, em que a biopolítica da saúde ambiental é mais um elemento do dispositivo em estudo.

A biopolítica da saúde ambiental é uma forma de intervenção, com fundamento no fato de o planeta, sua natureza, seu corpo-terrestre serem, hoje, uma realidade biopolítica, e o saber ambiental, ser uma estratégia biopolítica. A biopolítica da saúde, formulada por Foucault (1979, p 47), tem seu fundamento no fato, por ele assinalado, de que: “O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia biopolítica.” Dizer que o corpo humano é uma realidade biopolítica é afirmar o fato político de o corpo humano ter se tornado objeto de uma determinada racionalidade histórica, de se ter constituído em objetivo dos investimentos de um determinado poder; de que o corpo humano foi enlaçado em uma determinada trama de saber-poder. No caso da biopolítica medical, o saber que compõe esse investimento é, efetivamente, a medicina, o saber médico. Em relação ao corpo do Planeta, o elemento estratégico da trama biopolítica é o saber ambiental, que tem forma serial e abarca importantes domínios da cientificidade.

¹³Na situação atual, o diabólico é que, cada vez que se quer recorrer a um domínio exterior à medicina, descobre-se que ele já foi medicalizado. E quando se quer objetar à medicina suas deficiências, seus inconvenientes e seus efeitos nocivos, isso é feito em nome de um saber médico mais completo, mais refinado e difuso. (FOUCAULT, 2010, p. 184.).

A biopolítica da saúde ambiental é uma linha de força que emerge como dobra da linha de força da biopolítica da saúde, como formulada por Foucault. Um jogo de poder em que uma tecnologia de poder, o dispositivo da sexualidade, é tencionado pela emergência de um novo dispositivo: o da natureza. Dos investimentos de poder do Estado sobre o corpo humano a um direito humano à saúde; dos investimentos de poder do Estado sobre o corpo terrestre a um direito humano ao ambiente equilibrado¹⁴, atuam, imersos em um jogo de poder, esses dois dispositivos que integram o campo estratégico da “governamentalidade” em nossa atualidade.

A existência do direito humano ao ambiente equilibrado indica que a natureza integra os objetivos políticos do Estado e aponta para o fato novo e decisivo de que, na atualidade, as ameaças e os riscos às condições de saúde das populações não são localizados na morbidez da natureza, do mundo físico em relação ao organismo humano, mas na sociedade em suas relações com a natureza. Aquilo que de imediato incide sobre a saúde da população, com base na natureza, (a poluição atmosférica, por exemplo) são considerados efeitos secundários perante a morbidade maior, situada no próprio corpo terrestre. A construção pelo discurso ambiental do corpo terrestre como corpo enfermo, como entidade “patologizável”, implica, exige e leva ao controle das relações com a natureza. No limite, é a finitude da Terra que se impõe como a grande ameaça, não apenas à saúde coletiva, mas à vida no geral, e não apenas a vida da espécie humana. Cuidar da saúde coletiva, na atualidade, é, do ponto de vista da saúde ambiental, cuidar das relações com a natureza. Quanto mais se degrada a natureza, mais se põe em risco a saúde coletiva.

Não seria o caso, portanto, de se falar do fim da medicalização da sociedade? Não me parece tratar-se disso. Penso que hoje, contudo, não existem mais as condições necessárias para se falar de uma medicina urbana¹⁵ como “medicina das coisas”. Seria o caso de se falar em “medicalização da natureza”, do corpo terrestre? De fato, são intervenções em que, nem a figura do médico nem o conhecimento médico têm participação. O diagnóstico do corpo terrestre, de qualquer dos seus elementos, tem a assinatura de uma equipe ou de um analista ambiental e tal posição discursiva inscreve-se na Lei Ambiental. O diagnóstico ambiental tem

¹⁴ A Constituição Federal brasileira de 1988 (Brasil, 1988), no Artigo 225 determina que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

¹⁵ Uso a noção de “medicina das coisas” como referência da medicina preventiva, apartada da relação médico-enfermo e voltada à regulação das relações com o meio físico natural. Foucault fala, para o período pós-1945, de uma medicina autoritária que se entende por toda a sociedade.

forçada verdade e de Lei, sendo necessário obedecer a ele nas relações com a natureza. Identifico, portanto, um desdobramento da medicalização da sociedade, com a inscrição de novos mecanismos de controle e de novos objetos de normalização.

Algo estaria fora da regulação ambiental das relações com o mundo-físico? Parece haver, na biopolítica da saúde ambiental, uma homologia quanto ao movimento de expansão ilimitado, presente na biopolítica medical, em que Foucault pode apreender o funcionamento que, por algumas décadas, exerceu um controle ilimitado sobre a sociedade e que, na atualidade, a emergência do dispositivo da natureza vem replicar, sem, contudo, excluir, substituir ou restringir o controle médico nas suas intervenções sobre o corpo humano na vida social contemporânea.

Não me parece a melhor solução para se descrever a regulação ambiental o uso da noção de “medicalização”. Há, contudo, um aspecto muito significativo que faculta seu uso em termos tangenciais. É que entre o corpo humano, objeto da intervenção medical, e o corpo terrestre, objeto da gestão ambiental, permeia o foco na morbidade. E, uma vez que o patológico é sempre aquilo sobre o que incide a medicalização (FOUCAULT, 2008, p.27), torna-se necessário ter em conta que o jogo da ambientalidade, aquilo que é atual para esse poder, o que ele constrói, é, efetivamente, a morbidade terrestre, o dizer e fazer dizer, o ver e fazer ver a imagem de uma Terra enferma, ameaçada, colocada sob riscos e perigos. Uma natureza frágil, carente de cuidados, de zelos, que é preciso salvar, proteger, preservar, conservar, fazer viver. Perante essas condições, vejo como estratégico o uso desse conceito para destacar a “patologização” da natureza, em curso na cena política contemporânea. É também tendo em conta esse sentido, mas não exclusivamente, que vejo a efetividade de nominar a biopolítica ambiental como biopolítica da saúde ambiental.

A regulação ambiental incide sobre as relações da sociedade com o meio ambiente. O meio histórico-natural é o ponto que Foucault (1979, p.54-55) identificou como o *locus* de partida do olhar médico em direção ao organismo. “Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo.” Enquanto o olhar médico passou pelo foco de atenções nas relações entre o meio e o organismo humano, o olhar ambiental, que atualmente substitui o olhar médico na “medicina das coisas”, inverte essa relação: não se trata mais, na nova economia da morbidade, das relações entre o meio ambiente e o organismo humano, mas da relação sociedade-meio.

O patológico é histórico. Na atualidade, o homem é a principal fonte de morbidade, aquela vista com maior poder de risco às condições de vida humana e não humana no planeta. O risco à saúde é construído, concebido e sujeito à regulação na efetividade das relações com a natureza, com base em intervenções que se distanciam da “medicalização da sociedade”, na medida em que incidem, em primeiro lugar, sobre a empresa. Enquanto a biopolítica medical, na sua emergência na Alemanha, normalizou, em primeiro lugar, a figura do médico, a biopolítica ambiental da saúde normaliza a empresa¹⁶. Não a forma empresa, mas aquelas que nas suas atividades têm um potencial poluidor ou usam recursos naturais não renováveis.

Se não há mais pertinência em se falar de uma “medicina das coisas”, o que temos então com esse novo conhecimento, o conhecimento do saber ambiental, e com as formas de intervenção a que suscitam no campo da saúde? Parece-me possível falar não mais de uma “medicina das coisas”, mas, talvez, de uma “ambientalidade da cultura”. O olhar ambiental não tem, como o olharmédico, a natureza como fonte de morbidade, mas, inversamente, vê o homem e o seu fazer como fonte, por excelência, da morbidade que incide sobre a saúde populacional. Um conceito emblemático dessa nova inscrição da condição do homem como poluidor é o de “necrochorume”¹⁷.

Mesmo morto, o homem ainda constitui ameaça ao meio ambiente. Nesse caso, também é possível pontuar uma inversão entre o olhar médico e o olhar da saúde ambiental. Enquanto o primeiro vê, no homem morto, uma ameaça ao homem vivo, o segundo vê naquele, isto é, no morto, uma ameaça à natureza. A cultura do sepultamento é abordada, na perspectiva ambiental, exclusivamente, do ponto de vista hídrico. Ora, o sepultamento foi instituído por razões de ordem médica, no século XVIII e passa, deste então a predominar no mundo Ocidental¹⁸. Essa prática gera resíduos líquidos advindos da putrefação cadavérica, que se acreditou constituir fonte de contaminação do ar por emanações pestilentas e levou

¹⁶A normalização da saúde ambiental tem por instrumento o Licenciamento Ambiental, estudado no quinto capítulo dessa pesquisa. Quanto à normalização da biopolítica medical, Foucault (1979, p. 49) observa que “A medicina e o médico são, portanto, o primeiro objeto da normalização. Antes de aplicar a noção de normal ao doente, se começa por aplicá-la ao médico. O médico foi o primeiro indivíduo normalizado na Alemanha.”

¹⁷ O conceito de necrochorume define os resíduos líquidos de cemitérios. A pesquisa de doutoramento de MATOS (2001, p.) aponta os seguintes dados: “As amostras de água do aquífero freático do cemitério de Vila Nova Cachoeirinha (município de São Paulo) apresentaram, principalmente, bactérias heterotróficas (53 x 10³ UFC/mL), bactérias proteolíticas (31 NMP/100 mL) e clostrídios sulfito-redutores (45 NMP/100 mL). Também foram encontrados enterovírus e adenovírus nas amostras. As principais fontes de contaminação das águas subterrâneas no cemitério são as sepulturas com menos de um ano, localizadas nas cotas mais baixas, próximas ao nível freático. Nestes locais, é maior a ocorrência de bactérias em geral. Há um grande consumo do oxigênio existente nas águas. As sepulturas ainda provocam um acréscimo na quantidade de sais minerais, aumentando a condutividade elétrica destas águas. Parece haver um aumento na concentração dos íons, maiores bicarbonato, cloreto, sódio e cálcio, e dos metais ferro, alumínio, chumbo e zinco nas águas próximas de sepulturas.”

¹⁸ Ver Foucault, 1979, p.48

médicos brasileiros do século XIX, seguindo seus pares europeus, a propor a exclusão dos cemitérios do espaço urbano¹⁹. De fato, regulação ambiental incide menos na localização dos cemitérios do que na distância vertical das covas em relação ao lençol freático.

É com base no trabalho humano, na diversidade de suas formas institucionalizadas e na composição dos seus setores, que a regulação da biopolítica da saúde ambiental incide sobre a sociedade. O propósito básico das intervenções do poder ambiental é proteger a natureza. O combate à degradação ambiental constitui seu objetivo primeiro e, ao cumpri-lo, assegura positividade ao campo da saúde ambiental. É preciso esclarecer, contudo, que a intervenção ambiental não tem seu ponto focal na saúde, mas em um tripé em que o socioeconômico é decisivo. O enfoque de uma empresa de consultoria ambiental, que elabora diagnósticos ambientais, para empresas que desenvolvem serviços com algum potencial poluidor, permite apreender esta característica. A VPC/Brasil (2011) afirma, em sua apresentação relativa a projetos de aterros sanitários que,

A necessidade de uma correta gestão de resíduos sólidos permite que o “lixo” seja encarado com outros olhos, permitindo ações ambientalmente corretas. Um dos maiores desafios das cidades é a definição do local para disposição final dos resíduos sólidos. Esse local deve ter condições de minimizar o impacto causado tanto ao meio físico como ao biótico e ao socioeconômico. (P.1)

O texto apresenta a ideia de um novo olhar sobre a questão dos resíduos sólidos urbanos e a demanda de ações corretas em termos ambientais, em conformidade com a tríplice exigência de se ter em conta, na localização desses serviços, o propósito de minimizar possíveis impactos ambientais em relação: ao meio físico, à dimensão biótica e ao domínio socioeconômico. Temos aí a ampliação da perspectiva ambientalista em relação àquela da medicina social, tanto no fato de o olhar ambiental incluir o meio-físico e a dimensão socioeconômica, quanto no que diz respeito à própria vida, uma vez que a dimensão biótica engloba não apenas a vida humana, foco das atenções do olhar médico, mas a vida em termos gerais, abarcando o mundo animal, o vegetal e o mineral.

Com efeito, sem que os aspectos biológicos da espécie humana deixem de ocupar um lugar importante nessa forma de intervenção, a biopolítica ambiental da saúde inscreve a vida no campo político, isto é, na história, de forma absoluta. Não a vida da espécie humana, mas o vivente em si mesmo, ou seja, toda e qualquer forma de vida nos termos das suas condições de existência passam a compor os interesses e cálculos de uma racionalidade de poder. Expresso esse fato afirmando não que a vida ou o vivente, mas a natureza passa a

¹⁹ Ver Machado (1978).

compor os cálculos do poder; e considero esse fato o efeito de um acontecimento: a entrada da natureza na história,²⁰ um acontecimento que tende a marcar a contemporaneidade com uma especificidade à qual é preciso dar visibilidade.

Para fechar essa seção é preciso retornar a algumas questões e dispor de elementos de demonstração da sua efetividade.

Busquei descrever e expressar: o deslocamento da saúde para o domínio ambiental e que a medicina preventiva, a medicina que se distancia da relação médico-enfermo, a medicina que Foucault chamou de “medicina das coisas”, e que ficou caracterizada, no modelo francês como “medicina urbana”, tem, hoje, suas atividades sob responsabilidade do saber ambiental. Tudo o que diz respeito às condições da saúde coletiva em termos das relações com a natureza, das relações com o meio já não concerne mais ao poder medical. Esta é uma transformação decisiva na conformação da biopolítica da saúde que Foucault não apreendeu e que, entretanto, gestava-se exatamente no momento histórico em que ele elaborava suas formulações sobre o biopoder e sobre a biopolítica, isto é, no decurso dos anos de 1970.

Que elementos demonstram a transformação em consideração? Em primeiro lugar a existência, no País, da exigência do Licenciamento Ambiental, analisado no capítulo cinco desta pesquisa. Trata-se de determinação normativa inscrita na Constituição do Brasil, no artigo 225, e objeto de Resoluções do CONAMA, que regulamenta um vasto conjunto de empresas de todos os setores da economia que consomem recursos naturais não renováveis e apresentam potencial poluidor em suas atividades. A regulamentação destas atividades coloca sob controle do saber-poder ambiental todas as atividades urbanas com interfaces com o meio físico natural, entre os quais as empresas de serviços médico-hospitalares. Ilustro esse processo com algumas observações da legislação ambiental do País.

A redução do poder médico no campo da medicina urbana fica clara na evolução da legislação ambiental brasileira. A regulamentação jurídica sobre poluição atmosférica, recursos hídricos, cemitérios, matadouros, resíduos domésticos, industriais, de construção civil, dentre outros, provém do Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, órgão criado pela Lei 6938/81. As resoluções do CONAMA, que regulamentam os serviços citados

²⁰ O Biopoder emerge como um efeito do seguinte acontecimento: a entrada da vida na história. Para Foucault, este fato é correlato ao surgimento da noção de população e implica o fato de a vida humana, nos seus aspectos biológicos básicos, passar a compor os cálculos de racionalidades políticas.

não fazem referência a órgãos da Saúde Pública. Acontece, não obstante, a citação dos órgãos da Saúde Pública em relação aos serviços de saúde. Nesse caso há a modificação da condição dos órgãos de saúde pela Resolução nº. 5 de 1993, que lhes atribui participação, e a resolução nº. 358 de 2005, que não os inclui diretamente no processo. Eis os termos das normas jurídicas: Art. 5º: “A administração dos estabelecimentos citados no artigo 2º, em operação ou a serem implantados, deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser submetido à aprovação pelos órgãos de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, de acordo com a legislação vigente.” E o inciso dois determina que: “Os órgãos de meio ambiente e de saúde definirão, em conjunto, critérios para determinar quais estabelecimentos estão obrigados a apresentar o plano requerido neste artigo” (BRASIL, Resolução CONAMA, nº. 5, 1993). Já a resolução CONAMA nº. 358, de 2005, dispõe no artigo quatro: “Os geradores de resíduos de serviços de saúde constantes do art. 1º desta Resolução, em operação ou a serem implantados, devem elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.” Ou seja, a Resolução nº. 358, exclui a participação de órgãos da saúde na deliberação em consideração ao inscrever a obrigatoriedade do Plano de gerenciamento dos Serviços de Saúde.

3 ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA AMBIENTALIDADE

“Em vez de história política e social, os historiadores deveriam fazer a história da verdade através dos séculos.”

Paul Veyne.

3.1 Introdução

O capítulo tem o propósito de analisar as estratégias discursivas do discurso ambiental formadas pelas Teorias do Desenvolvimento Sustentável, (TDS), da Modernização Ecológica (TME) e da Sociedade de Risco, (TSR)²¹. Essas estratégias discursivas norteiam, desde os anos de 1980, a discursividade científica ambiental. São linhas de dizibilidade e visibilidade do dispositivo ambiental, que realizam intervenções voltadas ao governo de populações e pessoas, de empresas e Estados-Nação.

O conceito de estratégia discursiva surge na obra *Arqueologia do saber* e situa-se no contexto da abordagem arqueológica de Foucault (2008c). Tais como os enunciados e os conceitos, as estratégias discursivas, obedecem a regras determinadas de funcionalidade no interior de uma dada formação discursiva. Meu propósito, ao abordar como estratégias discursivas a TDS, a TSR e a TME, é tratá-las não em uma análise de discurso arqueológica, mas em um enfoque genealógico, com base nas suas relações no interior de jogos de poder interdiscursivos, no plano de “governamentalidade” em que estão imersas. Para dar um exemplo que situa este encaminhamento ao domínio de relações às quais se direciona, esclareço que o campo da discursividade ambiental identifica a TME ora como uma teoria ambiental, ora como um sistema de crenças, uma ideologia ou um “discurso” e, ainda, como um programa de política ambiental (LENZI, 2006, p. 56-57). Segundo Hajer (1995): “O relatório Brutland de 1987, *Nosso futuro comum*, produzido pela ONU, e que difundiu o conceito de desenvolvimento sustentável, pode ser visto como uma das declarações paradigmáticas da modernização ecológica” (HAJER, 1995, p. 26; *apud* LENZI, 2006, p. 56). E consoante Weale (1992): “A proposição central da modernização ecológica emergiu mais notadamente no Relatório Brutland” (WEALE, 1992, p. 31; *apud* LENZI, 2006, p. 56). Olivieri (2009) vê a TME e do TDS como versões do conceito de sustentabilidade. A abordagem pretende analisar as relações discursivas que apontam para o controle interno de discursos, isto é, os entre discursos, a partir do conceito de *comentário* elaborado por Foucault (1971, p. 31). Mais adiante, retorno a este ponto e apresento algumas relações de afinidade entre a teoria da Sociologia da Educação, de Basil Bernstein (2003), com base no conceito de recontextualização; da Sociologia da Educação de Stephen Ball (2001) a partir da Teoria do

²¹ A teoria do contrato natural constitui a quarta estratégia deste âmbito, contudo, ela não será abordada nesta investigação em virtude da sua pequena inserção, ou não reconhecimento, na discursividade ambiental. A referência a essa teoria é altamente restrita, mas sua pertença à economia discursiva do poder ambiental, sua consonância com a racionalidade política do dispositivo ambiental parece efetiva. A obra de referência desta teoria é *O contrato Natural*, de Michel Serres.

Círculo de Políticas Educacionais para se pensar as relações de poder e de “governamentalidade” desenvolvidas pelas agências multilaterais no campo discursivo ambiental.

O campo das disciplinas ambientais é formado, predominantemente, por subdisciplinas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas; cada uma das disciplinas ambientais está fragmentada, segmentada, subdividida em correntes, ou linhas, que se distinguem por diferenciações, em larga medida, determinadas por suas relações com as estratégias discursivas em consideração. No caso da Sociologia Ambiental, essa segmentação registra linhas que desenvolvem uma Sociologia da Modernização Ecológica na sua constituição, ou uma Sociologia da Sociedade de Risco, uma Sociologia do Desenvolvimento Sustentado; ou ainda um *mix* que combina elementos contingenciais de algumas ou das três estratégias discursivas. As três teorias ambientais atuantes na discursividade ambiental desempenham função estratégica no sentido de “governo”²² discursivo, de condução de condutas discursivas, isto é, as práticas discursivas de orientação nas tomadas de decisões ante ações políticas e a programações de ações. Lenzi (2006) faz referência direta ao exercício da função estratégica, como aqui demarcada, destas teorias ambientais em um exemplo de caráter restritivo – ante o norteamento e um momento de concordância - que ilustra bem essa dimensão:

- a) As diretrizes lançadas pela Modernização ecológica, incluídos aí os instrumentos financeiros para promover a proteção ambiental, poderão ser utilizadas, contanto que não se reduza a questão da valorização ambiental aos métodos econômicos e que sejam englobados princípios e objetivos como justiça e democracia.²³
- b) Se a Sociologia ambiental tem o desafio de vislumbrar novas trajetórias para o crescimento econômico de modo a “ecologizar” a economia, a teoria da Modernização ecológica tem uma contribuição importante a dar nessa área (LENZI, 2006, 186-187).

Suponho que as teorias ambientais aqui consideradas são intercambiáveis, no sentido de serem equivalentes em aspectos decisivos e de terem no princípio de degradação da natureza o elemento-chave que as constitui. Na condição de fonte de disseminação discursiva, nutrem uma gama variada de identidades discursivas do campo científico ambiental; e são referências fortes para toda uma “nebulosa discursiva ambiental” exterior ao campo científico da ambientalidade. As estratégias discursivas ambientais estão fortemente ligadas às

²² Termo proposto por Alfredo Veiga Neto (2005) em substituição a governo, no sentido de governo de condutas.

²³ É interessante observar que o trecho citado consiste, de fato, em um comentário, isto é, uma relação de controle discursivo, segundo Foucault, ou recontextualização, segundo Bernstein, da estratégia discursiva do DS, que implica ecologizar a economia e suscita relações com os conceitos de justiça e democracia. O que o autor coloca como restrição a ME concerne à teoria do DS.

manobras do dispositivo da natureza, voltadas a consumir seu propósito de tecnologia de poder, isto é, a atender a resposta da urgência que responde por sua existência como dispositivo de poder.

De fato, é possível exprimir uma série de relações²⁴ entre tais estratégias discursivas e o discurso ambiental multilateral proveniente de organismos multilaterais ambientais. Do ponto de vista genealógico, é preciso ter em conta esses vínculos discursivos entre o discurso ambiental científico e o discurso oriundo do sistema das Nações Unidas. Tais relações conduzem o direcionamento político global, a programação de ações e difusão de políticas ambientais contingenciais oriundas da escala mundial, isto é, do sistema das Nações Unidas; essas estratégias são atualizadas como orientações do discurso científico ambiental para as organizações ambientais regionais, nacionais e locais, tanto da iniciativa privada quanto pública.

A compreensão da dinâmica funcional da “ambientalidade” como tecnologia de poder requer situar a atuação do sistema das Nações Unidas no contexto político contemporâneo. Esta estrutura organizacional complexa, com poder de intervenção no plano político, econômico, financeiro, discursivo e diplomático em escala global, foi constituída pelos Estados Unidos, nos primeiros anos do pós-1945, com o objetivo de intervir no campo de forças da guerra fria. No contexto histórico dos anos pós-1989, porém, cresce cada vez mais sua atuação política no campo das relações internacionais. Um dos primeiros programas dessa estrutura organizacional constituiu-seem torno do projeto do desenvolvimento do capitalismo para o espaço de influência euro-americano, no então chamado Terceiro Mundo, com grande ênfase na América Latina; deste processo de intervenção resultou a criação de inúmeras agências de desenvolvimento por todo o Terceiro Mundo, dentre as quais se destacou a Cepal, na América Latina. A Cepal, em cerca de meio século, desenvolveu uma “governamentalidade” voltada à consecução de uma economia capitalista na região em que se consagraram economistas como Celso Furtado, Raul Presbiche, Anibal Pinto, dentre outros. Este ponto será abordado mais à frente.

É importante reconhecer que esse sistema organizacional funciona como suporte político, discursivo, econômico e diplomático do dispositivo de “governamentalidade” geral. Com efeito, é preciso dimensionar o papel dessa estrutura organizacional multilateral para se compreender a velocidade e a extensão com que se implantou uma ordem ambiental, uma

²⁴ Algumas destas relações são abordadas mais à frente nas análises das estratégias discursivas em estudo.

racionalidade de poder ambiental de horizonte planetário, com grande poder de controle e regulamentação das relações com a natureza. Maués (2010) chamou a atenção para a atuação desse sistema organizacional em relação ao campo educacional e ambiental, ante os países periféricos do capitalismo mundial, ao afirmar que:

As conferências de Educação já mencionadas (Jomtiem e Dakar), além de outras ações como aquelas promovidas pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas congêneres – UNESCO e UNICEF, trouxeram a necessidade de colocar a Educação a serviço do capital, na sua nova etapa de mundialização. Organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, passaram a colocar a Educação como condicionalidades para os empréstimos e pacotes de ajuda para o desenvolvimento (assim considerados por eles). A Educação Ambiental é uma das condicionalidades impostas aos países periféricos nas relações destes com os órgãos multilaterais e, acredito, que se trata não apenas da EA mas de toda a política ambiental multilateral. (P. 81).

As intervenções efetivadas por tais organizações, articuladas em conferências de cúpula que agregam dezenas de países, procedem à globalização jurídica do mundo, em que tópicos como a Educação e o Meio Ambiente são desnacionalizados, com base em uma regulamentação mundializada. A autora citada faz referência a uma política ambiental multilateral que efetivamente corresponde a toda uma programação de ações e de concepções que visam à disseminação de uma racionalidade ambiental que provém do dispositivo de poder ambiental.

Há grande similaridade no processo de globalização da Educação e da temática ambiental na forma das intervenções diretas das organizações multilaterais, por meio de “conferências de cúpulas”, que formalizam suas decisões em documentos oficiais, os quais passam efetivamente a reger os domínios em foco; na forma de recomendações, de regulamentos, de programas e políticas difundidas para inúmeros países como “verdades ambientais” ou “verdades educacionais” que demandam obediência e passam a orientar as ações de governos, instituições e organizações. Essa similaridade entre a Educação e a temática ambiental leva a uma aproximação e ao reconhecimento do valor no estudo da problemática ambiental de abordagens educacionais, como a realizada por Stephen Ball (1998, 2001), e a efetivada por Basil Bernstein (2003). Este último desenvolveu estudos sobre o discurso pedagógico oriundo de agências multilaterais e sua disseminação no discurso educacional com suporte no conceito de recontextualização. Bernstein (2003) distingue o discurso pedagógico oficial do discurso pedagógico em geral. Este último integra seu corpo e faz circular os princípios, ideias, conceitos e noções elaboradas no discurso pedagógico oficial; trata-se efetivamente de um controle interno exercido entre discursos. Este tipo de

abordagem tem efetivamente uma produtividade positiva para a análise do discurso ambiental, uma vez que as mesmas práticas são correntes na Educação e no campo ambiental; em relação este, o processo não está limitado à Educação Ambiental. Nesse sentido, é importante observar que a Constituição brasileira de 1988 apresenta posições ambientais no seu artigo 225, que corresponde à recontextualização de elementos do discurso ambiental contido no documento de 1987 – *Nosso Futuro Comum* – elaborado pela comissão de Brundtland instituída pela ONU. Em poucas palavras, a Constituição brasileira de 1988 transforma em lei os preceitos, as recomendações, as programações de ações ambientais indicadas nesse documento. De forma similar, as estratégias discursivas que estou analisando mantêm vínculos fortes na recontextualização do discurso ambiental multilateral.

Quanto ao enfoque de Stephen Ball (2001, 1998), o processo que ele descreve para o discurso educacional é o mesmo que ocorre para o discurso ambiental. Esse autor realiza a cartografia da circulação do discurso educacional oficial, seu ponto de partida em agências multilaterais, portanto, da escala mundial, e sua difusão para escalas regionais, nacionais e locais por meio de inúmeras agências e posições discursivas. Nesta abordagem, a descrição do discurso ambiental contribui para a identificação da consonância de certos discursos com as posições que emanam de agências a serviço dos interesses do dispositivo de “governamentalidade” geral e da tecnologia de poder ambiental em estudo; bem como permitiria a identificação da base externa que conforma a condução das políticas ambientais.

O propósito de dedicar este capítulo à abordagem das estratégias discursivas da “ambientalidade” atende a alguns objetivos que passarei a exprimir. Em primeiro lugar, e de forma decisiva, identifico um vínculo fundamental entre essas estratégias discursivas, com destaque para o *desenvolvimento sustentável* e a resposta à urgência que faz surgir a tecnologia de poder estudada nesta investigação. Minha hipótese, como visto anteriormente, é que o dispositivo da natureza tem como urgência produzir uma resposta voltada a desvincular o nexo causal entre a crise ambiental e o sistema capitalista. Desse ponto de vista, não seria o capitalismo que responderia pela crise ecológica, isto é, que seria sua causa última; mas, ao contrário, a racionalidade capitalista seria a fonte das respostas para o equacionamento da crise. A resposta, na forma de intervenção voltada a romper o nexo causal entre a crise ambiental e o capitalismo é a Teoria do Desenvolvimento Sustentável como estratégia discursiva voltada a assegurar continuidade ao modelo civilizatório capitalista, com base em uma racionalidade de suporte à natureza.

O Desenvolvimento Sustentável e as outras estratégias discursivas aqui mencionadas buscam identificar e legitimar formas de racionalidade da ciência, da tecnologia e do *éthos* capitalista para responder à questão ecológica e equacioná-la não como um limite à expansão e à continuidade do sistema capitalista; mas como possibilidade de continuidade dessa forma de sistema social.

Para demonstrar o objetivo proposto, procedo a uma genealogia do conceito de desenvolvimento e analiso sua relação com a Teoria do Desenvolvimento Sustentável. Incluo, no ponto de partida, uma breve apresentação direcionada a demonstrar o vínculo com a urgência e sentido político do dispositivo em estudo para as outras duas estratégias discursivas identificadas.

3.2 A Teoria da Sociedade de Risco

No final dos anos de 1970, surge, no âmbito das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, uma literatura sobre riscos associada à questão tecnológica e ambiental, que na atualidade é copiosa, diversificada e condizente com a observação de Robert Castel (2011), de responder por uma inflação do conceito de risco. Não me parece incorreto identificar na expansão dessa literatura o signo de outro fenômeno: a disseminação de prognósticos, de anúncios e previsões de catástrofes, da possibilidade de escassez de recursos essenciais, como a água, peixes etc.; de inúmeras ameaças, riscos e perigos, pairando sobre nossa atualidade. Essa é uma dimensão que acompanha a emergência do dispositivo da natureza desde as intervenções de instâncias multilaterais deflagradoras de focos de disseminação discursiva da “questão ambiental”, como o primeiro relatório do Clube de Roma, do final dos anos de 1960; da “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, realizada no ano de 1972, em Estocolmo”; da “Declaração da Eco92”, entre outras iniciativas da formação, ao longo deste meio século (1970- 2011) da problemática ambiental e desta discursividade à qual pertence a tendência da formação do que Mol e Spaargaren (2003) identificaram como “[...] a rápida expansão dos estudos sobre o campo do risco (ambiental e tecnológico) e percepção de risco [...]” (MOL; SPAARGAREM, 2003, p. 14). Expansão lastreada pelo fenômeno, estes autores, entre outros, como seguindo uma tendência do campo do discurso ambiental, caracterizam de “ecoalarmismo”, “dimensão apocalíptica da situação ambiental”, de “ansiedades e incertezas associadas a situação ambiental”. (MOL; SPAARGAREM, 2003, p. 12-13). Essa é uma dimensão importante da normatização do dispositivo da natureza como dispositivo de segurança.

As categorias de caso, risco, perigo e crise que se articulam e se integram na constituição do princípio de degradação da natureza – princípio central da discursividade ambiental, são elementos decisivos da “segurança” atualizados na tecnologia de poder ambiental, conforme a elaboração realizada por Foucault (2008b). São conceitos decisivos da natureza do dispositivo sob exame que operam nas práticas discursivas governadas pelas estratégias discursivas estudadas. A análise pretende descrever os efeitos de poder da verdade ambiental disseminada nestas teorias.

Na literatura ambiental disciplinar, é recorrente a abordagem integrada das estratégias discursivas aqui tratadas; em função disso, limito minhas referências a Hannigan (2009), Mol e Spaargaren (2003), Olivieri (2009) e Lenzi (2006), autores do campo da

Sociologia Ambiental que operam a integração analítica das estratégias discursivas em estudo na constituição dos seus enfoques específicos da Sociologia Ambiental²⁵.

A estratégia discursiva da SR é associada ao nome de Ulrich Beck e identificada como de sua autoria. Esse é um elemento que a distingue da TDS e da TME, que circulam associadas a intervenções ou acontecimentos promovidos por agências multilaterais. A TME e a TDS são provenientes e tem a proeminência que desfrutam associadas ao relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987, elaborado pela Comissão Brutland, instituída em 2003 pela ONU. A relação da TSR com uma autoria pode ser vista em função da sua ampla relação com o campo da teoria social e, portanto, em razão do vínculo nem tão específico e nem diretamente direcionada, no seu foco, à “governamentalidade ambiental”, em comparação com as duas outras estratégias discursivas atuantes no campo discursivo ambiental.

A TSR implica um arco de problematização dirigido a um diagnóstico da cultura contemporânea que parte da questão ambiental para abarcar outras dimensões. Já a TME e a TDS são estratégias efetivamente focadas na problemática ambiental e direcionadas diretamente à “governamentalidade ambiental”. Este ponto situa a TSR como estratégia discursiva de sustentação e apoio ao dispositivo da natureza, fundamentando o sentido deste dispositivo em uma frente discursiva mais ampla, que realinha o campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais ante a interesses discursivos afins ao dispositivo geral de poder. Esse alargamento do foco a partir do ambiental Beck é pontuado por Giddens (1997):

Desde que as questões ecológicas dizem respeito ao “ambiente”, poderia parecer que elas pudessem ser compreendidas em termos da necessidade de “proteger a Terra”. Na verdade, em parte graças ao impacto da obra de Beck, tornou-se visível que as questões ecológicas marcam muitos outros problemas com os quais nos defrontamos. (P. 224).

Uma referência importante para posicionar as intervenções discursivas da TSR é a consideração de que, ao sustentar uma abordagem da cultura contemporânea permeada pelo conceito de risco, a TSR respalda, ainda, toda uma discursividade externa ao campo do discurso científico ambiental, direcionada à população como público, com suporte na TV, no cinema; na música, na internet entre outros meios comunicacionais; estes meios de propagação coletiva projetam, visibilizam, transformam em espetáculo a “patologização” da

²⁵ Optei por trabalhar com a Sociologia Ambiental, em razão de as teorias da SR e da ME serem provenientes do campo da Sociologia e desfrutarem reconhecida importância na teoria social contemporânea.

natureza, com base em campanhas fomentadoras de medos, incertezas, inseguranças associadas a projeções de casos e situações de riscos, ameaças e perigos ambientais.

A TSR circula associada ao nome de Ulrich Beck e projeta-o no campo da teoria social, entretanto, a principal teoria trabalhada por esse autor é a Teoria da Modernização Reflexiva (TMR). Ulrich Beck tem como parceiros na formulação da TMR Anthony Giddens e Scott Lach. A obra *Modernização Reflexiva: Política, tradição na ordem social moderna* (1997) – organizada pelos três para apresentar e debater mutuamente suas teorizações, consagra essa cooperação e aporta densidade a essa estratégia discursiva, claramente situada na linha dos interesses teóricos do dispositivo de “governamentalidade” geral.

Na verdade, não surpreende que Bourdieu (2004), que se posicionou no campo da teoria social num alinhamento oposto a estes interesses discursivos, ao denunciar os vínculos políticos com a direita daquele que foi o assistente de Michel Foucault no *Collège de France*, ao fazer alusão a um artigo por ele publicado, tenha afirmado que: “Este artigo escrito em colaboração é um elogio da ‘sociedade de risco’, que não é senão uma versão intelectualmente degradada e vulgarizada, inclusive bem vulgar dos mestres de Blair e de Schröder, Anthony Giddens e Ulrich Beck”. (BOURDIEU, 2004, p. 254).

Para fechar essa referência à existência desse tipo de confronto discursivo e tornar mais evidentes os laços de pertença da TSR à economia discursiva da tecnologia de poder ambiental, saliento que Robert Castel (2011), em *La inseguridad social: que es estar protegido?* – obra dedicada a analisar as consequências da insegurança social geradas pelo desenvolvimento recente do capitalismo – tece críticas de natureza teórica à TSR e ao postulado de Giddens de uma “cultura do risco”. Não deixa de observar, contudo, que: “Mas, tratando-se dos ‘novos riscos’ que apareceram depois, é preciso se perguntar se sua proliferação não supõe também uma dimensão social e política, uma vez que geralmente são apresentados como marcas de um destino inelutável”. (CASTEL, 2011, p. 74).

Considerando o fato das críticas realizadas por Castel serem de natureza teórica, procederei, antes de apresentá-las, o delineamento de alguns elementos da TSR e da abordagem de Castel sobre a problemática da seguridade.

Segundo Beck (2010), no contexto dos anos 1970, ocorre a emergência de “novos riscos” associados a decisões de natureza tecnoeconômica. Tais riscos são distintos dos riscos da primeira fase da Modernidade, definida como sociedade industrial. Os riscos são

considerados na TSR como fatos específicos da Modernidade, no sentido de que, nas sociedades pré-capitalistas, não existiriam riscos, mas apenas perigos. Temos ainda a distinção entre riscos locais e riscos globais.

Para Beck (2010), a distinção entre os riscos da primeira Modernidade, isto é, a Modernidade simples, e aqueles da segunda Modernidade, isto é, a “sociedade de risco”, decorre do fato de que os primeiros estão associados à criação e à distribuição de riquezas; à existência de lutas entre o capital e o trabalho pela disputa das riquezas materiais geradas pelo sistema industrial; já “os novos riscos”, resultam de conflitos em relação ao poder de evitar e/ou distribuir os efeitos da modernização. Outro elemento importante na distinção do risco, na “sociedade de risco” e na “sociedade industrial” é que o risco na “sociedade de risco” não faz coincidir posição de classe e posição de risco, enquanto esta é a situação para os riscos associados às lutas pelas riquezas. Tratar-se, no caso da época histórica pensada por Beck como “sociedade de risco”, de uma igualdade negativa gerada pelos riscos de grandes consequências, causadores de catástrofes; portanto, de situações em que as pessoas se tornam iguais por partilharem os males ambientais.

A estratégia discursiva da SR atribui papel fundamental à ciência na mediação da percepção dos riscos. Segundo Beck (1992a),

Muitos dos mais novos riscos (contaminações nucleares e químicas, poluentes em gêneros alimentícios, doenças da civilização) escapam completamente da capacidade humana de percepção direta para as vítimas; perigos que, em alguns casos, podem nem mesmo produzir efeitos no tempo de vida dos atingidos [...] perigos que, seja como for, requerem os “órgãos sensores” da ciência – teorias, experimentos, instrumentos de medida – a fim de torná-los visíveis ou interpretáveis como perigos (BECK, 1992a, p. 27).

Essa característica, que vincula a percepção do risco ao discurso científico é, de fato, amplamente conforme a especificidade do discurso ambiental de ser predominantemente um discurso técnico-científico em que, consoante à formação de um novo saber – o saber ambiental – inscreve na vida social novas posições discursivas e outras formas de intervenções de poder.

Concluindo essa sumária caracterização da TSR, destaco a classificação de Beck dos riscos globais em três categorias, duas das quais associadas à ciência e à tecnologia: os riscos da indústria bélica com a ocorrência de guerras e ações terroristas; os riscos do desenvolvimento tecnoindustrial associado ao eixo da riqueza, portanto, aos países do Norte;

e os riscos associados à pobreza, logo, aos países do Sul e relacionados, pelo discurso ambiental, à degradação da natureza.

De fato, estes elementos são provenientes do discurso ambiental multilateral, cristalizado, burilado e apresentado numa versão amadurecida no documento *Nosso Futuro Comum*, conformando um tipo de manobra, que responsabiliza os países periféricos do sistema capitalismo; e, de forma larga, o subdesenvolvimento, englobado na categoria de pobreza, pelo que é definido como degradação ambiental. Os pressupostos que fazem da pobreza a causa última da degradação da natureza sustentam-se exclusivamente, parece-me, na necessidade de se fazer do desenvolvimento a resposta decisiva para a problemática ambiental.

Essa partilha e essa distinção entre, por um lado, riscos provenientes do desenvolvimento da ciência e da técnica e, por outro, da degradação da natureza – em que os primeiros estariam relacionados à responsabilidade dos países desenvolvidos e os segundos seriam vistos como decorrentes da pobreza e do subdesenvolvimento – conformam um tipo de fabula ambiental que sustenta e perpassa toda a discursividade ambiental e tem sua fonte no discurso ambiental multilateral.

Com efeito, a ascensão, o valor e a proeminência que a teoria da TSR desfruta ao lado da TDS e da TME, identificadas como tendo mais vínculos com o discurso ambiental multilateral, decorre, *grosso modo*, da sua habilidade de problematizar e enriquecer os pressupostos das duas estratégias com as quais divide o direcionamento discursivo do campo ambiental das Ciências Sociais e das Ciências Humanas.

Passo agora à abordagem de Robert Castel sobre a problemática da seguridade. A investigação de Castel (2011) tem por objeto o problema da insegurança e da proteção social na contemporaneidade. Segundo esse autor, a insegurança, desde os anos de 1980, ganhou os contornos de grande complexidade em função de duas séries de transformações. O crescente desmoronamento do sistema de proteção social “clássico”, nos marcos do enfraquecimento do Estado nacional-social e das mudanças socioeconômicas processadas, desde os anos de 1970, que provocaram para inúmeros indivíduos uma situação crônica de vulnerabilidade. Este sistema de proteção social constitui-se, na Europa Ocidental, no contexto do que Castel chamou de sociedade salarial:

Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Porque, antes do

estabelecimento desta sociedade salarial, ser protegido era ter bens, somente quando se era proprietário é que se estava garantido contra os principais riscos da existência social, que são a doença, o acidente, a velhice sem pecúlio. (2010, p. 286).

Simultaneamente ao desmoronamento desse sistema de proteção social, registra-se a emergência de ameaças e perigos percebidos e definidos como “novos riscos”, entre os quais riscos industriais, tecnológicos, sanitários, naturais, ecológicos etc. Castel (2011) posiciona essa complexidade, observando que:

É possível colocar a hipótese de que a atual frustração a respeito da seguridade contemporânea se alimenta desta dupla fonte. É por isso que é preciso mostrar essa conexão e denunciar a confusão que supõe. A inflação atual da sensibilidade de riscos faz da busca de seguridade uma busca infinita e sempre frustrada (P. 76).

Em relação à TSR, Castel, (2011) observa que Beck “[...] faz da insegurança o horizonte insuperável da condição do homem moderno” (P. 76); e refuta a ideia de uma “sociedade de risco” com o argumento de que existe, na base de sua constituição, a não distinção entre risco e perigo. Segundo Castel (2011, p. 76), “A inflação contemporânea da noção de risco mantém assim uma confusão entre risco e perigo.”²⁶ ressalta que:

De fato, a afirmação de que viveríamos em uma “sociedade de risco” se baseia em uma extrapolação discutível da noção. Um risco no sentido próprio de palavra é um acontecimento previsível, cujas probabilidades de produzir-se se podem estimar, assim como os custos dos danos que provocará. Mesmo assim, este pode ser indenizado porque pode ser mutualizado. O seguro foi a grande tecnologia que permitiu o controle dos riscos, repartindo os efeitos no seio de coletivos de indivíduos solidarizados frente a diferentes ameaças previsíveis. (P. 76).

Do ponto de vista desta pesquisa, é significativo o valor relativo atribuído por Castel (2011) a estes fundamentos históricos da discursividade ambiental: “[...] ‘a nova geração de risco’, ou ao menos de ameaças percebidas como tais: riscos industriais, tecnológicos, sanitários, naturais, ecológicos, etc.” (P.76). Anota ainda, que “A proliferação dos riscos aparece aqui estreitamente ligada à promoção da modernidade” (P. 76). Trata-se, claramente, de um desabono à efetividade da chamada “nova geração de riscos”, tanto em relação a uma questão de natureza quanto no que respeita à função política associada à tendência, muito recorrente na discursividade ambiental, de extrapolar, superdimensionar, enfatizar à exaustão, não só a noção de risco, mas também as quatro noções apontadas por

²⁶John Hannigan (2009, p. 46) tece algumas críticas à teoria da SR, como a indecisão entre conceituar os riscos ecológicos como realidades empíricas e objetivas ou percepções subjetivas e elaborações sociais; a coexistência na análise de dimensões descritivas e prescritivas. Afirma ele que: “E ainda mais importante, Beck mistura e confunde o significado de riscos e perigos.” Conclui sua abordagem sobre a teoria da SR afirmando que: “Em resumo, por mais iluminado que isto possa parecer, a tese da sociedade de risco constitui finalmente um discurso místico”.

Foucault (2008b) como características dos dispositivos de segurança, ou seja, de caso, de risco, de perigo e de crise.

No tocante à noção de “cultura de risco”, Castel (2011) acentua que “A ‘cultura do risco’ extrapola a noção de risco e a esvazia de sua substância e a impede de ser operativa”. E de forma ainda mais direta enfatiza que, “Assim a “cultura de risco” *fabrica perigo*”. (P. 80). Em relação à TSR, observa ainda que: “Assim mesmo, é inexato dizer com Beck que esses riscos atravessariam no sucessivo as barreiras de classe e estariam distribuídos democraticamente de alguma maneira”. (P. 80). Esse autor condensa sua rejeição à TSR e à “cultura do risco” afirmando:

Mas, ao menos podemos começar a exigir que uma quase metafísica do risco não sirva para ocultar a especificidade dos problemas que hoje se colocam, assim como a busca das responsabilidades na origem destes danos que no comum se apresentam como inelutáveis. (P. 81).

Não se trata,entretanto, da destituição da efetividade da noção de risco, uma vez que, para Castel (2011, p. 80), “Evocar legitimamente o risco não consiste em colocar a incerteza e o medo no coração do porvir, senão pelo contrario em fazer do risco um redutor de incerteza para dominar o futuro, desenvolvendo meios apropriados para fazê-lo mais seguro.” Com efeito, a difusão de riscos, ameaças e perigos ambientais e tecnológicos; os prenúncios de catástrofes climáticas e de fenômenos de escassez de água e de outros recursos renováveis e não renováveis, como o exemplo dos recursos da piscicultura oceânica, dentre outros prenúncios e prognósticos ambientais de natureza negativa, não têm outro sentido senão a disseminação da incerteza e do medo como horizonte temporal. Trata-se efetivamente de uma dimensão estratégica, de um dos mecanismos de poder do dispositivo em estudo. Retornando à caracterização da TSR, é preciso deixar claro que o próprio Ulrich Beck explicita o lugar onde está posicionado, ao citar a seguinte avaliação da TSR realizada por Zapt (1997):

Beck deseja uma nova modernidade e uma teoria mais introspectiva, mais conscienciosa e mais reflexiva. Esta é capaz de vencer os defensores da Teoria Crítica das décadas de 1930 e 1960, para os quais se aplica a máxima de Adorno: a totalidade é a não verdade. Ela pode assimilar os marxistas desiludidos, cujos sonhos de socialismo se desintegraram, mas que agora estão percebendo que as democracias do mercado livre também devem fracassar em razão de suas próprias contradições. A teoria é uma variante modernizada da doutrina do capitalismo tardio, no qual a crise ecológica assume, no momento, o papel anteriormente desempenhado pela crise de legitimação do capitalismo tardio. É outra teoria do terceiro caminho, além do socialismo e do capitalismo. (ZAPT *apud* BECK, 1997, p. 69).

Retorno ao problema da *Modernização Reflexiva* como a estratégia discursiva central à abordagem ambiental de Ulrich Beck. Segundo Beck (1997), a *Modernização Reflexiva* é a

Modernidade a vir, a nova era social que emergirá da transição que se processa contemporaneamente entre a Modernidade simples, da Sociedade industrial, e a nova realidade, que ele delineia como Modernização Reflexiva. A “sociedade de risco” é este momento intermediário em que não estamos mais plenamente alojados na Modernidade simples, da Sociedade Industrial, tampouco na nova realidade, que, segundo Beck, ao obedecer a uma dinâmica de desincorporação e reincorporação dos elementos da industrialização, dá lugar a um processo de destruição criativa. Desta presumida realidade histórica, assinala Beck (1997):

Se a desincorporação e a reincorporação das estruturas da sociedade industrial conduzirão, nesta mudança de época, finalmente a uma autorreflexão pública e científica que crie políticas, se isso vai capturar e ocupar os meios de comunicação de massa, os partidos de massa e os agentes organizados, se isso vai se tornar objeto de controvérsias gerais, conflitos, eleições políticas e reformas, é uma questão empírica; precisamos esperar por sua resposta; isso depende de muitas condições e iniciativas que não podem ser decididas por antecipação e previstas teoricamente. (P. 216).

A TMR, na versão defendida por Beck, postula a existência de um processo histórico desenvolvendo-se independentemente da vontade humana. Este processo é, de fato, uma referência à ideia de progresso e de evolução histórica. A abordagem de Beck situa-se na linha do evolucionismo, que fez emergir os conceitos de progresso e de desenvolvimento. Ele a situa como uma Sociologia do Progresso Industrial. As transformações que levarão a se superar os impasses e consequências negativas da industrialização conformam, segundo o autor, uma transição histórica de uma sociedade industrial de modernização simples a uma sociedade industrial de modernização reflexiva.

De fato, como veremos mais à frente, a genealogia do conceito de desenvolvimento situa sua proveniência no conceito de evolucionismo de Darwin e sua correlação com o conceito de progresso; o vínculo sistemático com a empresa colonialista dos séculos XVI, XVII e XVIII e, no século XIX, com Marx, sua apropriação por forças sociais revolucionárias, voltadas para a perspectiva de derrocada do sistema capitalista. No pós-1945, há uma nova reviravolta com a apropriação do conceito pelo bloco euro-americano, na sustentação de programas e políticas em prol do desenvolvimento do capitalismo. Minha hipótese, como enunciado no primeiro capítulo, é de que o desenvolvimento sustentável emerge como defesa e retomada do conceito de desenvolvimento do capitalismo ante os abalos críticos da revolução de 1968 e da eclosão da Ecologia como movimento social. É na reversão do uso deste conceito, em relação à apropriação que tem como marco histórico o nome de Karl Marx, ante as forças anticapitalistas; para seu uso, na defesa e sustentação do

capitalismo, que tem como referência histórica a criação da ONU e do sistema de organismos multilaterais do pós-1945, que situo o contributo de Ulrich Beck. Esse autor apropria-se do enfoque de Marx, de sua abordagem do progresso, segundo a qual é o próprio movimento interno do capitalismo, no jogo e no entrelaço de suas contradições, como modo de produção, que procede a sua própria derrocada. Beck captura (ia dizer que ele rouba), na descrição contida no *Manifesto Comunista* do papel revolucionário da burguesia – no movimento em que esta como classe revolucionária destrói inúmeras relações sociais que lhe barravam o caminho a ideia de destruição criadora e procede à atualização do movimento que Marx definiu como o motor da história; ou seja, a luta de classe. De uma forma tanto original quanto surpreendente, para Beck, o motor não da história, como em Marx, mas do progresso, é o efeito colateral, isto é, os efeitos matérias da industrialização: a degradação da natureza. Em Marx, que usa a metáfora do coveiro, esse movimento é negativo, pois implica o fim do capitalismo. Já para Beck, a “destruição criadora” é um movimento positivo de superação dos problemas gerados pela industrialização, com base nos contrafeitos produzidos pelos efeitos. Trata-se da ideia dos efeitos colaterais como motor da História.

O que diferencia a abordagem da Modernização Reflexiva de Beck das de seus intercessores é que, para ele, a reflexividade não quer dizer reflexão, mas, ao contrário, inconsciência. Beck descreve esse processo com as seguintes palavras:

A transição do período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes. Pode-se virtualmente dizer que as constelações da sociedade de risco são produzidas porque as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial. (P.16).

Em resumo, a TSR fórmula um diagnóstico da contemporaneidade, no qual os efeitos negativos da industrialização se exacerbam e demarcam uma fase de transição na qual aquilo que conforma a problemática ambiental, isto é, a degradação da natureza, em função dos efeitos do processo de industrialização, é tensionado e direcionado no seu próprio movimento para sua superação. Com efeito, o autor da TSR destaca! “Sendo assim a ‘modernização reflexiva’ significa auto confrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial – como avaliado pelos padrões institucionais desta última” (BECK, 1997, p. 16). E, uma vez que a Modernidade reflexiva nasce da própria Modernidade simples, Beck (1997) pode ressaltar que,

[...] a tese fundamental da teoria da reflexividade da modernidade, grosseiramente simplificada, afirma o seguinte: quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mas ficam dissolvidas, consumidas, modificadas e ameaçadas as bases da sociedade industrial. O contraste está no fato de que isso pode muito bem ocorrer, sem reflexão, ultrapassando o conhecimento e a consciência. (P. 210).

Que elementos são identificados na superação da problemática ambiental, nessa transição da Sociedade industrial simples para a Modernidade industrial da fase reflexiva? Vejamos a resposta de Beck,

A nova sociedade nem sempre nasce da dor. Não apenas a pobreza crescente, mas também a riqueza crescente, e a perda de um rival no Leste, produzem uma mudança axial nos tipos de problemas, no escopo da relevância e na qualidade da política. Não somente as causas dos desastres, mas também o intenso crescimento econômico, a tecnificação rápida e a maior segurança no emprego podem desencadear a tempestade que vai impulsionar ou impelir a sociedade industrial rumo a uma nova era. (1997, p. 13).

Concluo, portanto, que o posicionamento de Beck não contraria, como exprimem Mol e Spaargaren (1993) e Olivieri (2009), mas reafirma a possibilidade de um porvir que tem por pressuposto a crescente participação da ciência e da tecnologia – superindustrialização – como vias para o desenvolvimento e a continuidade do crescimento econômico no sistema capitalista.

3.3 A Teoria da Modernização Ecológica como estratégia discursiva

A estratégia discursiva da ME tem seu reconhecimento no campo do discurso ambiental, associada à influência, na sua conformação, do Relatório de Bruntland, datado de 1987, em conformidade com Hannigan (2009), Mol e Spaargaren (2003); Lenzi (2005) e Weale (1992). Olivieri (2009, p. 146) data, porém, as primeiras referências a essa abordagem nos anos de 1970 e caracteriza a fase da existência da TME, relativa à década de 1970, em razão dos seus vínculos à Ecologia Humana. Em meados dos anos de 1970 e no decorrer dos anos de 1980, a TME passa a vincular-se à teoria da modernização com a teorização de Huber, sociólogo ambiental alemão, referenciado na Teoria dos Sistemas. Assim, a TME tem como principal referência a teorização de Huber, que surge como uma reação à *Teoria da Des-modernização*²⁷, teoria da Sociologia ambiental associada às críticas ao modelo capitalista de civilização sustentado pelo movimento ecologista com a obra *Primavera silenciosa* (1962), de Raquel Carson, e, mais diretamente, em *Pequeno é bonito* (1983)²⁸, de E. F. Schumacher.

Quanto às afinidades com o documento *Nosso Futuro Comum*, Olivieri (2009) observa que,

Nas suas formulações clássicas da década de 1980, a TME está em consonância, em grande medida, com os diagnósticos teóricos e os pressupostos valorativos presentes no relatório Bruntland, produzido pela Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em 1987, na medida em que não percebe qualquer contradição *a priori* entre modernização e proteção ambiental. Defende, pelo contrário, uma conciliação possível entre desenvolvimento econômico e proteção do meio ambiente, no contexto das principais instituições da modernidade. (P.185).

A crise ambiental, do ponto de vista da TME, resulta de uma “falha no desenho” dos processos de produção e consumo das sociedades modernas. Sendo assim, ela dirige seu interesse conceitual para a tecnologia ambiental e para a inovação tecnológica induzida ambientalmente. A solução da crise ambiental passa pela “ecologização” dos processos industriais e de consumo.

Hannigan (2009), na segunda seção do primeiro capítulo de sua “Sociologia Ambiental”, intitulada –“Sociólogos como ‘propagandistas’ do desenvolvimento e do

²⁷ A teoria da Des-modernização, a teoria contra-produtivista e a teoria neomarxista são sistemas críticos da Sociologia ambiental afins ao movimento de lutas ecológicas, portanto, contrapostas às estratégias discursivas em consideração.

²⁸ Ernest Schumacher foi uma referência importante, com grande repercussão nas lutas ecológicas dos anos de 1970; o título de sua obra – “Small is beautiful” – é uma citação/referência ao *slogan* “black is beautiful”, do movimento de luta antirracista dos negros dos EUA dos anos de 1960-1970.

progresso”, explica o retardo da Sociologia em tratar a problemática ambiental em função das posições dos sociólogos em face da ideia de progresso:

[...] eles aceitam inteiramente a possibilidade do crescimento sem fim e progresso via desenvolvimento científico e tecnológico continuados enquanto ignoram os potenciais entraves de fenômenos ambientais, tais como mudança de clima. [...] Alguns especialistas em sociologia foram ainda mais adiante, se tornando defensores ativos e mesmo “divulgadores” do benefício da inovação tecnológica e do desenvolvimento econômico. Em nenhum lugar isto esteve mais evidente do que na literatura da sociologia da modernização, a qual influenciou por duas décadas: 1955 e 1975. (P. 18-19).

A TME é tributária dessa tradição. Hannigan (2009) define-a com as seguintes palavras: “Moldada no espírito do Relatório de Brundtland, a modernização ecológica indica a possibilidade de transpor a crise ambiental sem deixar o caminho da modernização”. (P. 47). Esse autor apresenta o modelo de Huber (1982; 1985), que fundamenta a TME nos seguintes termos: “No esquema de Huber, uma sociedade industrial se desenvolve em três fases: (1) a descoberta industrial; (2) a construção da sociedade industrial; e (3) a mudança ecológica do sistema industrial através do processo de “superindustrialização”. (P.47). Em sua teorização, Huber exprime ainda três categorias relativas a domínios de ação social: a tecnoesfera, que corresponde ao sistema industrial, a socioesfera, que diz respeito ao mesomundo, e a bioesfera – ou ecoesfera – relativa à natureza. É em decorrência da colonização da socioesfera e da bioesfera pela tecnoesfera que emerge a crise ambiental. Huber caracteriza esse fato como um problema de falha no desenho da estrutura do sistema industrial, e sua solução demanda uma reestruturação ecosocial da tecnoesfera. Olivieri (2009) resume essa perspectiva na seguinte observação: “Em outras palavras, o caráter industrial, em lugar de capitalista ou burocrático, é o ponto de partida da TME. É exatamente isso que Huber denomina de ME”. (P. 158).

Outra referência importante para a compreensão da TME, que mantém vínculos estreitos com a Teoria da Modernização, consiste nas chamadas teorias pós-capitalistas e/ou pós-industriais. Olivieri (2009, p. 153-154) observa em relação aos teóricos da Sociologia industrial, atuantes no campo da Sociologia, desde os anos de 1950, que “Aquilo que une esses diversos autores é a sua avaliação bem mais benigna, se comparada a dos neomarxistas, e, sobretudo, a dos contra produtivistas, de tudo o que envolve a lógica do industrialismo”. (P. 153-154). E mais à frente traz um argumento que destitui a indústria da condição de fonte irreversível de ameaça ambiental: “Essas teorias descrevem um novo tipo de sociedade que, como resultado das mudanças estruturais ocorridas nos seus sistemas de produção, deveria aliviar consideravelmente a pressão sobre sua base de sustentação”. (P. 154).

A Teoria da Modernização e, por extensão, a TME como teorias pós-capitalistas – isto é, teorias da Sociologia industrial – sustentam-se na distinção e na separação entre indústria e capitalismo. Olivieri (2009) faz a seguinte observação quanto a este ponto decisivo nessas teorias:

Os teóricos da ME, seguindo as análises de Giddens (1991; 1997 e 2002) preferem tratar *o industrialismo* – transformação da natureza e desenvolvimento do “ambiente fabricado” e *o capitalismo* – acumulação de capital no contexto de um mercado de trabalho competitivo e de produtos produzidos para o mercado – como duas dimensões diferenciadas entre si, e formando parte, por sua vez, de uma estrutura mais ampla de dimensões institucionais ou organizacionais da modernidade. Essas duas dimensões institucionais podem - e devem – ser separadas do ponto de vista analítico. (P. 154).

É importante considerar o fato de que Olivieri (2009) não faz qualquer alusão à importância política da distinção entre indústria e capitalismo para a perspectiva de se desvincularem os efeitos ambientais negativos da industrialização do sistema capitalista; pois essa relação forma a base das críticas ambientais dominantes no final dos anos de 1960 e na década seguinte e das atuais teorias críticas do campo da Sociologia ambiental. A simples referência, contudo, a essa separação, que no comum é totalmente naturalizada – como se entre o capitalismo e a industrialização não existissem relações constitutivas –, possui um valor heurístico para esta investigação. Esta pesquisa situa, na constituição do discurso ambiental, a função estratégica de defesa do capitalismo, ou de seu não comprometimento perante os problemas ambientais, que têm um suporte na distinção em foco.

É importante esclarecer que a opção pelo progresso e pelo desenvolvimento, que caracteriza não apenas a Sociologia, mas, *grosso modo*, as Ciências Sociais e as Ciências Humanas, não deveria ser equacionada sem se ter em conta a política e os programas em prol do desenvolvimento do capitalismo, no Terceiro Mundo, criados pela ONU, no pós-1945. Vale lembrar que, no final dos anos de 1950, a ONU instituiu como principal política multilateral a meta “1960 a década do desenvolvimento”. Temos, por conseguinte, que tanto a Sociologia da indústria quanto a Teoria da Modernização, que fundamenta a primeira, ambas oriundas do contexto político dos anos de 1950, tem suas formações diretamente relacionadas a tais estratégias políticas do contexto pós-1945.

Em um artigo de 1965, intitulado *Teoria do desenvolvimento e filosofia evolucionista*, Raymond Aron (1991) desenvolve uma argumentação de defesa da teoria da evolução social, da ideia de progresso e do desenvolvimento com origem na noção de sociedade industrial. Ele parte da distinção entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e

postula a superioridade do conceito de desenvolvimento na possibilidade de uma definição positiva e clara deste, bem como da impossibilidade deste procedimento para o conceito de subdesenvolvimento. Assinala que “As sociedades subdesenvolvidas são tão diversificadas quanto as sociedades históricas”. (P. 272); sustenta que “Não é ilegítimo, batizar de indústria a economia característica das sociedades desenvolvidas” (P. 267); e prossegue numa argumentação que é efetivamente atualizada na TMR, na TSR e na TME postulando a ideia de que

[...] uma sociedade não é autenticamente industrial senão quando os homens atuam e as instituições funcionam de acordo com o espírito da indústria. Ora, de maneira absolutamente provisória, chamamos de científico o espírito da economia moderna. As sociedades industriais podem ser realmente chamadas de científicas porque maquinaria e rendimento são as causas últimas da industrialização, ao mesmo tempo em que do caráter progressivo da economia (P. 268).

O argumento de Raymond Aron define a industrialização como o alicerce do desenvolvimento da sociedade humana, com suporte no progresso da racionalidade científica. A Teoria da sociedade industrial é contraposta ao modelo evolutivo de Marx dos modos de produção, no qual as fases do desenvolvimento são pensadas com base nas relações jurídicas da base produtiva: escravidão, servidão, assalariamento. O modelo de evolução da sociedade industrial, que tem como referência W.W. Rostow, sustenta-se no postulado de que cada fase histórica é definida pelo nível de produção e pela renda *per capita* e consiste em cinco estádios de desenvolvimento industrial; tais fases integram diferentes formas de regimes sociais, como o capitalismo ocidental e o socialismo do Leste Europeu. A formulação teórica desse modelorelaciona-se diretamente ao confronto político global do pós-1945.

Com efeito, sobressaem a defesa da ideia de progresso expresso no conceito de desenvolvimento e a ausência de preocupações com a dimensão ecológica nos argumentos de Raymond Aron (1991). É o que revela a seguinte enunciação: “Toda a sociedade industrial enquanto tal tem por objetivo o poder da humanidade sobre a natureza – daí o poder dos homens sobre os homens ser consequência inevitável -, mas também a multiplicação dos bens ou mercadorias” (P.272). O argumento pode ser lido como antiecológico. De fato, a TME sustenta a possibilidade de o poder sobre a natureza ser canalizado para a reversão dos efeitos negativos da indústria sobre a natureza. Trata-se dos movimentos de “ecologizar” a economia e de “economização” da ecologia.

Ao analisar as estratégias discursivas aqui consideradas, Mol e Spaargaren (2003) diferenciam a TME da TDS, exprimindo que a TME é mais analítica, que tem por propósito o

esclarecimento das relações entre o processo de modernização e o ambiente no contexto de sociedades industrializadas, isto é, no capitalismo central; já a teoria do DS tende a ser mais ambígua, por incorporar múltiplas dimensões e possibilitar muitas interpretações, na medida em que se estende também aos países subdesenvolvidos. Mol e Spaargaren (2003) identificam ainda dois níveis de uso conceitual: a) em enfoques teóricos voltados a análises do desenvolvimento e das transformações das instituições centrais das sociedades modernas, em vista de serem encontradas soluções para a crise ambiental; b) enfoques de sentido prático, como programas para conduzir e redirecionar Políticas Públicas Ambientais, (PPA) (MOL; SPAARGAREM, 2003). Esses autores fazem referência ao reconhecimento da importância dessa dimensão da TME, nos avanços das PPA dos países europeus, nas décadas de 1980 e 1990.

Efetivamente, a TME é identificada como a base teórica da reestruturação da produção e do consumo da economia moderna. Olivieri (2009) expressa a existência, nos países desenvolvidos da OCDE, de dois projetos norteadores no cerne da reestruturação produtiva e de consumo com fins ecológicos. O primeiro projeto diz respeito ao desenvolvimento e à difusão de novas tecnologias voltadas a beneficiar o ambiente com base em processos limpos de produção. Segundo esse autor, “Essas transformações em curso deram como resultado uma ecologização da economia, isto é, implicaram em mudanças físicas nos processos de produção e consumo, e na possibilidade de monitorar sistematicamente esses processos”. (OLIVIERI, 2009, p. 157).

O segundo projeto se harmoniza à “economização” da ecologia, isto é, à valoração da natureza como força de produção em acréscimo ao capital e o trabalho.

Esse processo, identificado pelos autores citados como *reestruturação da produção e do consumo da economia*, assinala a emergência do eixo do mercado no dispositivo ambiental e o surgimento de uma série de técnicas políticas intervindo na produção agrícola, como a permacultura, a agroecologia, a agricultura orgânica, a certificação ecológica, o selo ambiental, dentre outras.

Em relação à indústria, esse processo tem fortes impactos. A racionalidade ecológica da perspectiva da TME pauta-se, segundo Olivieri (2009), nas seguintes características:

[...] no uso do princípio de precaução, no fechamento dos ciclos de substância, na redução no uso de energia e/ou uso de recursos de energias renováveis, etc.

Enquanto aos instrumentos usados para atingir esses critérios podem se enumerar os seguintes: análise de ciclo de vida de produtos e processos produtivos, avaliação de impactos ambientais, indicadores de eficiência ambiental (ISSO 14000 e 14001), créditos de carbono, certificados de produtos e etiquetagem sustentável, PBI verde, etc. (P. 189).

Um exemplo importante desse processo é a incidência de restrições para a indústria automotiva quanto à emissão de gases poluentes na atmosfera, que implicou intervenções nessa indústria. Na verdade, parece ser de boa prudência não caracterizar tais intervenções como uma reestruturação da indústria automotiva. O caráter estratégico, o jogo, as manobras, o *ethos* capitalista próprios da economia mundial ficam mais bem caracterizados na consideração da situação da indústria de motos, um setor de grande crescimento no mercado de transporte urbano da periferia do sistema capitalista, destinada ao consumo de trabalhadores urbanos, mas com significativa expansão em áreas rurais. Esse tipo de indústria, portanto, está situado no espaço externo às preocupações da estratégia discursiva da ME? Na verdade, a indústria de motos, atendendo à lógica da acumulação do capital, foi deixada de fora das exigências e do controle de emissão de poluentes. Não penso, entretanto, que tal fato possa ser explicado pelo postulado de Mol e Spaargaren de que a TME, diferentemente da estratégia discursiva do DS, tem por foco de intervenção as sociedades desenvolvidas, ou industriais. O processo de mundialização ou de globalização da economia contraria tal distinção.

Em um estudo sobre as implicações da poluição na Saúde Pública, no Estado de São Paulo, Geraque (2006) dispõe alguns elementos para um entendimento distinto desta questão:

Dados recentes mostram inequivocamente que a bacia aérea de São Paulo – área em que o relevo, os ventos e outras condições de dispersão de poluentes determinam o impacto das atividades humanas na qualidade do ar – está saturada. Essa constatação não é feita apenas por pesquisadores. Médicos atendem cada vez mais pacientes com complicações respiratórias causadas pela poluição. A evolução tecnológica, junto com políticas nacionais como o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), que completa duas décadas este ano trouxeram importantes progresso. Os automóveis particulares hoje emitem 98% menos monóxido de carbono que nos anos de 80. Também se retirou o chumbo tetraetila da gasolina – um aditivo altamente tóxico usado para aumentar sua octanagem – e o teor de enxofre presentes nos combustíveis está abaixo de 0,5%. Mesmo assim, os problemas atuais são difíceis de contornar. (P. 88).

Essa descrição permite constatar, portanto, que intervenções de “ecologização” da economia não têm caráter regional, mas mundial. O autor destaca os avanços obtidos com as intervenções tecnológicas, entre as quais se sobressaindo-se a alteração na composição da gasolina e a melhoria do sistema de queima de combustíveis dos carros, de catalisadores que

anulam os cinco principais poluentes de risco maior – como o dióxido de enxofre e o monóxido de carbono nas grandes cidades, entre elas São Paulo e a cidade do México. Geraque (2006) também identifica, na proliferação do uso de motos, um significativo agravante dessa problemática em São Paulo. Para ele,

Com o aumento da frota deve-se começar a pensar em como reduzir a poluição causada por esse tipo de veículo. Segundo pesquisadores da Cetesb, uma moto emite até 20 vezes mais poluentes por quilometro que um carro novo. E como em São Paulo as motos circulam 180 km por dia, em média, comparados com apenas 30 km para os carros, elas podem chegar a emitir, cada uma, tanto quanto 120 automóveis num dia. (P. 90).

Constata-se, pois, que, desde os anos de 1980, quando uma série de medidas impõe restrições à indústria automotiva e o mercado mundial de automóvel vê surgir “carros ecológicos”, a expansão dessa indústria avança para segmentos populacionais de baixo poder aquisitivo – trabalhadores de serviços urbanos e rurais, e salvaguarda a indústria de motos das restrições ambientais.

3.4 A Estratégia discursiva do Desenvolvimento Sustentável

Ao tratar da terceira e última estratégia discursiva do dispositivo da natureza analisada neste estudo, a TDS, e considerando o pressuposto da centralidade do conceito de desenvolvimento e do seu desdobramento no conceito de desenvolvimento sustentável para a resposta à urgência a que atende o dispositivo em questão, integro nesta parte do capítulo duas dimensões consideradas centrais ao equacionamento do sentido histórico-político desta tecnologia de poder. Em primeiro lugar, a análise de documentos provenientes do sistema das Nações Unidas. São três documentos decisivos na formação do discurso ambiental multilateral²⁹, que serão analisados com vista a dimensionar a importância política, na conformação da problemática ambiental, das intervenções de organismos multilaterais. São estes os documentos: a *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, gerado em Estocolmo, em 1972, por ocasião da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano; a *Declaração do Rio De Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, elaborado na cidade do Rio De Janeiro, em 1992, na conclusão da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento; e a *Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável*, produzido no encerramento da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul, em 2002.

²⁹ Estou considerando como Discurso Ambiental Multilateral –DAM –o discurso proveniente do sistema de Organizações das Nações Unidas um discurso que exerce controle e institui relações de poder interdiscursivas, isto é, conduzem condutas no campo discursivo.

3.4.1 O discurso ambiental multilateral e o conceito de desenvolvimento

Em si mesmas, as declarações multilaterais sobre o meio ambiente não permitem a apreensão da ampla e dinâmica de intervenção que regulamenta, normatiza e globaliza, em nível jurídico-político, a problemática ambiental. A descrição e a análise desse processo ultrapassam o arco desta investigação. Com efeito, o estudo dessa documentação pretende, numa leitura breve, descrever e esboçar os fundamentos, pressupostos e relações formuladas em torno do conceito de desenvolvimento e da questão ambiental. Essa documentação busca positivar, ensejar sinergia e estabelecer laços consistentes entre desenvolvimento como definido no contexto do início dos anos de 1970 – desenvolvimento econômico e crescimento econômico – e a partir de 1987, com o Relatório de *Brundtland*, como desenvolvimento sustentável. Essa tendência é inscrita no título das declarações de 1992 e de 2002, respectivamente, a ECO92 e a da Cúpula da Terra deJohannesburgo.

Por que esse martelar sem fim em torno da relação desenvolvimento/questão ambiental, que tem início com a *Declaração de Estocolmo* e que não cessa mais de ocupar os técnicos ambientalistas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas de todos os quadrantes do Planeta? A literatura sobre o conceito de desenvolvimento, desde os primeiros anos do pós-1945, não parou mais de crescer e conformar uma parte significativa do discurso das Ciências Sociais e das Ciências Humanas. Desde 1987, quando a ONU sanciona o conceito de desenvolvimento sustentável, essa literatura sobre a problemática do desenvolvimento é acrescida do domínio discursivo ambiental. A formação deste discurso científico consagrado ao conceito de desenvolvimento foi impulsionada, expandida, ampliada, enriquecida com o conceito de desenvolvimento sustentável, conformando a assunção ininterrupta de uma importante frente discursiva de natureza estratégica; uma frente discursiva instituída como frente de luta, de intervenções articuladas a toda uma série de elementos não discursivos que fixam uma “governamentalidade” voltada a sustentar intervenções de suporte ao sistema capitalista como expressão político-econômica de uma “governamentalidade” geral que se exerce globalmente, desde o pós-1945, tanto na periferia quanto no centro do capitalismo mundial. Este é o escopo que conforma a expansão da literatura sobre meio ambiente regida pelo discurso ambiental multilateral, tecida, *grosso modo*, com base no conceito de desenvolvimento. Passo a seguir à análise desta documentação.

3.4.2 A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano

A *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano* é um texto claro, direto e com forte direcionamento nos seus objetivos. Apesar de ter uma importância decisiva para a discursividade ambiental, no que concerne às suas relações com as Ciências Sociais e as Ciências Humanas, é um texto que, por sua estratégia teórico-conceitual, aponta, na aparência, mais para o passado do que para a atualidade destas ciências, no que diz respeito à predominância de conceitos e noções de natureza homogeneizante, de escasso ou nulo nível de consenso, como são exemplos as noções de homem, humano, humanidade, raça, povo, evolução, estágio, progresso, pobreza, sociedade pobre, sociedade desenvolvida, sociedade subdesenvolvida, dentre outros.

É forte e muito evidente a preocupação, em todo o documento, de associar, de fazer corresponder, de criar equivalência, de imbricar a problemática ambiental com a questão da pobreza, fazendo da última a causa da primeira para as sociedades localizadas fora do espaço europeu e estadunidense e identificadas como sociedades pobres. As “sociedades pobres”, nesse documento, são caracterizadas e definidas como sociedades subdesenvolvidas. A pobreza é definida como um estágio de não desenvolvimento ou como subdesenvolvimento. A superação da pobreza é perspectivada como a busca do desenvolvimento e este apresentado como o modelo alcançado pelos países do espaço euro-norteamericano, portanto, o desenvolvimento capitalista. A manobra discursiva adotada no discurso sobre o desenvolvimento e no discurso ambiental, contudo, é a de suprimir, na expressão “desenvolvimento do capitalismo”, o conceito de capitalismo; e, ao suprimi-lo, naturalizar esse sistema econômico, fazendo a identificação entre desenvolvimento e o processo ou modelo implantado nos países capitalistas dominantes. Este mesmo mecanismo é identificado, nas outras “Declarações”, em relação à expressão “desenvolvimento sustentável”, tornando comum, nos dias atuais, ser usada com a supressão do termo desenvolvimento. Ou seja, o que passa a ser debatido, avaliado, perspectivado é a noção de sustentabilidade.

O estabelecimento de uma relação causal entre a questão ambiental e a pobreza, com a identificação desta última como a razão da primeira; e o pressuposto de equivalência entre a pobreza e o subdesenvolvimento resultara na identificação do desenvolvimento como a solução para a questão ambiental e simultaneamente para a eliminação da pobreza. Essa lógica simples e direta, que preside a primeira Declaração da ONU sobre a problemática

ambiental e que servirá de fundamento e sustentação para as outras declarações em estudo, não é mais do que uma lógica evolucionista, assentada na ideia de progresso concebido como o ordenamento natural da sociedade humana. É essa lógica que forma a base de sustentação do discurso ambiental multilateral. Essa lógica implicou, exigiu e resultou em um direcionamento do documento, da sua orientação, tanto na primeira parte, em que se apresentam sete decretos, quanto na segunda parte, em que se enunciam 26 princípios, os quais configuram o ponto de vista ambiental multilateral, voltado para orientar e dirigir as ações dos países periféricos ante a questão ambiental. Em outras palavras, a *Declaração de Estocolmo* tem por alvo as sociedades definidas como subdesenvolvidas; é claramente dirigida a estas sociedades, na medida em que não traz uma abordagem com foco na escala global. Nesse sentido, tem a natureza de um programa político, de um norteamento geral, de uma política ambiental multilateral específica, que se acresce à principal política multilateral da ONU da década anterior, isto é, “1960, a década do desenvolvimento”. Essa característica da *Declaração de Estocolmo* é reiterada nas duas outras declarações em consideração.

Este foco direcionado aos países periféricos e centrado na questão do desenvolvimento perpassa todo o texto, em que a palavra desenvolvimento aparece 31, a razão de 5 vezes por página; enquanto na Declaração da ECO92 a palavra desenvolvimento aparece 154 em 29; nesse sentido, os textos mantêm a média de cinco palavras por página. A Declaração I traz alguns pontos que são destacados como decretos: no total, são sete itens, dos quais cinco são diretamente relacionados à questão do desenvolvimento; o documento encerra ainda, 26 princípios, dos quais 14 diretamente sobre a problemática do desenvolvimento.

Na continuidade, passo a analisar a primeira parte da Declaração com base em algumas das suas proclamações.

O homem é criatura e moldador de seu ambiente, o que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de crescimento intelectual, moral, social e espiritual. Na evolução longa e tortuosa da raça humana neste planeta um estágio foi alcançado quando, através da rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar seu ambiente de inúmeras maneiras e numa escala sem precedentes. Ambos os aspectos do ambiente do homem, o natural e o artificial, são essenciais ao seu bem-estar e ao usufruto dos direitos humanos fundamentais do direito à própria vida. (ONU, 1972, p.1).

O primeiro ponto é fundamental, na medida em que situa o discurso ambiental multilateral na tradição em que situei a Teoria da Modernização, as teorias pós-capitalistas que fundamentam a Sociologia da indústria; a TMR, a TSR, a TME e a estratégia discursiva do DS. Trata-se da tradição que passa pelo criacionismo e pelas teorias mecanicistas que

separam sociedade e natureza; pela teoria evolucionista; pela ideia de progresso, pelo industrialismo e pela Teoria do Desenvolvimento. Mais adiante, retornarei a esse ponto, ao analisar a trajetória do conceito de progresso no pensamento social no Ocidente.

O etnocentrismo³⁰ presente na declaração da ONU, que faz responder o crescimento intelectual, moral, social e espiritual das ações de transformação do ambiente; e faz, portanto, dos “países desenvolvidos”, *grosso modo*, dos europeus ocidentais e dos americanos do norte, para o contexto dos anos de 1970, o topo da evolução histórica, revela, em boa medida, a pobreza do pensamento social que sustenta as concepções presentes nesse documento.

Por outro lado, a *Declaração de Estocolmo* faz da ciência e da tecnologia a base da evolução humana e da condição positiva de transformação do ambiente, na contramão das leituras contemporâneas, que situam na ciência e na tecnologia o núcleo da questão ambiental.

De fato, esse posicionamento caracteriza a discursividade ambiental como domínio de saber. No decreto de número três, está a seguinte proclamação:

Homem tem constantemente de somar experiências e ir descobrindo, inventando, criando, progredindo. No nosso tempo, a capacidade do homem para transformar o seu entorno, se usado sabiamente, pode trazer a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e da oportunidade de melhorar a qualidade de vida. Aplicada errada ou inconsideradamente, tal faculdade pode causar danos incalculáveis aos seres humanos e do ambiente humano. Nós vemos ao nosso redor crescente evidência de dano pelo homem em muitas regiões da Terra: níveis perigosos de poluição na água, ar, terra e seres vivos; distúrbios grandes e indesejáveis no equilíbrio ecológico da biosfera, destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no ambiente pelo homem, especialmente no ambiente de vida e de trabalho. (ONU, 1972, p.1).

O argumento, de que os atuais problemas ambientais resultam de um uso não sábio da capacidade humana de transformar a natureza e de uma aplicação errada da ciência e da tecnologia e que, ao contrário, o uso sábio “[...] pode trazer a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e da oportunidade de melhorar a qualidade de vida” (ONU, 1972, p.1), dá continuidade a uma visão etnocêntrica bastante empobrecida das sociedades periféricas. Por outro lado, o texto não explicita a caráter global de certos fenômenos ambientais, optando por afirmar: “Nós vemos ao nosso redor crescentes evidências dos danos causados pelo homem em muitas regiões da Terra”. (ONU, 1972, p. 1).

³⁰Segundo Lévi-Strauss (1970, p. 236), o etnocentrismo “[...] consiste em repudiar, pura e simplesmente as formas culturais – morais, religiosas, sociais, estéticas – mais afastadas daquelas com que nos identificamos.”

No princípio de número quatro, há a caracterização do subdesenvolvimento como a principal fonte dos problemas ambientais:

Nos países em desenvolvimento a maioria dos problemas ambientais são causados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas continuam vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humanadigna, privada dealimentação e vestuário adequados, abrigo e educação, saúde e saneamento. Portanto, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo em conta as suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Para o mesmo efeito, os países industrializados deverão envidar esforços para reduzir as disparidades e os próprios países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico. (ONU, 1972, p.1).

A manobra de fazer a pobreza responder pela degradação da natureza é decisiva para fazer do desenvolvimento a chave da resolução da problemática ambiental e requer a classificação das formas sociais com base na oposição sociedade desenvolvida/sociedade subdesenvolvida. Em decorrência do fato de a pobreza responder pela degradação da natureza, o documento propõe que “[...] os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento [...]” (P.1) e aponta como tarefa dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que devem buscar reduzir as disparidades entre eles e os países subdesenvolvidos, reduzir a existência dos próprios países subdesenvolvidos. Em uma das poucas referências a problemas ambientais nos países desenvolvidos, o texto identifica na industrialização e no desenvolvimento tecnológico a fonte destes.

No item cinco, o Documento faz referência à questão populacional:

O crescimento natural da população apresenta problemas para a preservação do meio ambiente, e políticas adequadas e medidas devem ser adotadas, conforme apropriado, para enfrentar esses problemas. De todas as coisas no mundo, as pessoas são o bem mais precioso. É o povo que impulsionam o progresso social, criam riqueza social, o desenvolvimento da ciência e tecnologia e, através de seu trabalho árduo, continuamente transforma o meio ambiente. Junto com o progresso social e o avanço da ciência, produção e tecnologia, a capacidade do homem para melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa. (ONU, 1972, p.2).

Em conformidade com o item anterior, que responsabiliza a pobreza pela degradação da natureza, a identificação da questão demográfica como um problema ambiental atende àquele pressuposto e faz do crescimento populacional o principal fator de ameaça à natureza. Este é um ponto importante e que implica a realização de muitas medidas de controle populacional de natureza biopolítica, como as cirurgias de ligaduras de trompas em mulheres jovens e adolescentes realizadas rotineiramente no Brasil com custeio do sistema público de saúde.

Na continuidade, abordo alguns dos princípios expressos na segunda parte do Documento. O princípio número nove afirma:

Deficiências ambientais geradas pelas condições de subdesenvolvimento e por desastres naturais colocam graves problemas, que podem ser sanados de forma mais adequada, através do desenvolvimento acelerado, com transferência de quantidades substanciais de assistência financeira e tecnológica como um complemento, uma ajuda oportuna, para o esforço nacional dos países em desenvolvimento. (ONU1972, p.2).

Vários autores, dentre os quais Harvey (1992; 2004), Schnaiberg (2002), Redclif (1984), Hanningan (2009), identificam nas proposições de “desenvolvimento acelerado” a reestruturação econômica, denominada reajuste estrutural, imposta aos países do Terceiro Mundo por instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, nas décadas de 1980 e 1990; e nas ações voltadas a implantar o desenvolvimento no Hemisfério Sul um processo de altos custos ambientais. Hanningan (2009) observa que

A dependência de mercados globais tem tornado o desenvolvimento econômico um negócio de risco para muitos países do Terceiro Mundo, especialmente onde estes mercados podem ser facilmente dizimados, pelo aparecimento de novas alternativas de baixo custo em outros lugares do mundo. Além disso, esquemas de desenvolvimento requerem uma infraestrutura de rodovias, energia hidroelétrica, aeroportos... que deve ser paga através de empréstimos pesados das instituições financeiras do Norte. Tais projetos frequentemente falham em produzir o esperado nível de crescimento econômico, enquanto ao mesmo tempo causa massivos estragos ecológicos em formas de enchentes, destruição de florestas tropicais, erosão do solo e poluição. (P. 42).

Esse quadro é reiterado nas análises de Pedrão (1996) para as sociedades latino-americanas nos final dos anos de 1970 e aponta outro aspecto decisivo das relações internacionais tecidas em torno dos problemas ambientais e do desenvolvimento. Segundo esse autor,

A emergência da questão ambiental nos países mais ricos, levou à introdução de restrições importantes à degradação do seu ambiente, traduzindo-se na transferência de atividades predatórias para países latino-americanos. Dentre os inúmeros exemplos, destaca-se a recente transferência de investimento em mineração do Canadá para o Chile, como antes já se fizera com o México, assim como a expansão da produção de alumínio para o Brasil. O fervor de conseguir investimentos novos em curto prazo, leva esses países receptores a procurar, mais que acolher, tais investimentos destrutivos. (P. 19).

O princípio de número 11 assevera que:

As políticas ambientais de todos os Estados devem promover e não afetar negativamente o potencial de desenvolvimento presente ou futuro dos países em desenvolvimento, nem devem prejudicar a realização de melhores condições de vida para todos, e medidas adequadas devem ser tomadas pelos Estados e organizações internacionais com vista a alcançar um acordo a nível nacional e internacional sobre possíveis consequências econômicas resultantes da aplicação das medidas ambientais. (ONU, 1972, p. 3).

Resta clara, me parece, a prioridade na salvaguarda do desenvolvimento em relação à questão ambiental, e o básico é que esse tipo de prioridade não constitui contrassenso em uma conferência voltada à temática ambiental, em função da prioridade ao desenvolvimento ser postulada como a forma *por excelência* da política ambiental para os países não desenvolvidos, aquela que assegura, pelo combate à pobreza, o combate à degradação da natureza.

O princípio de número 16 retoma o posicionamento que faz da questão demográfica a principal ameaça ao ambiente:

Políticas demográficas, sem prejuízos de direitos humanos básicos, e que são considerados adequados pelos governos em causa, devem ser aplicadas nas regiões onde a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações de populações excessivas são susceptíveis de ter efeitos adversos sobre o ambiente humano e impeçam o desenvolvimento. (ONU,1972, p.3).

Para finalizar, cabe uma referência ao princípio de número 19, que recomenda a “Educação em matéria de ambiente”, tanto para jovens quanto para adultos, e traz um apelo aos meios de comunicação de massa para que evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente e para que façam a divulgação de informações de caráter educativo, visando a melhorar o ambiente e permitir o desenvolvimento. Tanto um aspecto quanto o outro conformam dimensões de grandes proporções na problemática ambiental contemporânea. O Jornalismo Ambiental e a Publicidade Ambiental, tanto quanto a Educação Ambiental, constituem, na atualidade, domínios em que a assunção do ambiental como valor é constituída em um processo que, ao mesmo tempo em que busca se valorar, banaliza a problemática ecológica.

3.4.3 A Declaração da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento

No plenário de encerramento da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, o secretário-geral Maurice F. Strong fez a seguinte afirmação: “A maior conferência intergovernamental de alto nível alguma vez realizada em nosso planeta forjou o programa de ação mais abrangente, com maior alcance e, se implementado, mais efetivo que alguma vez foi sancionado pela comunidade internacional”. (ONU, 1992). A ECO92, a segunda grande reunião de cúpula sobre ambiente realizada por iniciativa da ONU, como foi popularizada, reuniu cerca de 180 países e, em total sintonia com os princípios e metas estabelecidos na Conferência de Estocolmo, instituiu um programa de intervenção política direcionado aos países periféricos, destinado a conciliar desenvolvimento e crescimento econômico com a problemática ambiental. O implemento deste programa, que Maurice F. Strong enunciou na condicional, transformou-se em uma das condicionalidades da política ambiental multilateral impostas aos “países subdesenvolvidos” nos contratos financeiros estabelecidos pelas agências multilaterais. A Agenda 21, que detalha pormenorizadamente as ações ambientais previstas no programa ambiental da ECO92, passou a ser adotada como programa de ação das secretarias de meio ambiente de todas as escalas sociais do Brasil. As secretarias municipais de educação, por todo o País, foram constrangidas a trabalhar com a Agenda 21, como exigência para recebimento de recursos estaduais e nacionais. Tratava-se, não do início, mas da continuidade das políticas multilaterais voltadas a salvaguardar, sustentar e incrementar o desenvolvimento do capitalismo nas “sociedades subdesenvolvidas”, no contexto do fim da *guerra fria*, oficializadas depois de 1989.

Na abertura do documento, afirmam-se os vínculos com a Declaração I: “Reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, aprovada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, e tratando de basear-se nela [...]”. (ONU, 1992, p. 1). De fato, a Declaração da Eco92 é completamente referenciada na Conferência de 1972 e não inscreve inovações quanto à concepção e ao norteamento da abordagem da problemática ambiental.

Alguns princípios desta Declaração, como que regidos por denegação, afirmam o contrário daquilo que as intervenções das agências multilaterais constituem com suas ações,

isto é: a unificação do que se tem por problemática ambiental, sua regulamentação jurídica³¹ globalizada e o domínio implícito da racionalidade ambiental gerada pela tecnologia de poder a que busco dar visibilidade. Trata-se, efetivamente, da formação de uma política ambiental multilateral de horizonte planetário, que faz das relações com a natureza um problema que implica na sua abordagem recursos como a ciência, a técnica e medidas desenvolvimentistas. Um exemplo disso encontra-se no princípio de número dois, que sustenta:

Os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e os princípios da lei Internacional, possuem o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento e a responsabilidade de velar para que as atividades realizadas dentro de sua jurisdição ou sob seu controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de zonas que estejam fora dos limites da jurisdição nacional. (ONU, 1992, p.1).

O princípio de número três faz referência ao “direito ao desenvolvimento”, sem consideração ao fato de que a continuidade das desigualdades mundiais se sustenta, desde o pós-1945, em políticas desenvolvimentistas. O princípio número quatro sustenta que: “A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá considerar-se de forma isolada”. (ONU, 1992, p.1). Estaria, portanto, estabelecida a fundamentação do desenvolvimento sustentável, isto é, desenvolvimento com proteção da natureza. O princípio de número sete assevera que

Os Estados deverão cooperar com o espírito de solidariedade mundial para conservar, proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Tendo em vista que tenham contribuído notadamente para a degradação do meio ambiente mundial, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões que suas sociedades exercem no meio ambiente mundial e das tecnologias e dos recursos financeiros de que dispõem. (ONU, 1992, p.2).

Esse texto faz uma referência direta ao processo de “*patologização*” da natureza produzido pelo discurso ambiental, processo que faz da Terra um organismo enfermo, a demandar cuidados específicos; este fenômeno dá lugar ao que busco caracterizar como uma biopolítica ambiental. Esse ponto é analisado no segundo capítulo desta investigação. O princípio 16 traz igualmente uma questão relevante para essa investigação, que expressa o funcionamento do eixo do mercado do dispositivo em estudo.

³¹A esse respeito, destaca-se o estudo “A humanidade e suas fronteiras: Do Estado soberano à sociedade global, de Eduardo Felipe Matias (2005).

As autoridades nacionais deveriam procurar fomentar a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em conta o critério de que o que contamina deveria, em princípio, arcar com os custos da contaminação, tendo devidamente em conta o interesse público e sem distorcer o comércio nem as inversões internacionais. (ONU, 1992, p.3).

A internalização dos custos ambientais no Brasil adotou como procedimento o mecanismo da multa como meio de controle social e faz deste processo de regulação fonte de captação de recursos que, no limite, viabiliza as atividades, limitando-as, mas não implicando, necessariamente, a internalização dos custos ambientais.

O princípio de número 17 propõe a intervenção estatal, que ensejou, para a maioria dos países do mundo contemporâneo, o modelo de regulação de atividades econômicas – Estudo de Impacto Ambiental (AIA) - nos setores em que empresas possam causar danos ambientais ou utilizam recursos naturais. O texto recomenda que

Deverá empreender-se uma avaliação do impacto ambiental, em termos de instrumento nacional, a despeito de qualquer atividade proposta que provavelmente produza um impacto negativo considerável no meio ambiente e que esteja sujeito à decisão de uma autoridade nacional competente.(ONU, 1992, p.3).

Esta recomendação efetivou-se, no Brasil, na forma do Licenciamento Ambiental, principal instrumento da política ambiental do Estado brasileiro. Este mecanismo é analisado na conformação do que identifiquei como biopolítica ambiental e é abordado no quinto capítulo deste estudo.

3.4.4 Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável

A importância da Declaração de Johannesburgo para essa investigação diz respeito à formalização do conceito de desenvolvimento sustentável como posição do sistema das Nações Unidas ante a questão ambiental. O compromisso com essa ideia-força, de natureza mais política que teórico-conceitual, perpassa todo o Documento e passa a exercer forte influência no campo discursivo ambiental. Sua natureza marcadamente ambígua resta evidente no princípio de número cinco.

Por conseguinte, assumimos a responsabilidade coletiva de promover e fortalecer, nos planos local, nacional, regional e mundial, o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a proteção ambiental, pilares interdependentes e sinérgicos do desenvolvimento sustentável. (ONU, 2002, p.1).

O conceito é caracterizado com base em dois outros conceitos que também implicam valoração e que são, igualmente, imprecisos e de demarcação difícil. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, mesmo sendo objeto de algumas restrições teóricas no terreno da teoria social, tem importância, unânime reconhecimento e validação no campo da discursividade ambiental por constituir-se como referência de norteamento normativo, de síntese e efetivação da ideia-fundamento da política ambiental multilateral, isto é, a convergência entre o conceito de desenvolvimento e a ideia de proteção ambiental.

A justificativa da Conferência para sua intervenção é apresentada no seguinte argumento: “Reconhecendo que a humanidade se encontra em uma encruzilhada, nos unimos decididos a responder de maneira positiva a necessidade de formular um plano prático e concreto que nos permita erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento humano”. (IBIDEM, p.1). E sua sintonia com as políticas anteriores é definida nos seguintes termos:

Há trinta anos, em Estocolmo, concordamos com a premência da necessidade de abordarmos o problema da degradação ambiental. Faz dez anos, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, concordamos que a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico eram fundamentais para se obter o desenvolvimento sustentável baseado nos princípios do Rio. Para alcançar esse objetivo, aprovamos um programa de alcance mundial intitulado “Agenda 21” e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, aos quais reafirmamos hoje nossa adesão. A Conferência do Rio constituiu um ponto importante que permitiu estabelecer um novo plano de ação para o desenvolvimento sustentável.(ONU, 2002, p.1).

O procedimento de traçar um quadro ambiental para o Planeta, que faz sobressair a ideia de crise ambiental, de riscos, perigos e ameaças, é presente na Declaração de Johannesburgo.

O meio ambiente mundial continua deteriorando-se. Prossegue a perda de biodiversidade; seguem esgotando-se as populações de peixes; a desertificação avança conquistando cada vez mais terras férteis; já são evidentes os efeitos adversos das mudanças climáticas; os desastres naturais são mais frequentes e mais

devastadores e os países em desenvolvimento tornaram-se mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que a contaminação do ar, da água e dos mares privam a milhares de seres humanos de uma vida digna. (ONU, 2002, p.1).

Trata-se, efetivamente, neste princípio da Declaração de Johannesburgo, da projeção de cenários ambientais críticos que incitam a percepção da questão ambiental com proporções de gravidade crescente. Tal posição, no interior do discurso ambiental multilateral, desautoriza as acusações de ecoalarmismo e de catastrofismo lançadas por cientistas sociais aos movimentos ambientalistas contemporâneos. De fato, esse tipo de acusação tem por fundamento a promoção da ciência e da tecnologia como fontes de resolução da questão ambiental defendidas nas estratégias discursivas em estudo; essa tendência é, às vezes, tão exacerbada que levou Mol e Spaargaren (2003) a classificarem a teoria da SR como eco alarmista.

3.5 A ideia de progresso e o conceito de desenvolvimento: breve genealogia

Para o pensamento social latino-americano contemporâneo, a ideia de progresso deveria representar o suprassumo do eurocentrismo; contudo, a força do conceito de desenvolvimento, atualmente revigorada pelo conceito de desenvolvimento sustentável, é forte o suficiente para não suscitar o ajuste de contas epistemológico com o solo que fez germinar noções como a de evolução, progresso e desenvolvimento.³²

De fato, a ideia de progresso é uma noção europeia e, até o final do século XVI, ela não se manifestava. Segundo Jacques Le Goff (2008), A ideia explícita de progresso desenvolveu-se entre o nascimento da imprensa, no século XV, e a Revolução Francesa. Considerando a história dessa noção, Le Goff (2008) assinala:

Pode-se dizer que, até o início do século XVII, os obstáculos a uma teoria consciente do progresso continuam a ser determinantes; que, de 1620 a 1720, aproximadamente, a ideia de progresso se afirma antes de mais nada no domínio científico; que, depois de 1740, o conceito de progresso tende a generalizar-se e difundir-se nos domínios da história, da filosofia e da economia política. Ao longo de todo esse período, com avanços e recuos, o que favorece o nascimento da ideia de progresso são, em primeiro lugar, as invenções, a começar pela imprensa, depois o nascimento da ciência moderna, tendo como episódios espetaculares o sistema copernicano, a obra de Galileu, o cartesianismo e o sistema de Newton. (P. 246-247).

Inúmeros pensadores participaram da maturação deste conceito. Considerando sua relação com o conhecimento, portanto, a ideia de progresso científico, Le Goff (2008), ao citar Descartes, assevera:

Seria ainda mais ridículo definir em algumas linhas o lugar ocupado por Descartes no desenvolvimento da ideia de progresso. Pondo em evidência as uniformidades do sistema da natureza, fundando a unidade da ciência na demonstração de que a natureza obedece a leis, Descartes lançou as bases da noção de progresso. E, talvez, com mais rigor, definiu o método científico e filosófico como um processo de progresso contínuo. (P. 249).

Ao descrever a noção de progresso ao longo da história, Le Goff (2008) identifica uma regularidade na relação com essa ideia; trata-se de duas condições essenciais na história da ideia de progresso:

A primeira é o papel desempenhado pelo progresso científico e tecnológico. Praticamente na origem de todas as acelerações da ideologia do progresso, há um salto das ciências e das técnicas. Isto aconteceu no século XVII, no XVIII e no século XX. A segunda é a ligação entre o progresso material e a ideia de progresso. É a experiência do progresso que leva a acreditar nele, a sua estagnação é em geral seguida de uma crise de tal ideia. Acontecerá, portanto, que a aceleração do

³² Cabe observar uma das exceções a essa tendência nos estudos do *pós-desenvolvimento* realizados por Arturo Escobar. Veja-se a obra *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*.

progresso material fará nascer, pelo contrario, um medo do progresso. Será esse fenômeno que caracteriza o século XX. (P. 240).

George Canguilhem (1999) também chamou atenção para esse fenômeno em relação à energia nuclear: “Pelo fato de que a primeira aplicação da física nuclear tenha sido a bomba A, a energia nuclear, com toda a fonte de vida para a superfície terrestre, evoca o rosto terrorífico da morte”. (P. 680).

O estudo de Jacques le Goff desenvolve-se em torno das relações entre progresso e reação. O autor identifica uma crise da ideia de progresso na atualidade e afirma que a ideia de reação surge como contra ideologia do progresso no final do século XVIII e se desenvolve no século XIX para designar as correntes de pensamento e de ação hostis à Revolução Francesa e à ideia de progresso social dela resultante. A noção e seu desdobramento em reacionário tornaram-se anacrônicas e não identificam mais as oposições a esse conceito que se multiplicaram a partir de 1930-1980, período postulado por Le Goff como de crise deste conceito.

Quanto à noção de progresso social, não sei se poderia haver acontecimento mais expressivo da crise, como enuncia Jacques le Goff, ou da decadência, como postula George Canguilhem sobre a noção de progresso, em geral, e no domínio social em particular, do que a noção de *brasilianização* elaborada por sociólogos europeus para expressar o assemelhar-se ao Brasil das sociedades europeias contemporâneas; no que concerne à condição da sociedade brasileira perante a ideia de igualdade social, esse símbolo de progresso inscrito no lema da Revolução Francesa. Afinal, são cinco séculos de colonização que resultam nesse assemelhar-se europeu ao país campeão das desigualdades sociais no Continente por eles “civilizado”.

O êxito e a proeminência atual de teorias sociais com fundamento na ideia de progresso – como são exemplos a Modernização Reflexiva, a TSR, a TME, a TDS e uma vasta teorização sobre desenvolvimento econômico – por certo, não poderiam ser explicados por uma situação generalizada de “desnutrição de ilustração”. São inúmeros, contudo, os elementos que sedimentam a trajetória e a decadência da ideia de progresso. Canguilhem (1999) cita um exemplo, de reconhecida importância, na observação feita por Freud, em 1938, antes de deixar Viena em direção a Londres, ao comentar o ensaio *Moisés e a religião monoteísta*: “[...] vivemos um momento particularmente curioso. Descobrimos com surpresa que o progresso firmou um pacto com a barbárie”. (P.683). Outra referência de peso é assinalada por Canguilhem (1999, p. 676) na reação de Raymond Aron diante da violência da Primeira Guerra Mundial e sua explicação com base no que denominou de “surpresa técnica”.

Ante a dimensão do poder de fogo da tecnologia bélica, os efeitos destrutivos de uma capacidade desmedida em relação às metas iniciais tiveram intensa determinação na feitura de um tratado de paz que gerou a Segunda Guerra Mundial, na qual a “surpresa técnica” explodiu em Hiroshima (CANGUILHEM, 1999). Para Canguilhem (1999), essa noção elaborada por Aron constitui um marco decisivo para a desconstrução da ideia de um progresso linear, contínuo e cumulativo operando na história.

Assim, a experiência adquirida na imprevisibilidade dos efeitos políticos e sociais de uma invenção técnica, e transcendendo aos que derivavam de invenções anteriores em uma mesma família tecnológica, autoriza a manter a noção aroniana de surpresa técnica como um homólogo, na história política e social, da noção bachelardiana de ruptura epistemológica na história da ciência. (CANGUILHEM, 1999, p. 676).

O texto de Raymond Aron em que surge a noção de “surpresa técnica” é de 1951 – *Les guerres en chaîne*; parece-me que Aron não compartilha com o autor de *O normal e o patológico* a compreensão e a importância desta noção como fundamento de ruptura histórica no domínio tecnológico. Para Aron (1991) não é de forma alguma a descontinuidade, mas, ao contrário, a ideia de progresso linear, contínuo e cumulativo que rege a “evolução tecnológica”. Em um texto de 1965, anteriormente citado, Aron (1991) comenta o “Relatório de Ginsberg” do simpósio *Le développement social*, [...] presidido por ele e B. Hoselitz [...] em 1965, na cidade de Paris. Acentua Aron (1991) que,

A interpretação “evolucionista e racionalista” da história, diz ele no início, não desfruta da mesma aceitação que no século passado. Ora, este ceticismo não é justificado: ele é desmentido pela prática daqueles que, na teoria, rejeitam qualquer esquema global de história. Os historiadores e sábios falam de “crescimento e de desenvolvimento”, noções que só tem sentido como referência a julgamento de valores que devem, de preferência, ser explicitados. Mais do que isso, se queremos comandar e dirigir o processo de desenvolvimento é importante ter um conhecimento mais completo não apenas dos fatores implicados na mudança social, mas também dos objetivos e dos fins para os quais é conveniente orientar as mudanças. (P. 259-260).

Com certeza, não se trata, quanto ao que distingue as duas abordagens, de uma diferença que possa ser explicada no plano da moral; de fato, uma das dimensões em que se funda a noção de progresso é a moral; a outra é o domínio da ciência e da técnica. Raymond Aron (1991) usa o conceito de progresso nas duas acepções, conforme é possível constatar na seguinte afirmação: “[...] a história humana apresenta entre outras coisas, o caráter de uma racionalização e de uma moralização progressiva” (P. 260).

As intervenções de cada um desses autores ocorrem em contextos diferenciados. Em 1965, a “virada desenvolvimentista”³³ do pós-1945 avança resolutamente. Nesse momento, a principal política multilateral é o projeto de desenvolvimento do capitalismo no Terceiro Mundo. Raymond Aron é personalidade de destaque nesta frente discursiva do confronto político-discursivo da guerra fria; vanguarda esta que captura o conceito de desenvolvimento das forças anticapitalistas e faz da teoria da evolução, do conceito de progresso, da noção de tradição e do industrialismo os vetores de renovação da concepção de história linear, cumulativa, contínua, fundada na evolução e no progresso ininterrupto da razão.

À Revolução de 1968 sucedeu um período de retomada e crescente ascensão das forças políticas da ordem mundial e da retomada das políticas multilaterais em prol do capitalismo. Desde o final da década de 1970, tem início o movimento de captura e cooptação, pelas forças da ordem mundial, de críticos e de críticas ao capitalismo das décadas de 1960 e 1970. Ao justificar, no final dos anos de 1990, a investigação que realizam sobre as condições bem-sucedidas do avanço do capitalismo nas décadas de 1980 e 1990, Boltanski e Chiapello (2009) observam:

Sob muitos aspectos vivemos hoje uma situação inversa à do fim dos anos 60 e início dos anos 70. (...) As questões que deram origem a esse livro nasceram da guinada quase completa da situação e das pequenas resistências críticas que, afinal de contas, foram opostas a essa evolução. Quisemos compreender com mais detalhes – para além dos efeitos de neutralização da crítica gerado por um poder de esquerda – por que a crítica não estava “ligada” na situação, como ela foi impotente para compreender a evolução que estava ocorrendo, por que sumiu repentinamente no fim dos anos 70, deixando o campo livre para a reorganização do capitalismo durante quase duas décadas. (P. 20).

Suponho que a escalada bem-sucedida do sistema capitalista, com origem na segunda metade dos anos de 1970, relaciona-se diretamente com as condições políticas da “governamentalidade” geral constituída no pós-1945; considero que a retração da crítica neste período é um fato efetivo, mas não absoluto e, talvez, com um grau de determinação ou influência relativamente diminuta na estabilização prospera do capitalismo das duas últimas décadas do século XX em diante. Em outras palavras, talvez o sucesso da expansão capitalista do pós-1968 deva ser explicada mais pela atuação do dispositivo geral de “governamentalidade” do que pela ausência da atuação das esquerdas ativas nos meados da

³³ Uso essa noção para descrever o movimento liderado pela ONU, no contexto do pós-1945, de salvaguarda do sistema capitalista no espaço do Terceiro Mundo sob a hegemonia dos Estados Unidos. A “virada” expressa a reapropriação, ou captura do conceito de desenvolvimento pelas forças do dispositivo geral de “governamentalidade”.

década de 1960 e início dos anos de 1970. O artigo de Canguilhem (1999) *A decadência da ideia de progresso*, originalmente publicado em 1987, pode ser visto como intervenção no campo político-discursivo que opõe uma história contínua a uma história descontínua e tem efeitos diretos no confronto político-discursivo que opõe, por um lado, as forças em prol do capitalismo, e, por outro, uma tradição crítica que atua perante as formas de poder exercidas com base no sistema capitalista.

Posicionado na perspectiva da história da ciência, ou seja, no próprio terreno constituído como suporte para a ideia de progresso, Georges Canguilhem (1999) demarca na história da ciência os acontecimentos que desestabilizaram a ideia de um movimento contínuo, linear e cumulativo de logros da razão humana obtidos pela ciência e concretizados em uma base tecnológica.

Segundo Canguilhem (1999), o conceito de progresso foi criado pelos filósofos do século XVIII e está associado aos nomes de Turgot, Pascal, Bacon e Fontenelle. O enunciado de base exprime que

O gênero humano, considerado desde sua origem, aparece aos olhos do filósofo como um todo imenso que tem ele mesmo, como cada indivíduo, sua infância e seus progressos (...) a massa total do gênero humano sempre avança, ainda que a passos lentos, para a perfeição mais extraordinária. (TURGOT *apud* CANGUILHEM, 1999, p. 669).

Essa, no entanto, é uma acepção que não dispõe de consistência suficiente para fundamentar sua ampla utilização nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais ao longo dos séculos XIX e XX. Com efeito, Canguilhem (1999) observa que,

Sem dúvida, para a definição do transcurso e do sentido da história dos homens não é correto considerar o progresso como análogo a ideia de causalidade em uma ciência da natureza. O progresso segundo Kant não foi destinado a desempenhar a função de categoria. É uma ideia apta para ordenar uma diversidade empírica: sua função é a de “fio condutor” (Leitfaden). (P. 670).

Auguste Comte sistematizou a Teoria do Progresso na Lei dos Três Estágios, na qual os termos progresso, aperfeiçoamento e desenvolvimento são intercambiáveis, contudo, é o termo desenvolvimento que impõe sua significação fundamental: manifestação sucessiva de potencialidades contidas em germe num organismo. Não pode, portanto, na origem ser objeto de experiência, mas pode ser concebido sobre o modelo infantil (CANGUILHEM, 1999).

É em relação ao modelo infantil, na sua abordagem pela Psicanálise, que temos o primeiro item de um quadro de referências demarcando para Canguilhem a decadência do conceito de progresso: a) a reversão da ideia da fase de criança como um estágio sem

continuidade funcional, nas suas características estruturais, na condição do adulto³⁴; b) a descoberta da fecundidade teórica do não³⁵; c) os impactos pró-afetivos ligados às estruturas tradicionais geradas pelos progressos técnicos dos meios de comunicação audiovisuais; d) a “revolução copernicana” realizada por Immanuel Kant na história da Filosofia; e) a “surpresa técnica” postulada por Aron na história da tecnologia; f) a “ruptura epistemológica” postulada por Gaston Bachelard na história da ciência; g) os campos de concentração na Alemanha; i) o descobrimento do núcleo atômico e a invenção da energia nuclear na Física.

Enquanto Canguilhem postulou um processo de decadência para a ideia de progresso, Jacques le Goff (2008) afirma uma crise na ideologia do progresso que abarca meio século: 1930-1980. A existência dessa crise funda-se em uma série de acontecimentos iniciada com a Primeira Guerra Mundial, seguida da crise de 1929 e das guerras da Espanha, da guerra da Etiópia e da guerra sino-japonesa que pré-anunciam a Segunda Guerra Mundial. No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, os progressos na área da informação levam ao conhecimento da existência dos campos nazistas e, logo depois, ao *gulag* soviético. Divulgam-se informações sobre torturas em inúmeros países da Ásia, da África e da América Latina, mas também na França durante a guerra da Argélia. A bomba A exerceu forte abalo na ideia de progresso, mas os avanços tecnológicos das décadas seguintes na Medicina, na saúde pública, na informação, junto com o crescimento demográfico, contribuíram para reequilibrar essa ideologia.

Segundo le Goff (2008), a ideologia do progresso tem nova arrancada com sua expansão para o Terceiro Mundo:

Depois de 1945, a grande novidade, na perspectiva do progresso, foi o despertar do Terceiro Mundo e o seu acesso progressivo à independência. Este fenômeno conduziu à desocidentalização da ideia de progresso e ao suscitar de esforços em favor do desenvolvimento. (P.272).

Não deixa de observar, porém, que “Os economistas do Terceiro Mundo criticaram muitas vezes a concepção de subdesenvolvimento e do desenvolvimento que os ocidentais aplicam ou querem aplicar ao Terceiro Mundo e que permanece um modelo ocidental” (2008, p. 272).

³⁴ Nesse sentido, Canguilhem (1999), observa que: “O sentido do progresso se inverteu. Na origem, na aurora se encontra senão a perfeição, ao menos a riqueza”. (P. 674).

³⁵ Canguilhem (1999) afirma a esse respeito que: “É irônico que a história da ciência fosse destruir a imagem linear do progresso científico mediante a re-colocação da propriedade postulada para a linha reta de não admitir mais que uma paralela traçada por qualquer ponto fora dela”. (P. 674).

3.5 O conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é central para a compreensão da história e da filosofia política no século XX. Nesse sentido, sua importância está, direta e principalmente, associada ao nome de Karl Marx e a sua obra *O Capital*, na qual ele assenta as bases da análise do capitalismo tendo por fundamento seu desenvolvimento na Inglaterra.

A tradição marxista que fundamenta a análise do capitalismo baseada no conceito de desenvolvimento tem dois pilares centrais: *O Capital*, que é a referência maior dessa tradição e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin (1985), que, na verdade, inscreve, com a chamada “Teoria do elo mais fraco”, uma importante distância em relação a *O Capital*, de Marx³⁶. Outra referência importante nessa tradição é a obra *A questão meridional*, de Gramsci (1987); mas trata-se de uma obra que desdobra as perspectivas assentadas por Marx e Lênin. Na segunda metade do século XX, ocorre uma drástica, senão total, redução de obras voltadas à análise do sistema capitalista sob a perspectiva marxista, isto é, perspectivando a destruição do sistema. O estudo de Agustín Cuevas (1983) *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, de 1970, talvez seja o derradeiro esforço teórico nessa tradição assentada na ideia de progresso, de desenvolvimento técnico, de industrialismo com base em uma tradição marxista.

Com efeito, Deleuze (2002) revela um vínculo com a tradição marxista que diz respeito ao *éthos* e ao foco analítico no capitalismo, sem se alinhar ao solo epistemológico em que se assenta essa abordagem, isto é, a Teoria da Evolução, o conceito de progresso e seus desdobramentos conceituais; ele acentua que:

Creio que nem eu nem Felix abandonamos o marxismo, embora de duas maneiras diferentes, talvez. É porque não acreditamos em uma filosofia política que não esteja centrada na análise do capitalismo como um sistema imanente que não cessa de repelir seus próprios limites e que volta a encontrá-los em uma escala ampliada, porque o limite é o próprio capital. (P.3).

Se nas últimas décadas do século XIX, porém, e na primeira metade do século XX, o conceito de desenvolvimento esteve associado a práticas discursivas direcionadas à derrocada do sistema capitalista, a genealogia deste conceito permite identificar conjunturas históricas em que outras forças se apoderaram dele e o fizeram funcionar no estabelecimento de relações e conexões afastadas das tradições das esquerdas. Na verdade, o conceito de

³⁶Marx defendia a ideia de que a revolução deveria eclodir no país de maior desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que aí as contradições destas com as relações sociais de produção atingiriam o grau de maturidade necessária. Assim, Marx esperava (anunciava) a revolução na Inglaterra, enquanto Lênin (1870-1924) indicou sua viabilidade na Rússia, um país com fortes características pré-capitalistas.

desenvolvimento esteve, em seu nascimento, nas suas primeiras racionalizações, associado ao domínio, à espoliação, à escravização e à exploração de inúmeros povos que tiveram contatos com conquistadores europeus desde o século XVI. A saga colonialista constituiu a primeira tradição de práticas discursivas em que os conceitos de evolução, progresso e desenvolvimento fundam uma racionalidade a serviço da conquista e da dominação. Esse período, que vai do século XVI a meados do século XIX, deu lugar a toda uma literatura que sustentou a formação do capitalismo com origem na segunda metade do século XVIII.

De fato, na virada para a segunda metade do século XX, o conceito de desenvolvimento é desapropriado das forças anticapitalistas para compor uma racionalidade de poder, voltada, novamente, ao domínio e explorações de sociedades periféricas ao espaço europeu. Rodríguez (2009), ao considerar sua importância para as regiões periféricas, assinala que “[...] o desenvolvimento da periferia, por outro lado, vincula-se à ideia síntese de ‘desenvolvimento’, de tão ampla e reiterada presença na mesma, em períodos posteriores à segunda Guerra mundial”. (P. 429). A referência à presença ampla e reiterada desse conceito no contexto dos países periféricos é um indicativo da função decisiva que esse conceito ou “ideia síntese” desempenhou e desempenha na “governamentalidade” das sociedades sob a égide do capitalismo euro-norteamericano desde a segunda metade do século XX.

Com efeito, é importante discernir a função, as implicações e os efeitos da força modeladora exercida pelo confronto entre concepções favoráveis e contrárias ao capitalismo nas Ciências Sociais e nas Ciências Humanas das sociedades periféricas do capitalismo central, nos períodos posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial, e, ainda mais importante, avaliar o papel e a função que estas ciências aí desempenharam.

Considerando a situação da América Latina, há a iniciativa do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que cria, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, CEPAL³⁷, instituição central na constituição e conformação das Ciências Sociais nesta Região. No decurso da segunda metade do século XX, registramos a formação de um pensamento “cepalino” voltado a viabilizar o desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Uma série de economistas, entre eles Raul Prebisch, Celso Furtado, Juan F. Noyola Vasques, Osvaldo Sunkel, Jose Medina Echavarría, Anibal Pinto,

³⁷Não disponho de informações relativas ao número de agências governamentais de desenvolvimento criadas no continente desde então. No Brasil, há o registro da criação do BNDES, em 1952, do Conselho Nacional de Desenvolvimento, em 1955; da CEPLAC, em 1957; da SUDENE, em 1959; e da SUDÉVIA, em 1967, entre outras.

Enzo Faletto, Maria da Conceição Tavares e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, forneceram as bases para a defesa e implantação do capitalismo na América Latina por meio de teorias econômicas; de conceitos como os de desenvolvimento, crescimento econômico, subdesenvolvimento e dependência; da prioridade investida ao processo de industrialização; da legitimidade conferida à ideia de civilização industrial e à acumulação de capital; da importância concedida à ideia de poupança e da legitimidade social investida na concentração de renda para o desenvolvimento social; e, por fim, mas não menos importante, a opção por um estilo de desenvolvimento predominantemente exportador. O desenvolvimento social, nesse âmbito, significou industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento do capitalismo.

É correto, parece-me, identificar na iniciativa da criação da CEPAL, que constituiu a vertente mais eminente da expansão das ciências sociais latino-americanas, uma intervenção do poder voltada a programar, implantar e desenvolver o capitalismo nessa Região, e não, certamente, “de um esforço para estabelecer uma ciência da sociedade baseada em leis de desenvolvimento social”. (LE GOFF, 2003, p. 88). Na verdade, trata-se, em toda essa discursividade, nas suas análises, projetos, programas, planejamentos, na base institucional e jurídica formadas em torno do conceito de desenvolvimento, da existência de uma “governamentalização” dessas sociedades.

Foucault (2008a) explicita o que entende por esse processo com as seguintes palavras:

Por esta palavra, “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (P. 143).

Assim, tanto a tradição marxista quanto a não marxista concebem a Economia Política como uma ciência do progresso, definida por sua relação com uma dimensão da realidade, que seria a econômica, e que, enquanto tal, teria suas leis, suas estruturas, seus determinantes e sua evolução. É esta a perspectiva em que se pensou (e continua a se pensar) o desenvolvimento do capitalismo no século XX. Sendo assim, é preciso considerar a observação de Foucault (2008a) de que: "A política e a economia não são nem coisas que existem, nem erros, nem ilusões, nem ideologias. São algo que não existe e que está inscrito no real, derivando de um regime de verdade que partilha o verdadeiro e o falso". (P. 429).

Concebe-se, usualmente, a economia como um domínio isolável da realidade e, simultaneamente, como um efeito discursivo. Para Foucault (2008b), deve-se apreender

[...] a economia política ao mesmo tempo como ciência e como técnica de intervenção do governo nesse campo da realidade. São estes três movimentos – a meu ver: governo, população e economia política - a cerca dos quais cabe notar que constituem a partir do século XVIII uma série sólida que, certamente não foi dissociada até hoje. (P.143).

A intervenção da nascente estrutura multilateral administrada pela Organização das Nações Unidas no Brasil, após a criação da CEPAL, em 1948, pode ser apreendida na abordagem do processo de industrialização brasileiro realizado por Bielschowski.

Na abertura do ensaio intitulado *Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964*, esse economista faz a seguinte observação: “A evolução das ideias econômicas na América Latina pertence muito mais ao campo da história propriamente dos países da região do que ao campo da teoria econômica”. (2009, p. 22). A afirmação pode ser vista como um efeito da conformação de alguns segmentos do pensamento econômico brasileiro às ideias de progresso e desenvolvimento. Essa tendência pode ser observada na ausência da suspeita de que a criação da CEPAL dava início a um processo de intervenção, na forma de uma “governamentalidade”, que respondeu, *grosso modo*, pela consolidação do capitalismo no País, em um estilo que, a se parafrasear Ulrich Beck (1998), poderia ser definido como a “brasilianização” do Brasil; “brasilianização” essa que o governo JK (1956-1960) assentou as bases e definiu os contornos com a industrialização acelerada dos cinquenta anos em cinco.

De tal sorte, é preciso situar o contexto histórico deste processo de indução exógena da industrialização da América Latina dos anos de 1950 e nele identificar um dos efeitos da revolução cubana. A seguinte observação de Teichert (1961) revela o quanto a “via cubana de desenvolvimento” era perspectivada como uma ameaça para a hegemonia dos EUA na Região:

Ainda que seja indubitável que a América Latina sobrevivera com ou sem a amizade dos Estados Unidos, o progresso do Hemisfério Ocidental não será, claramente, favorecido por uma ruptura súbita e total das relações econômicas entre a América Latina e os Estados Unidos. (P. 7).

Bielschowski (2000) identificou na trajetória de meio século de atuação da CEPAL na América Latina cinco fases em torno das seguintes ideias-forças:

a) Origens e anos 1950: industrialização; b) anos 1960: reformas para desobstruir a industrialização; c) anos 1970: reorientação dos estilos de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora;

d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”; anos 1990: transformação produtiva com equidade. (P. 18).

Torna-se claro que as três primeiras décadas de atuação da CEPAL atenderam ao objetivo de promover no Continente uma política de industrialização atrelada ao desenvolvimento “pró-exportador”. Numa análise da situação contemporânea da América Latina, Pedrão (1996) externa a seguinte avaliação:

As propostas de expansão de capacidade instalada para desenvolvimento, nos países latino-americanos, ficaram praticamente, esgotadas com o ciclo de turbulência política da metade da década de 60 ao fim da de 70. Desde então, o continente tem sido objeto de propostas conservadoras, geralmente com linguagem liberal, cujas principais metas são a estabilidade financeira e um equilíbrio orçamentário que mantém inalterado o balanço de poder. Esse abandono do objetivo de transformação coincide com o momento de intensificação de renovação de tecnologias no sistema de produção, aprofundando a desocupação, a sub-ocupação e a exclusão social em suas diversas modalidades. (P. 18).

Não é incomum, na literatura da história do pensamento econômico da região [Manteiga (1984), Bielschowski (2000, 2009), Colestele (2002), Rodriguez (2009)], a ênfase maior na identificação, na chamada Escola Estruturalista Latino-Americana de Teoria Econômica, dos traços de originalidade e do “esforço analítico” do que no processo de indução do campo da Teoria Econômica de onde provém o que creio poder denominar “pensamento econômico multilateral”. O campo teórico da Economia, contudo, é, por natureza, um campo estratégico de intervenções político-discursivas, de ações sobre práticas discursivas; e a CEPAL exerceu, efetivamente, uma intervenção estratégica sobre o nascente pensamento econômico latino-americano, direcionando-o à consolidação do capitalismo na região.

Bielschowski (2009), entretanto, não foge aos fatos. Apesar de fazer a história do conceito de desenvolvimento no País retroceder aos anos de 1930, reconhece que “Este foi o país onde talvez as ideias originais da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) tiveram mais ampla e rápida aceitação”.(P.23). E quanto às concepções, ideias e teorias econômicas nacionais, incluídas as teorias sobre desenvolvimento econômico, assinala:

A respeito do período estudado, não teria sentido descrever a produção teórica brasileira no campo da ciência econômica. Além de escassa, tal contribuição foi, essencialmente, um simples desdobramento de um único e importante esteio analítico latino-americano do período: a obra da Cepal, já amplamente estudada [...] É interessante observar a falta de compromisso acadêmico de grande parte daqueles que intervieram no debate econômico do período. Isso é fácil de entender, já que o pensamento econômico de então não se estruturou em círculos teóricos acadêmicos. Não apenas eram poucos e de baixa qualidade os cursos de economia como também careciam de orientação teórica precisa. Como indicador do amadorismo que

predominava nos centros universitários de economia do Brasil, cabe dizer que, até o decênio de 1960, nenhum deles tinha professores de jornada completa, e que o primeiro curso de pós-graduação foi criado em meados de 1960, na Fundação Getúlio Vargas. Antes só havia cursos de extensão universitária em planejamento, organizados pela Cepal em colaboração o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES). (P. 24).

O período estudado pelo autor é de 1930 a 1964; conforme o trecho citado, fica evidente que o esteio teórico, em termos de teoria do desenvolvimento, só emerge com a CEPAL em 1948 e tem uma proveniência, não acadêmica, mas político-burocrática. De fato, o autor usa o conceito de desenvolvimento como grade de inteligibilidade da história do pensamento econômico do País. Quando, no final do ensaio citado, faz referência ao período pós-1964, observa que: “A categoria analítica que nos permitiu organizar essa história do pensamento econômico nos anos 1930, 1940 e 1950 – isto é, o conceito de desenvolvimentismo – perde nesse momento a propriedade de explicar as ideias dos economistas”. (BIELSCHOWSKI, 1999, p. 59).

O autor subdivide o período estudado em quatro fases do desenvolvimentismo: nascimento (1930-1945), maturação (1945-1955), apogeu (1956-1960) e crise (1961-1964); classifica as correntes de pensamento econômico em quatro grupos: desenvolvimentismo no setor privado; no setor público; desenvolvimentismo nacionalista no setor público; e pensamento socialista. O fato de usar o próprio conceito de desenvolvimento como categoria analítica parece ter contribuído para a não problematização da presença e do papel deste conceito na identificação dos efeitos da sua indução (isto é, o controle discursivo), nos aportes teóricos introduzidos pela CEPAL nos anos de 1950.

Com efeito, Bielschowski (2009) observa que “O mais importante da contribuição teórica cepalina ao debate brasileiro foi haver proporcionado aos economistas desenvolvimentistas o que se poderia chamar de um novo sistema analítico: a teoria do desenvolvimento periférico”. (P. 59). E expressa quatro pontos que conformam o que chama de desenvolvimentismo em conformidade aos postulados da CEPAL:

a) a industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento do Brasil; b) não há possibilidade de conquistar uma industrialização suficiente e racional mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é preciso que o Estado planifique o processo; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão; d) o Estado deve, ainda, orientar a expansão, captando e fornecendo recursos financeiros, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente. (P. 24).

O autor dá uma ênfase crescente às fases de maturação (1945-1955) e apogeu (1956-1960) e fez corresponder a esses momentos a industrialização brasileira. Tal fato é bastante significativo para uma leitura foucaultiana da Economia, como uma prática discursiva com efeitos contingenciais na realidade, contrapondo-se a uma ótica continuísta ou desenvolvimentista da história econômica do País, que faz a economia responder por uma dimensão da realidade em evolução. As intervenções da CEPAL efetivam uma “governamentalidade” que tem como resultado a intensificação do processo de industrialização brasileira com base na ação estatal. O apogeu do desenvolvimentismo correspondeu ao governo JK e se efetivou no Plano de Metas pensado para realizar “50 anos em cinco”.

O Plano de Metas pode se identificado como uma intervenção neoliberal no sentido de buscar governar menos; segundo Bielschowski, é atribuída a Roberto Campos a concepção do Plano de Metas como um planejamento parcial, ou setorial: “[...] a estratégia ideal de intervenção do governo seria a de concentrar-se nos ‘pontos de estrangulamento’ do sistema industrial, com o que estes se transformariam em pontos de germinação e crescimento”. (BIELSCHOWSKI, 2009, p. 37).

As correntes econômicas que tiveram mais importância no contexto de atuação da CEPAL foram aquelas do setor público: a corrente não nacionalista representada na figura de Roberto Campos, à direita do espectro político, e a corrente nacionalista representada na pessoa de Celso Furtado, à esquerda do espectro político. Campos foi o principal formulador e principal executor do Plano de Metas do presidente Kubitschek e presidiu o recém-criado BNDE (1952) entre 1956-1959. Celso Furtado exerceu liderança entre economistas e técnicos do Governo Federal, presidindo o Clube dos Economistas, criado por ele e por Américo Oliveira em 1950. Sua atuação é descrita por Bielschowski (2009) com as seguintes palavras:

Participante de primeira hora das discussões iniciais promovidas pelo mestre Prebisch na Cepal, Furtado cedo aplicou o novo esquema analítico cepalino à interpretação da economia brasileira. Difundiu-o no Brasil com grande competência e proporcionou consistência analítica e unidade ao pensamento econômico de uma grande parte dos técnicos governamentais que trabalhavam a favor do projeto de industrialização do Brasil. [...] A enorme liderança de Furtado explica-se por sua admirável capacidade de combinar a criação intelectual com o esforço executivo, e de abrir espaços à implementação das tarefas do desenvolvimento. (P.40).

No período crucial da “governamentalidade” da CEPAL no País, circunscrevendo-a à periodização de Bielschowski, isto é, 1948-1960, constitui-se os seguintes fatos de ordenação desta intervenção: criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para realizar

estudos e projetos econômicos, visando a subsidiar investimentos estadunidenses no País; as articulações liderados pelo nacionalista Lúcio Meira para integrar, no Plano de Metas do Governo JK, a entrada da indústria automobilizadora no Brasil; a criação do BNDES e da PETROBRAS em 1952; a criação, em 1955, do Conselho Nacional de Desenvolvimento e a construção de Brasília. Em 1951, a Confederação Nacional da Indústria edita o periódico *Estudos Econômicos*; a Fundação Getúlio Vargas passou a publicar, a partir de 1947, a revista *Conjuntura econômica* e, no início dos anos de 1950, a *Revista Brasileira de Economia*, que publicou, em setembro de 1949, antes da edição da CEPAL, o texto de Raul Prebisch denominado *Manifesto Econômico* e a introdução do *Estudo econômico da América Latina*, do mesmo autor, também de 1949. Quanto à importância dessas publicações, Bielschowski, (2009) acentua:

A publicação das primeiras teses da Cepal contribuiu duplamente para a maturação do desenvolvimentismo. Primeiro porque os textos da Cepal davam impulso a ideologia desenvolvimentista; tratava-se nada menos do que de declarações firmadas por um órgão das Nações Unidas, que não apenas afirmava que estava em curso no continente um vigoroso processo de industrialização como também consideravam-no uma nova etapa da história da humanidade. (P. 54).

3.6 A estratégia discursiva do desenvolvimento sustentável

A estratégia discursiva do DS se distingue das outras estratégias do discurso ambiental aqui analisadas por ter sua elaboração vinculada a iniciativas da Organização das Nações Unidas, por meio da World Commission on Environment and Development e do seu relatório: *Nosso futuro comum*. Silva (1996) chama a atenção para a proveniência do conceito, observando que “[...] é preciso reconhecer que é o chamado Relatório Brundland, de 1987, que vai colocar claramente e difundir mundialmente a questão do desenvolvimento sustentável tal como a conhecemos em nossos dias”. (SILVA, 1996, p. 12).

Nesse documento, o conceito tem a seguinte definição: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades da atual geração sem comprometer a habilidade das futuras gerações em encontrar a satisfação de suas próprias necessidades”. (ONU, 1988, p.). Tal proveniência explica, em parte, a ambiguidade que caracteriza as avaliações desse conceito e sua ampla consagração no campo das Ciências Sociais e das Ciências Humanas. Trata-se de um conceito não acadêmico, isto é, oriundo de uma intervenção política discursiva do âmbito político-burocrático. Sua recepção na contextura acadêmica é marcada por polêmicas, ambiguidade crítica e a disseminação. A trajetória do conceito caracteriza-se tanto pelo manejo acadêmico quanto pela aplicação técnico-administrativa. É esse duplo registro que o caracteriza e potencializa sua consagração. Assim, não é incomum na recepção do discurso ambiental se reverenciar a procedência e equipará-lo a conceitos como justiça, democracia e igualdade – o que significa sua adoção com a base normativa que lhe imprime o Relatório Brundland.

É no campo da teoria social, no entanto, que o conceito é recepcionado na perspectiva crítica, que oscila desde atitudes elegantes e cautelosas, como a de Silva (1996), “[...] a rigor o desenvolvimento sustentado ainda não é um conceito bem definido em bases teóricas e aplicadas”. (P. 12); a posições bem afinadas com o éthos do discurso ambiental multilateral, como a de Pádua (2009), ao sustentar que “O desenvolvimento sustentável busca exatamente uma harmonização mais inteligente entre práticas econômicas e a realidade ambiental”. (P. 127). Há expressões mais radicais, que chegam a vê-lo até mesmo como uma fraude; é a posição de Richardson (1987), que acusa o conceito de eludir à contradição entre a finitude da Terra e o caráter expansionista da sociedade industrial.

Lenzi (2005), ao analisar a recepção do conceito no campo da Sociologia Ambiental, identifica posicionamentos que o qualificam como vago, impreciso e inexpressivo.

Para Lenzi (2005), “Essa visão de que o conceito seja ‘inútil’, ‘desinteressante’ e ‘sem significado’ para as Ciências Sociais não é fruto das considerações de um autor particular, tampouco expressa uma exceção nas Ciências Sociais contemporâneas”. (P. 90). Se, porém, a teoria social tende a rejeitar o lado normativo, não analítico e não descritivo do conceito, a atitude predominante é referendá-lo e reconhecer sua condição de “ideia poderosa” ou de “força política”. O fato de ser um conceito contestável é visto, senão como virtude, ao menos como característica da sua natureza de conceito político, condição que o torna defensável e, ainda mais, assimilável a conceitos políticos como democracia, justiça e igualdade. Segundo Lenzi (2005), a tendência do campo da Sociologia Ambiental é conectar o conceito de desenvolvimento sustentável a esses três conceitos. De tal modo, a ideia de justiça ambiental suscita uma ampliação da discursividade ambiental que tematiza as inter-relações destes conceitos.

De fato, as críticas com tendência a romper com o conceito são minoritárias no campo da ambientalidade. Numa leitura da realidade política e ambiental latino-americana, Pedrão (1996), de forma contundente, deixa claro que o desenvolvimento econômico induzido no Continente no pós-1945 é insustentável, em última instância, no plano social. Nas palavras do autor,

Os países latino-americanos convivem com perspectivas de crescimento econômico próximo de zero, que na prática é um resultado negativo, frente ao crescimento demográfico. O estilo de funcionamento da economia é mais predatório. As indústrias realmente poluem. Não há controle significativo dos defensivos e do desmatamento na agricultura. Não há, praticamente, rejeição de quaisquer projetos novos por serem poluentes. A poluição urbana aumenta, no solo, na água e no ar. Mas, os principais indicadores de que são processos econômicos não sustentáveis, são sociais. Além dos eufemismos, há uma queda nas condições de vida na América Latina, inclusive nos países tradicionalmente mais ricos. A ideia de sustentabilidade contrasta agora com a percepção de que se formam ilhas de prosperidade, contrastando com um aumento do número dos excluídos. A sustentabilidade pode chegar a ser uma maneira de referir-se à consistência dessas ilhas. (P. 35).

Comparar essa descrição das condições sociais, econômicas e ambientais da América Latina com a afirmação de Bostanski e Chiapetti (2010) de que “[...] o capitalismo vai bem!”, realizadas no mesmo período, isto é, em meados dos anos de 1990, permite apreender que a “virada desenvolvimentista” realizada como intervenção política sob a gestão do sistema das Nações Unidas, a partir do pós-1945, mais do que uma perspectiva de transformação, operou o domínio e exploração do Terceiro Mundo.

Silva (1996) comenta o posicionamento do autor há pouco citado numa referência ao “insustentável peso do desenvolvimento” e interpreta sua leitura do conceito de

desenvolvimento sustentável, aproximando-a da figura de linguagem do oximorom, que reúne palavras contraditórias (“silêncio eloquente”). Assim, o desenvolvimento é incompatível com a sustentabilidade do meio ambiente. Ora, do ponto de vista do discurso ambiental multilateral, no conceito de sustentabilidade, trata-se exatamente de sustentar o inverso dessa leitura, ou seja, de inscrever um suporte à natureza numa modalidade de desenvolvimento a se conquistar; e essa é, predominantemente, a leitura do discurso ambiental. Olivieri (2009) traduz com maestria essa adesão majoritária das Ciências Sociais brasileiras ao discurso ambiental multilateral:

O sucesso da noção de “desenvolvimento sustentável”, a partir de meados da década de 1980, como fio condutor de uma estratégia viável para lidar com – e se for possível superar – a crise ambiental, explica-se não apenas pela ambiguidade conceitual, o que permite inúmeras (e, às vezes, contraditórias) interpretações, mas também porque visa integrar qualidade ambiental com crescimento econômico através da industrialização. Em outras palavras, a força política do discurso sobre a sustentabilidade baseia-se em que crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, duas dimensões institucionais centrais da modernidade, são percebidos como compatíveis com – e, às vezes, até como pré-condição para manter – a base de sustentação, em lugar de ser a causa principal da degradação ambiental (como defendia grande parte do discurso político ambientalista das décadas de 1960 e 1970). (P. 155).

Sobressai nesse capítulo a importância dos conceitos de evolução, progresso e desenvolvimento como fundamento do discurso ambiental. Os dois primeiros conceitos não são sequer tematizados no discurso ambiental ou no discurso desenvolvimentista, sendo os mais atuantes, mas que já não desempenham papel algum, como “ideia força”, os conceitos de desenvolvimento e, principalmente, o conceito de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, emerge desde os anos de 1980, como movimento social e intelectual - não creio que se possa dizer o mesmo para as Ciências Sociais - um pensamento crítico de suspeita e recusa aos valores e ideias associadas ao progresso e ao desenvolvimento.

Com efeito, o otimismo de Arturo Escobar (1996), do qual gostaria de dispor dos meios para compartilhar, não deixa de instigar a renovação do pensamento social latino-americano. Na inteligência desse autor³⁸:

Desde a segunda metade dos anos oitenta surgiu um corpo de trabalho relativamente coerente que demanda ao movimento de base, ao conhecimento local e o poder popular a transformação do desenvolvimento. Os representantes dessa corrente declaram não estar interessados em alternativas de desenvolvimento, mas em alternativas ao desenvolvimento, isto é, o total rechaço do paradigma. (P. 403).

De fato, é decisivo opor resistência tanto ao discurso ambiental quanto ao desenvolvimentista. Esta investigação, pois, busca os subsídios para contestar o dispositivo

³⁸ A tradução da citação foi realizada pelo autor.

ambiental procurando conceder visão pública à sua condição de governo pela verdade ambiental.

4. BIOPOLÍTICA E EXCLUSÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO: A EXPANSÃO DA AGROECOLOGIA

“Não é lutada uma luta pela sobrevivência entre concepções e percepções, mas pela dominação: - a concepção vencida não é aniquilada, mas somente submetida ou reprimida. Não há aniquilação no espiritual.”

Friedrich Nietzsche

4.1 Introdução

O capítulo analisa a expansão da agroecologia no contexto rural brasileiro, tendo como referência suas relações com o movimento da agricultura alternativa e com organizações camponesas entre associações de produtores, sindicatos e movimentos sociais rurais. A agroecologia projeta-seno contexto rural das economias periféricas como saber institucionalizado (regime pedagógico/práticas discursivas), sistema organizacional e um conjunto de arranjos técnicos agronômicos, referenciados na Teoria do Desenvolvimento Sustentável.

A agroecologia é constituída, desde o início dos anos de 1990, como variante agrária do desenvolvimento sustentável e é disseminada com o suporte de organismos multilaterais ambientais, de organizações governamentais nacionais e internacionais e de ONGs da escala mundial, continental, nacional e local. Trata-se de um elemento político complexo e de importância estratégica ante os objetivos políticos de salvaguarda do sistema capitalista no contexto dos “países subdesenvolvidos” e um recurso fundamental da resposta do dispositivo ambiental a urgência a que responde.³⁹

A especificidade política da agroecologia, caracterizada como alternativa agrária do desenvolvimento sustentável implicando a condição de estratégia discursiva e, simultaneamente, o caráter de técnica política em ação no campo da produção agrícola camponesa, exigiu sua abordagem em capítulo destacado da análise do licenciamento ambiental, também caracterizado como uma técnica política.

Outro ponto que sedimentou a decisão de dedicar maior amplitude e detalhamento na abordagem diz respeito à caracterização da agroecologia como forma de governo da população, na modalidade de biopolítica econômica, conformando o que denomino de *empreendedorismo rural*. Enquanto o licenciamento ambiental é posicionado como expressão indireta de governo da população, uma biopolítica ambiental voltada à normalização de empresas da economia urbana e de organizações voltadas para a infraestrutura nacional (estradas, rodovias, hidroelétricas etc.), a intervenção agroecológica busca inserir a forma empresa na agricultura camponesa. Assim, apesar de consistirem formas diretas de intervenção, de técnicas políticas para modelar a produção e subjetivar o produtor, a

³⁹Como antes assinalado, defendo a hipótese de que o dispositivo ambiental visa a desvincular a crise ambiental do desenvolvimento do capitalismo.

agroecologia e o licenciamento ambiental são caracterizados como formas diferenciadas de governo populacional do dispositivo em estudo.

Na história política dos países periféricos, no século XX, o campo, condição da estrutura agrária dessas economias, constitui importante fonte de ações revolucionárias de confronto ao sistema capitalista. No Brasil, ao longo do século XX, são muitos os exemplos: a *Guerra de Canudos*, com a liderança religiosa e política de Antônio Conselheiro; a *Guerra de Contestado*, com a liderança política do monge José Maria de Santo Agostinho; as lutas posteriores aos anos de 1950, com as *Ligas Camponesas* lideradas por Francisco Julião e a guerrilha de São Domingos do Araguaia (1972-1975). Na América Latina, a *Revolução Mexicana* do início do século XX, com a figura lendária de Emiliano Zapata, como líder revolucionário camponês; a *Revolução Cubana*, com a estratégia de Fidel Castro de refugiar-se em *Sierra Maestra* e dali atrair centenas de camponeses dispostos a lutar pela revolução; na Ásia, o caso do *Vietnam* e da *Revolução Chinesa*, entre outros, são exemplos de movimentos revolucionários anti-capitalismo que tiveram suas raízes no campo.

A história das lutas camponesas de enfrentamento à ordem capitalista é fundamental para o entendimento da importância que organismos multilaterais, OIGs e ONGs internacionais e brasileiras dedicam, por meio de inúmeras frentes de ação (legislativa, jurídica, financeira, científica) e de políticas públicas, às alternativas agronômicas formuladas nos termos da teoria do desenvolvimento sustentável.

Estes são alguns elementos que caracterizam a assunção da agroecologia como técnica política e estratégia discursiva do setor agrário do Terceiro Mundo, com grande força e legitimidade no âmbito governamental e não governamental do campo ambiental.

De fato, a agroecologia configura uma forma de intervenção de poder no campo econômico rural, que comporta diferentes funções e opera em estreita continuidade com o discurso ambiental multilateral. Ao responder por uma função de militância político-discursiva, por uma “pedagogização” voltada à formação de uma “consciência crítica ambiental”, a agroecologia dissemina valores, atitudes, comportamentos de uma “ética verde” que envolve as diversas modalidades de agricultura alternativa (agricultura orgânica, a

biodinâmica, agricultura natural, permacultura etc.) como técnicas políticas, entre os quais os mecanismos de certificação ambiental de produtos agrícolas.⁴⁰

O capítulo contém sete seções, a primeira das quais se dedica a delinear a problemática do setor agrário nacional na segunda metade do século XX; a segunda analisa o nascimento e a trajetória do movimento ecológico agrônomo nacional e sua bifurcação em uma linha de opção alimentar para segmentos urbanos e em uma biopolítica agrônoma voltada para a normalização dos segmentos produtivos camponeses. A terceira seção examina o processo de aproximação do movimento ecológico agrônomo ao meio rural e seu deslocamento de uma relação com o pensamento ecológico revolucionário, com a luta ecológica transversal, com a causa camponesa para a afinidade com poder ambiental, com o desenvolvimento sustentável e com a agroecologia. A quarta seção descreve a expansão da agroecologia no meio rural nacional, a partir dos anos de 1990, com referências sucintas ao contexto latino-americano. A quinta descreve a institucionalização acadêmica da agroecologia no Brasil; a sexta estuda um projeto agroecológico (PAIS) implantado em 23 estados do País, objetivando caracterizar a agroecologia como técnica política voltada a fazer passar a forma empresar junto a pequenos produtores rurais.

⁴⁰O posicionamento dessas técnicas agrômicas como relações de poder, como técnicas políticas voltadas ao governo de populações rurais e urbanas, contraria o lugar comum de se ter como evidente, na consensualidade amplamente reconhecida, que esses procedimentos são alternativas às formas poluidoras de produção agrícola industrial. É da natureza do olhar ambiental desfocar a dimensão política. Assim, tornar visíveis as relações de poder implicadas nesses elementos contraria alguns interesses discursivos.

4.2 Entre a modernização agrícola e a questão agrária: o rural no Brasil pós 1945

Como visto no segundo capítulo desta investigação, as décadas de 1950 e 1960 delimitam o período de formação e ascensão de uma política multilateral desenvolvimentista para os países periféricos da esfera de influência dos Estados Unidos. A leitura realizada situou essa política como estratégia de defesa do capitalismo aplicada às economias dos Estados da periferia. No setor agrário dessas economias, contudo, essas décadas correspondem a uma época de mobilizações e de lutas revolucionárias de enfrentamento da chamada “questão agrária”; a qual tem raízes na estrutura fundiária, ainda hoje não modificada, na maioria desses países, sobretudo na América Latina.

No Brasil, quanto ao problema agrário, o período se caracteriza pela divisão no direcionamento político entre a elaboração de um discurso teórico-político em prol da reforma agrária e a formulação de um discurso voltado à modernização da agropecuária. Este último tornou-se vitorioso, entre 1964-1985, com o governo militar e concretizou-se na chamada “modernização conservadora”, designação que sublinha o fato de esta intervenção na estrutura agrária do País não considerar as questões sociais rurais e minimizar a relevância econômica e social da chamada questão agrária apoiando-se exclusivamente no domínio tecnológico. (DELGADO, 2005; PALMEIRAS, 1989; MARTINS, 1995; MÜLLER, 1989; SILVA, 1999).

Geraldo Müller (1989) define a modernização do setor agrário da economia brasileira como a consolidação das relações capitalistas no campo que ultrapassa a organização do espaço agrário em latifúndio-minifúndio. Segundo esse autor,

A modernização significa a ampliação do modo capitalista intensivo de produzir e de distribuir nas atividades agrárias, de sorte que o predomínio deste modo impõe-se ao conjunto nacional destas atividades, restringindo as opções históricas dos agentes socioeconômicos delas participarem. De sorte que, quando esse processo se impõe, as unidades de produção e distribuição do excedente não podem mais, em termos predominantes, ser designadas por latifúndio ou minifúndio, e, caso forem usados tais termos, eles denotarão formas atrasadas de geração e distribuição do excedente. (MÜLLER, 1989, p.5).

O modelo agrícola da “modernização conservadora” entrou em crise com o fim do governo militar. O curto ciclo político democrático de 1985 a 1988 trouxe de volta à cena política nacional o tema da reforma agrária, que foi novamente derrotado pela ascensão do ciclo político neoliberal. Guilherme Delgado (2005) resume a conformação da política de conteúdo agrário nacional no ciclo de dominação neoliberal dos Governos FHC e do Partido dos Trabalhadores:

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica” proposta pelos conservadores em 1964 é reposta na atualidade, sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo Fernando Henrique Cardoso e também no período do atual governo, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela implica relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isto reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Este arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via campesina. (P.51).

De fato, apesar da continuidade histórica das desigualdades sociais assentada na estrutura fundiária em toda a América Latina⁴¹, a elaboração do discurso ambiental de perspectivas rurais prioriza não *a questão agrária* mas respostas tecnológicas de cunho alternativo circunscritas à Teoria do Desenvolvimento Sustentável. Trata-se neste capítulo de submeter a suspeita o tipo de opção política mais em evidência no campo político próximo das referências que Delgado (2009, p. 51) faz “às políticas alternativas de desenvolvimento pela via campesina”.⁴²

A agroecologia como variante do desenvolvimento sustentável agrícola se oferece como opção para o meio agrário latino-americano situando à frente a dimensão ambiental e acenando com expedientes técnicos, a maioria criados pelos próprios camponeses (mais a frente retorno a esse ponto) e reformulados e aperfeiçoados por agrônomos, ao longo da trajetória do movimento ecológico agrônômico no Brasil.

Assim, o diferencial agroecológico, seu aporte à ruralidade, consiste na disseminação de valores associados ao ideário da ética ecológica, da economia solidária, da justiça ambiental, do consumo consciente etc., e seu enfoque social de combate à pobreza e de busca de qualidade de vida para as populações rurais; numa palavra, os elementos básicos do regime pedagógico gerado e difundido pelo discurso ambiental multilateral.

Com efeito, um dos objetivos deste capítulo é analisar como o tipo de projeção de perspectiva política formulado pelo discurso agroecológico, ao assumir o lugar de crítica política e de frente de resistência, corresponde a práticas que se voltam para

⁴¹No Brasil, considerando o ano de 2010, Leher *et al* (2010) assinalam que: “Mesmo com a redemocratização, a concentração de terras no Brasil não se alterou. O índice GINI, sobre a concentração fundiária segue a mesma faixa desde 1985 (atualmente é de 0,854), comprovando a força do agronegócio”.

⁴²De fato, a observação de Geraldo Delgado não implica diretamente a agroecologia, que tenta se projetar no espaço das lutas camponesas como movimento social rural.

“governamentalizar” os segmentos populacionais rurais, exercendo sobre eles normalização técnica na produção e controle político ambiental sobre seu potencial político. Aquilo que é perspectivado como político é não o enfrentamento das questões históricas que respondem pela questão agrária, mas a agroecologia como conjunto de técnicas, arranjo de valores, modo de vida, atitudes e comportamentos ambientalmente referenciados na Teoria do Desenvolvimento Sustentável.

Retorno ao quadro da problemática agrária nacional. Na consideração das posições anunciadas, isto é, as contribuições voltadas para a reforma agrária e aquelas da modernização técnica da agricultura há quatro referências, duas ligadas à Reforma Agrária (o PC do B e a Igreja Católica); e duas vinculadas à modernização agrícola: a CEPAL e a USP. Nas atuações em torno do PC do B destacam-se Caio Prado Jr. e sua *Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil* (1960); Alberto Passos Guimarães, com *Quatro séculos de Latifúndio*, (1964) e Inácio Rangel, com a *Questão agrária brasileira* (1961). Na atuação da Igreja Católica constitui-se um conjunto de práticas políticas de apoio direto a comunidades camponesas e indígenas organizadas pela Pastoral da Terra e pelas Comunidades Eclesiásticas de Base, que tiveram importante papel político junto às lutas de trabalhadores rurais no decurso do período ditatorial cujas influências repercutem, ainda hoje, nas atuações de ONGs e movimentos sociais rurais. No segundo grupo, em torno da CEPAL, sobressai a liderança política de Celso Furtado – *Uma economia dependente* (1956), *Formação econômica do Brasil* (1959); em torno da USP, destaca-se a liderança de Delfim Neto, autor de *Problemas econômicos da agricultura brasileira*, (1963) que, no governo militar esteve à frente do processo de modernização, na condição de ministro da Fazenda.

A modernização conservadora foi uma intervenção sustentada na força e direcionada para fortalecer os segmentos dominantes da estrutura agrária nacional. Suas características são a integração das atividades agrárias com as industriais, que se efetiva no crescente uso de recursos técnicos e insumos industriais, como fertilizantes, agrotóxicos, corretivos do solo, sementes modificadas geneticamente, combustíveis líquidos etc., e de equipamentos industriais, como tratores, colheitadeiras, implementos, equipamentos de irrigação. Delgado (2005) observa que:

De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.). Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado. (P. 58).

Para esse autor, “Tal período histórico (1965-1982) constitui-se com muita clareza na “idade de ouro” do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público.” (2009, p.11).

A modernização conservadora emerge como derrota do movimento pela Reforma Agrária e vem substituir as políticas agrícolas dos institutos por produto, como são exemplos o Instituto do Açúcar e Alcool, IAA; Instituto Brasileiro do Café, IBC; a Comissão do Trigo Nacional do Banco do Brasil e Departamento do Trigo, Ctrin-Dtrig – da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), responsáveis pela política do monopólio da comercialização do trigo até 1990, e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, CEPLAC etc. Tal reordenamento da política de teor agrícola do País efetivou-se com a criação, em 1967, do Sistema Nacional de Crédito Rural direcionado para a média e grande propriedade e concentrou-se largamente nas regiões Sul e Sudeste e em menor escala no Centro-Oeste. Quanto ao Norte e Nordeste do País, a indução pública financeira à modernização agrária é deveras baixa.

O ciclo da modernização conservadora cedeu lugar ao ciclo do domínio neoliberal e à chamada “era do agronegócio” em que a economia brasileira procede a ajustes externos ante a questão da dívida pública e adota para o setor agrícola a política de *ajuste constrangido* tendo o agronegócio como resposta. Assim, é preciso considerar que, no Brasil, o agronegócio constitui-se como associação entre o capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária; associação subordinada a uma estratégia econômica do capital financeiro, visando ao lucro e à renda da terra, sob os auspícios do Estado.

Considerando a importância atual do agronegócio desde o segundo Governo de FHC, Delgado (2005) observa que,

Esse esforço de relançamento tem encontrado espaço para se expandir, principalmente na produção de *feed-grains* para a exportação. Aqui se destacam o milho e a soja, cuja oferta interna representa hoje cerca de 80% da produção de grãos, e vem se expandindo para áreas do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. Sob o impulso da demanda externa, o produto agrícola tem crescido 4,8% entre 2000 e 2003, bem à frente do PIB geral, que só cresceu 1,8%. E, enquanto isso, o saldo comercial externo voltou a ser positivo em 2001 e se manteve fortemente crescente em 2002 e 2003. Isto serve a um movimento de forte envio de recursos ao exterior, imposto pela crise de liquidez a partir de 1999. (P.68).

Resta claro que o modelo agroindustrial do ajuste constrangido, em que se assenta o agronegócio, este esteio da economia política dos governos neoliberais do período pós-1988,

não integra nas suas políticas públicas os meios necessários para tornar realidade os avanços jurídicos do campo social que acenam com igualdade social para o meio rural. Ao contrário, o que se depreende dos inúmeros estudos sobre a realidade agrária nacional é o aprofundamento das desigualdades.

De tal modo, segundo Müller (1989), a intensificação das formas capitalistas de produzir implantadas com a modernização agrária brasileira restringiu a participação dos agentes históricos na produção. Esse processo de restrição ampliou-se ao longo do tempo, pois, na última década do século XX, o número de postos de trabalho agrícolas ocupados declinou em 15%, com uma redução aproximada de 2,7 milhões no número de postos (IBGE). Essa situação adquiriu novos contornos no meio rural, que Palmeiras (1989) caracterizou nos seguintes termos:

O que há de novo no "êxodo rural" das décadas mais recentes é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. É verdade que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) também já ocorria no passado, mas o processo a que nos referimos tem características muito peculiares. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de outra maneira, é o mesmo tipo de *contrato* tradicional que é liquidado. (P. 3).

Müller (1989) aduz uma explicação para esse fato, segundo a qual o aumento do desemprego e a redução do subemprego no meio rural brasileiro e, portanto, a ampliação da condição de pobreza e miséria social no meio rural são o resultado direto das atuais condições de produção, isto é, da intensificação das formas capitalistas de produzir:

Os produtores tradicionais de médio e pequeno portes, que permanecem no meio rural, compõem os grupos sociais pobres e miseráveis. São o resultado da forma econômica nacionalmente dominante das forças sociais agrárias modernas, ainda que, à primeira vista, apresentem-se como simples fruto herdado do modo tradicional de produzir e distribuir do complexo latifúndio-minifúndio em crise. (P.111).

A crescente perda de emprego permanente ocorre desde os anos de 1940. Palmeira (1989) cita dados censitários que revelam a diminuição do número de empregados permanentes, parceiros e outras condições de trabalhadores residentes dentro das propriedades, que, de cerca de 40% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em 1940, passaram para cerca de 10% em 1980. Aponta como um dos efeitos desse processo o crescimento de estabelecimentos de pequenos produtores.

A expulsão dos camponeses do interior das grandes propriedades não impediu que os pequenos produtores entre 1940 e 1988 aumentassem em número mais que qualquer outra categoria de trabalhador rural — os "responsáveis e membros não-remunerados da família" entre 1940 e 1980 passaram de 5,7 milhões, pouco mais de 50% do total, para 15,6 milhões, quase 74% de todo o "pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários" (FIBGE, 1986, p. 281). (PALMEIRAS, 1989, p. 7).

São essas as condições em que emergiu a chamada agricultura familiar no País. É preciso, porém, ter em conta que esse segmento populacional não tem como se integrar positivamente na economia agrária do País. Segundo Delgado (2005), desde os anos de 1990 há forte desestabilização da pequena produção camponesa:

No âmbito específico da agricultura familiar, verifica-se abandono de atividades, desmobilização de estabelecimentos ou sua conversão à atividade de subsistência. O Censo Agropecuário de 1996 registra um milhão a menos de estabelecimentos, comparativamente ao de 1985, ainda que entre os dois anos tenha havido mudança metodológica no censo. (P.66).

Esse é um quadro que tende a se agravar e que tem sua existência determinada por uma política econômica de perfil agrário contingente – o agronegócio exportador - que atende a importantes compromissos externos dos governos neoliberais brasileiros. Recorro mais uma vez a Geraldo Delgado (2005), para explicitar a natureza deste processo, tendo em vista seus efeitos sobre o campesinato do País:

A opção de modernização técnica sem reforma – estratégia do agronegócio – ganha força política precisamente pelo fato de se compor com o modelo de ajustamento estrangulado da economia brasileira às restrições do setor externo. Ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola, e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro da exclusão no campo agrário. Esse “ajuste” praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (três quartos do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semi-estagnada. (P. 84).

Segundo Palmeiras (1989), o período iniciado com a década de 1970 traz uma nova configuração política no meio rural:

Nos anos recentes, diferentemente do passado, a reforma agrária seria posta pelo movimento dos trabalhadores rurais e por um poderoso aliado, a Igreja Católica que, desde meados dos anos 70, voltara a preocupar-se com o problema agrário, envolvendo-se diretamente na organização dos trabalhadores, em especial nas áreas de expansão da fronteira agrícola do norte e do centro-oeste. Invertia-se o sentido das coisas, comparativamente aos anos 50 e 60: ao invés da bandeira da reforma agrária ser objeto da *conscientização* dos camponeses promovida por uma elite urbana, o problema agora era as organizações de trabalhadores *venderem* a uma cidade também transformada a ideia de reforma agrária e conseguirem, junto com forças urbanas, levar o Governo a realizá-la. É significativo que tenha sido criada em 1982 uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária cujos promotores e integrantes eram, não os partidos políticos ou os sindicatos urbanos, mas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comissão Pastoral da Terra, a Linha 6

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e duas pequenas organizações de intelectuais pró-reforma agrária: a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que propunham às forças sociais tornar "a Reforma Agrária uma bandeira e um movimento concreto de toda a sociedade em apoio à Luta dos trabalhadores rurais". (P. 19).

Na história das lutas camponesas por terra no Brasil republicano, do século XIX ao XX, ocorreram massacres de populações camponesas pelo Poder Público. Destacam-se, nessa história nacional da infâmia, os massacres de Canudos, 1896-1897; do Contestado, 1912-1916, de São Domingos do Araguaia, 1972-1975; de Carajás em 1996. Essas lutas, que nos anos de 1970 passaram a contar com o importante apoio da Igreja Católica, têm seu ponto de inflexão em 1996, com o massacre de Eldorado do Carajás, PA, que levou o Governo FHC a criar, uma semana depois da chacina, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e consolidar a transformação dessabandeira de luta camponesa em uma técnica de governo⁴³. O que tornou possível essa transformação da noção de Reforma Agrária, de instrumento de luta camponesa em instrumento político estatal de controle de segmentos camponeses?

Esse processo teve início antes ainda do governo militar, com a criação, em 1962, da Superintendência Regional de Reforma Agrária, SUPRA, instituída pela Lei delegada n. 11, de 11 de outubro de 1962, em resposta a formação da *Ligas Camponesas*. Foram, contudo, os militares que responderam mais efetivamente ao crescimento das lutas por terra no País. A primeira e mais importante medida foi a edição da Lei n. - 4.504, Lei do Estatuto da Terra, (1964), seguida da criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA (1964) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento - INDA (1964). Em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA; segue-se a criação de uma série de programas de desenvolvimentos Regional, entre os quais o Programa de Integração Nacional, PIN (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PROTERRA, (1971); o Programa de Assentamento Dirigido, PAD, (1971); o

⁴³ O Governo FHC instituiu o dia 17 de abril, dia do massacre de Carajás, como o dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, que se constitui no Abril Vermelho. Roberto Leher (2011) descreveu as ações do MST em 2010: "O MST e os demais movimentos ligados à Via Campesina realizaram cerca de 150 atos divulgados pelas mídias estudadas (...) Dos 145 atos, 71 fizeram parte do Abril Vermelho, que faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que este ano tem o tema "Lutar não é crime", contra a criminalização dos movimentos sociais. O Abril Vermelho é uma ação organizada pelo MST que exige o assentamento de pelo menos 90 mil famílias que vivem em acampamentos e para isso promovem ocupações de terras. No total foram realizadas 71 ocupações de latifúndios, em maior parte localizados na região Nordeste com 25 em Pernambuco, 15 na Bahia, 5 na Paraíba, 5 em Sergipe, 2 em Alagoas, 4 no Ceará. Na região Sudeste foram ocupados 11 latifúndios em São Paulo, 1 no Rio Grande do Sul, 1 em Santa Catarina, 1 em Minas Gerais e, na região Centro-Oeste, 1 latifúndio em Mato Grosso do Sul (LEHER, 2010, p. 101).

Programa Especial para o Vale do São Francisco, PROVALE, (1972); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, POLAMAZÔNIA, (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, POLONORDESTE, (1974).

Na década de 1980, com a eclosão de inúmeros conflitos por posse de terra na região Norte do País, os militares criaram o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, MEAF (1982) e o Grupo Executivo de Terras da Araguaia e Tocantins, GEAT (1980) e do Baixo Amazonas, GEBAM (1980). O Governo Sarney instituiu o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária, MIRAD (1985) e formulou, em 1987, o Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, previsto no Estatuto da Terra. O Governo FHC institucionalizou, em 1996, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, e, em novembro de 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, praticamente, um ministério da Reforma Agrária.

É decisivo considerar, com efeito, na modernização agrária brasileira, a função desempenhada pelo Estado de condutor do processo. Institui-se, ao longo de quase meio século, uma “governamentalidade” agrária fundada em um amplo arcabouço institucional, há pouco delineado, ao qual é preciso incluir órgãos de atuação direta como a EMBRAPA, a EMATER, a Assistência Tecnológica a Extensão Rural, ATER, dentre outros. Efetivamente, é a criação de uma legislação agrária, como Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964) que fornecem os meios para a abertura de novas perspectivas de intervenções do Estado sobre esse domínio. Palmeiras (1989) observa a esse respeito que,

Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural; arrendamento, parceria, colonização, etc., o Estado criou uma camisa-de-força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo em que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. (P.8).

Categorias como colonização, reforma agrária e assentamentos tornam-se técnicas de governos voltadas ao controle de populações e a constituir formas específicas de condições de vida para populações tradicionais, como quilombolas, trabalhadores rurais (sem terra) assentados pelo INCRA e grupos indígenas.

A atual condição do domínio agrário no Brasil não corresponde mais à realidade pensada como oposição de classe entre latifundiários e camponeses, ou no contraste fundiário entre latifúndio e minifúndio, em que se pensou a reforma agrária como via de transformação do meio agrário. As transformações que integram a modernização conservadora do governo

militar ao sistemado agronegócio de exportação do ciclo de poder neoliberal, conformam a realidade agrária do País, têm no Estado e nas formas de intervenção que este vem impondo ao meio agrário do Brasil sua característica básica. Trata-se de uma *governamentalidade* que se exerce na articulação entre dois eixos: por um lado, os ajustes políticos de controle populacional com suporte em técnicas de governo como a reforma agrária, com a formação de assentamentos rurais⁴⁴ como áreas de intervenção para políticas ambientais do tipo agroecológico ou agroflorestal; as políticas de colonização; as intervenções agroecológicas da EMBRAPA, da ATER, do PRONAF e de um sem-número de ONGs que atuam com suporte estatal; por outro lado, a política do agronegócio de exportação, principal linha da economia política de conteúdo agrário que responde às contrições financeiras externas e à manutenção do “*status quo*”.

É nesse quadro que se processa o avanço da agroecologia como discurso ambiental multilateral, assumindo fortes traços de discurso político revolucionário, perspectivando o político não mais com o caráter peculiar associado às lutas camponesas tradicionais, mas como intervenção biopolítica voltada ao controle dos segmentos populacionais rurais, tendo por suporte uma série de ONGs, e OGS, antes enumeradas, às quais se somam inúmeras instituições públicas de ensino, que cooptam na sua expansão associações de pequenos produtores rurais, organizações de trabalhadores e movimentos sociais rurais. O lugar que a Igreja ocupou, da década de 1960 à década de 1980, de aliada política de populações tradicionais entre comunidades camponesas, quilombolas e indígenas, vem, desde os anos de 1990, sendo sistematicamente ocupado por ONGs do campo ambiental e, em um segundo momento, por agências do Estado em crescente participação.

Meu argumento é de que o discurso agroecológico, ao constituir alternativa política para os diversos segmentos populacionais rurais, desloca a agenda política historicamente constituída pelas lutas camponesas nacionais para fazer valer o ambiental e fazer avançar a militância desenvolvimentista. Expresso de outra maneira, o discurso agroecológico adota o tom político revolucionário contestador e a militância característico do discurso ambiental. Essa faceta constitui o ambiental em causa, isto é, a causa ecológica é estabelecida como causa política. A agroecologia, porém, exacerba a dimensão revolucionária do discurso

⁴⁴Segundo Marcos Antonio Nogueira (2011) “No Governo Lula foram incorporados 46,7 milhões de hectares no Programa de reforma Agrária, beneficiando 574.609 famílias, com a criação de 3.348 assentamentos. Até então, havia pouco mais de 330 mil famílias assentadas.”

ambiental junto à população camponesa. Toda uma tradição de luta, da participação política camponesa, é mobilizada e conduzida para causa ecológica na versão do discurso ambiental.

Quais as condições históricas que tornaram possível a virada agroecológica no contexto agrário nacional e latino-americano?

4.3 O movimento ecológico agrônomo I: a via do mercado

O movimento ecológico no Brasil, com laços no movimento ecológico europeu e estadunidense das décadas de 1960 e 1970⁴⁵, emerge no campo acadêmico da agronomia e tem, no início e ao longo de sua trajetória, uma repercussão restrita tanto no pensamento agrônomo quanto na base alimentar do País. Essa interiorização da crítica ecológica no Brasil por segmentos da agronomia assentou-se em dois marcos teóricos: em primeiro e mais enfaticamente na obra *A primavera silenciosa*, de Raquel Carson (1962), com sua denúncia sobre os efeitos do uso dos agrotóxicos que destaca os riscos inerentes à agroindústria química; e, em segundo lugar, a obra *O negócio e ser pequeno*⁴⁶ de Ernest F Schumacher (1973), com a crítica da adequação da tecnologia no capitalismo ao ideal do crescimento econômico e com a introdução do conceito de *tecnologia apropriada*, que requer a adequação das soluções tecnológicas às condições físicas e sociais do espaço geográfico e condiciona a estes indicadores a escala da produção.

Essas são as principais referências da literatura ecológica que impulsionaram as primeiras articulações da crítica ecológica no País, na década de 1970, e fizeram surgir o movimento denominado Agricultura Alternativa⁴⁷.

Obras como *O manifesto ecológico brasileiro: O fim do futuro*⁴⁸ de José Lutzenberger, (1976); *Pragas, praguicidas e crise ambiental* de Adilson Paschoal, (1979); *O manejo ecológico do solo*, de Ana Maria Primavesi, (1980); *Agropecuária sem veneno*, de Ângela Aurvalle e Maria José Guazelli, (1985), são a expressão desta interiorização do pensamento ecológico no País, que integram as referências teóricas do grupo pioneiro da agronomia, o qual criou, entre o final dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980, no interior da Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo, AEASP, o Grupo de Agricultura Alternativa, GAA.

⁴⁵ É necessário observar que a vertente ecológica que leva à via do mercado, linha que diz respeito aos interesses ecológicos agrônômicos, nasceu na Europa e mesmo que situada no interior do movimento ecológico europeu, segue uma trajetória não alinhada ao movimento ecológico como luta política transversal.

⁴⁶ O título original é "*small is beautiful*", um título-citação, com referência direta ao *slogan* do movimento negro dos EUA "*black is beautiful*". O vínculo, a partir do título, a um movimento emergente de luta social, foi uma forma, me parece, de o autor explicitar a natureza de luta política implicada na crítica ecológica à tecnologia capitalista.

⁴⁷ Lutzenberger, um dos articuladores da agricultura alternativa, criou no Sul do País, em 1971, a primeira ONGs ecológica brasileira, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, AGAPAN.

⁴⁸ O título de Lutzenberger implica sua visão do ecológico com o mecanismo de poder temporal que projeta expectativas ambientais negativas como forma de controlar o presente. Esse mecanismo de poder de significativa abrangência no discurso ambiental foi abordado no segundo capítulo deste estudo.

Uma das primeiras ações do Grupo de Agricultura Alternativa foi proceder a um inventário das experiências agrícolas alternativas existentes no Estado de São Paulo e em alguns estados vizinhos. Segundo José Pedro Santiago, (2011) como resultado desse levantamento,

Descobre-se um bom número de unidades de produção alternativa: a Estância Demétria, em Botucatu, a Granja Tsuzuki, em Cotia, a Fazenda Palmeira, em Itapetininga, o sítio da Fundação Mokiti Okada, em Atibaia, a Granja Bela Vista e o Sítio da Cachoeira, em Campinas (de Fernando Wucherpfennig, que logo se torna atuante membro do GAA), a Fazenda Nova Gokula, em Pindamonhangaba; em Minas Gerais, a Fazenda Mãe D'Água, do pioneiríssimo Franz Leher, a Fazenda Araucária de Hubertus Loewens, em Camanducaia, e outras. (SANTIAGO, 2011, p 2).

O levantamento realizado pela GAA, em São Paulo, no ano de 1981, revela o quanto as experiências de agricultura alternativa correspondiam a iniciativas de profissionais da agronomia, que usam suas propriedades (sítios, granjas, fazendas) para pôr em prática as teorias agronômicas de base ecológica que estavam difundindo ou elaborando e aplicando pioneiramente.

De fato, me parece improdutivo pressupor que as repercussões das críticas ecológicas dos anos de 1960 e 1970, que fizeram emergir, principalmente na Europa, um tipo de luta política de natureza transversal, minoritária, específica⁴⁹ - a luta ecológica - semelhante a luta dos negros, das mulheres, das minorias sexuais, dentre outras, no âmbito da qual surgiram inúmeros movimentos de lutas sociais em todo o mundo, tenham se manifestado ou se desdobrado, necessariamente ou com maior frequência, de forma similar ao que ocorreu no contexto europeu. Ao contrário, tudo indica que seu efeito mais característico no meio agrícola, em escala mundial, foi ensejar um processo inverso ao da ampliação do olhar crítico sobre o modelo civilizatório ocidental, efetivando-se em abordagens específicas, de natureza técnica, que provocaram a eclosão, em inúmeros locais do Planeta, de organizações dedicadas a técnicas agrícolas contingenciais, como a agricultura orgânica, biodinâmica, biológica, permacultura dentre outras, constituindo o que passou a ser chamado de Agricultura Alternativa⁵⁰. O exemplo mais emblemático é o da criação, na França, em 1972, da *International Federation on Organic Agriculture Movement*, IFOAM. No Brasil, em 1981, foi instituída a primeira organização de procedência europeia do campo da Agricultura

⁴⁹ Em relação à noção de luta ver *Os intelectuais e o poder* (FOUCAULT, 1999).

⁵⁰ O glossário eletrônico do Instituto Souza Cruz define agricultura alternativa: “O termo surgiu na Holanda em 1977 (...) não exprime um modelo, uma filosofia de agricultura; é apenas uma terminologia útil para reunir todos os modelos que têm idênticos propósitos e técnicas semelhantes, que não se identificam com intentos puramente econômicos, imediatistas e pouco científicos da agricultura química.” (Instituto Souza Cruz – Glossário, 2012).

Alternativa, o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), atuando em pesquisa, publicação e certificação. Segundo Nilsa Luzzi, “O IBD se tornou o maior certificador de produção orgânica e biodinâmica da América Latina.”(2007, p. 18). Foi apenas em 1989 que o GAA fundou, em São Paulo, a Associação de Agricultura Orgânica, AAO.

O movimento da Agricultura Alternativa como expressão do movimento ecológico dos anos de 1960 e 1970, tornou-se possível porque seus receptores eram engenheiros-agrônomo posicionados em uma instituição conservadora que, em um período de fortes restrições à livre associação, à expressão do pensamento e à crítica social, difundiram, sem maiores conotações ou repercussões políticas⁵¹, opções técnicas para a produção de alimentos saudáveis e criaram uma associação voltada a pensar expedientes técnicos aos insumos químicos na agricultura.

A Associação de Agricultura Alternativa⁵² foi uma iniciativa de um grupo reduzido de profissionais liberais progressistas do meio agrônomo que integravam a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos Brasileiros, FAEAB, criada em 1963, e aliada ao governo militar no decurso da primeira metade dos anos de 1970. Manoel Baltasar Baptista da Costa, um dos fundadores do GAA, descreveu o curto período de distanciamento da FAEAB das forças governamentais em que emerge o GAA:

Em meados da década de 70 a gente ganhou a AEASP. A FAEAB era ultra conservadora. Então ganhou um pessoal progressista em São Paulo. No Rio Grande do Sul também ganhou um pessoal progressista, era o Isolani, o Pinheiro Machado – uns aí progressistas entre aspas, mas era um pessoal que vinha nesta discussão da tecnologia. Depois no Espírito Santo também se ganhou a associação, no Rio de Janeiro já tinha um pessoal também mais avançado. Daí se ganhou no Paraná também, isso foi já no começo da década de 80. Então, a gente ganhou a FAEAB e a FAEAB teve umas três ou quatro gestões mais progressistas. A primeira foi do Lazzarini, ele foi o primeiro presidente de oposição. Quando a gente fundou nosso grupo em 1978 o Lazzarini era presidente da AEASP. Ele foi eleito para a FAEAB

⁵¹As atividades do GAA eram acadêmicas. Segundo Santiago: “O livro “Manejo Ecológico dos Solos” já é estudado na maioria dos Cursos de Agronomia e suas teses inovadoras ganham grande número de adeptos. Ao mesmo tempo, Lutzenberger, Ana Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Yoshio Tsuzuki, Sebastião Pinheiro, Shiro Miyasaka e muitos outros professores e pesquisadores participam de congressos, encontros, palestras e outros eventos, em todo o país, divulgando e discutindo a Agricultura Alternativa com engenheiros agrônomos, estudantes de agronomia, produtores rurais, ambientalistas e público em geral.”(disponível em: <http://aao.org.br/aao/quem-somos.php> acessado em 22.02.2012)

⁵²A GAA foi institucionalizado na AEASP, em fevereiro de 1980. Segundo Jose Santiago “O Grupo se inicia com os agrônomos Ana Maria Primavesi, Eduardo Pires Castanho Fo, João Régis Guilhaumon, José Pedro Santiago, Manoel Baltasar Baptista da Costa, Maristela Simões do Carmo, Moacir José Costa Pinto de Almeida e Paulo Roberto Pires, o “Xiri”. Logo depois, recebe novos integrantes. O nome do Grupo é escolhido para abranger e abrigar as diversas correntes: Agricultura Orgânica, Biodinâmica, Natural e Biológica.” (disponível em: <http://aao.org.br/aao/quem-somos.php> acessado em 22.02.2012)

em 1980 ou 1981 e ficou duas gestões e depois foi o Pinheiro Machado [1984] e depois o Valdo Cavalet [1987]. Depois do Valdo teve mais uma gestão progressista com o Nivaldo da Bahia, mas uma gestão muito enfraquecida, então a gente perdeu a FAEAB. No começo da década de 90 as multinacionais retomam a FAEAB, jogam muita grana em cima. Retomam e volta a ser aquilo que sempre foi". (depoimento de MANOEL BALTASAR BAPTISTA DA COSTA, *apud* LUZZI, 2007, p. 16).

A institucionalização do movimento ecológico com a criação do GAA e sua ampliação, em 1989, com a criação da Associação de Agricultura Orgânica, AAO, têm semelhanças com a trajetória da homeopatia no País. A luta histórica de pequenos grupos de médicos pela homeopatia, como Medicina alternativa no Brasil, não se projetou como luta anti alopatia ou em oposição à indústria farmacêutica. Ao contrário, o percurso histórico da homeopatia como Medicina alternativa caracterizou-se pela defesa do direito de existir, como resistência às investidas da Medicina alopata para excluí-la da legalidade do ofício médico.⁵³ A agricultura alternativa como movimento de profissionais da Agronomia seassemelha à trajetória da homeopatia no que concerne a buscar de meios para regularizar sua existência; como são exemplos a fundação da AAO, a regularização de feiras de produtos orgânicos, com origem no Estado de São Paulo em 1989; as articulações para a entrada no mercado urbano por meio das redes de supermercados; os esforços para a criação da lei dos orgânicos, a Lei 1083; as articulações para vincular-se à merenda escolar da rede pública de ensino etc. A regularização da agricultura orgânica como atividade legalizada no País caracteriza a principal conquista do movimento pioneiro dos agrônomos das décadas de 1970 e 1980.⁵⁴

Então, destacar a homologia com a homeopatia visa a sublinhar o fato de a Agricultura Alternativa não inscrever na sua trajetória qualquer incompatibilidade com o modelo de desenvolvimento agrícola ou com o padrão de desenvolvimento do capitalismo; de não buscar legitimação, contrapondo-se às formas dominantes perante as quais emerge como alternativa. No mundo da democracia de escolhas individualizadas, de liberdades individuais, opções, distinções e singularizações, de estilos próprios de vida e identidades diferenciadas, as opções encontram o lugar e a forma de existir exatamente como formas alternativas. Se há, sob esse prisma, distinções entre a homeopatia e a agricultura alternativa é que os custos homeopáticos são baixos em conformidade com a pequena legitimidade dessa alternativa médica, enquanto os custos dos produtos orgânicos são altos não apenas, me parece, em

⁵³Ver a tese de Renata Palandri Sigolo (1999) sobre a história da busca de legitimação da homeopatia intitulada *Em busca da ciência médica: a Medicina homeopática no início do século XX*.

⁵⁴A Lei dos Orgânicos inclui nas suas determinações as diversas modalidades de Agricultura Alternativa.

função do consenso compartilhado nos segmentos esclarecidos de que os agrotóxicos são venenosos, mas, sobretudo, em função da sua funcionalidade na elaboração de formas dedistinção social e de conformação a estilos de vida.

4.4 O deslocamento político da agricultura alternativa

O que, entretanto, estabelece a diferença para o movimento da Agricultura Alternativa, ensejou um fenômeno direcionado não ao mercado, mas ao domínio social agrário; criou condições para a formação de um processo de intervenção biopolítica, uma “governamentalidade” direcionada ao setor agrário das economias periféricas latino americanas. Foram certas condições históricas do contexto econômico e político do início dos anos de 1980, que levaram os governos militares a se retraírem no Continente. Essas condições históricas imprimiram aos procedimentos de disseminação das ideias ecológicas e de técnicas agrícolas alternativas, isto é, às edições do evento acadêmico - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa - EBAA, o caráter de espaço político singular, *lócus* de participação e difusão de posições políticas combatidas e excluídas do panorama político nacional no decurso do período de exceção.

No espaço, no entanto, em que a crítica política engajada (militância partidarista) e a crítica estética (militância ecológica), para usar a categorização de Boltanski e Chiapetti (2009), iniciaram (reinício no caso da primeira) a participação pública na vida política nacional, medraram os elementos políticos do dispositivo ambiental que procuro emprestar visibilidade neste capítulo.

Na primeira metade dos anos de 1980, têm início as lutas que levam ao declínio do período militarista no País. Esse movimento segue uma linha ascendente que a trajetória do movimento ecológico agrônômico pode ilustrar. É a falta de canais institucionais de expressão do pensamento político não alinhado que explica a densidade política dos encontros de Agricultura Alternativa, surgentes como espaço de recepção de concepções políticas do campo profissional e acadêmico da Agronomia e do meio agrário, entre linhas políticas urbanas e associações e movimentos sociais rurais que estavam se reorganizando ou emergindo no País.

O primeiro encontro ocorreu na cidade de Curitiba, em 1981. Contou com a participação de 400 integrantes do meio profissional da Agronomia. Na abertura do Encontro, o presidente da FAEB, Walter Lazzarini, fez um discurso em que criticou não o modelo agrícola dominante, mas os obstáculos à existência de vias alternativas para a agricultura não industrializada:

Mais é interessante, e é preciso que se diga, que este movimento que hora surge é fruto da inconformidade que existe hoje nas cabeças dos engenheiros agrônomos,

que não mais aceitam a agricultura tradicional como a forma única do desenvolvimento do setor primário deste país. São estes agrônomos, esses técnicos, esses agricultores, que tem procurado, com todos os obstáculos que se antepõem, soluções alternativas, num emaranhado de leis, de obstáculos, que praticamente não deixam opção ao desenvolvimento de uma agricultura que não seja aquela da utilização indiscriminada dos fatores de produção, representados pelos insumos modernos. (FAEAB, 1981: 06, *apud* LUZZI, 2007, p. 18).

O primeiro EBAA teve caráter técnico restrito ao espectro político do que denomino vertente ecológica agrônômica. A citação ora expressa, mostra que o domínio político no qual o movimento se inscreveu tem por perspectiva a busca de formas de legitimar a Agricultura Alternativa. Com efeito, a fala de José Lutzenberger, a quem se atribui a ideia da realização do encontro aponta também para o interior dos interesses profissionais do grupo.

Em nenhuma outra parte do mundo estão os agrônomos tão conscientes quanto aqui. Nós temos uma situação realmente dramática; enquanto que na Europa, nos Estados Unidos, Japão, Canadá existe hoje uma pujante, uma pequena ainda, na verdade, mas pujante agricultura biológica, com grandes acervos de conhecimentos, ao mesmo tempo os agrônomos não tomam conhecimento dela. Aqui nós temos o contrário, nós temos uma classe extremamente consciente, mas não temos quase nada de trabalhos práticos. E é essa situação que precisamos inverter, e é isso que eu quero deixar com vocês. (LUTZENBERGER. In: FAEAB, 1981: 21, *apud* LUZZI, 2007, p.20).

O segundo EBAA (1984) aconteceu na cidade de Petrópolis e reuniu 1800 participantes com predomínio de profissionais da Agronomia, mas com a presença de estudantes de Agronomia, agricultores e ambientalistas. Segundo Nilsa Luzzi (2007), houve mais semelhanças do que distinções entre os dois primeiros EBAA:

Nos dois primeiros EBAA predominaram os debates mais técnicos, no qual eram destacadas as consequências do pacote tecnológico – denúncia sobre contaminação por agrotóxico (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças. Ademais, as experiências apresentadas eram ainda bastante teóricas e o conhecimento tecnológico era produzido visando principalmente à substituição de insumos. (P.19).

Como o primeiro, esse encontro tem uma dimensão política própria da ecologia agrônômica e avança expressivamente na via de legitimação política da agricultura alternativa, tanto como atividade econômica quanto saber qualificado sobre o campo agrícola e ambiental do País. Este passo para a legitimação da agricultura alternativa efetivou-se com a participação de 23 secretários estaduais, na maioria da pasta de Agricultura, representando 12 Estados. Os secretários elaboraram a “Carta de Petrópolis – protocolo de intenções” em que se comprometem com a Agricultura Alternativa numa série de pontos, entre os quais:

- Apoiar e redirecionar a pesquisa, a difusão e o uso de alternativas agropecuárias mais adequadas à realidade nacional, respeitadas as suas peculiaridades regionais;

- Assegurar a realização do diagnóstico dos problemas eco toxicológicos e sua permanente atualização, promovendo o intercâmbio dessas informações, inclusive através da divulgação de um Boletim de Distribuição interestadual;
- Promover a efetiva participação dos Estados, através de seus órgãos e representações da sociedade civil, na elaboração e alteração de quaisquer legislações e procedimentos relacionados com a qualidade do ambiente e da vida humana;
- Agilizar a criação e implantação das legislações estaduais sobre agrotóxicos e biocidas, assegurando a compatibilização das mesmas, respeitadas as peculiaridades regionais. (FAEAB, 1985: 304, *apud* LUZZI, 2007, p. 21).

Outro componente importante do segundo EBAA, apontado por Nilsa Luzzi (2007), foi a participação de instituições de fomento e de pesquisa, como o CNPq, a UNESP de Jaboticabal e da UFRRJ, por meio da pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, representada por John Wilkinson, que trouxe para o debate da Agricultura Alternativa as transformações do setor agroindustrial e do avanço das multinacionais na área de biotecnologia, principalmente no controle de sementes. Segundo esse pesquisador,

A agroindústria é vista, por parte da agricultura alternativa, como essencialmente definida pelos agrotóxicos, pelo modelo químico e mecânico. Isto não é mais verdade: as próprias multinacionais da agroindústria estão dando uma virada muito rápida e muito significativa para a incorporação de todos os avanços das ciências biológicas e genéticas para seus próprios fins. O que se nota em todas as grandes empresas, seja Dupont ou Ciba-Geigy, enfim, todas as grandes multinacionais, é que as despesas com pesquisas são agora prioritariamente dirigidas à biotecnologia e não mais à química e à mecânica, tendo-se verificado avanços assustadores na biotecnologização da estrutura agrícola. (JOHN WILKINSON, in: FAEAB, 1985: 78, *apud* LUZZI, 2007, p.22).

O terceiro EBAA (1987) exhibe um diferencial político na aproximação com categorias sociais do mundo rural e dos movimentos sociais rurais, referências ausentes dos encontros anteriores, e na aproximação com outras organizações do campo agrônomico, principalmente com o PTA-FASE⁵⁵. O evento ocorreu em Cuiabá, e contou com cerca de três mil pessoas, dentre as quais 300 agricultores de movimentos sociais rurais (pequenos produtores, sem terra, indígenas) e de lideranças dos principais movimentos sociais rurais (MST, CONTAG e CUT) convidados pelos dirigentes do PTA-FASE. (LUZZI, 2007). O PTA-FASE, participou como organizador do III EBAA junto com a FAEAB, da Associação Estadual de Engenheiros Agrônomos e da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil, FEAB.

O terceiro EBAA desloca os debates das questões técnicas para reuniões de pequenos grupos e reserva as reuniões plenárias para as questões sociais e políticas do meio agrário.

⁵⁵Projeto de Tecnologia Alternativa (PTA) institucionalizado no interior da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, FASE (PTA-FASE). A FASE, criada em 1961, é uma das primeiras entidades do País voltadas ao trabalho com comunidades rurais. Trata-se daquilo que posteriormente passaria, a partir de categorização da ONU, a ser designado como ONG e no caso do PTA, uma vez que a FASE estava mais próxima, na época, do assistencialismo católico, de uma organização não governamental de desenvolvimento rural (ONG DR) (DIAS, 2004).

Emergem a crítica política à modernização agrícola e posições que buscam situar os interesses e as questões dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. Este encontro trouxe à tona a composição política do movimento da Agricultura Alternativa em que se destacam o confronto entre a questão técnica e a questão política; a oposição da corrente à esquerda, ligada ao PC do B, à corrente vinculada à questão técnica e, portanto, mas afins à própria Agricultura Alternativa. Nilsa Luzzi (2007, p. 29), seguindo Weid (1991), descreveu nos seguintes termos a composição política do III EBAA: “poderiam ser identificadas outras três vertentes no movimento de agricultura alternativa: orgânica ou ecológica (técnica), político-ideológica e a vertente social.” Tratava-se dos interesses políticos do PC do B e do PT (corrente político-ideológica), do grupo pioneiro da Agricultura Alternativa (corrente técnica) e do PTA-FASE (vertente social), que trazia os interesses de pequenos produtores e dos movimentos sociais rurais.

O quarto e último EBAA (1989) ocorreu em Porto Alegre. Reuniu cerca de quatro mil pessoas, na maioria estudantes de Agronomia, que fizeram valer seus interesses políticos como segmento acadêmico, alijando do movimento o PTA-FASE, que puxava mais para o campo social e trazia interesses sociais e políticos com os quais os estudantes de Agronomia preferiram não compor. Esse processo levou ao fim dos Encontros da Agricultura Alternativa e, de certa forma, ao declínio do próprio movimento da Agricultura Alternativa como espaço para disseminação de ideias ecológicas, na medida em que se institucionalizou como Associação de Agricultura Orgânica.

A realização do EBAA surgiu como ideia de José Lutzenberger, um dos pioneiros da Agricultura Alternativa, e foi acolhida pela FAEAB como uma resposta da ala progressista à linha ligada às corporações produtoras de agrotóxicos. Segundo Jean Marc von der Weid, um dos fundadores do PTA-FASE “(...) a identidade da agricultura alternativa foi assumida por eles por estas características: ser de esquerda, ser antiempresarial, uma certa identidade com a questão da pequena produção, que estava começando a renascer o debate da reforma agrária.”(depoimento de WEID, *apud* LUZZI, 2007, p.17).

A bifurcação que se constitui, a partir do momento em que a Agricultura Alternativa passa a servir como apoio para a expressão política da crítica engajada, ocorreu não entre a vertente técnica e a corrente política (a democratização militar do país gerou os canais para esse segmento político), mas entre a primeira e a vertente social representada pelo PTA-FASE.

4.5 O movimento ecológico agrônomo II: a via camponesa

A entrada em cena do PTA-FASE no campo político do movimento ecológico agrônomo produziu uma dobra - a via camponesa - que identifiquei como uma torção na trajetória da Agricultura Alternativa, cuja importância decisiva na história recente dos problemas agrários brasileiros, da perspectiva ambiental, pode ser avaliada pelos vários estudos que abordam sua trajetória: Luzzi, 2007; Dias, 2004; Petersen e Almeida, 2004; Abramovay, 1998; Leroy, 1998; Jesus, 1996; Melo, 1993, dentre outros.

A via camponesa (que se efetiva como agroecologia) é uma linha política de subjetivação de segmentos populacionais rurais, uma linha de poder que se exerce sobre camponeses, suas organizações e movimentos sociais; uma via de controle político que se projeta como aliança, suporte e libertação na forma de uma alternativa de desenvolvimento filiada à teoria do desenvolvimento sustentável; uma linha que vai da agricultura alternativa à agroecologia. A questão que busco delimitar é a da existência, no processo que vai da Agricultura Alternativa (na vertente aberta pelo PTA-FASE) à agroecologia, da descontinuidade que identifiquei no movimento que vai do ecológico (luta transversal) ao ambiental (tecnologia de poder) em que muda o jogo de poder e aquilo que emergia como movimento aberto de luta ecológicatransversal se fecha em linha de poder ambiental. O que tornou possível esse deslocamento?

Antes de prosseguir, é preciso considerar o tratamento analítico que alguns autores entre os citados dispensam ao caso do PTA-FASE em relação ao enfoque realizado neste estudo. As abordagens identificadas no ensaio de Lteif, (2007, p.38) no campo dos estudos rurais apontam um ordenamento dividido entre, por um lado, correntes da Agricultura Alternativa (agricultura orgânica, biodinâmica, agricultura Natural etc.) e, de outro, o movimento social da Agricultura Alternativa.

Desta perspectiva genealógica, expressei um ordenamento também bipartido, constituído pela via do “mercado ecológico”, ao qual se filia a chamada Agricultura Alternativa, na diversidade de suas identidades (agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, permacultura, dentre outras) e a *via camponesa*, iniciada com o PTA-FASE e efetivada com a expansão do modelo organizacional ONG-DR⁵⁶ que, desde este projeto, se generalizou no

⁵⁶A caracterização do PTA-FASE como ONG-DR situa esse projeto como agência de mediação e coordenação para associações de produtores rurais, sindicatos rurais e movimentos sociais rurais, entre outros tipos de

País e na América Latina. Em outras palavras: uma linha articulada no interior do movimento ecológico agrônomo, própria de profissionais da Agronomia e uma linha de intervenção articulada por agrônomos que se volta para atuar com/para/sobre outra categoria social, no caso, segmentos populacionais rurais. Enquanto o primeiro movimento leva ao mercado tendo por suporte associações formada por agrônomos e produtores a eles coligados por meio das tecnologias alternativas, a segunda percorre uma trajetória em que se projeta como alternativa política de desenvolvimento agrário, tendo por suporte organismos multilaterais ambientais, ONGs nacionais e dos países do capitalismo central e OGs internacionais e nacionais.

A classificação da via aberta pelo PTA-FASE como movimento social leva, no campo dos estudos rurais, a considerações teóricas sobre o conceito de movimento social e a legitimação acadêmica de uma definição com base em autores com Alain Touraine (1999, 2005), e Manuel Castell (2003, 2009), entre outros, que dispõem as condições que validam a identificação de um fato social como movimento social.⁵⁷ Esse tipo de procedimento faz do processo de intervenção da ecologia agrônoma no meio rural, independentemente dos interesses, intencionalidades e efetividade da intervenção, um elemento interno à condição política e social camponesa. Trata-se de uma interiorização tática, que fortalece e legitima a intervenção e tenta transformá-la ou fazê-la passar por uma iniciativa dos próprios segmentos sobre os quais se exerce. Esse tipo de formulação fortalece o estabelecimento e a projeção atualmente em curso para transformar a agroecologia em um movimento social rural (mais adiante retorno a esse ponto).

Tais abordagens, ao colocarem entre parênteses as forças indutoras (núcleos assistenciais religiosos e ONG-DR) do fenômeno em consideração, no caso, a existência de articulações no meio agrário em torno de opções técnicas agrícolas envolvendo ONGs (com função de mediação) e associações e movimentos sociais rurais, transformam os objetivos das primeiras em desejo das segundas e militam para a naturalização do desenvolvimentismo no meio agrário dos Estados periféricos.

Retorno ao estudo da *via camponesa* e à passagem que transforma a luta ecológica transversal em poder ambiental, processo que tem no PTA-FASE sua principal referência. Na

associações camponesas, que emergem de forma independente ou do suporte organizacional levado, inicialmente, pela Igreja católica e depois pelas ONG-DR.

⁵⁷ “A primeira ideia constitui o que está se chamando de “correntes de agricultura alternativa” e a segunda está associada à existência de um movimento no sentido estrito de movimento social, cujos princípios de identidade coletiva, adversário e objetivo societal se fazem presentes.” (LTEIF, 2007, p.39) Os três últimos elementos apresentados são os critérios que autenticam a validade teórica de um fato social como movimento social.

continuidade, descrevo trajetória do PTA, o movimento em que se constituiu em ONG DR, com origem na atuação inicial revestida dos elementos da luta ecológica transversal vinculada às formulações críticas de Erneste Frederic Schumacher.

A descrição de Nilsa Luzi (2007) da criação do PTA, no início dos anos de 1980, com base na iniciativa de dois agrônomos, que retornavam ao Brasil com a distensão política, em oferecer assessoria técnica a uma comunidade camponesa da cidade de Paraty, assistida pela FASE e em vias de dissolução por dificuldade de fixação à terra, leva ao pressuposto de que as lideranças políticas das associações da Igreja Católica (CEBS, CPT) e os dirigentes da FASE viram na criação do PTA a oportunidade de disponibilizar um suporte técnico agrônomo às comunidades camponesas, na luta de fixação à terra, na permanência no campo, mediante um aporte externo à viabilização econômica. Trata-se, claramente, do assistencialismo rural que marcou a atuação da Igreja Católica no período de exceção e seguiu do assistencialismo ao engajamento na luta armada. É na contextura da participação política da Igreja Católica na causa camponesa que nasceram inúmeras entidades da sociedade civil, posteriormente denominadas ONGs (DIAS, 2004; STEIL e CARVALHO, 2007). O PTA é o caso mais emblemático e mais bem-sucedido de conformação a um modelo de organização formulado por organismos multilaterais para os países periféricos, com função de mediação entre os recursos e interesses ambientais dessas agências e o meio agrário das economias periféricas. Mais à frente, volto aos vínculos entre essas entidades da sociedade civil e a Igreja Católica.

O Projeto de Tecnologias Alternativas teve numa trajetória relativamente curta e produtiva. A partir de 1983, já institucionalizado na FASE e com o financiamento de uma ONG francesa, passa a atuar em cinco estados do País. Inicia sua atuação com um levantamento geral sobre experiências de Agricultura Alternativa em 12 estados; seleciona para acompanhar cinco projetos de Agricultura Alternativa em cinco estados brasileiros; de 1984 a 1989, cria uma rede de intercâmbio que integra os projetos acompanhados e outras experiências de agricultura alternativa; monta, com base no trabalho com pequenas equipes locais, um conjunto de centros de tecnologia alternativa, (CTA), que atua na escala local, com testes de técnicas opcionais. O objetivo do trabalho do PTA-FASE era inventariar experiências com agricultura alternativa e identificar as técnicas agrícolas em curso. Em 1989, o acervo do projeto dispunha de um catálogo com três mil novas técnicas agrícolas e havia sistematizado e difundido entre comunidade de produtores cerca de 20% delas (LUZZI,

2007). Em um documento interno de 1989, o projeto o PTA recebe de seus dirigentes a caracterização que o aproxima de uma ONG-DR:

O PTA é uma entidade de apoio e assessoria aos movimentos populares organizados nas questões relativas ao modelo agrícola, tendo como eixo específico o resgate, geração e difusão de tecnologias alternativas. A natureza do PTA é a de uma rede articuladora de entidades e movimentos, orientada para a formulação de propostas, o intercâmbio e capitalização de experiências e o trabalho de formação e informação. (PTA/FASE, 1989b, *apud* LUZZI, 2007, p. 54).

Este trabalho PTA-FASE de identificar, inventariar, sistematizar e difundir técnicas agrícolas criadas por agricultores isolados tem, entre suas inúmeras importâncias, o fato de demonstrar que o conhecimento técnico camponês é a base que sustenta as opções tecnológicas atualmente disseminadas por todo o meio rural da América Latina; técnicas que são cada vez mais divulgadas como produtos de um novo meio científico da Agronomia - a agroecologia.

Se, por um lado, o conhecimento científico chega ao campo como capital empírico, tanto na fase química quanto na fase biogenética, efeitos negativos sobre o meio social rural identificados na modernização conservadora e na agroindústria de exportação, tem-se, por outro lado, que a reversão do lado perverso da ciência é uma questão de tempo. Essa transformação é anunciada pela agroecologia que se institucionaliza de forma crescente como saber acadêmico e projeta-se como conhecimento alternativo à Agronomia. Enquanto essa estaria ao lado do capital, da exclusão e da degradação ambiental, aquela estaria ao lado da equidade, do combate à pobreza e da proteção ambiental.

Se o expressivo número de três mil técnicas pode surpreender, é preciso ter em conta que o levantamento realizado pelo PTA-FASE é bastante precário. Segundo a coordenação geral do PTA-FASE (WEID 1988), havia certo nível de despreparo nos técnicos em Agronomia contratados pelo projeto que não conseguiam apreender o valor do conhecimento dos camponeses e, ao contrário, queriam lhes passar seus conhecimentos no decorrer das interações.

A tendência dominante foi a de reproduzir um limitado cabedal desconhecimentos alternativos extraídos da literatura corrente (limitadíssima) sobre o assunto. E tome compostagem, cobertura morta, adubação verde, curva de nível etc. às vezes sem muita avaliação das condições específicas para o emprego desta ou daquela técnica. É o pacote alternativo! Ou seja, trabalhou-se pouco com o universo da rica inovação empírica dos produtores e muito com o limitado conhecimento teórico adquirido (fragmentariamente) pelos técnicos. (WEID, 1988b: 10, *apud* LUZZI, 2007, p. 44).

Um aspecto importante expresso na citação anterior é a caracterização do PTA-FASE como rede articuladora de associações e movimentos rurais. O PTA foi pioneiro no trabalho de identificar, sistematizar, validar e difundir técnicas agrícolas opcionais e, o que é ainda mais importante, em formar articulações em rede com as associações assistidas pelo projeto. Esse modelo que emergiu com o PTA-FASE atualmente vem se consolidando com a criação de ONGs-DR voltadas à articulação e coordenação de redes de ONGs e associações do campo ecológico-agronômico. São exemplos destas organizações no País o AS-PTA, (a nova razão social do PTA, depois de sua desvinculação da FASE), Associação Brasileira de Agroecologia, ABA; a Associação Nacional de Agroecologia, ANA; na América Latina a Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia, SOCLA e o Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES). Essas ONGs atuam nas escalas nacional e continental. Registra-se, contudo, a existência de inúmeras ONGs operando na formação de redes de intercâmbio com atuação em plano local e regional, às vezes viabilizando um só projeto. As ONGs-DR exercem a mediação entre ONGs nacionais e internacionais, ONGs ambientais do Primeiro Mundo e organismos ambientais multilaterais e segmentos sociais organizados do meio agrário do Terceiro Mundo, disponibilizando recursos financeiros na difusão da Agricultura Alternativa e dos princípios e valores do desenvolvimento sustentável.

Autores como Marcelo Dias (2004), Carlos Alberto Steil e Isabel C. M. Carvalho (2007), ao analisarem a disseminação das ONG-DR na América Latina põem em questão a autonomia das ONG-DR e a validade das suas intervenções quanto à natureza do estilo de desenvolvimento que difundem, pois a dependência aos recursos internacionais as ligam aos interesses ambientais das agências que representam. Tal abordagem está conforme a discriminação de Lteif (2007, p. 38) segundo a qual:

[...] é importante diferenciar concepções que descartam radicalmente a ideia de desenvolvimento e de crescimento econômico e buscam “alternativas ao desenvolvimento”, daquelas que são críticas à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento e buscam um “desenvolvimento alternativo”. (LTEIF, 2007, p.35).

É importante deixar claro, contudo, que esse estudo não se atém nem à questão dos estilos de desenvolvimento, nem à ideia de ‘alternativa ao desenvolvimento’, mas à análise dos efeitos de poder do discurso desenvolvimentista, na sua versão ambiental, como regime de verdade. Nesse sentido, as intervenções de entidades como o PTA-FASE, entre outras ONG-DR, são vistas não como representações de algo, constituindo manifestações de

alienação, desvio ideológico, efeitos de manipulações, perda de autonomia; mas, ao contrário, na sua positividade de fluxo, manifestação, efetivação de forças globais na escala local.

A transformação que procuro delinear entre as primeiras intervenções do grupo que criou o PTA, o início do projeto em 1983, associado a uma linha de crítica ecológica (as formulações políticas de Schumacher) de luta transversal e seu perfil em 1989, quando fica evidente sua associação à política ambiental multilateral para o setor agrário das economias periféricas não pressupõe, não implica necessariamente, uma mudança da água para o vinho, no sentido em que é a prática política e não o vínculo discursivo aquilo que, de fato, responde pela natureza da relação com a luta política em determinado contexto histórico.

A inserção do PTA no meio agrário nacional nasce vinculado às iniciativas das organizações da Igreja Católica, o que pode ter favorecido a percepção de sua intervenção como escolha por atuar ou lutar por um segmento de excluídos. Essa aproximação das organizações religiosas, no entanto, traduziu-se em trânsito livre nos meios camponeses e, o que é ainda mais importante, na adoção dos métodos políticos usados pelos grupos religiosos para desenvolver o trabalho do projeto⁵⁸ que foi viabilizado, portanto, formatado, não na relação com os segmentos camponeses, mas nas mesas de negociação de agências de fomento dos Estados do capitalismo central. É possível, no entanto, identificar alguns elementos no discurso do PTA-FASE que oscilam entre um e outro alinhamento, como se pode depreender das seguintes passagens:

Entendemos por tecnologia alternativa aquela que, atendendo aos interesses do pequeno produtor rural, reforça a sua capacidade de resistir na terra, de melhorar sua organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas adversas, de melhorar seu padrão de vida e sua segurança econômica. (RESOLUÇÕES DO ENCONTRO DE CAMPINAS, 1983 in: PTA/FASE, 1988a: 47, apud LUZZI, 2007, p.52).

É possível identificar nessa definição de tecnologia alternativa uma declaração de compromisso com o “homem do campo” no seu confronto a uma conjuntura adversa, na qual se incluem a expulsão dos domínios das grandes propriedades (PALMEIRAS 1989), a

⁵⁸ “As CEBs utilizavam três princípios de ação que vieram a orientar, posteriormente, as práticas metodológicas adotadas pelas organizações não governamentais: as CEBs organizavam suas ações a partir das questões colocadas pelo cotidiano das famílias; as iniciativas inovadoras das famílias (adubação orgânica, adubação verde, plantas medicinais, controle natural de pragas) e as formas de cooperação local (casa de farinha, roças coletivas, bancos de sementes, mutirões) estimuladas pela Igreja eram voltados para otimizar o uso dos recursos locais e proporcionar maior autonomia as comunidades rurais; as CEBs enraizavam suas ações nas práticas de convívio social pré-existente nas comunidades através da revitalização das práticas culturais locais, atualizando-as a partir da incorporação de novos conceitos para a leitura da realidade e de novas metodologias de ação.” (LUZZI, 2007, p. 14).

exclusão das atividades produtivas com predomínio no setor agrário no País (MULLER, 1989), a exclusão de três quartos dos pequenos produtores do crédito rural e outros benefícios públicos (DELGADO, 2005).

O compromisso político com a causa camponesa, com efeito, explícito na definição de tecnologia alternativa, pode ter sido o elemento-chave na decisão das lideranças católicas da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiásticas de Base e da FASE de referendar e acolher a ideia do projeto de assistência à produção camponesa em termos de tecnologia alternativa. A rápida e bem-sucedida trajetória do PTA-FASE ante as inúmeras comunidades camponesas, às suas associações, sindicatos e movimentos sociais em diversas regiões do País, deve-se, efetivamente, ao referendo dos segmentos religiosos com os quais se aproxima do meio agrário nacional (DIAS, 2004; LUZZI, 2007, LTEIF, 2007).

Em uma Declaração de Avaliação do Projeto, de 1988, a coordenação do PTA reafirma seu compromisso com o campesinato:

A prática do PTA incorporou não apenas a óbvia diversidade dos ecossistemas onde nos inserimos, como também a imensa heterogeneidade do público que nós lidamos, ou seja, diversidade cultural, econômica, social, política, étnica e histórica. Não temos um modelo para impor, mas princípios a adaptar, levando em conta toda esta imensa diversidade de situações. O nosso critério final de 'alternativo' é a sua apropriabilidade pelo produtor – a curto, médio e longo prazos. (PTA/FASE, 1988d: 03, *apud* LUZZI, 2007, p. 53).

No mesmo evento, não obstante, se encontra a declaração que postula a perspectiva da difusão de um modelo que implica uma dimensão política e social bem mais ampla do que as associadas ao suporte técnico à pequena produção agrícola:

Mesmo que não esteja ainda inteiramente definido esse novo modelo, o trabalho com as TAs contribui de um ponto de vista imediato e tático para as transformações sociais, na medida em que se vincula à organização e à luta dos trabalhadores pela reforma agrária, pela viabilização dos assentamentos, enfrentamento das forças de mercado, melhorias das condições de produção, de trabalho, de vida, de renda, etc. (PTA/FASE, 1989b: 05, *apud* LUZZI, 2007, p. 54).

A abertura para o discurso do desenvolvimento sustentável implica a crítica ao modelo de desenvolvimento industrial poluidor e a militância por outra forma de desenvolvimento. Essa inclinação é claramente explicitada pelo PTA-FASE em 1989: “Entendemos que a agricultura alternativa só se viabilizará com um movimento social forte pressionando a mudança da sociedade e a mudança do modelo de desenvolvimento”. (PTA/FASE, 1989b: 05, *apud* LUZZI, 2007, p. 53).

O movimento na direção do alinhamento aos interesses ambientais multilaterais torna-se mais evidente ao se considerar o arco das relações interinstitucionais constituído pela

coordenação do PTA-FASE entre 1984-1988. Mais uma vez, recorro à pesquisa de Nilza Luzzi (2007) para apreender esta importante dimensão,

O PTA possuía, neste período, quatro fontes principais de financiamento: Estado brasileiro (FINEP); Estados estrangeiros (GATE – Alemanha CIMADE – França); organizações multilaterais (FAO, BID, CEE, PNUD, BIRD, etc.) e agências não governamentais estrangeiras (MISEREOR – Alemanha, EZE – Alemanha, NOVIB – Holanda, Desenvolvimento e Paz – Canadá, ICCO – Holanda, CWS – Estados Unidos, IAF – Estados Unidos, CAFOD – Inglaterra, OXFAM – Inglaterra). (LUZZI, 2007, p. 58).

A diversidade de agências internacionais de fomento no suporte às intervenções do PTA-FASE no meio agrário brasileiro é um importante indicador político da consonância do projeto com as expectativas e os interesses ambientais do capitalismo central, principalmente em relação ao sistema das Nações Unidas, que conduz a política ambiental na escala mundial. Com efeito, Marcelo Dias e Vivien Diesel (1999, p. 7), identificam na proposta de atuação da ONG DR os efeitos da rede de suporte construído para sua viabilização: “A rede de interdependências forjada para viabilizar a agência das ONGs DR cumpriria, neste sentido, um papel estruturante de sua proposta”.

O acontecimento que explicita a consolidação do direcionamento do PTA à “governamentalidade ambiental”, perante o qual não faz mais sentido associá-lo à luta ecológica ou à resistência camponesa é a criação (1989), junto com entidades latino-americanas de ecologia agrônômica, do Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, CLADES, (DIAS, 2004, p. 148).

4.6 A formação acadêmica-administrativa da agroecologia na América latina

Algumas teorias, “ideias sínteses”, técnicas, conceitos e noções do campo ambiental, como a agroecologia, a agricultura orgânica, o desenvolvimento sustentado, a permacultura, dentre outras, na medida em que se projetam no campo ambiental, como são exemplos a agroecologia, desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável, seguem uma trajetória de institucionalização, no campo público e privado, tanto na forma de instâncias administrativas como associações, institutos, fundações e redes quanto na modalidade desabercadêmico em especializações, mestrados, doutorados e, mais recentemente, em graduações. O conceito de desenvolvimento é o exemplo mais consolidado desta tendência. No Brasil, a maioria das universidades públicas oferece mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi alçado à condição de curso de pós-graduação em mestrado e doutorado, em instituições públicas do País como são exemplos a UNB, a USP, a UFPA, a UFPR, dentre outras academias do Brasil.

A formação de novas disciplinas ambientais é lenta e descontínua em comparação à formação do campo subdisciplinar do saber ambiental. O processo de institucionalização dos saberes ambientais do âmbito das ciências humanas e das ciências sociais seguiu uma trajetória regular, desde o início dos anos de 1970, quando a ONU deu início às primeiras ações educativas de formação de técnicos multiplicadores do conhecimento ambiental, na forma de especializações em Educação Ambiental. Duas décadas depois, antes do final dos anos de 1990, forma-se um campo de discurso científico ambiental pós-graduado, com subdisciplinas das ciências humanas, das ciências sociais, das ciências da Terra e ciências da natureza. O saber ambiental chega à graduação por meio do ensino de pós-graduados dessas várias ciências. Em outras palavras, esse processo só chegou à graduação de forma indireta, isto é, com as subdisciplinas ambientais presentes no currículo dos cursos de graduação. Algumas iniciativas têm ocorrido, no Brasil, de constituição de graduações ambientais, como é exemplo a graduação em Educação Ambiental.

A agroecologia é uma ideia que se projetou no campo ambiental e se institucionaliza, no âmbito estatal e privado, como saber disciplinar e instância administrativa em escala mundial. De forma similar às intervenções e práticas discursivas da Teoria do Desenvolvimento e da Teoria do Desenvolvimento Sustentável, a agroecologia tem como alvo de intervenção a economia dos países periféricos, com a especificidade de atuar junto à

agricultura tradicional. As referências deste processo no Brasil e na América Latina apresentam uma base sólida, com integração ativa, sustentada por um conjunto de ONGs-DR dentre as quais se destacam a Associação Brasileira de Agroecologia, ABA, a Articulação Nacional de Agroecologia, ANA e a Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia, SOCLA. Essas três ONGs-DR mantêm um banco de dados e articulações denominado *Agroecologia em Rede*, que integra uma série de experiências regidas pela agroecologia como técnica política, implicando um saber e um conjunto de procedimentos agronômicos que atua em escala continental.

Vejam algumas referências no âmbito nacional da institucionalização da agroecologia como disciplina acadêmica. No Brasil, cursos em Agroecologia no patamar de graduação e pós-graduação são oferecidos em várias universidades públicas. O vínculo entre universidades e agroecologia mais regular, entretanto, ocorre com a implantação de projetos agroecológicos entre ONGs e universidades. Mostro a seguir uma listagem dos principais cursos de graduação e pós-graduação e projetos ativos no País disponibilizada na *Wikipédia*.

Graduação e pós-graduação em agroecologia: - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul com o Curso Tecnológico Superior em Agroecologia, iniciado em 2010; Universidade Estadual da Paraíba, que oferece graduação em Agroecologia desde 2007; o Instituto Federal de Brasília, que oferta um Curso Tecnológico Superior em Agroecologia, iniciado em 2010; o Instituto Federal do Acre, com o Curso Tecnológico Superior em Agroecologia, iniciado em 2011; o Instituto Federal do Espírito Santo - Campus de Alegre, que oferece pós graduação em agroecologia, e da Universidade Federal de São Carlos, que oferece os cursos de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural desde 2006 e graduação em Agroecologia desde 2009. A Universidade Federal do Oeste do Pará oferece desde 2011 o bacharelado interdisciplinar em Agroecologia. A Universidade Estadual do Maranhão também oferece o curso de Mestrado em Agroecologia. No IFET-SE-MG *campus* Rio Pomba também há o curso de bacharelado em Agroecologia.

Observo que a maioria dos cursos é na modalidade “Tecnológico Superior”, portanto, com duração entre 24 e 30 meses e instituídos a partir do ano 2000.

Projetos em agroecologia: - ESALQ - USP com grupo de Agroecologia "SAF Pirasykauá" e o Núcleo de Agroecologia do Estado de São Paulo; - UFLA com o Grupo de Extensão Yebá Ervas & Matos promovem atividades ligadas a Agroecologia, Sistemas Agroflorestais,

Plantas Medicinais e Espiritualidade;- UFRB com ações do grupo AGROVIDA (Grupo de Apoio à Agricultura Familiar e Agroecologia);- UFG com ações de Campo e Pesquisa do GEPAAF(Grupo de Ensino, Pesquisa e Assistência técnica à Agricultura Familiar); - UFSJ com o núcleo de Biosistemas em Sete Lagoas (MG); - UFAM com o GAU (Grupo de Agroecologia); - UFAL com o GAC (Grupo Agroecológico Craibeiras); - UFS com o EVA (Espaço de Vivência Agroecológica); - UFSCar; Pés Vermelhos de GANJA(Grupo de Altruísmo a Natureza Janta e Almoço); -UFPR com o GEAE (Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica, o primeiro grupo de Agroecologia do Brasil, criado em 1981) e o NEPEA (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia, formado em 2010); - UFERSA com o GVAA (Grupo verde de Agricultura Alternativa); - UEM com o GAAMA (Grupo de Agroecologia de Maringá); - UFV com o Programa de Extensão Universitária TEIA, com o GAO (Grupo de Agricultura Orgânica)e com o APÊTI (Grupo de Agrofloresta); - FEAB (Federação Estudantes de Agronomia do Brasil) e ABEEF(Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal) possuem núcleos específicos para esse debate; - UFRRJ com o GAE (Grupo de Agroecologia - o primeiro grupo no Brasil desde 1983); - UFPB com o GESTAR: grupo de pesquisa território, trabalho e cidadania, que desenvolve projetos de pesquisa, atividades de extensão universitária e publicações de trabalhos científicos no campo da agroecologia. - IFPB - *Campus* Sousa: projetos de sobrevivência com o semi árido. - IFRN - *Campus* Ipanguaçu: tem como principal curso Técnico Integrado o curso em Agroecologia; - UFC com o grupo de extensão GAUFC (Grupo de Agroecologia da Universidade Federal do Ceará) que foi fundado há 13 anos. - UFRJ - com o projeto de extensão capim limão e através de matérias eletivas relacionadas diretamente com agroecologia em fase de aprovação - e o MUDA - grupo de agroecologia do curso de Engenharia Ambiental.UFF - com o projeto de extensão Geografia da Produção Alimentar, que trabalha com comunidades tradicionais do Alto Trombetas e Terra Indígena Mapuera, no município de Oriximiná(PA), com o auxílio da Unidade Avançada José Veríssimo. -UFRN - com o projeto Metodologias Agroecológicas em Ação (CNPq/MDA), em conjunto com a UFERSA e a UFPE; - UNIRIO - com o Grupo de Agroecologia Bondinho da Urca. - GAE-UFP: Universidade Federal de Pelotas- Grupo de Agroecologia da Universidade Federal de Pelotas, formado por volta de 1993, na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. (Wikipédia: Agroecologia. 2012).

No campo organizacional, constam inúmeras referências institucionais entre associações de produtores que institucionalizam a experiência em agricultura alternativa como

forma de estabelecer vínculos e captar recursos; ONGs de atuação em nível local, às vezes criadas em função de projetos contingenciais; ONGs DR que operam a mediação entre as ONGs locais e associações de produtores e agências de fomento nacional e internacional e ONGs DR que operam tanto como mediadoras frente à agência de fomento quanto na função de formação e gestão de rede de intercâmbio entre associações de produtores e ONGs de atuação local.

A seguir descrevo algumas referências desse campo para o Brasil e América Latina: a Articulação Paulista de Agroecologia; a Articulação Sorocabana de Agroecologia; a ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia; Redes de Agroecologia; Rede Vida de Agroecologia, entre muitas outras. Na América Latina, a Sociedade Latino-Americana SOCLA; A Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais, ACTAF; O Centro de Educação e Tecnologia, CET, no Chile; A Associação de Conselheiros para uma Agricultura Sustentável, Ecológica e Humana, COSECHA, de Honduras; A Equipe de Desenvolvimento Agropecuário de Cajamarca, EDAC, no Peru; o Serviço de Informação Mesoamericano sobre Agricultura Sustentável, SIMAS, na Nicarágua, dentre inúmeras outras.

O que sustenta e explica esse processo de projeção e institucionalização da agroecologia? Identifico a agroecologia como uma intervenção de poder ambiental, que põe em ação um regime pedagógico e um *corpus* de práticas agronômicas, exercida no contexto agrícola no governo, isto é, na condução das condutas de agricultores tradicionais, seja o pequeno agricultor independente, o chamado homem do campo, seja o camponês inserido em comunidades camponesas ou rurais.

De fato, a ação agroecológica é, efetivamente, uma intervenção externa, que tem sua fonte de difusão em OGs e ONGs e seu exercício realizado por técnicos ambientalistas como agrônomos, geógrafos, economistas, engenheiros, dentre outros e, extensivamente, por agentes formados em cursos técnicos de agroecologia oferecidos tanto por ONGs-DR como são exemplos a ABA, a ANA o Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPE, dentre outras ONGs-DR que oferecem cursos técnicos de nível médio em agroecologia quanto, por agências governamentais como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da EMATER, da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Para, IFPA, que criou em 2009, no *Campus Rural* de Marabá, o Curso Técnico de Agroecologia para Indígenas.

A agroecologia implica um domínio de discurso científico multidisciplinar produtor de conhecimentos, programas, currículos, projetos, modelos agroecológicos e concepções o qual conforma um regime pedagógico que sustenta práticas extensionistas e de ensino voltadas à formação de agentes multiplicadores em diversos graus e níveis acadêmicos. Dispõe, ainda, de um conjunto de procedimentos técnicos, de natureza agrônômica, voltados a implantar uma racionalidade agrícola ecológica no setor agrícola tradicional, no âmbito produtivo, que assujeita o camponês, destituindo-o da concepção, da lógica e do controle produtivo. Ainda mais: individualiza-o, constituindo-o como “produtor agroecológico”. Esse tipo de intervenção efetiva-se na forma da “pedagogização” direta do trabalhador rural, nas categorias antes citadas, isto é, pequeno produtor e comunidades rurais⁵⁹, no propósito de educar esses segmentos sociais na racionalidade do desenvolvimento sustentável. Essa técnica política atua ainda sobre pequenos e médios produtores rurais, instando-os a aderir a tal racionalidade. Se trata de produtores rurais com maior inserção no mercado, portanto, mais distantes do foco de atenção da agroecologia, centrado no pequeno produtor, o segmento dominante na estrutura agrária nacional.

Muitos atrativos são disponibilizados a pequenos e médios produtores no processo de conversão à agroecologia, na forma de cursos de capacitação, de assistência técnica à produção e a comercialização e, principalmente, nas cartas de crédito disponibilizado por agências financeiras estatais e OGNs.

⁵⁹Uma dimensão importante das intervenções no meio agrário nacional ocorre no nível terminológico. A legislação criada pelo governo militar (Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural) instituiu, entre outras, a categoria “trabalhador rural” rompendo dessa forma com conceito de camponês, ou agricultor. No mesmo sentido, atualmente, a categoria “agricultura familiar” substitui a categoria “pequeno produtor” e favorece a aproximação da forma empresa, na modalidade da empresa familiar. Tratar a unidade camponesa como agricultura familiar é, como no caso da categoria “trabalhador rural”, gerar ruptura com o universo semântico camponês.

4.7 A dupla natureza da agroecologia

Passo a seguir a analisar algumas passagens de um texto da página do site *Action Aid* Brasil e reproduzido no site do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Trata-se de um escrito voltado a tornar público os princípios, preceitos e valores inscritos nas concepções governamentais sobre essa técnica política. Transcrevo quatro trechos que permitem caracterizar a agroecologia do ponto de vista de uma instância do Governo brasileiro e de uma ONG internacional:

- a) - A agroecologia é um sistema de produção agrícola alternativa que busca a sustentabilidade da agricultura familiar resgatando práticas que permitam ao agricultor pobre produzir sem depender de insumos industriais como agrotóxicos, por exemplo. Vai além das técnicas orgânicas de cultivo, pois inclui elementos ambientais e humanos, é, praticamente, um modo de vida que busca resgatar e valorizar o conhecimento tradicional da agricultura de base familiar.
- b) - É uma disciplina que engloba princípios ecológicos básicos para estudar, planejar e manejar sistemas agrícolas que, ao mesmo tempo, sejam produtivos, economicamente viáveis, preservem o meio ambiente e sejam socialmente justos.
- c) - A construção da agroecologia implica no desenvolvimento de novos valores que fundamentem as relações dos agricultores familiares com o mercado, o que requer a criação de diferentes estratégias de organização e comercialização com base na solidariedade e na ética.
- d) - Os sistemas agroecológicos também se desenvolvem por meio de sistemas florestais, onde se combinam atividades extrativistas com a agricultura familiar sustentável. (TELLES, 2011, p. 1).

O trecho “a” destaca, em primeiro lugar, a natureza alternativa desse sistema de produção agrícola. E, na mesma frase, integra o conceito aos termos da estratégia discursiva do Desenvolvimento Sustentável, portanto, aos cânones estabelecidos pelo discurso ambiental multilateral analisado no segundo capítulo deste estudo.

O uso da palavra alternativa para definir essa técnica, situa essa concepção de agricultura, caracterizada no texto “b” como uma disciplina, isto é, com um grau de pertença à ordem do discurso científico, como prática não alinhada aos cânones regulamentares da oficialidade, como é o caso das medicinas alternativas ou de outras práticas alternativas que têm em comum o não reconhecimento, sendo alternativas ao que é oficial, sendo portanto de natureza marginal, no sentido de estar fora dos padrões e de desfrutar de um caráter, senão revolucionário, ao menos contestatório ante determinados padrões. Essa ambiguidade que define a agroecologia como disciplina de natureza científica e, ao mesmo tempo, como um sistema agrícola alternativo é um ponto importante, que aponta para a característica estratégica do discurso ambiental, de assumir a natureza contestatória, de surgir como uma

causa, como uma prática libertadora, revolucionária capaz de aportar expectativas e esperanças de um futuro melhor.⁶⁰

Essa característicada agroecologia assinala ainda sua natureza como técnica política, relação de poder, que implica liberdade, que requer adesão; ela se anuncia como prática de liberdade e prática libertária; um exercício agrícola que não quer substituir o saber local, os conhecimentos tradicionais, que não quer impor verticalmente os procedimentos de base técnica que devem nortear “as práticas sustentáveis”, mas quer, ao contrário, trabalhar em parceria com os saberes da agricultura tradicional.

A citação “a” explicita que a agroecologia - “Vai além das técnicas orgânicas de cultivo...”Esse contraste com a agricultura orgânica, técnica agrícola alternativa, atualmente regida por uma legislação, a reduz a procedimentos técnicos específicos e serve para destacar na agroecologia o caráter deromantismo revolucionário impregnado da ideia de liberdade, de escolha, de alternativa e de novidade. E contrapõe-se, ainda, como assinalado na citação “c”, por sua dimensão humana, pela defesa de novos valores no domínio econômico, por difundir novas relações com o mercado, isto é, entre o produtor direto da agricultura comunitária e consumidores do meio urbano.

A contraposição agroecológica é ampliada no texto de apresentação do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, evento realizado pela ABA, na Cidade de Fortaleza, em dezembro de 2011, em que afirma:

Partindo do pressuposto de que há um conjunto de crises que afetam o atual modelo de desenvolvimento, a Agroecologia se propõe como alternativa e está se afirmando cada vez mais como estratégia para o desenvolvimento rural com sustentabilidade multidimensional. Com base em diversas áreas de conhecimento a Agroecologia estuda os processos de desenvolvimento a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, valorizando os sistemas e as lógicas camponesas, e apoiando a transição de modelos agroquímicos e de desenvolvimento convencional para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural mais sustentáveis. (ABA, 2011, p. 1).

O enfoque da apresentação doVII Congresso Brasileiro de Agroecologia chega a opor a agroecologia ao “atual modelo de desenvolvimento”, o que induz à leitura da condição da agroecologia como de oposição ao *status quo* no plano de modelo econômico de desenvolvimento. Este tipo de abordagem parece ter a função de associar ao agroecológico

⁶⁰ O *marketing* ecológico e o *branding* têm na causa ecológica a base de uma série de práticas discursivas comerciais voltadas a explorar o alternativo como dimensão contestatória e revolucionária. O termo alternativo procede da agricultura alternativa, movimento que a agroecologia tende a ofuscar e substituir.

um “capital crítico” ao qual, de fato, essa técnica política está longe de corresponder.⁶¹ Trata-se de um aspecto tático desse discurso em que agroecologia, mesmo voltada nas suas intervenções diretas para produtores diretos do mundo rural, que no comum não são considerados quando se fala do ecológico na alimentação, tem um olhar dirigido à população como público, para cativar, sensibilizar, induzir, envolver esse público em um jogo de “pedagogização” aberta, no qual destaca valores, atitudes e comportamentos associados ao verde, ao justo, ao solidário, ao consumo consciente e sustentável.

Em tal direção, a ideia de justiça ambiental em ascensão, em detrimento das questões da justiça social, faz circular, associadas ao ideário da agroecologia, as ideias de economia solidária (de fato, a agroecologia é pensada como um tipo de economia solidária em que o saber técnico subsidia o saber tradicional com conhecimentos⁶²) e de troca justa como valores a alimentar a cooptação de comunidades rurais ao ideário e aos procedimentos do desenvolvimento sustentável no campo agrícola.

Essa função tática pedagógica da agroecologia parece-me um elemento decisivo para se compreender a projeção desta técnica como saber acadêmico e instância organizacional. Essa dupla frente de intervenção junto à população como público e a segmentos da produção agrícola, que normaliza os segundos e “pedagogiza” os primeiros, busca efetivar a racionalidade agroecológica, articulando o meio urbano consumidor e o meio rural produtor. O espaço de mediação desta efetivação no meio urbano é o supermercado.

A citação do VII Congresso de Agroecologia adota e explicita, mais diretamente, a condição discursiva da agroecologia como racionalidade técnica-científica agrônômica voltada a intervir ante razões agrícolas camponesas na perspectiva de fazer valer a racionalidade política do desenvolvimento sustentável no campo agrícola da economia camponesa e da agricultura familiar.

⁶¹ A contraposição é com a produção agrícola de base industrial. A Carta de Havana, um documento gerado pela VIII Encontro de Agricultura Orgânica e Sustentável, organizado pela Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais (ACTAF), afirma no seu terceiro ponto: “El modelo agroecológico se perfila como la opción más viable ya que permite la generación de sistemas agrícolas capaces de producir conservando la biodiversidad y la base de recursos naturales, sin depender de petróleo, ni insumos caros. Esta agricultura de base agroecológica es diversificada, resiliente al cambio climático, eficiente energéticamente y compone una base fundamental de toda estrategia de soberanía alimentaria, energética y tecnológica”.

⁶² - Agroecologia: instrumento de justiça ambiental no campo - foi o título-tema de uma das seções de apresentação de trabalhos do **VII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, realizado na cidade de Fortaleza entre 12 e 16 de dezembro de 2011.

Essa situação da agroecologia, nos termos da ambiguidade estratégica exemplificada na conjunção de uma identidade alternativa e na natureza técnico-científica, aponta para uma condição não prevista por Lazzarato (2006) nas suas reflexões sobre as relações de poder. Para esse autor, há um processo em que as relações de poder, caracterizadas pela liberdade, pela livre adesão, tendem a transformar-se em relações de dominação, isto é, em técnicas de governo, relação de poder em que a liberdade e a escolha não existiriam. O autor distingue com base em Foucault, as relações de poder das relações de dominação. A dominação consiste em relações de poder estáticas em que não cabe a liberdade. Enquanto a relação de poder propriamente dita, isto é, que se caracteriza por ser flexível, por implicar escolha e liberdade em todas suas fases, está fora do campo da racionalidade política estatal. Assim as relações de poder são relações exteriores ao domínio estatal que, quando capturadas pela racionalidade política estatal, perdem a flexibilidade e deixam de ser relações de poder para se tornarem formas de dominação ou técnicas de governo.

De fato, a agroecologia parece constituir uma técnica em que a dimensão do alternativo, da liberdade, da natureza optativa, constitui o cerne da sua imagem política. A sua singularidade política consiste em sustentar a liberdade e servir de contraposição às práticas em que é a lei que domina, como é o caso do licenciamento ambiental, da agricultura orgânica e da certificação de produtos, dentre outros.⁶³ Neste caso, trata-se de uma técnica de poder, que, mesmo se voltando para conduzir as condutas de trabalhadores de forma inflexível, tem a função de sustentar uma intervenção no contexto de governo de populações, nos termos de um regime de pedagógico para conduzir o público de forma livre à adoção de valores, atitudes e comportamento de consumo ambientalmente orientados.

Assim, a agroecologia é um tipo de vitrine da sustentabilidade. Essa função de visibilizar o verde, o saudável, de nutrir o desejo ecológico, parece sobrepor-se ao seu lado de técnica de governo, concretizado nas formas diretas de intervenção no campo agrícola. O que parece caracterizar a agroecologia é esse jogo duplo de uma “normatização *light*”⁶⁴ dos produtores (em oposição, por exemplo, à lógica da agricultura orgânica) e o processo

⁶³Nesses exemplos, os procedimentos técnicos são verticalizados, há a obrigatoriedade de segui-los como definidos pela lei ou pelo gestor agrícola. Mas, a proliferação de programas estatais como o PRONAF Agroecológico, a ATER Agroecológica, o projeto PAIS, dentre outros, aponta para a estabilização da agroecologia como técnica de governo.

⁶⁴A Lei 10831, que regulamenta a agricultura orgânica no País, flexibiliza as exigências de certificação para a agricultura familiar.

publicitário de visibilizar o verde, de incitar, seduzir, mobilizar para o consumo consciente, o consumo sustentável entendido como exercício de justiça ambiental, de solidariedade econômica e de procedimento ético.

4.8 A agroecologia como militância político-discursiva

Nesta seção, examino a militância política da agroecologia na defesa, legitimação e disseminação da racionalidade ambiental. Militância pelos princípios, ideias, valores e temáticas do discurso ambiental multilateral, mas também militância como atitude, no exercício da crítica política das questões agrárias que visibiliza os problemas, as questões e os conflitos do meio rural; elabora e dissemina uma leitura da problemática de teor agrário com viés ambiental e acena com a agroecologia como fundamento de um novo modelo de desenvolvimento e fonte de soluções dos problemas inventariados.

Diz respeito a uma frente político-discursiva voltada ao âmbito da ruralidade dos países do Terceiro Mundo, que se efetiva no trabalho de organizar em associações comunidades de produtores rurais envolvidos com a agricultura alternativa; na integração destas associações em redes de intercâmbio, coordenadas por ONGs DR, que atuam como fontes de orientações, de assistência técnica, financeira e disponibilização de informações através de documentos em redes informacionais e publicações, encontros e congressos. Em uma palavra, trata-se de um tipo bem específico de intervenção voltado ao governo político das organizações camponesas, abrangendo associações de produtores, sindicatos rurais e movimentos sociais rurais.

As atividades deste âmbito, envolvendo a mobilização de organizações camponesas, busca consumir-se na constituição da agroecologia como movimento social rural. Ora, do que se trata neste exercício de uma militância política realizada em nome de populações camponesas? Este trabalho é realizado por intelectuais que atuam profissionalmente junto a ONGs do campo ambiental e seu fazer profissional implica o envolvimento com o discurso ambiental multilateral e com a questão ambiental constituída como causa ambiental. Poder-se-ia falar, nesse caso, de um intelectual específico⁶⁵? Certamente, não! Trata da participação não em uma luta, ou no exercício de uma crítica política relacionada à própria condição ou do seu campo de atuação, mas de ação profissional ante a uma problemática constituída em causa por um efeito discursivo.

⁶⁵ Foucault (1999) opõe o intelectual específico, com ação política na sua área de atuação, ao intelectual generalista, que fala ou luta em nome de outrem. É possível situar o *intelectual "ongista"* entre o intelectual assistencialista, que se insere no contexto rural com o trabalho de instituições religiosas, e o intelectual generalista, que atuou com o referencial neomarxista entre o final dos anos de 1970 e no decurso dos anos de 1980. Dias (2004) aponta a passagem, no decurso dos anos de 1980, dos referenciais teóricos das ONGs do meio agrário brasileiro, do neomarxismo para as teorias do desenvolvimento e da teoria do DS. Trata-se, pois, de um deslocamento de um posicionamento político para uma posição discursiva, que responde pela profissionalização do intelectual ambientalista.

A motivação política das intervenções da agroecologia é transformar o exercício da política no meio camponês em um elemento de sustentação do capitalismo e não o contrário. Recursos políticos como incentivar a organização da população camponesa em associações de produtores, inserir as associações em redes de intercâmbio e envolve-las na temática política da agroecologia configura uma forma de controle político que faz destas organizações objeto do direcionamento de intelectuais militantes da causa ambiental posicionados em ONGS que atuam como elementos da tecnologia de poder ambiental.

A militância política é uma função discursiva que se acrescenta ao suporte à organização econômica do pequeno produtor rural como assessoria técnica centrada nas tecnologias alternativas e se completa no suporte à comercialização. Com efeito, é um apoio à produção decisivo para a fixação do camponês à terra.

A importância, para os segmentos camponeses, das intervenções agrônomicas no meio rural, no suporte à condição econômica na produção e na comercialização, foi expressa por Nilza Luzzi (2007), não em uma reflexão oriunda de seus estudos, mas na satisfação de constatar essa positividade na situação de seus pais como camponeses. A autora expressa, na dedicatória de sua tese, esse fato: “Aos meus pais, Ivo e Terezinha Luzzi, agricultores familiares de Chapecó, Santa Catarina, que encontraram na agroecologia um novo estímulo para enfrentar as dificuldades do meio rural e o merecido reconhecimento e valorização de suas profissões” (LUZZI, 2007, s/p).

Esse fato, a importância da assistência técnica à pequena produção camponesa, é um elemento positivo gerado com a expansão da linha da ecologia agrônômica aberta pelo PTA-FASE, que tende a aproximá-la da ecologia agrônômica de mercado, uma vez que esse tipo de assistência integra pequenas comunidades camponesas aos mercados locais e urbanos de consumo alternativo.⁶⁶ Portanto, é seletiva em relação à massa camponesa excluída da economia agrária do País.

A intervenção inicial do PTA-FASE concentrou-se na expansão da assistência técnica e organizacional do projeto a pequenas comunidades, portanto, não ensejou de imediato uma projeção política discursiva, mas formas efetivas de interação com as opções de produção, que se efetivaram em modalidades diferenciadas de inserção no mercado. Em outras palavras, a tendência que deveria seguir o pequeno produtor ao receber o suporte do PTA-FASE seria encontrar meios de se fixar à terra, viabilizando sua produção com respostas

⁶⁶Uma constante do discurso agroecológico é o esforço de desconstituir a pequena abrangência de suas intervenções, superdimensionando a expansão das experiências com a agricultura alternativa.

alternativas⁶⁷ aos recursos industriais que demandavam meios financeiros não disponíveis para esse estrato econômico nas políticas financeiras do Estado brasileiro para o setor agrário, tanto na modernização conservadora quanto na dinâmica do agronegócio de exportação.

Na Verdade, é possível falar de uma *virada agroecológica*, de um “movimento agroecológico”, que corresponde à projeção política discursiva da agricultura sustentável para as economias do Terceiro Mundo que se apropriam do movimento ecológico-agronômico no início dos anos de 1990. A ECO92 é um acontecimento importante na contextualização desse processo. A seguir passo à análise de práticas discursivas de ONGs Dr.

A descrição tem como referências seis documentos de congressos recentes, realizados por organizações agroecológicas: a *Carta Agroecológica de Curitiba*, do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-Americano de Agroecologia, ocorrido na cidade de Curitiba, em novembro de 2009; a *Carta Agroecológica de Havana* – do VIII Encontro de Agricultura Orgânica e Sustentável, organizado pela Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais, ACTAF, na cidade de Havana, em maio de 2010; a *Carta Agroecológica de Oaxtepec*, do III Congresso Latino-Americano de Agroecologia, organizado pela SOCLA e pela Universidade Autónoma Chapingo, na cidade de Oaxtepec, Merelos, México, em agosto de 2011, e a *Carta do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, publicada em 15.12.2011, pela ABA, como declaração do VII CBA, realizado na cidade de Fortaleza, em novembro de 2011, e a de *Carta de Salvador*, documento do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, realizado na cidade de Salvador-BA em setembro de 2011.

Os documentos apresentam acentuada uniformidade, que abrange terminologia, temas, conceitos e estilo político. Três dos cinco eventos adotaram um tema central que direcionam os trabalhos e delimitou as declarações nas cartas. Os temas principais, no entanto, são trabalhados em todos os documentos. Vejamos a lista temática que conforma a função de militância agroecológica.

O Encontro Nacional de Agroecologia (2006), realizado pela ANA, na cidade do Recife, abordou os seguintes temas: Direitos territoriais e reforma agrária; Segurança e

⁶⁷ O olhar ecológico-agronômico tende a ofuscar o sentido de tecnologia alternativa como resposta camponesa a soluções agroindustriais que demandam recursos financeiros. De fato, esse sentido não é impulsionado pela indústria, mas não a ignora. O trabalho do PTA-FASE de disseminar as opções técnicas geradas por camponeses isolados caracteriza o sentido positivo da assistência desta ONG.

soberania alimentar e nutricional; Conservação e uso dos recursos naturais e da biodiversidade; Construção do conhecimento agroecológico; Formas de financiamento e gestão socialdo desenvolvimento; Relação com os mercados.VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-Americano de Agroecologia (2009) realizado pela ABA, na cidade de Curitiba, adotou o tema -Agricultura familiar e Camponesa: experiências passadas e presentes construindo um futuro sustentável. VIII Encontro de Agricultura Orgânica e Sustentável (2010) realizado pela Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais, na cidade de Havana, Cuba, definiu como tema “discutir los desafios de la agricultura Cubana y LatinoAmericana frente a la crisis ambiental, financiera y energetica que atraviesa el planeta.” O VII Congresso Brasileiro de Agroecologia (2011), realizado pela ABA, na cidade de Fortaleza adotou como tema – “Ética na ciência: Agroecologia com paradigma para o Desenvolvimento Rural”. O Encontro Nacional Diálogos e Convergências (2011) realizado pelas entidades: ABA, ANA, Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO),Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES),Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN),Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA),Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV),Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres teve como foco a crítica ao atual modelo de desenvolvimento econômico do País.

O III Congresso Latino-Americano de Agroecologia (2011) realizado pela Sociedade científicaLatino-Americano de Agroecologia, SOCLA, na cidade de Merelos, México, adotou como tema – A agroecologia: para alcançar a soberania alimentar em um planeta em crise ambiental, energética e climática.”

Por questão de espaço, adoto como procedimento descrever o tratamento dispensado a três temas destacados nestes eventos: a soberania alimentar; a ética na Ciência e a agricultura familiar. Esses temas fazem interfaces com outras questões, como a crise ambiental, climática, energética; a questão da agroecologia como modelo de desenvolvimento; a expansão dos transgênicos, dos agrotóxicos e dos agrocombustíveis na economia agrária do País, entre outros. Muitos temas são abordados transversalmente nas cartas e não serão objeto de considerações, mas os reúno para mostrar o quadro temático dessa militância: a valorização do movimento social rural da mulher; a questão da reforma agrária, a importância da organização dos produtores rurais, a necessidade de se lutar pelo acesso da agroecologia às políticas públicas rurais, ao crédito rural, meios de acesso ao mercado, dentre outros.

Início considerando as três cartas temáticas, isto é, que definiram um tema para o evento. A carta de Oaxtepec destaca, em primeiro plano, a questão da soberania alimentar e, em segundo lugar, o tema da crise planetária, discriminando crise ambiental, energética e climática.

A soberania alimentar é um tópico sistematicamente reiterado nas práticas discursivas da agroecologia. A soberania alimentar é um problema histórico da condição agrária do Terceiro Mundo e tem vínculo direto com a questão da fome. Em razão da fome, a racionalidade camponesa faz da necessidade alimentar do grupo o objetivo da sua produção e do mercado uma relação complementar às necessidades de consumo. Conforme visto na primeira seção deste capítulo, no Brasil, as condições atuais de existência de $\frac{3}{4}$ dos segmentos camponeses de pequenos produtores é de subsistência (DELGADO, 2009). Vale dizer que a fome para essa população é uma realidade cotidiana e a questão da segurança alimentar é pensada com a lógica do duplo destino: mesa e mercado.

De efeito, a apropriação dessa questão pela agroecologia contraria a lógica camponesa ao priorizar a relação com o mercado. A Carta de Oaxtepec afirma, em relação a segurança alimentar, que

De hecho, la amenaza a la seguridad alimentaria es el resultado directo del modelo agroindustrial, caracterizado por monocultivos a gran escala y cultivos transgénicos, mientras las grandes compañías transnacionales se apoderan de semillas y tierras agrícolas, socavando con ello aún más la capacidad de suministro de alimentos, fibra y energía a las poblaciones locales. (SOCLA, 2011).

Ao identificar o modelo agroindustrial como responsável pela insegurança alimentar camponesa, o documento introduz a questão dos transgênicos e com ela o viés agroecológico que situa o problema alimentar não em relação à fome, ou à estrutura fundiária, mas à produção limpa de alimentos saudáveis, envolvendo na questão da soberania alimentar o combate à agroindústria. Este fato fica evidente na afirmação, do mesmo documento, de que

La agroecología provee las bases para revertir este proceso y restaurar los procesos ecosistémicos, como la producción de alimentos sanos, la mitigación del cambio climático y la conservación de la biodiversidad, tan necesarios hoy en día para la supervivencia del planeta. (SOCLA, 2011).

A Carta de Havana afirma que,

La urgente necesidad de impulsar un nuevo paradigma agrícola de manera de poder asegurar suficientes alimentos sanos y accesibles para la creciente población mundial, sobre la misma base de tierra arable, pero con menos petróleo, menos agua, nitrógeno y otros recursos, y dentro de un escenario de cambio climático e incertidumbre económica. (ACTAF, 2011).

A Carta de Oaxtepec reitera essa abordagem, citando a ONU,

La agroecología está aportando las bases científicas, metodológicas y técnicas para una nueva “revolución agraria” a escala mundial.(...) Informes internacionales como el IAASTD y del Relator Especial para el Derecho a la Alimentación de las Naciones Unidas, han concluido que el modelo agroecológico es la opción mas viable ya que permite la generación de sistemas agrícolas capaces de producir conservando la biodiversidad y la base de recursos naturales, sin depender de petróleo, ni insumos caros.⁶⁸ (SOCLA, 2011).

Seguindo a mesma perspectiva, a Carta de Salvador (Diálogos e Convergência) declara que,

É necessário aprofundar a organização das agricultoras e dos agricultores, extrativistas, povos e comunidades tradicionais em seus territórios, de forma a fortalecer os princípios e ações de cooperativismo e suas interlocuções com as redes regionais, estaduais e nacionais como estratégia de resistência e construção de alternativas. A geração de alternativas econômicas é crucial neste contexto. A apropriação do debate em torno dos direitos pode facilitar e fortalecer o diálogo de nossas redes e movimentos com a sociedade civil de modo geral, de modo a visibilizar a importância dos modos de vida destas comunidades para a garantia de direitos humanos, como o direito à alimentação adequada e saudável. (DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIA, 2011).

Em todas as citações, a soberania alimentar é pano de fundo de combate à agroindústria, ao uso dos transgênicos, de agrotóxicos, destacando-se a perspectiva agroecológica da produção de elementos saudáveis. Nessa abordagem, a segurança alimentar é uma resposta, não à fome, mas aos alimentos sem as qualidades ecológicas solapadas pela agroindústria.

As citações da Carta de Oaxtepec, da Carta de Salvador e da Carta de Havana visam a mostrar a sintonia discursiva destes encontros e da natureza da sua militância voltada à ressignificação das questões sociais e políticas do campesinato latino-americano. Em todos esses documentos, destaca-se a defesa da agroecologia como modelo de desenvolvimento agrário. O direcionamento político da Carta de Salvador, dirigido às ONGs DR para ampliar o trabalho de organização das comunidades tradicionais, deixa claro o trabalho político que essas ONGs estão realizando no meio agrário latino-americano voltada ao controle político desses segmentos sociais. Assim, a entrevista do presidente da Diálogos e Convergência ao site da UNISINOS é ainda mais direto:

Não é possível o convívio do agronegócio, dos transgênicos e dos agrotóxicos com a agroecologia. Não é possível o convívio de um modelo de desenvolvimento

⁶⁸ Destaco a uniformidade do tratamento temático entre esses documentos com uma passagem da Carta de Havana praticamente igual a esta: “El modelo agroecológico se perfila como la opción mas viable ya que permite la generación de sistemas agrícolas capaces de producir conservando la biodiversidad y la base de recursos naturales, sin depender de petróleo, ni insumos caros.” (ACTAF, 2011).

capitalista com as redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários. Portanto, é natural que estas práticas sejam ainda muito marginais e invisibilizadas. Estamos, portanto, falando de interesses antagônicos: a agroecologia e a economia solidária trazem em seu seio os germes de uma sociedade onde a cooperação e a vida estão acima da competição e do lucro. O agronegócio, as corporações e o mercado financeiro se orientam pelos interesses econômicos de algumas poucas e influentes famílias e grupos empresariais ou de acionistas. (TYGEL, 2011, p.7).

O segundo tema defendido em um encontro foi adotado pelo VII Congresso Brasileiro de Agroecologia -Ética na Ciência: Agroecologia com Paradigma para o Desenvolvimento Rural. Esse tema traz a oposição, nem sempre explicitada, à Agronomia, e é usado como confronto discursivo legitimador da institucionalização da agroecologia como saber acadêmico. Na maioria dos documentos, entretanto, essa questão é abordada legitimando a atuação de técnicos da Agronomia no contexto social camponês. Em relação à abordagem da Carta do VII CBA o documento assinala que,

As instituições científicas em nosso país vêm sendo cada vez mais utilizadas como instrumento de legitimação de decisões políticas que aprofundam um modelo de desenvolvimento insustentável, que acentua as desigualdades sociais e destrói a base de recursos naturais necessária à Vida. (ABA, 2011).

Os temas são abordados, trazendo sistematicamente ou a defesa da agroecologia ou o ataque ao modelo agrícola agroindustrial. A Carta de Havana busca legitimar o papel da ciência no meio agrário, enfatizando que,

En este proceso de masificación de la propuesta agroecologica los científicos, profesionales y técnicos involucrados en el quehacer silvo-agropecuario tienen un rol fundamental en la sistematización de las experiencias agroecológicas surgidas de la investigación formal y de las tradiciones de los agricultores, en llevar la teoría agroecológica a la práctica y de enriquecer la misma desde la práctica systematized, junto a los agricultores servir de promotores y facilitadores de procesos participativos de investigación y extensión. (ACTAF, 2011).

A Carta do II Encontro Nacional de Agroecologia defende a relação entre Ciência e Educação afirmando que

O sistema de ensino, em todos os seus níveis, constitui um componente essencial da construção da agroecologia. Ele deve exercer função determinante na formação da consciência ecológica e social da população brasileira, revalorizando as culturas populares rurais enraizadas nos distintos contextos socioambientais. (ANA, 2006, p. 17).

Seguindo a mesma linha de preocupação, o documento do VII EBA enfatiza:

A educação em Agroecologia vem experimentando um avanço significativo nos últimos anos o que se materializa na construção de cursos em Agroecologia (ou com ênfase no tema) nos diferentes níveis de formação. Isto é fruto da luta histórica dos movimentos sociais e as recentes políticas públicas para a educação. Frisamos que a consolidação destas iniciativas emerge do diálogo permanente entre conhecimentos

acadêmicos e populares, onde se destaca o protagonismo dos agricultores e agricultoras e suas organizações. (ABA, 2011).

A tendência de fazer de camponeses os agentes das ações das ONGs Dr, isto é, de apresentá-los como protagonistas de práticas que se exercem sobre eles, é uma constante nas abordagens da agroecologia.

O terceiro tema norteador de um encontro agroecológico foi - Agricultura familiar e Camponesa: experiências passadas e presentes construindo um futuro sustentável - tema adotado pelo VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-Americano de Agroecologia. A Carta do VI CBA afirma na sua abertura,

Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações em todo o país tem compreendido que a agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento das famílias produtoras e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras da agroecologia constituem embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional. (ENA, 2006, p.6).

A abordagem faz da agroecologia uma via política de transformação social que busca atribuir à viabilização econômica de pequenas comunidades rurais um papel muito além do suporte assistencial a diminutas parcelas de pequenos produtores rurais. Nesse sentido o mesmo documento acentua:

As experiências de produção descentralizada de energia e alimentos apontam como soluções reais aquelas articuladas por organizações e movimentos sociais que integram as perspectivas da agroecologia, da soberania alimentar e energética, da economia solidária, do feminismo e da justiça social e ambiental, e são baseadas na forte identidade territorial e prévia organização das comunidades. (ENA, 2006, p.4).

O presidente da rede Diálogos e Convergências, em entrevista ao site da UNISINOS assere a natureza política revolucionária da agroecologia.

As políticas existentes, sejam elas de fomento ou de promoção do desenvolvimento, não são adaptadas às especificidades da agroecologia e da economia solidária, e não é por acaso. Cada iniciativa agroecológica, cada empreendimento de Economia Solidária, significa uma resistência revolucionária, um passo rumo a mudanças estruturais de nosso país e do mundo. (TYGEL, 2011, p. 7).

4.9 Exclusão econômica e empreendedorismo no meio rural brasileiro

A seção aborda o projeto agroecológico “Produção Agroecológica Integrada Sustentável”, PAIS, incorporado às políticas públicas agrárias do Governo PT e que foi cogitado para se transformar em programa do Governo Federal. O projeto é difundido por OGs de fomento como uma tecnologia social⁶⁹. O agrônomo senegalês Aly Ndiaye, seu idealizador, o define como: “O PAIS, como o nome indica, Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, é uma tecnologia que tem como base a agroecologia. Funciona com um galinheiro no centro, uma horta ao redor, um quintal agroecológico e um sistema de irrigação por gotejamento”. (FBB, 2008, p.19).

O *PAIS* está sendo implantado na maioria dos Estados do País por instâncias governamentais. Segundo Vanessa Brito, da agência SEBRAE de notícias,

Atualmente ele está testado e implantado em sete mil unidades no Distrito Federal e em 21 estados. A expansão do PAIS para outras regiões do País foi possível devido ao apoio, desde 2005, do Sebrae em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), governos estaduais, entre outras instituições. (2011, p. 1).

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou, em 16 de outubro de 2009, reunião de audiência pública, originária do Requerimento nº 90, de 2009, de autoria do deputado Nazareno Fonteles (PT), para debater sobre o sistema *PAIS*. O propósito da audiência era sensibilizar os deputados para aprovação de novos recursos para a iniciativa, no orçamento federal de 2010. As OGs que adotaram o projeto se fizeram representar: A FBB, o SEBRAE, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS, o Ministério da Ciência e Tecnologia, MCT; um agricultor beneficiado pelo programa, o Prefeito do Município de João Pinheiro, Minas Gerais, onde foram implantados 15 unidades do *PAIS*; a dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas; uma representante da Rede de Tecnologia Social, ONG parceira do projeto; um secretário de Estado do Governo do Pará e um representante do Governo do Piauí. A audiência produziu um documento da Câmara dos Deputados com importantes observações das OGs gestoras do programa. Na continuidade, analiso alguns depoimentos dessa audiência que caracterizam a intervenção possibilitada pelo *PAIS*.

⁶⁹Segundo a FBB: “É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras.” Disponível em <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/tecnologia-social/> Acesso em 28.03. 2012.

O Presidente da FBB, Jacques Pena, apresentou a perspectiva de propagar o sistema no meio agrário, considerando sua condição de modelo padronizado adaptável a diferentes regiões do País. Segundo Pena,

Buscamos na padronização, com tecnologia sistematizada, alcançar a reaplicação em escala, e estamos partindo de uma proposta de trabalho bem simples — em tese, uma horta — que traz dentro de si, por meio da tecnologia, um conjunto de técnicas de produção que gere alta rentabilidade e alta produtividade e que seja ambientalmente correta, do ponto de vista da produção dentro da propriedade, daquilo que se precisa para se desenvolver a produção, sem depender do pacote de produtos químicos, primeiro porque são ruins para a saúde, e segundo porque o pequeno produtor não tem recursos para trabalhar com esse modelo. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 4).

A visão de que se trata de um recurso capaz de ensejar produtividade e rentabilidade acima da média em pequenas propriedades é consoante o número de agências governamentais e não governamentais envolvidas e o porte dos investimentos realizados para disseminar o PAIS no meio agrário nacional⁷⁰. O presidente da FBB forneceu uma visão desse processo.

Aqui foi feita uma referência a 10 milhões de reais. Esse valor corresponde a um convênio entre o MDS e o SEBRAE. Pela quantidade de unidades em todo o investimento do Ministério da Integração, do MCT, do MDS, do SEBRAE, da Fundação Banco do Brasil, da CODEVASF, da PETROBRAS, do Instituto Camargo Corrêa, estimo que hoje já investimos mais de 50 milhões de reais nesta tecnologia — entre 6 a 7 mil unidades⁷¹. (JACQUES PENA, 2009, p.36).

Quanto à natureza do plano, faz uma referência ao vídeo projetado na abertura da audiência pública:

O vídeo que nós vimos no início é sobre cartilhas específicas de prática de agroecologia, associativismo e cooperativismo solidário, gestão do sistema produtivo e empreendedorismo solidário e comercialização. Então, tudo isso é o conteúdo de conhecimento sistematizado para fazer uma horta. Eu costumo dizer “para fazer uma horta” exatamente para provocar, para dizer que isso não é uma horta. Esse é um sistema de produção agroecológico com um conjunto de conhecimentos. Se for trabalhado no ambiente escolar, teremos que discutir uma série de outras coisas, porque isso principalmente foi produzido para ser uma experiência de produção na agricultura familiar, com produção unifamiliar. (JACQUES PENA, 2009, p.35).

A ênfase na destinação à produção familiar e, de forma específica, à condição unifamiliar, faz referência direta ao fato, antes observado, de que a terminologia agricultura

⁷⁰O caso de João Pinheiro, o município mais extenso de Minas Gerais, com 12 assentamentos e cerca de três mil produtores rurais, que foi contemplado com 15 unidades do projeto, beneficiando 0,5% dos três mil pequenos produtores locais, mostra que a preocupação maior das agências governamentais é a abrangência do projeto no Território Nacional. De fato, a escala almejada é maior; segundo “Paulo Alvim, gerente da Unidade de Agronegócios do Sebrae, atualmente o Sebrae trabalha para levar o programa a países da América Latina e África, como Bolívia, Paraguai, Venezuela, Angola, Moçambique, e Cabo Verde” (RABELLO, 2010).

⁷¹Em matéria sobre o “I Encontro do PAIS”, Rabello (2010) cita a representante do BNDES: “Já para Shanna Lima, do departamento de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), embora, haja pouco tempo de parceria, o banco investiu em 2009 pouco mais de R\$ 14 milhões, na criação de unidades dos PAIS, e que a meta para 2010 é aumentar esse valor e construir 1.700 unidades.”

familiar e as intervenções voltadas para esse segmento social objetivam fazer passar a forma empresa na economia camponesa. Esta atenção visa a garantir a forma empresa como matriz nas relações desenvolvidas em referenciais como a economia solidária, o empreendedorismo solidário, a troca justa, entre outras teorias presentes nas práticas agroecológicas, como ainda na organização de produtores em associações e a integração das associações em redes de intercâmbio.

Com efeito, a Cartilha do PAIS faz o vínculo direto entre formação de rede e comercialização, ao definir como matéria do currículo da capacitação no projeto “Noções de associativismo e formação de redes para escoamento e comercialização da produção”. (FBB, 2008, p. 7).

No “I Encontro do PAIS”, organizado em 17, 18 e 19 de maio de 2010, em Brasília, pelo SEBRAE e pela FBB, Jacques Pena afirmou que “Existem, por exemplo, unidades do PAIS em assentamentos da reforma agrária que geram renda mensal de até R\$ 900”. (RABELLO, 2011). Na audiência pública na Câmara dos Deputados, explicitou que “gostaríamos de acentuar que esse é um projeto de geração de trabalho e renda que parte de uma questão básica, a segurança alimentar, a produção para o sustento de uma família.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p.4). E descreve os custos por unidade do programa - “Então, estamos falando da possibilidade concreta, com investimentos da ordem de 9 mil reais, em média, de se ter famílias produzindo para o seu sustento e obtendo renda que, conforme a região do País, pode variar de 300, 400 a 500, 600 reais”. (P.4). A ênfase é posta na geração de trabalho e renda.

Em sintonia com essa concepção, o gerenteda Unidade de Agronegócios do SEBRAE, Paulo Alvim, salientou que "O programa surgiu com o compromisso de resolver um problema social. Mas ele foi além, trazendo oportunidade de negócio, renda e cidadania" (RABELLO, 2010, p.2). A representante do SEBRAE, Newman Maria da Costa, bate na mesma tecla:

O PAIS não é apenas um projeto que leva tecnologia para agricultores familiares. As pequenas propriedades podem se transformar em pequenos negócios, que produzem alimentos para subsistência, e também para comercializar o excedente da produção, significando renda para as famílias. (NEWMAN *apud* RABELLO, p.2).

E, na audiência pública, reafirmou a dimensão de negócio implicada no programa PAIS,

E são essas as informações prestadas pela instituição em que eu trabalho, o SEBRAE, voltada para apoiar as micro e pequenas empresas. Ora, não podemos deixar de entender que essas pequenas propriedades também são negócios, na medida em que elas geram negócios: a unidade produz alimentos para a subsistência

da família que a ocupa, mas há excedente suficiente para ser transformado em renda para essa mesma família. *O SEBRAE, portanto, desempenha o papel de mostrar às famílias que a unidade não é apenas uma unidade de subsistência, mas um negócio.* E, para que ela se transforme em negócio, as pessoas precisam aprender, de forma cooperada, de forma participativa, a fazer compras conjuntas e a levar seus produtos para suas Prefeituras, fazendo com que estas entendam que, comprando o que as unidades produzem para a merenda escolar ou para qualquer outro tipo de oportunidade no Município, isso faz uma grande diferença. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p.12).

O Secretário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDC, Marco Aurélio Loureiro, apontou a participação do órgão que representa e esclarece a natureza das intervenções do SEBRAE na condução empresarial das unidades instaladas.

No Edital nº 11, de 2008, lançamos a oferta para que os Estados apresentassem essas proposições. Esse edital foi feito em parceria com o SEBRAE, que tem expertise e nos ajudou muito nesse processo relativamente à capacitação, à assistência técnica, ao processo de formação de preço, à comercialização dos produtos gerados. Fizemos em parceria um edital de 10 milhões de reais e selecionamos 10 Estados da Federação: Rondônia, Tocantins, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, totalizando algo próximo a 1.100 unidades. Em termos financeiros, isso dá um total de 10 milhões de reais, sendo 6 milhões do MDS e 4 milhões do SEBRAE. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p.10).

O prefeito de Pinheiro, Minas Gerais, chamou a atenção para a Lei nº 11.947, que institui a obrigatoriedade dos municípios comprarem 30% da alimentação escolar junto a pequenos produtores locais.

Srs. Deputados, é com satisfação que testemunhamos a melhoria das condições de vida das famílias que pudemos visitar no nosso município. Vimos que nas 15 famílias beneficiadas cerca de 60 pessoas estão sendo empregadas. (...) Então, o PAIS é hoje uma oportunidade para todos os prefeitos, e está aí para se adequar à Lei nº 11.947, que determina que 30% da alimentação escolar seja adquirida de pequenos produtores. É uma oportunidade de todos os municípios darem apoio a essas unidades colocando-as no seu orçamento. Nós sabemos a grande dificuldade que é adquirir alimentos para um município com 4.500 alunos. (P.7).

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Joe Valle, fez a seguinte observação:

Seja cupuaçu lá no Norte, seja marmelada de cavalo lá no Nordeste, a metodologia está consolidada. Pontualmente, a técnica será desenvolvida, porque este é um país continental com biomas diferentes, com características diferentes e inclusive com culturas diferentes. Basta trabalharmos com uma tecnologia ambientalmente correta, socialmente justa, economicamente viável e culturalmente aceita. E é com isso que estamos trabalhando. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, P. 22).

Trata-se de uma apresentação voltada a um público específico, no caso, deputados federais em vias de votarem o orçamento da União de 2010. Portanto, uma apresentação que explicita o sentido político da difusão, no meio agrário nacional, do PAIS como modelo de atividade agrônômica voltada ao mercado e à inclusão de segmentos sociais marginalizados

na economia, condição explicitada na ênfase alocada no dístico - trabalho e renda. Um projeto com o selo ambiental que dá continuidade aos esforços do Estado para integrar a agroecologia nas políticas públicas agrárias, como são exemplos a ATER agroecológica, o PRONAF agroecológico e a formação de setores da EMBRAPA voltados a pesquisas agroecológicas.⁷²

De fato, descrevo um processo de intervenção em plena formação, em que se busca impor a forma empresa na economia camponesa junto a segmentos rurais lançados à condição de subsistência pelos efeitos de exclusão do modelo agroindustrial de exportação. A natureza do projeto que integra atividades de mercado com ações voltadas à subsistência é usada para difundir a forma empresa, a via do negócio familiar como forma de inclusão econômica e o ideário do desenvolvimento sustentável na versão agroecológica. A preocupação em propagar o modelo no Território Nacional e alhures é indicativo de uma estratégia de disseminação que se faz com suporte financeiro do Estado, mas que implica, na sua continuidade, respostas individuais dos próprios camponeses para a adoção do modelo.

O PAIS é divulgado em uma publicação intitulada “Cartilha do PAIS”, um documento de 2008, feito para subsidiar a implantação do projeto junto a pequenos produtores rurais. A abertura da cartilha tem o seguinte enunciado – *Mais alimento, trabalho e renda no campo* – que integra os objetivos da Secretária de Soberania Alimentar (mais alimento) e trabalho e renda que cobre a perspectiva do empreendedorismo associada ao SEBRAE. As características simples do projeto indicam sua destinação a segmentos menos favorecidos de produtores rurais. A versão digital da cartilha é disponibilizada no *site* do SEBRAE - www.sebrae.com.br – da Fundação Banco do Brasil - www.fbb.org.br – do Ministério da Integração Nacional - www.mi.gov.br – da Rede de Tecnologias Sociais - www.rts.org.br – e

⁷²Em agosto de 2012, a Assessoria de Comunicação do MAPA noticiou que, “Com objetivo de articular e adequar políticas, programas e ações voltados para o desenvolvimento da agricultura sustentável, o Decreto nº 7.794, publicado no Diário Oficial da União nesta terça-feira (21), institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Além de mecanismos de financiamentos e crédito rural, entre outros, o instrumento norteador do Pnapo será o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) que incluirá a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). A Cnapo deverá promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da Pnapo e do Planapo. A comissão é formada por 14 representantes de órgãos e entidades do Governo Federal (ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia e Inovação e Pesca e Aquicultura e da Secretaria-Geral da Presidência da República) e 14 de entidades da sociedade civil.” Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2012/08/decreto-cria-a-politica-de-agroecologia-e-producao-organica>

do Ministério do Desenvolvimento Social - www.mds.gov.br - OGs que possuem os créditos da publicação.

A apresentação da cartilha tem o seguinte mote – *Um convite ao desenvolvimento sustentável* – e inicia apresentando a história de um agricultor de 64 anos que contraiu câncer de pele por exposição física prolongada ao sol e por aplicações de agrotóxicos em lavouras de algodão no Sul de Minas Gerais. “Hoje, curado e sorridente, ele não precisa mais usar agrotóxicos porque passou a cultivar hortaliças e legumes no assentamento Casa Branca, em Cristalina, Goiás, com as hortas circulares da Tecnologia Social PAIS.” (FBB, 2008, p.4).

A cartilha adota o procedimento, recorrente nos textos contemporâneos do campo ambiental, de contrapor a agroecologia ao uso de insumos agroindustriais com ênfase no uso de agrotóxicos. Um exemplo pode ser identificado na argumentação de Almeida e Petersen (2006):

A crítica aos padrões de organização técnica e socioeconômica herdados da Revolução Verde vem se dando nas organizações da agricultura familiar à medida que se evidencia para elas que o acesso às políticas públicas orientadas para a disseminação desses padrões não tem permitido garantir as condições de reprodução social, econômica e ambiental das unidades familiares. Muito pelo contrário, vem submetendo as famílias produtoras à dependência tecnológica, à crescente elevação dos custos de produção e a processos de endividamento, associados à degradação ecológica dos seus agroecossistemas e à intoxicação humana por agrotóxicos. (P.6).

De fato, os autores não fornecem nenhum exemplo de política pública voltada à disseminação dos padrões agroindustriais a pequenos produtores rurais. A ênfase no combate aos agrotóxicos é ponto mais recorrente na aproximação das ONGs à população camponesa. Na audiência pública analisada na seção anterior, a participação dos representantes do meio rural foca nesse ponto. O agricultor diz:

Às vezes, como fico lá para as roças, não sei nem como explicar, mas eu acho o seguinte: quanto mais plantações sem veneno existirem, quanto mais produtores rurais trabalharem sem prejudicar o meio ambiente, melhor. Primeiro porque isso já vai mexer na parte de saúde; o pessoal vai ser mais sadio. (P.2).

A representante do Movimento das Mulheres Camponesas considerou que

Eu, que sou agricultora, tenho isso muito forte dentro de mim, e tenho certeza de que o agricultor que está nesta mesa também tem isso. É muito bom para mim, enquanto agricultora — tenho uma chácara e produzo comida —, pegar um pé de alface, uma cabeça de cebola e saber que aquilo foi eu que produzi e que não contém veneno. (P.18).

Não é incomum nas análises agroecológicas (LTIEF, 2004; DIAS, 2004, ALMEIDA & PETERSEN, 2006; LUZZI, 2007) os autores não considerarem a exclusão de $\frac{3}{4}$ das unidades da produção da agrícola familiar do acesso ao crédito agrícola e, portanto, dos padrões de organização técnica e socioeconômica da Revolução Verde, nos quais está incluído o

consumo de insumos agroindustriais. A não consideração desse aspecto, isto é, a exclusão da agricultura familiar da modernização agrária tanto na versão conservadora do governo militar quanto no modelo da agroindústria de exportação dos governos neoliberais (FHC e PT), explica-se, me parece, pela necessidade do discurso agroecológico se constituir como “oposição ecológica” e dar conta do duplo desígnio de atender aos interesses ambientais das agências mantenedoras das ações das ONG DR e de se legitimar ante os segmentos populacionais agrários como aliados políticos e promotores das esperadas mudanças sociais no mundo rural.

Trata-se de um deslize útil para criar não uma ilusão, um engano, mas uma estratégica: a projeção da perspectiva de mudança do modelo de desenvolvimento econômico, do modelo socialmente excludente e ambientalmente degradador identificado na agroindustrial, para o modelo de desenvolvimento sustentável. Se este expediente ocorre em autores do campo dos estudos agrários não surpreende encontrá-lo em um documento destinado a segmentos rurais.

O programa convida os agricultores familiares ao desenvolvimento sustentável, buscando

Estimular a agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos; reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; apoiar o correto manejo dos recursos naturais; incentivar a diversificação da produção; evitar o desperdício de alimento, água, energia e tempo do produtor. (FBB, 2008, p.5).

Na apresentação, o texto explicita que: “Trata-se de uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar. Mas pode ser usada por todo produtor rural que queira melhorar a qualidade da própria produção”. (FBB, 2008, p.6). Não deixa de ser contraditório oferecer a pequenos produtores rurais, portanto, pequenos proprietários, uma assistência à produção que inclui recursos materiais próximos de dez mil reais, e classificar a intervenção como “alternativa de trabalho e renda”, uma vez que consiste em uma orientação para a produção agrícola. O sentido dessa caracterização aponta para o vínculo com o mercado e para o fato inapelável de que se trata de uma política voltada a segmentos excluídos da economia agrária do País.

O texto explica por que agroecológica, integrada e sustentável:

É agroecológica porque dispensa o uso de ações danosas ao meio ambiente, como o emprego de agrotóxicos (adubo e veneno), queimadas e desmatamentos. É integrada porque alia a criação de animais com a produção vegetal e ainda utiliza insumos da

propriedade em todo o processo produtivo. É sustentável porque preserva a qualidade do solo e das fontes de água, incentiva o associativismo dos produtores e aponta novos canais de comercialização dos produtos, permitindo boas colheitas agora e no futuro. (FBB, 2008, p. 6).

Nessa citação, transparece o uso do termo sustentável acrescido da acepção de viabilidade econômica, uma vez que o associativismo e novas formas de aceder ao mercado apontam para esse sentido. O empreendedorismo rural busca se mesclar com o discurso da sustentabilidade e empresariar as atividades do mercado ecológico.⁷³

Assim, o quintal agroecológico é a área da propriedade rural que servirá como suporte ao funcionamento do “negócio”, isto é, da atividade voltada ao mercado. O uso do termo quintal, que significa fundos, parte mais reservada e secundária da casa, ou do espaço familiar, é ilustrativo da importância atribuída à parte do projeto voltada ao mercado. O quintal dá suporte ao funcionamento do “negócio” no plantio do milho para o galinheiro e na manutenção da base alimentar da família. O trabalho no quintal não é trabalho. No empreendedorismo do SEBRAE, o trabalho deve gerar renda e a via para a renda é o mercado.

A Cartilha apresenta o programa de capacitação com um dia de aula teórica e três dias de aulas práticas. Os conteúdos teóricos são os seguintes:

Conceito e importância do sistema de produção com bases agroecológicas; benefícios do consumo de alimento agroecológico (sem agrotóxicos) para o ser humano; conceito de sistema de irrigação; princípios de sustentabilidade familiar; importância da integração dos animais à unidade familiar de produção agroecológica; noções de associativismo e formação de redes para escoamento e comercialização da produção. (FBB, 2008, p. 7).

Os conteúdos práticos têm os seguintes pontos:

Escolha e preparação do terreno para a implantação da unidade familiar; seleção das culturas a serem plantadas; demarcação do galinheiro e dos canteiros; construção do galinheiro; preparação dos canteiros; uso de energia; sistema de irrigação por gotejamento; compostagem; quintal Agroecológico; associativismo e Comercialização. (FBB, 2008, p.7).

⁷³O presidente do Movimento Diálogos e Convergências, em entrevista à Unisinos, acenou com incompatibilidades entre o “movimento agroecológico” e o empreendedorismo: “A simplificação cada vez maior da organização em micro e pequena empresa e como empreendedor individual, ao mesmo tempo em que se dificulta a organização coletiva em cooperativas e feiras populares, implica no fortalecimento de uma lógica competitiva e individualista de produção, centrada no lucro, e fragilização de conquistas no âmbito das relações trabalhistas”. (TYGEL, 2011, p. 6).

A Cartilha aborda com pormenores cada item das aulas práticas. Na continuidade, analiso alguns desses itens. O item seleção de culturas a serem plantadas tem uma importância especial. A Cartilha observa que “(...)uma das principais definições que devem ser tomadas pelos participantes é a escolha das espécies a serem cultivadas na propriedade”. (FBB, 2008, p. 9). E esclarece: “De preferência, devem ser escolhidas espécies que ofereçam melhores condições de produção e comercialização”. (FBB, 2008, p. 9). Ou seja, a lógica do duplo destino (mesa e mercado) é invertida. Primeiro o mercado. A orientação é escolher o que tem maior produtividade e melhor escoamento no mercado. Quando ao ato da escolha, há um direcionamento: “Para fazer a melhor escolha, os produtores devem consultar os próprios técnicos responsáveis pelo projeto. Também podem verificar com comerciantes e outros agricultores da região quais as espécies com mercado garantido ou que possam conquistar novos consumidores. (FBB, 2008, p. 9).

A Cartilha fecha esse ponto com cinco recomendações; o potencial produtivo da região; as condições do solo e do clima; as potencialidades de consumo; a cultura alimentar da localidade e a escolha de mudas saudáveis. (FBB, 2008, p. 9).

Quanto ao quintal agroecológico, a Cartilha o descreve como:

[...] uma área complementar, destinada à produção de frutas, grãos e outras culturas, com o objetivo de complementar a alimentação da família e dos animais e melhorar a renda do produtor. Com o avanço da unidade familiar, uma área do quintal agroecológico poderá servir futuramente para a movimentação das aves criadas no galinheiro central. Na montagem do quintal agroecológico, podem ser aproveitadas todas as áreas disponíveis ao redor da horta. Inclusive terrenos com inclinação e desníveis, diferentemente do que é exigido na montagem do galinheiro central e dos canteiros circulares. Nas áreas dos quintais agroecológicos, os produtores podem fazer reflorestamento, cultivar frutas e espécies nativas e comerciais. (FBB, 2008, p. 17).

Em relação à comercialização, o texto destaca o associativismo e dispõe orientações específicas:

Os produtores rurais que aderirem à Tecnologia Social PAIS precisam desenvolver também comportamentos empreendedores para assegurar bons negócios. Devem criar canais de comercialização por meio de contatos com as prefeituras, os órgãos públicos estaduais e federais e o comércio local. Organizados em entidades, a exemplo de associações e cooperativas, os agricultores familiares reúnem condições para participar de compras governamentais como fornecedores de alimentos. (...) Um ponto importante para o sucesso da tecnologia social passa pelo incentivo a ações coletivas dos produtores para melhorar a organização da comunidade e criar novas formas de comercialização. Daí porque a capacitação do sistema fornece orientações sobre: cultura associativa, empreendedorismo e acesso aos mercados locais e regionais. (FBB, 2008, p. 18).

A difusão do PAIS no meio agrário nacional ocorre por licitações para os estados e opera de forma seletiva, isto é, dotando cada estado com um número reduzido de unidades. Segundo informação do presidente da FBB, antes apresentada, o custo financeiro de uma unidade do PAIS é nove mil reais e consiste na seguinte lista de materiais:

Caixa d'água 5.000 litros (mínimo) 1 unidade; Braçadeira de 1" 10 unidades; Conector inicial para fita gotejadora de ½ " 12 unidades; Emenda de fita gotejadora 10 unidades; Registro de 1 6 unidades; Niple de 1 4 unidades; Flange de 1" rosca 2 unidades; Te de 1" 3 unidades; Unidade Luva de 1" 2 unidades; Filtro de disco 1 1 unidade; Adaptador de 1" rosca/mangueira 8 unidades; Rolo de teflon 1 metro; Fita gotejadora 1/2" de 20 em 20 cm 250 metros; Mangueira de 1" (desde a fonte d'água) 100 metros; Fio de Cobre 10 metros; Disjuntor 15 A o 1 unidade; Bebedor para aves 5 litros 1 unidade; Comedor para aves 1 unidade; Tela para galinheiro 1,80 m de altura 30 metros; Bomba sapo completa 1 unidade; Galinhas caipiras 10; Galo 1; Composto 5 metros cúbicos; Mudas frutíferas 150 unidades; Sementes para produção de grãos 20 quilos; Sementes hortaliças 15 pacotes de 10 gramas; Saco de milho (50 kg) 4 sacos de 50 quilos; Toras de eucalipto ou substituto local de 12 cm por 2,5 m 8 unidades; Grampos para cerca 1 quilo; Sombrite 100 metros; Bandejas de isopor de 200 cédulas 5 unidades; Carrinho de mão 1 unidade; Calcário (saca de 50 Kg) 6 sacas de 50 quilos. (FBB, 2008, p, 21).

De fato, essa forma de empreendedorismo é singular, no sentido que pode passar por um assistencialismo esclarecido, isto é, que ensina a pescar. Trata-se, me parece, de uma manobra que faz do projeto *PAIS* uma isca voltada a capturar o pequeno produtor rural na forma empresa. A lógica de expansão seletiva, identificada no exemplo do Município de João Pinheiro, onde se implantaram 15 unidades em um universo de três mil pequenos produtores, deixa claro que não se trata de um programa similar ao "bolsa-escola", "bolsa-familiar" e outras formas de distribuição de renda adotadas pelos governos neoliberais brasileiros.

Efetivamente, a relação de simples adesão, mesmo que politicamente mediada e do benefício do recurso para implantar o "negócio" contraria o "espírito do empreendedorismo" que requer posicionamento individual, principalmente no destinar recursos. Essas características, no entanto, não definem o processo de intervenção que identifiquei como "empreendedorismo agrônômico", mas conformam, me parece, uma fase da formação dessa política econômica voltada a direcionar as condutas econômicas das populações camponesas. Um elemento de valor complementar a essa estratégia é a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que, ao tornar obrigatória a aquisição de 30% da alimentação escolar de pequenos produtores locais, gera um mercado local que a lei atrela à produção agroecológica.⁷⁴

⁷⁴LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, dispõe no artigo V que: "o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos." Disponível

**5 DO ECOLÓGICO AO AMBIENTAL: BIOPOLÍTICA AMBIENTAL E RACISMO
DE ESTADO NO BRASIL**

“Não é verdade que está planejada apenas uma barragem,
haverá outras.”

Dom Erwin Kräutler

5.1 Introdução

O capítulo realiza a genealogia do poder ambiental, com base na descrição de intervenções de poder que conformam uma linha biopolítica desdobrada em duas modalidades de biopoder - a biopolítica ambiental e o “racismo de Estado”. São duas formas de governo de população que se consumam no Licenciamento Ambiental, objeto de análise do capítulo, dedicado a examinar e visibilizar o funcionamento biopolítico do poder ambiental em suas regularidades e nas suas formas de exceção, como as manifestações do desmedido, do arbitrário, do intolerável, em intervenções que fazem da democracia, do direito, da justiça, da liberdade, da igualdade, da ética, valores passíveis de se recobrir por meio da força, dos jogos de interesses, de manobras e artimanhas; exercício de poder que faz da publicidade artifício, jogos de engano pautado em verdades e mentiras; atuação do poder estatal que faz da exceção a norma, imprime normalidade a desmandos e faz de chão batido a imposição da vontade política, mas não se deixa ver, não se visibiliza, como no exemplo da atual política energética do País, nas suas intervenções na bacia do rio Xingu. É “Estado de Exceção”, segundo Agamben (2007); é “Racismo de Estado” que se realiza em nome da evolução, na formulação de Michel Foucault (2002).

A análise do LA é desenvolvida com base em dois registros: as práticas discursivas do poder ambiental e os focos discursivos de resistência a esse poder. A primeira com base em referências da legislação ambiental e em documentação oficial de OGs ambientais, a segunda na literatura gerada pela resistência a Política Nacional de Energia (PEN) direcionada à bacia do rio Xingu.

A resistência a UHBM conta com cerca de três décadas de luta e tem algumas referências consolidadas: o movimento de organização dos segmentos sociais ameaçados por grandes empreendimentos na região, com destaque para o “Movimento dos Atingidos por Barragens” (MAB) e para o “Movimento Xingu Vivo para Sempre” entre inúmeras organizações locais de associações de moradores, de produtores e de trabalhadores. A participação das organizações de apoio à sociedade local e às sociedades indígenas, como o CIMI, a Prelazia do Xingu, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Socioambiental (ISA), a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), a FASE, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), dentre inúmeras associações e ONGs que articulam e coordenam o processo de resistência junto aos movimentos sociais locais. Nesse âmbito, sobressai a atuação do Ministério Público do Pará, na pessoa de Felipe

Pontes Jr, Procurador da República que, por força de interesses poderosos, foi afastado do exercício do cargo, no decurso do ano de 2010, e a do representante da Igreja Católica, o Bispo do Pará, Dom Erwin Kräutler, que exerce liderança na resistência a UHBM e luta em inúmeras frentes, entre as quais no confronto discursivo a este processo, que ameaça as condições de existência de sociedades indígenas, das populações ribeirinhas e das comunidades dos diversos municípios que serão atingidos pela UHBM.

Por iniciativa do movimento de resistência local à UHBM, realizou-se uma série de estudos que ensejaram três importantes publicações, baseada resistência discursiva à UHBM. O livro “As hidroelétricas e os povos do Xingu”, de 1989, fruto da iniciativa da Comissão Pró Índio de São Paulo; a publicação “TENOTÃ-MÕ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu”, organizado por Arsênio Oswaldo Sevá Filho, realizada com apoio da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), de Altamira; do Instituto Socioambiental (ISA), da *International Rivers*, da WWF; da FASE e da Rede de Justiça Ambiental e o estudo “Painel dos Especialistas”, documento elaborado por grupo multidisciplinar de 40 cientistas, entre pesquisadores e professores de universidades nacionais e do Exterior.

O capítulo objetiva cartografar o campo de confronto discursivo constituído em torno do caso da UHBM e delinear a trama discursiva em que atuam diversas forças sociais. O jogo de interesses discursivos no qual sobressai a dimensão ambiental em detrimento das condições sociopolíticas das populações locais. A proeminência do ambiental, em detrimento do político, do econômico e do social condiz com a dominância do *éthos* ambientalista, que se manifesta na questão dos estilos de desenvolvimento e na atuação de técnicas políticas como a justiça ambiental, a sustentabilidade, a troca justa etc.

A degradação ambiental sobre a região do Xingu, identificada no projeto da UHBM e seus efeitos nefastos sobre os segmentos populacionais locais, define a condição do EIA-RIMA da UHBM, visto pela maioria dos comentadores como documento capcioso e de reduzida viabilidade técnica, como um instrumento de exceção, mantido por um saber-poder voltado a sustentar intervenções circunscritas a um quanto de racionalidade ambiental como expressão do dispositivo de segurança em estudo.

Com efeito, é preciso considerar a ambiguidade de atitude de boa parte da “resistência culta” que, ao mesmo tempo em que participa da frente discursiva e combate os arranjos ilícitos do processo de licenciamento da UHBM, usa a mão direita para apontar os problemas, mas libera a esquerda para eludir a resistência política direta à intervenção estatal, sem fechar posição na questão política do Projeto, isto é, o genocídio.

5.2 O licenciamento ambiental como técnica de governo

Nesta seção, analiso o Licenciamento Ambiental (LA) com base em uma publicação oficial do Ministério do Meio Ambiente (MMA) o “Caderno de Licenciamento Ambiental” (CLA), ferramenta do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais(PNC), criado em 2005, que, segundo os apresentadores da publicação, “[...] já capacitou 4.658 gestores ambientais, em 1.156 municípios de 15 estados.” (BRASIL, 2009, p. 5). Trata-se de material de apoio para o “Curso Básico de Licenciamento Ambiental” desenvolvido pelo MMA. A abordagem tem por objetivo descrever o LA da perspectiva estatal, analisar a conformação da norma jurídica à regulamentação biopolítica ambiental das relações com o meio físico natural, exercida sobre organizações, que, nas suas atividades, têm potencial de poluir ou degradar o meio físico natural.

O LA é o principal instrumento desta biopolítica, voltada à normalização ambiental de empresas. A caracterização desta intervenção, sua singularidade como forma de governo de população foi situada em relação ao processo de medicalização da sociedade na seção 2.5.2, p. 72 do segundo capítulo desta investigação.

5.2.1 O Licenciamento Ambiental no Brasil

A licença ambiental se distingue de outras, do âmbito estatal, em função da exigência, para sua obtenção da atuação do campo multidisciplinar que implica as Ciências Sociais, as Ciências Humanas e as Ciências da Terra, entre outras, como saber ambiental⁷⁵. Esta característica define essa técnica de governo como modalidade de exercício de poder regida por um regime de verdade, por uma intervenção de saber, que se efetiva como produto do saber ambiental, na forma do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), ou Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Esse quesito, no Brasil, tem forma constitucional, instituída pela Carta de 1988, que, no capítulo VI, artigo 225, inciso 1, alínea IV, decide “[...]exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade[...]”. (BRASIL, 1988).⁷⁶

O CLA (BRASIL, 2009, p.11) situa a proveniência deste instrumento de intervenção do saber ambiental, no contexto das políticas públicas dos EUA do final dos anos de 1960,

A primeira manifestação, de maneira institucionalizada, de política relacionada ao tema impacto ao meio ambiente veio com a criação do NEPA (National Environmental Policy Act) em 1969, nos Estados Unidos da América, institucionalizando, no ano seguinte, o processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, como um instrumento da sua política ambiental. Esse instrumento legal dispunha sobre os objetivos e princípios da política ambiental norte-americana, exigindo para todos os empreendimentos com potencial impactante, a observação dos seguintes pontos: identificação dos impactos ambientais, efeitos ambientais negativos da proposta, alternativas da ação, relação dos recursos ambientais negativos no curto prazo e a manutenção ou mesmo melhoria do seu padrão no longo prazo e, por fim, a definição clara quanto a possíveis comprometimentos dos recursos ambientais para o caso de implantação da proposta. Mais tarde, esse instrumento também foi adotado pela França, Canadá, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha. (BRASIL, 2009, p.11).

Esta técnica de governo, que compõe uma racionalidade de horizonte planetário, em expansão desde o final dos anos de 1960, tem sua legitimação e disseminação impulsionadas com a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio

⁷⁵Uma decorrência deste aspecto da biopolítica ambiental concerne aos seus efeitos educacionais sobre a sociedade: todos os domínios da vida social estarão doravante sujeitos ao saber ambiental e à sua ação pedagógica.

⁷⁶Oswaldo Seva (2004) chama atenção para a desfiguração desta parte do artigo 225, na consagração da sigla EIA-RIMA, pois o texto exige “estudo prévio de impacto ambiental”, a sigla seria EPIA; “[...]portanto, a exigência só pode valer para uma atividade futura, para um empreendimento previsto, projetado para tal local. Evidentemente, o resultado de cada estudo está condicionado, antes de mais nada, ao projeto (a modalidade técnica, a dimensão, a previsão de operação) e ao local.” (SEVÁ FILHO, 2004, p 5). Essa mudança permite, para dar um exemplo dos efeitos da alteração, licitações sem estudos de impacto ambiental.

Ambiente, a Conferência de Estocolmo, de 1972, em que, esclarece o CLA, “Dos diversos instrumentos e métodos de avaliação desenvolvidos e ali apresentados com objetivo de incorporar as questões ambientais ao processo de decisão, a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) tem sido o instrumento mais discutido.” (BRASIL, 2009, p.11). No Brasil, a primeira referência a licenciamento com exigência de AIA ocorreu no Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980, que, segundo o CLA, “[...]fixou diretrizes para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e na qual aparece a primeira menção formal à avaliação de impacto ambiental no Brasil.” (BRASIL, 2009, p. 17).

O texto reconhece a indução de organismos multilaterais, como a ONU, o BIRD, o BID, entre outros, para a constituição da questão ambiental como política pública nacional e pela adoção do LA como instrumento precípua da política ambiental do País; “No Brasil, as primeiras tentativas de aplicação de metodologias para avaliação de impactos ambientais foram decorrentes de exigências de órgãos financeiros internacionais para aprovação de empréstimos a projetos governamentais”. (BRASIL, 2009, p.12).⁷⁷

O CLA descreve algumas transformações na interiorização do procedimento no País, que segue, no decurso dos anos de 1970, de uma atitude corretiva para a adoção de procedimentos preventivos e uma atitude proativa. Cita a ministra Marina Silva (2003): “Com o Licenciamento ambiental, procura-se deixar de dizer apenas o “não pode”, e mostrar a forma correta de como fazer”. (BRASIL, 2009, p.9). Trata-se, portanto, de uma intervenção positiva que busca conduzir as ações de uma ampla série de organizações econômicas públicas e privadas com base em uma regulamentação juridicamente instituída.

A aplicação deste procedimento administrativo seguiu um processo de ampliação em relação aos setores sobre os quais incide,

Aplicado inicialmente às indústrias de transformação, o licenciamento ambiental passou a abranger uma gama de projetos de infraestrutura promovidos por empresas e organismos governamentais, estendendo-se ainda às indústrias extrativas e aos projetos de expansão urbana, agropecuária e turismo, cuja implantação possa, efetiva ou potencialmente, causar degradação ambiental. (BRASIL, 2009, p.15).

O texto avulta a qualidade da atual configuração jurídica dos instrumentos da política ambiental do País ao descrever os impasses da política ambiental anterior:

Esses problemas eram basicamente: i) aplicação a porções restritas do território (apenas zonas urbanas); ii) não havia mecanismos para garantir a participação

⁷⁷Oswaldo Seva (2004, p. 4) observa que, “A criação pelo Executivo Federal, de um Conselho (interministerial) Nacional de Meio Ambiente, e a sua primeira resolução, a famosa *Conama 1 / 1986* (que é considerada por alguns como o ato de criação da exigência do EIA como instrumento do licenciamento), são eventos que podem significar a entronização da pressão dos financiadores, que estavam exigindo que o Governo brasileiro adotasse algo que pudesse ser chamado de Política Ambiental.”

pública na formulação dos planos de uso do solo; e iii) o controle ambiental debruçava-se apenas sobre projetos da iniciativa privada, de modo que as grandes obras de infraestrutura do governo desenvolviam-se sem o crivo efetivo (sistemático) do controle ambiental, apesar dos Estudos de Avaliação Ambiental-EAAs, exigidos pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID nos financiamentos de projetos como: as usinas hidrelétricas de Sobradinho, na Bahia, e de Tucuruí, no Pará; e o terminal porto-ferroviário Ponta da Madeira, no Maranhão, ponto de exportação do minério extraído pela Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), na Serra do Carajás. (BRASIL, 2009, p. 16).

O MMA desenvolve a formação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em sintonia com os princípios e ideias do discurso ambiental multilateral. A definição do LA, agora apresentada, demonstra este vínculo;

É um dos mecanismos de que o Poder Público dispõe para assegurar que os empreendimentos produtivos levem em consideração os riscos que sua instalação podem trazer ao meio ambiente - compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do Meio Ambiente e do equilíbrio ecológico, à sociedade e à sustentabilidade do desenvolvimento. (BRASIL, 2009, p. 7).

No terceiro capítulo desta investigação, analisei o modo como a Teoria da Modernização Ecológica e a Teoria do Desenvolvimento Sustentável, estratégias discursivas do dispositivo de poder ambiental, operam na legitimação e disseminação dos interesses discursivos ambientais do sistema de organismos multilaterais presidido pela ONU, para compatibilizar desenvolvimento do capitalismo e crise ambiental. É essa propensão do discurso ambiental multilateral que faz da racionalidade técnica do sistema capitalista não a causa da crise ecológica, mas principal fonte de soluções, que norteia a conduta discursiva, circula como comentário, isto é, como princípio de “controle discursivo” (FOUCAULT, 1999, p. 23-25), nas formulações da política ambiental do País.

Para destacar a positividade do LA, sua distinção de verdade científica, como aporte de racionalidade técnica para responder à degradação ambiental, o CLA (2009) argumenta que,

A principal razão de se exigir o licenciamento ambiental para determinadas atividades ou empreendimentos é buscar estabelecer mecanismos para o controle ambiental das intervenções setoriais que possam vir a comprometer a qualidade ambiental. Mas, sem o papel que a AIA passou a exercer como instrumento de política ambiental, é possível que o licenciamento ambiental de atividades poluidoras talvez fosse reduzido a um simples registro de intervenções ambientais e uma preparação para recuperar danos causados por essas intervenções, identificados os responsáveis. (BRASIL, 2009, p. 17).

Para sustentar esta compreensão e esclarecer a função da AIA no processo de LA, o CLA cita Sánches (2006) ao ressaltar que,

[...] ficou consolidado o papel da AIA como o instrumento de execução da Política Nacional de Meio Ambiente, para a coleta e organização de dados, e como procedimento para considerar os efeitos de projetos de desenvolvimento sobre a

qualidade ambiental e a produtividade dos recursos naturais, em associação ao licenciamento das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, resguardando o caráter prévio da avaliação e vinculando-a ao processo decisório. (SÁNCHEZ, 2006, *apud* BRASIL, 2009, p. 17).

O argumento da citação explícita a função da AIA, como instrumento de efetivação do conceito de desenvolvimento sustentável, ao assentar a leitura da questão ambiental com os indicadores sociais no primeiro plano, em detrimento da ênfase nos indicadores biológicos ou ecológicos usuais no discurso do movimento ecológico. O foco na qualidade ambiental é o ponto nodal deste deslocamento na formulação da “questão ambiental”, que se completa no nexos com o “Direito ao Meio Ambiente Equilibrado”, como modalidade de Direito Humano. A produtividade dos recursos naturais, o potencial de poluição e de degradação do meio ambiente das atividades a serem licenciadas deve passar pela peneira da AIA, da perspectiva do poder ambiental, isto é, com referência de prioridade no social, no humano, no progresso, no desenvolvimento e não no ecológico.⁷⁸

O texto avalia as adaptações impostas aos sistemas de licenciamento anteriores à legislação que incorporou a AIA, indicando alterações no tipo de análise, no campo de aplicação e nos procedimentos,

o adaptações quanto ao campo de aplicação – deixando de analisar apenas atividades poluidoras, a AIA aplicava-se também às atividades que utilizavam recursos ambientais ou que podiam causar degradação ambiental;

- adaptações quanto ao tipo de análise – não mais abrangendo somente emissões de poluentes e sua dispersão no meio, mas incluindo também os seus efeitos sobre a biota, os impactos sociais, etc. Isso representa uma evolução quanto ao entendimento das causas da deterioração da qualidade ambiental. Ressalta-se o caráter preventivo embutido na associação da avaliação de impactos ao licenciamento ambiental, que significou um avanço qualitativo na questão da gestão ambiental. (BRASIL, 2009, p. 17).

⁷⁸O LA em conformação ao EIA-RIMA opera tipicamente como dispositivo de segurança, Foucault (2008b, p. 9) apresenta como próprio dos dispositivos de segurança a construção de médias de funcionamento de determinadas atividades sobre controle, de forma que, “(...) em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além do qual as coisas não devem ir”. A categoria que rege a aceitabilidade da degradação ao meio é a de qualidade.

5.2.2 O suporte jurídico do Licenciamento Ambiental

O LA foi criado como um dos instrumentos da PNMAe sancionado, em 1981, pela Lei nº 6.938, que estabelece a PNMA e entreoutras inovações:

- instituiu a Avaliação do Impacto Ambiental e o Licenciamento Ambiental como instrumentos de execução da Política Nacional de Meio Ambiente, em nível federal;
- criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o SISNAMA, uma estrutura político-administrativa composta por um conjunto articulado de órgãos, entidades, regras e práticas responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental;
- criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA, órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo que, entre outras responsabilidades, delibera sobre normas e padrões para um ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. O CONAMA constitui-se num mecanismo formal de participação da sociedade e de cooperação entre governo e sociedade, propiciando o debate de temas ambientais relevantes entre representantes da União, dos estados e municípios, da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil;
- instituiu o princípio da responsabilidade objetiva do poluidor (independente de haver ou não culpa, o poluidor identificado obriga-se a reparar o dano causado ao meio ambiente); e
- incluiu as iniciativas governamentais (as que cabiam) no rol das atividades que deviam se submeter aos princípios da legislação ambiental. (BRASIL, 2009, p. 16).

É importante observar que essa sinopse da Lei nº 6938, promulgada em 1981, incorpora elementos que só passam a integrar a PNMA depois da Constituição de 1988, que faz repercutir os novos posicionamentos das Nações Unidas, sistematizados no Relatório Brundtland, publicado em 1987 com o título “Nosso Futuro Comum”, que difunde o conceito de desenvolvimento sustentável e sedimenta o deslocamento do foco das preocupações ambientais do eixo biológico/ecológico para o domínio social, com preocupações direcionadas ao humano, ao progresso, ao desenvolvimento e à qualidade de vida, ensejando a criação do direito ao ambiente equilibrado, como um direito humano. O sumário, há pouco, reproduzido, atribui ao CONAMA responsabilidades assentadas nestas referências, efetivamente, ausentes da Lei de 1981. Mais adiante, retorno a essa importante transformação na conformação da racionalidade ambiental induzida pelas Nações Unidas.

A Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990, é uma das principais normas legais a dispor sobre licenciamento ambiental. O CLA esclarece que,

[...] tanto a lei 6.938/81 quanto o decreto 99.274/90 atribuem ao conselho nacional do meio ambiente – CONAMA - a competência para estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Assim, o CONAMA, no exercício das competências que lhe foram atribuídas, instituiu uma série de resoluções que tratam do licenciamento ambiental, sendo as mais importantes a resolução 01, de 23 de janeiro de 1986 e a resolução 237, de 19 de dezembro de 1997. (BRASIL, 2009, p. 17).

Explicita ainda que, quanto à participação de outros entes da Federação nacional,

Em seu Art. 17 e seguintes o Decreto 99.274/90 fixa critérios gerais a serem adotados no licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais e potencialmente poluidoras, sendo que tais critérios podem ser modificados pelos estados, desde que os padrões estaduais impliquem em maior proteção ao meio ambiente. (BRASIL, 2009, p. 22).

E completa este aspecto, enfatizando que,

A Resolução CONAMA 237/97, considerando as competências comuns em matéria ambiental previstas na Constituição Federal, instituiu um sistema de licenciamento ambiental em que as competências para licenciar são atribuídas aos diferentes entes federativos em razão da localização do empreendimento, da abrangência dos impactos diretos ou em razão da matéria. (BRASIL, 2009, p. 23).

É ainda a Resolução CONAMA 237/97 que estabelece a competência legal para licenciar, quando definida em função da abrangência dos impactos diretos que a atividade pode causar, podendo ser: (1) do município- se os impactos diretos forem locais; (2) do Estado - se os impactos diretos atingirem dois ou mais municípios; e (3) do IBAMA- se os impactos diretos se derem em dois ou mais estados. Algumas situações recebem tratamento diferenciado, como distingue o CLA,

Algumas atividades, por terem uma importância estratégica, são licenciadas obrigatoriamente pelo IBAMA, são elas: (I) aquelas cujos impactos diretos ultrapassem os limites do País; (II) as localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; (iii) no mar territorial; (iv) na plataforma continental; (v) na zona econômica exclusiva; (VI) em terras indígenas; (VII) em unidades de conservação de domínio da União; (VIII) as atividades envolvendo material radioativo; e (IX) os empreendimentos militares. (BRASIL, 2009, p.23).

Em síntese, o LA tem três normas jurídicas que o fundamentam: a Lei nº 6938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90; a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabeleceu diretrizes gerais para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que estabeleceu procedimentos e critérios de operacionalização.

Em 1998, a legislação ambiental é reforçada com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas lesivas ao meio ambiente. De fato, a Lei nº 9.605 regulamenta a Constituição de 1988, que integra a penalização de condutas nocivas ao meio ambiente à política ambiental do País. O artigo 225, inciso III, da Constituição de 1988, dispõe que “[...]As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.” (BRASIL, 1988).

O texto esclarece ainda que,

Em complementação à Lei de Crimes Ambientais foram editados os Decretos n. 6.514, de 22 de julho de 2008, e n. 6.695, de 15 de dezembro de 2008, que dispõem

sobre as sanções aplicáveis às condutas lesivas ao meio ambiente. Os Decretos elencam uma série de atividades que constituem infrações administrativas ambientais e estabelecem as penalidades aplicáveis a cada caso. (Brasil, 2009, p. 31).

O CLA alerta para a ocorrência de referências normativas que devem ser consideradas no licenciamento, e esclarece que,

No processo de licenciamento ambiental incidem diversos diplomas normativos – leis, decretos, resoluções, portarias etc. – os quais devem ser contemplados no juízo de emissão das licenças ambientais. Entre os diplomas normativos em matéria ambiental afetos ao licenciamento ambiental, destacamos os que se referem aos espaços territoriais especialmente protegidos: Unidades de Conservação (Lei N° 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), especialmente, no que se refere à Compensação Ambiental; Área de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal (Lei N° 4.771/1965 – Código Florestal). (P.24).

5.2.3 Caracterização do Licenciamento Ambiental

O LA é definido na Resolução do CONAMA nº 237/97 nos seguintes termos:

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (BRASIL, 1997, p. 1).

A definição expressa no CLA tem o seguinte conteúdo:

Licenciamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 2009, p. 33).

Trata-se de uma definição adensada, que inclui elementos importantes da conformação da racionalidade ambiental. Em primeiro lugar, elementos recorrentes, como preservação e recuperação do meio ambiente, são vinculados não ao próprio meio histórico natural, mas a ideia de qualidade ambiental propícia à vida e, de forma decisiva, se esclarecer que preservar, recuperar, melhorar o meio ambiente visa a assegurar o desenvolvimento socioeconômico, a segurança nacional e a dignidade da vida humana. Mais uma vez, o texto do CLA reafirma o assento no social que define a perspectiva do discurso ambiental multilateral, desde a edição, em 1987, do documento “Nosso Futuro Comum”.

Do ponto de vista do MMA, a finalidade do LA é promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental (BRASIL, 2009).

Instituído como instrumento da gestão ambiental, o LA foi concebido como processo de avaliação preventiva em três escalões, a Licença Prévia, que avalia a fase de concepção e planejamento; Licença de Instalação e Licença de Operação, em que se examinam os aspectos ambientais e as consequências de cada fase da atividade.

As licenças ambientais estão estabelecidas no Decreto nº 99.274/90, que regulamenta a Lei nº 6.938/81, e detalhadas na Resolução CONAMA nº 237/97, nos seguintes termos:

- Licença Prévia – LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Assim, a LP é concedida se for atestada a *viabilidade ambiental* do empreendimento, após exame dos impactos ambientais por ele gerados, dos programas de redução e mitigação de impactos negativos e de maximização dos impactos positivos. A LP não autoriza o início de quaisquer obras destinadas à implantação do empreendimento

- Licença de Instalação – LI: autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.
- Licença de Operação – LO: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. (BRASIL, 1997, p. 3).

Em função da natureza, características e do local de inserção de determinadas atividades ou empreendimentos, o CONAMA definiu uma série de licenças ambientais específicas, observando, inclusive, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação. O CLA descreve os casos estabelecidos pelo CONAMA:

- a) Licenciamento ambiental de atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural. O CONAMA, por meio da Resolução nº 23/94, estabeleceu as seguintes licenças ambientais:
Licença Prévia para Perfuração – LPper, autorizando a atividade de perfuração. O empreendedor apresentará para a concessão desta licença o Relatório de Controle Ambiental - RCA das atividades e a delimitação da área de atuação pretendida.
Licença Prévia para Produção para Pesquisa – LPpro, autorizando a produção para pesquisa da viabilidade econômica da jazida. O empreendedor apresentará para a concessão desta licença o Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA.
- b) Licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo impacto ambiental. O CONAMA por meio da Resolução nº 385/06, estabeleceu as seguintes licenças ambientais:
Licença Prévia e de Instalação - LPI, que autoriza a localização e instalação de abatedouros e estabelecimentos que processem pescados.
Licença Única de Instalação e Operação - LIO, para as demais atividades agroindustriais de pequeno porte e baixo impacto ambiental.
- c) Licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário. O CONAMA por meio da Resolução nº 377/06, estabeleceu:
Licença Ambiental Única de Instalação e Operação - LIO ou ato administrativo equivalente: ato administrativo único que autoriza a implantação e operação de empreendimento de unidades de transporte e de tratamento de esgoto sanitário, separada ou conjuntamente, de pequeno porte (não se aplica aos empreendimentos situados em áreas declaradas pelo órgão competente como ambientalmente sensíveis). A LIO ou ato administrativo equivalente será requerida mediante a apresentação dos seguintes documentos: (i) informações gerais sobre o projeto e outras informações consideradas relevantes pelo órgão ambiental competente; (ii) declaração de responsabilidade civil e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica-ART; (iii) autorização para supressão de vegetação, quando for o caso; (iv) outorga de direito de uso de recursos hídricos para lançamento de efluentes; e (v) localização em conformidade com instrumento de ordenamento territorial do Município ou do Distrito Federal. (BRASIL, 2006, p. 1-2).
- a) Licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. O CONAMA por meio da Resolução nº 387/06, estabeleceu:
Licença de Instalação e Operação - LIO: licença que autoriza a implantação e operação dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para sua operação. (BRASIL, 2006, p. 860).
- b) Licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de interesse social. O CONAMA por meio da Resolução nº 412/09, estabeleceu:
Licença Única - licença ambiental compreendendo a localização, instalação e operação. (BRASIL, 2009, p.37).

A diversidade de atividades, e de suas condições de realização, que requerem o LA implica, como ressaltou Oswaldo Séva (2004), no fato de ser

[...] quase impossível uma padronização de critérios ou de conteúdos, que se apliquem adequadamente para os numerosos tipos de EIAs que já foram feitos e para os que devem continuar a ser feitos. Além das diversas situações naturais, geográficas e sociais que caracterizam e individualizam cada projeto, há uma imensa variedade de *tipos e de escalas dos projetos* industriais, de eletricidade, de eixos e terminais de transportes, das obras hidráulicas e de saneamento de esgotos, dos depósitos de lixo e de resíduos, etc. (P.5).

A Resolução CONAMA nº 001/86 contém a lista de atividades que dependem de EIA-RIMA para serem realizadas:

Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento; Ferrovias; Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; Aeroportos; Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques; Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão); Extração de minério; Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos; Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW; Complexo e unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloro químicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos); Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI; Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental; Projetos urbanísticos, acima de 100 ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes; Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia.⁷⁹ (BRASIL, 1986, p. 367).

A Resolução CONAMA 237/97 ampliou essa lista, incluindo diversos setores e as seguintes atividades:

Extração e tratamento de minerais: pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento; lavra garimpeira; perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural; Indústria de produtos minerais não metálicos; beneficiamento de minerais não metálicos, não associados à extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como: produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto e vidro, entre outros. **Indústria metalúrgica:** fabricação de aço e de produtos siderúrgicos; produção de fundidos de ferro e aço / forjados / arames / relaminados com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados / ligas / artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas; produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; fabricação de artefatos de ferro / aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície. **Indústria mecânica:** fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico

⁷⁹Essa lista foi ampliada pela Resolução CONAMA nº 11, de 1986, com o tipo "XVII - Projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental". (BRASIL, 1986).

e/ou de superfície; Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações; fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores; fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos. **Indústria de material de transporte:** fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes. **Indústria de madeira:** serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis. **Indústria de papel e celulose:** fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada. **Indústria de borracha:** beneficiamento de borracha natural; fabricação de câmara de ar e fabricação e acondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex. **Indústria de couros e peles:** secagem e salga de couros e peles; curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal. **Indústria química:** produção de substâncias e fabricação de produtos químicos; fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo; produção de óleos/gorduras/ceras vegetais-animais/óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da madeira; fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos; fabricação de pólvora/explosivos/detonantes/munição para caça-desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares. **Indústria de produtos de matéria plástica:** fabricação de laminados plásticos; fabricação de artefatos de material plástico. **Indústria têxtil,** de vestuário, calçados e artefatos de tecidos: beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados. **Indústria de produtos alimentares e bebidas:** beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueados e derivados de origem animal; fabricação de conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; preparação, beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino / preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação de águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas. **Indústria de fumo:** fabricação de cigarros/charutos/cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo. **Indústrias diversas:** usinas de produção de concreto; usinas de asfalto; serviços de galvanoplastia. **Obras civis:** rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; barragens e diques; canais para drenagem; retificação de curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas; outras obras de arte. **Serviços de utilidade:** produção de energia termoelétrica; transmissão de energia elétrica; estações de tratamento de água; interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário; tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos); tratamento/disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens usadas e de serviço de saúde, entre outros; tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos,

inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas. **Transporte, terminais e depósitos:** transporte de cargas perigosas; transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos. **Turismo:** complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos. **Atividades diversas:** parcelamento do solo; distrito e polo industrial. **Atividades agropecuárias:** projeto agrícola; criação de animais; projetos de assentamentos e de colonização. **Uso de recursos naturais:** silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; manejo de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia. (BRASIL, 1997, ANEXO I).

A diversidade de atividades sujeitas ao LA que estas listagens exprimem permite uma visão da amplitude do controle ambiental sobre a sociedade em relação a sua base econômica e a apreensão da importância do saber ambiental na funcionalidade atual da sociedade, uma vez que os agentes direta e indiretamente relacionados a tais atividades passam, na atualidade, por um processo de “pedagogização” voltado a regularizar funcionalmente estas atividades aos parâmetros da Política Ambiental do País.

Encerro esta seção com duas observações do pesquisador e ativista ambiental Oswaldo Sevá (2004)reflete sobre as intervenções ambientais do setor energético do País e acerca do LA;

Licenciamento ambiental se tornou em pouco mais de uma década, algo que em cada lugar se faz de um jeito, e pairam dúvidas sobre o que de fato representa hoje *obter ou não* tal e qual licença. Nestes últimos quinze anos, veio sendo desfigurado o ato administrativo, e adulterado o ritual de tantos licenciamentos, especialmente dos projetos de maior porte. (P. 3).

Para esse autor, que tem no LA “um instrumento promissor para a sociedade” (SEVÁ FILHO, 2004, p. 7),o LA passou por “desfigurações” conformes as condições políticas que surgem com a onda neoliberal da última década do século XX:

[...] ao longo da década de 1990, vivemos sob o clima constrangedor da redução e de desmonte da máquina estatal, arrastando junto direitos e conquistas sociais marcantes, e sob o clima subserviente da facilitação ao capital industrial e financeiro. Começou - se a mexer aqui e lá nos processos de licenciamento, empresas e agentes de governo descosturando e enfiando as intenções dos constituintes federais e estaduais, e driblando a pressão crescente de entidades e lideranças ambientalistas e de defesa regional. (P.7).

5.3 Licenciamento ambiental e certificação ecológica: do privado ao público

O propósito desta seção é contrastar o LA com a certificação ecológica (CE), visando a desenvolver uma apreensão do LA na regulação econômica de atividades do campo dos valores ambientais e destacar elementos distintivos destas duas técnicas políticas. Por questão de espaço, não aprofundo o detalhamento da abordagem da certificação ecológica.

Nascida no campo ecológico-agronômico, a certificação ecológica é um procedimento de controle da produção, distribuição e circulação de produtos agrícolas destinado à regulação da agricultura alternativa. No decurso dos anos de 1980, o mercado ecológico, que teve início no contexto europeu e estadunidense dos anos de 1970, tem atuação plena em escala mundial e a certificação ecológica consolida-se como mecanismo de controle do comércio de produtos ecológicos possibilitando a expansão das agências de certificação e de controle deste processo.

A certificação, inicialmente restrita à escala local e nacional do circuito alternativo agrônomo, passa, no decurso dos anos de 1980, a regular trocas internacionais, que abrangem o comércio de carne, cacau e café orgânicos, para citar alguns produtos clássicos, sem a condição de orgânicos, da pauta de comércio secular de países periféricos, que atualmente integra produtos como frutas, legumes e hortaliças orgânicos, dentre outros, em um fluxo em crescimento em que a certificação ecológica constitui mecanismo protecionista das trocas desiguais entre os Hemisférios Norte e Sul (CICCO, 1994; MIRANDA, 1997; PROCÓPIO, 1994; BRAVO & SILVA, 1994).

A certificação é um mecanismo de regulação da produção que assujeita o produtor e o trabalhador agrícola a uma série de injunções normativas oriundas do saber agrônomo, exteriores às suas práticas e em caráter de obrigatoriedade extensiva a todo o processo produtivo. Julia Guivant (2003) analisa a expansão do consumo urbano de produtos orgânicos, propiciada pelas redes de supermercados dos grandes centros urbanos do País, que integraram a estes circuitos pequenos e médios produtores agrícolas que, ao se vincularem aos supermercados, precisam se adequar aos critérios da produção dos orgânicos. Esse processo corresponde ao fato de que, segundo a autora,

A tendência internacional coloca os supermercados como canal central e dominante na expansão do consumo de produtos orgânicos, a pesar dos conflitos que podem existir entre fornecedores e produtores e a restrição do consumo às classes de maior poder aquisitivo. (P.79).

Na leitura dessa autora, o mercado de orgânicos, em que predominam frutas, legumes e verduras, tem um crescimento da ordem de 50% no Brasil, com um movimento de recursos em torno de US\$ 250 a 300 milhões. “São cerca de 275 mil hectares cultivados, com uma safra de 300 mil toneladas de produtos orgânicos por ano, entre eles soja, café, hortaliças, frutas grãos, açúcar, algodão, cereais, óleos, vinhos e flores.” (P. 69).

Com base em dados do Instituto Biodinâmico (IBD), maior certificadora do País, a autora estima a existência de sete mil pequenos e médios produtores orgânicos que respondem por 90% da produção nacional, com 10% e 80% respectivamente. Na conversão destes agricultores à produção orgânica, é significativa a atuação dos supermercados. Ela considera o caso da rede de supermercados Pão de Açúcar, que,

[...] conta com 60 hipermercados e 317 supermercados e faturou 17,8 bilhões de reais em 2002 em 12 estados. Este grupo fechou um acordo com o IBD para analisar os produtos recebidos de sete fornecedores que respondem por mais de 130 itens. Os alimentos receberão um selo de garantia do próprio supermercado. (P. 70).

A expansão do consumo urbano de orgânicos, mesmo restrita a parcelas de classes médias altas e médias, enseja problemas de oferta. A autora observa que, “Por isto, uma equipe de agrônomos contratados pelo próprio Pão de Açúcar foi incumbida de convencer alguns produtores de que a conversão para os orgânicos pode significar um bom negócio para os dois lados.” (P. 70).

O crescimento dos orgânicos na agricultura brasileira, no entanto, tem sua razão de ser em interesses externos. Segundo Julia Guivant (2003), “As exportações absorvem 70% do volume total certificado, gerando 130 milhões de dólares para o Brasil em 2001 (EXAME, 28/05/2002), incluídos produtos como hortaliças, soja, café, sucos de laranja, açúcar, castanha, óleo de dendê, erva-mate, banana, guaraná, etc.” (P. 69).

Na disseminação deste procedimento, observa-se a iniciativa estatal de regular, mediante normas jurídicas, a certificação de produtos orgânicos, fato concretizado pela Lei nº 10831, a Lei dos Orgânicos. Registra-se ainda a tendência do Estado a participar diretamente como instância reguladora do processo de certificação destes produtos.⁸⁰ De forma predominante, entretanto, a certificação de produtos agrícolas é uma iniciativa privada, sustentada por ONGs do campo da Ecologia Agrônômica.

⁸⁰A Lei n. 10831, no Art. 5º, decide que, “Os procedimentos relativos à fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.” (BRASIL, 2003).

A seguir, passo a cotejar elementos da CE e do LA que permitem uma apreensão mais densa de cada uma dessas técnicas regulatórias. Não se trata, nessa aproximação, de valorar a similaridade nos procedimentos de certificação e licenciamento ambiental ou suas diferenças, mas de ponderar os elementos que conformam cada uma destas formas para melhor apreensão das suas especificidades, considerando a importância do LA como instrumento nodal da PNMA. Passo a uma análise breve dessas técnicas políticas do poder ambiental.

A exigência de LA incide sobre empresas urbanas da indústria e do setor de serviços e empresas e OGs com atuação em projetos de infraestrutura do País, entre atividades com potencialidade para degradar o meio ambiente ou que utilizem recursos ambientais.

A certificação recai sobre empresas agropecuárias e, extensivamente, sobre pequenos e médios produtores rurais. Tanto a norma jurídica, que regula o licenciamento, quanto o conjunto de normas instituídas pelo sistema privado de certificação, têm “força de lei” no processo de regulação da atividade. O código escrito da certificação demanda obediência dos autores envolvidos nessa modalidade de atividade agrícola, isto é, a agricultura alternativa, seja a orgânica, natural, biodinâmica ou qualquer outra deste âmbito. Tanto a certificação quanto o licenciamento são, naturalmente, atividades de adesão voluntária, ambas demandam iniciativa do requerente, mas, uma vez solicitado o procedimento, é necessário acatar as normas que regem o licenciamento ou a certificação.

Nas trocas nacionais e internacionais, a exigência de certificação para produtos orgânicos constitui o selo de certificação em sinal de acatamento dos preceitos normativos que identificam o produto como “ecologicamente referenciado”. No Brasil, a Lei dos Orgânicos, que deu expressão jurídica às normas do campo agrônomo, atenuou ainda mais as distinções entre as normas de licenciamento e de certificação.

Em relação aos objetivos, de maneira geral, é possível dizer que há um termo comum na compatibilização entre a realização das atividades produtivas, ou seja, o desenvolvimento e a preservação ambiental. O discurso ecológico agrônomo, que emergiu do confronto com a questão dos insumos industriais, sobretudo com os agrotóxicos, encontra o sentido da sua intervenção na relação com a agroindústria. A constituição do mercado ecológico mundial instituiu, como valor ecológico, a ausência de componentes industriais na produção agrícola e o discurso ambiental fez da segurança alimentar o referencial de excelência ecológica em produtos agrícolas. Em outras palavras, o objetivo maior é dispor de

produtos saudáveis; a preservação ambiental decorre da realização deste objetivo. Até certo ponto, o mesmo princípio opera no LA, e o objetivo maior é assegurar a qualidade ambiental, isto é, um ambiente equilibrado como expressão de um direito humano. A preservação do meio ambiente resulta, assim, da manutenção da qualidade ambiental, objetivo maior do LA. Em resumo, o objetivo do LA é assegurar desenvolvimento econômico, com qualidade ambiental; o objetivo da CE é garantir a produção de alimentos saudáveis. As duas técnicas políticas respondem pela racionalidade ambiental com assento no social e dispõem a preservação do eixo biológico ou ecológico como efeito de suas intervenções.

Tanto o sistema de certificação quanto o de licenciamento ambiental implicam um conjunto de prescrições normativas a serem acatadas pelos respectivos requerentes. A Lei nº 10831, de 2003, submete as organizações certificadoras às normas por ela definidas. Este fato aproxima, ainda mais, o funcionamento dos processos de LA e de CE, pois os atos e normas que devem ser observados para a expedição destes procedimentos são regulados juridicamente. A competência para licenciar e certificar ainda está dividida entre o público e privado, mas, como observado, cabe ao Poder Público fiscalizar a certificação.

Para encerrar essa breve aproximação entre o LA e a CE, considero o momento da atuação direta destes dois procedimentos. De fato, pode parecer que a certificação interfira em um momento posterior, isto é, com a atividade em pleno funcionamento e com base no produto final, mas a certificação resulta de um tipo específico de intervenção realizado por ONGs de Desenvolvimento Rural (ONG DR) junto a pequenos e médios produtores, o que implica conversão ao orgânico. As ONG DR representam ONGs internacionais interessadas tanto na disseminação do desenvolvimento sustentável quanto nos produtos orgânicos. Em uma palavra, a conversão à agricultura orgânica é sempre um processo de indução, que implica a certificação e, no comum, os custos altos dos procedimentos para a obtenção desta ensejam a primeira relação de dependência entre os produtores e as ONGs DR.

A indução a conversão orgânica implica a fidelização a um comprador, no caso, as agências representadas pelas ONGs DR, e requer ou consiste na reengenharia produtiva conduzida por técnicos da Agronomia. Em resumo, não cabe afirmar que a certificação atua perante o produto, pois este momento expressa o resultado dos efeitos da certificação como mecanismo de “ecologização” da produção agrícola.

O LA, de forma similar à CE, interfere com anterioridade, mas diferente deste, visa a resultados preventivos ante as possibilidades de degradação ambiental, enquanto a CE é um indutor de práticas ecológicas na agricultura.

5.4 O Licenciamento Ambiental na berlinda: crítica multidisciplinar ao LA da UHBM

A iniciativa de uma equipe multidisciplinar de cientistas do País e do Exterior de se debruçar sobre o EIA/RIMA da Usina Hidroelétrica de Belo Monte (UHBM) criou uma situação atípica, em que uma instância do conhecimento científico, respaldada pela publicidade da iniciativa, contesta, com ampla diversidade de evidências, documento de domínio público, destinado a subsidiar decisão do Poder Público, fundada na norma jurídica e no saber científico.

De fato, o “Painel” realçou o inusitado na situação do projeto da UHBM, em que o Estado, como foi denunciado por muitas vezes, impôs sua vontade política e aprovou, com inúmeras irregularidades, o EIA/RIMA de UHBM. Restou a evidência, pouco visibilizada, de que o Poder Público nas instâncias de LA segue mais o fluxo dos interesses do que a letra da Lei. As inúmeras impropriedades apontadas no EIA/RIMA de UHBM, decorrentes da forma como o documento foi elaborado, são indicativas de que seus formuladores e o empreendedor, no caso, a ELETROBRÁS, tinham como plausível, para a obtenção da licença, os procedimentos adotados perante a avaliação do IBAMA, órgão superior do SISNAMA na competência do LA. O preceito da Resolução CONAMA 237 de que o clamor público é decisivo na tomada de decisão de se liberar ou não um empreendimento, reforça o senso comum, segundo o qual, há, no País, excelência na legislação de inúmeros setores e descasados poderes constituídos em relação a elas; isto reforça a evidência de ser o “poder de exceção” moeda corrente no País.

O “Painel dos Especialistas” é um conjunto de análises assinado por 28 cientistas, de um grupo de 42 pesquisadores de universidades brasileiras e algumas do Exterior, entre os quais Francisco de Moral Hernandez, engenheiro elétrico da Universidade de São Paulo (USP) e Sônia Magalhães, antropóloga da Universidade Federal do Pará (UFPA), seus organizadores; Oswaldo Sevá, professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Antônio Carlos Magalhães, antropólogo; Geraldo Mendes dos Santos, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Jorge Molina Carpio, hidrólogo; Paulo Buckup, presidente da Sociedade Brasileira de Ictiologia; Nirvia Ravena, doutora em Ciência Política, professora da UFPA, Hermes Fonseca de Medeiros, doutor em Ecologia, professor da UFPA; Philip Fearnside, do Departamento de Ecologia do INPA; Glenn Switkes, da *International Rivers Network*.

O Documento, com 230 páginas, contém sete partes com os seguintes temas-

título: “Omissão e falhas na análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais”; “Povos Indígenas: desastre anunciado prenúncio de direitos violados”; “Saúde, Educação e Segurança: Riscos Excessivos”; “Graves Problemas: Hidrograma da Volta Grande do Xingu e Aumento dos níveis de água em Altamira”; “Viabilidade Técnica e Econômica não demonstrada”; “Fauna Aquática: riscos e omissões”; “Ameaças à Biodiversidade”.

Na continuidade, realizo um resumo comentado dos conteúdos analisados, com base no próprio “Painel”, no “resumo executivo” deste documento, em um texto do “Grupo do Painel de Especialistas”, produzido em função da liberação do EIA-RIMA de Belo Monte pelo IBAMA em 2011 e no artigo intitulado “Por avaliações socioambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações” integrado ao “Painel” na seção de anexos, que compõe um quadro profícuo das questões sociopolíticas de Belo Monte. Por questão de espaço, detalho, com brevidade, apenas os itens relativos aos aspectos metodológicos, às questões de saúde e às questões indígenas do EIA/RIMA da UHBM.

Na apresentação do Resumo Executivo do *Parecer*, é dado a conhecer o projeto da UHBM, no qual se afirma que

[...] a hidrelétrica de Belo Monte se apresenta como uma intervenção de obras civis sobre um monumento da biodiversidade – a Volta grande do Xingu – em cujo interior propõe-se o seccionamento de um rio, a construção de dois canais cada um com 12 km e até 500 metros de largura, mais um canal de 8 km de comprimento seccionando e interrompendo muitos igarapés importantes, um conjunto de 28 diques que na verdade são barragens, alguns com 50-60 metros de altura, 1000m de comprimento com avanços laterais de até 80-100 m – que se estenderiam sobre o que hoje são áreas rurais e travessões da Transamazônica. O conjunto de paredões é idealizado para não permitir o extravasamento da água para o leito original do Xingu, este arranjo conduzindo água para a casa de força principal perto da Balsa no cruzamento rio Xingu - Transamazônica. A movimentação de terras, pedras e escavações exibem números da mesma ordem de grandeza das escavações do canal do Panamá - 200 milhões de m³. A um custo subestimado no EIA de 11 bilhões de reais e divulgado na mídia de 30 bilhões, para uma potência instalada de cerca de 11200 MW e uma energia firme de cerca de 4.400 MW. (SANTOS e HERNANDEZ, 2009, p.1).

Dois pontos são recorrentes à maioria das análises dos “Especialistas”: as denúncias de que o EIA/RIMA da UHBM subestima as populações que serão atingidas pelo empreendimento e subestima a Área Diretamente Afetada. A notificação revela uma das manobras utilizada na elaboração do documento para minimizar custos para o empreendedor sem ponderações quanto às consequências que podem advir do uso do expediente.

O “Painel” estima um movimento migratório de 120 mil pessoas, das quais 100 mil imigrarão para a área em busca de trabalho e 20 mil sofrerá deslocamento compulsório. Como

o EIA/RIMA prevê um número muito inferior de migrações, os analistas prognosticam uma situação de caos social, em função da precariedade dos recursos de infraestrutura urbana dos municípios da Região, principalmente das condições de Saúde Pública ante os riscos de epidemias, como a malária, dentre outros fatores.

Dentre os temas e problemas analisados no documento, destacam-se os impactos da elaboração do projeto em área de mais de um mil quilômetros quadrados, que afetaram os Municípios de Altamira, Anapu, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Placas, Uruará, Medicilândia, Porto de Moz, Pacajá, Senador Porfírio e Gurupá; os estudos dos impactos sobre a população indígena, em 28 etnias, com cerca de 20 mil índios, distribuídos em 19,8 milhões de ha, cerca de 40% da bacia do Xingu, que serão direta e indiretamente afetados. Em duas “Terras Indígenas” (TI), a jusante da barragem, são previstos impactos diretos de grande intensidade, a TI Paquiçamba, dos jurunas, e as terras dos araras da Volta Grande.

Em janeiro de 2011, com a liberação da licença de instalação da UHBM pelo IBAMA, o “Grupo do Painel de Especialista” fez uma declaração que destaca os problemas de maior gravidade no IEA-RIMA aprovado:

- a) A subestimação de impactos decorrente da inadequação metodológica e conceitual utilizada na delimitação de área diretamente afetada, áreas de influência e de atingido.
- b) A artificial exclusão dos Povos Indígenas que vivem na área denominada Volta Grande do Xingu – com uma extensão de mais de 100 km, para a qual está prevista a redução em até 80 % da vazão do rio – do conjunto de « atingidos diretamente » pelo empreendimento. São eles: Juruna do Paquiçamba, Arara da Terrã Wãgã, Xikrin do Bacajá e grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio.
- c) A inexplicável exclusão dos Povos Indígenas Xipaya e Kuruaya que habitam respectivamente às margens dos rios Iriri e Curuá (principais tributários do rio Xingu nesta região), do conjunto de etnias que vivem no trecho Médio do rio Xingu e seus tributários.
- d) A violação aos direitos dos Povos Indígenas, assegurados tanto na Constituição Brasileira, quanto na Convenção 169 da OIT - as quais determinam que os Povos Indígenas afetados sejam antecipadamente consultados por meio de procedimentos probos. A ausência e/ou insuficiência de estudos hidrológicos, envolvendo níveis de água, hidrossedimentologia e implicações sobre lençol freático e desdobramentos sobre a qualidade da água. Esta insuficiência resulta, por um lado, em desconsiderar a severa diminuição dos níveis de água no trecho seccionado do rio (Volta Grande); a drástica diminuição do lençol freático; e a redução de níveis de água de até cinco metros em trecho entre a barragem Pimental proposta e a foz do rio Bacajá. Consequentemente, desconsidera o grau de insegurança hídrica a que as populações que habitam essa região serão submetidas. Por outro lado, na altura da cidade de Altamira, a desconsideração das consequências do aumento do lençol freático e dos riscos do afloramento de água na cidade torna imprecisas as cotas informadas no EIA.

e) O prejuízo econômico decorrente do funcionamento sazonal da usina, que resultará da ociosidade operativa de Belo Monte - imposta inexoravelmente pela vazão natural flutuante do rio Xingu, a qual impõe um *gap* superior a 60% entre a potência instalada e a potência média estimada durante o ano. Esta omissão na análise, simultaneamente, afeta a conclusão sobre a viabilidade técnica e econômica da obra bem como abre capítulos futuros de ameaças ambientais e sociais já identificadas no passado sobre grandes extensões territoriais potencialmente alagáveis, caso sejam construídos barramentos a montante para regularizar a vazão do rio.

f) A perda de biodiversidade da região – inclusive de espécies endêmicas – exclusiva da situação proporcionada pela barreira geográfica que são as corredeiras e pedrais da Volta Grande, que isola em duas ecorregiões os ambientes aquáticos da bacia do Rio Xingu, constituindo *habitats* únicos que serão destruídos. Alerta-se que, apenas com base no caráter irreversível do impacto sobre a ictiofauna no Trecho de Vazão Reduzida, a conclusão técnica que deveria ser formalizada no EIA é que o empreendimento AHE Belo Monte do ponto de vista da ictiofauna é tecnicamente inviável, e irá provocar a mortandade de milhões de peixes ao longo dos mais de 100 km da Volta Grande.

g) A ausência de análise preditiva sobre a aceleração do desmatamento resultante do projeto e seus efeitos, da nova dinâmica demográfica e fundiária e de suas repercussões sobre o acesso à terra, aos serviços de educação e de saúde. No caso da saúde, ainda, os riscos da proliferação de doenças como a malária, da reurbanização da febre amarela e de recrudescimento da síndrome de Altamira.

h) Inúmeros problemas nos estudos de impacto ambiental em praticamente todas as disciplinas envolvidas, incluindo erros metodológicos ou insuficiência nas coletas de dados; omissão de publicações relevantes nas revisões de literatura, coincidindo com aquelas que poderiam evidenciar problemas no projeto; e análise enviesada das informações obtidas de forma a justificar subestimações dos impactos do projeto. (GPE, 2011, p. 2).

Estes pontos, destacados do documento do “Grupo do Painel de Especialistas”, retratam, as irregularidades, as ameaças às condições de vida das populações locais e a destruição ambiental a que a construção da UHBM dará lugar. Outra perspectiva deste quadro vem do atual Procurador Geral de Justiça do Pará –Ubiratan Cazetta – quando, indagado sobre as principais denúncias apresentadas ao Ministério Público Federal em relação à construção de Belo Monte. Esclarecendo que são exemplos e, não um quadro exaustivo da situação, enumera os seguintes pontos:

1 - Descumprimento da Constituição Federal, diante da falta de oitiva das populações indígenas sobre o aproveitamento de seus recursos hídricos e, ainda, da falta de lei específica que regulamente tal exploração, com a definição quanto ao pagamento de royalties e outras compensações, se aprovado o uso do recurso hídrico;

2 - Estudos prévios insuficientes, especialmente na questão socioambiental, audiências públicas que não contemplaram todas as localidades atingidas e que não serviram para informar e debater com a população empreendimento deste porte;

3 - Insuficiência dos dados quanto à viabilidade econômica de uma obra que iniciou orçada em 9,6 bilhões de reais e, sucessivamente, teve seu valor alterado para 19,2 bilhões, 25 bilhões e que estaria, atualmente, em, no mínimo, 28 bilhões de reais;

4 - Descumprimento das condições impostas na licença prévia como requisitos para início das obras, o que gera impacto direto em vários setores, mas são cruciais na saúde, educação, saneamento e segurança pública;

5 - Imprecisão quanto à dimensão da área a ser desapropriada e da quantidade de pessoas que serão atingidas, removidas ou indenizadas;

6 - Dúvida quanto ao impacto na área urbana de Altamira e indefinição quanto ao local de realocação da população atingida. (CAZETTA, 2012, p, 2).

Jean-Pierre Leroy (FASE) e Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ) coordenam, desde 2007, projeto de pesquisa sobre licenciamento ambiental de quatro empreendimentos, com uma equipe de pesquisadores formada por Ana Paula Santos Souza (FVPP), Cecília Campello do A. Mello (UFRJ), Julianna Malerba (FASE), Klemens Laschefski (UFV e GESTA-UFMG) e Luis Fernando Novoa Garzon (UFRO). A pesquisa aborda

(i) O licenciamento da carcinicultura no extremo sul da Bahia, em comparação com empreendimentos do estado do Ceará; (ii) o licenciamento da barragem hidroelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha (MG), em comparação com a barragem de Murta, no Vale do Rio Doce, empreendimento ainda não implementado; (iii) o licenciamento da monocultura do eucalipto no norte do Espírito Santo e sul da Bahia e (iv) a barragem hidroelétrica de Belo Monte (PA), empreendimento projetado. (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 203).

Trata-se uma análise importante que, com base nos casos pesquisados, dispõe um apanhado descritivo dos estudos de impacto ambiental, dos conflitos e interesses que perpassam o LA, no País, na vigência do PAC I e PAC II do Governo PT. A maioria dos fatos destacados é pertinente ao caso da UHBM e objeto de detalhamento nas análises do “Painel”. Em função deste fato e da extensão da crítica realizada, vistorio o artigo, destaco alguns pontos e, em alguns casos, faço referência a aspectos esclarecidos por outros pareceristas.

A primeira parte do texto é dedicada a questões ambientais de fundo político, como os esforços governamentais e de empresários do setor elétrico para a flexibilização das normas do licenciamento ambiental. Os autores denunciam; “[...] os esforços de desconstrução da legislação ambiental empreendidos por uma articulação de forças situadas dentro e fora de nossos corpos legislativos” (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 201). Defendem o ponto de vista de que “[...] sofremos não de um excesso de avaliações, mas de um déficit de avaliações socioambientais dos empreendimentos públicos e privados em curso no País.” (LEROY e ACSELRAD 2009, p. 201), e apresentam como solução a proposta de um novo instrumento de avaliação ambiental, a Avaliação Equitativa Ambiental (AEA), voltado a aperfeiçoar o processo de avaliação ambiental do País; posteriormente, retorno a esse ponto.

Os autores avaliam a condição do EIA-RIMA de instrumento de política ambiental de forma bastante insatisfatória, uma vez que os casos pesquisados

[...] permitem afirmar que a função dos EIA/RIMA tem sido meramente burocrática e figurativa, incapaz de deter qualquer empreendimento impactante dos pontos de vista ambiental e social. Funcionam muito mais para angariar legitimidade social e política do que como instrumentos sérios de avaliação ambiental dos impactos. (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 203).

Entre as questões de maior gravidade identificadas pelos autores, destaca-se o subdimensionamento da população impactada; “Em todos os casos analisados, o empreendedor buscou minimizar em termos quantitativos o contingente atingido e, ao mesmo tempo, maximizar a estimativa numérica dos grupos supostamente beneficiados.” (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 203). O procedimento adotado para a obtenção desses resultados consistiu “[...] em computar as famílias nucleares e remetê-las ao princípio da propriedade privada, sem considerar os grupos sociais mais amplos e as suas condições de reprodução.” (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 203).

Outro elemento central na redução dos custos do empreendedor, complementar ao recurso de subestimar o contingente populacional, diz respeito ao uso das noções de atingido e inundado. A primeira diz respeito ao reconhecimento dos direitos de sujeitos afetados por empreendimentos receberem algum tipo de indenização, ressarcimento ou reabilitação; mas trata-se de um conceito em disputa. Vainer (2009) esclarece que,

No Brasil, mas não apenas, por longo tempo, a implantação de grandes empreendimentos, em particular de projetos hidrelétricos, operou com o que se pode chamar de abordagem ou *estratégia territorial-patrimonialista*. A perspectiva e a ação do empreendedor, neste caso, são determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área. Seguindo a tradição do direito brasileiro que, quando reconhecido a utilidade pública do empreendimento, concede ao empreendedor o direito de desapropriação, durante largo período as empresas do Setor Elétrico limitavam-se a indenizar os proprietários das áreas a serem inundadas. (P. 214).

A perspectiva indenizatória elude a noção de impacto ambiental e impede o reconhecimento de direitos coletivos das populações prejudicadas⁸¹ por tais empreendimentos. O autor sublinha que,

[...] nesta concepção, não há propriamente impactos, nem *atingidos*, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos *atingidos*; o que há é o direito de *desapropriação por interesse público* exercido pelo empreendedor, cujo

⁸¹ “A estrutura do EIA-RIMA é falaciosa, pois apesar de colocar no EIA dados sobre segurança pública, religiões, escola, hospitais, etc., todos em forma descritiva ou de listagem, tendo, portanto, percepção da amplidão sócio biótica da população sob jurisdição da influência da AEH, falaciosamente a reduz ao critério econômico de PROPRIETÁRIOS, que serve somente aos interesses dos contratadores do EIA, para os seus fins de indenização e expulsão dos atingidos. Além disso, fixa um só bem, a propriedade imóvel, deixando de lado todos os outros bens que são omitidos e excluídos. Assim, todas as outras categorias de bens de que são detentores como seres humanos e que estão previstos no direito, incluindo o bem moral, não são mitigados.” (CUNHA, 2009, p. 41).

departamento de patrimônio imobiliário negociará com os proprietários o valor justo de suas propriedades. Frente a este direito do empreendedor, o único outro direito reconhecido é o direito de propriedade e, neste caso, um direito de propriedade restringido pela utilidade pública que se lhe antepõe. (P. 215).

Ao analisar os aspectos populacionais do EIA-RIMA da UHBM, Cecília Mello (2009) assinala:

A definição de atingidos adotada correntemente pelos empreendedores não é coerente com a realidade empírica observada. Ela nasce, antes, de um cálculo do custo-benefício da obra, em que os custos com compensações não devem ultrapassar os ganhos econômicos gerados com a implementação do projeto. Como em última análise os EIA-RIMA funcionam como documentos do empreendedor no sentido de referendar legalmente a realização da obra, os atingidos são definidos em função do menor custo possível. Segundo este cálculo econômico – que deveria ser feito após extensiva investigação sobre quem são os atingidos do ponto de vista dos próprios sujeitos afetados – os atingidos são definidos como uma variável-custo definida *a priori*. (P. 43).

No Brasil, a estratégia territorial-patrimonialista é atualizada com a “concepção hídrica”, que associa a noção de atingido a de inundado. Trata-se de uma versão modificada da concepção patrimonialista que limita o reconhecimento dos efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Nesta situação, o ressarcimento transforma-se em deslocamento compulsório ou “reassentamento involuntário”.

Vainer (2009), que reconhece na noção de “inundado” um artifício voltado a ladear a responsabilidade social e ambiental do empreendedor, esclarece que,

A *concepção hídrica* foi fortalecida pela legislação referente a compensações financeiras, uma vez que esta considera que os municípios a serem compensados são aqueles que têm parte de seus territórios inundados. Ora, em muitas ocasiões tem ficado evidente que municípios sem qualquer área inundada podem sofrer mais severamente as consequências da implantação de uma hidrelétrica que municípios com áreas tomadas pelas águas do reservatório, mas isto não é contemplado pela legislação em virtude da *concepção hídrica*. (P.216).

Antônio Carlos Magalhães (2010), ao considerar os impactos do projeto Belo Monte na Volta Grande do Xingu, evidencia a natureza perversa deste procedimento:

O Trecho de Vazão Reduzida, nada mais é do que o chamado de *Sequeiro* pela população local, termo que alude à situação em que ficarão os 100 km que compõem a Volta Grande do Xingu. Todos que ali habitam terão de ser deslocados visto que o Xingu estará completamente seco, sem possibilidade de vida aquática e impossibilitando toda e qualquer atividade doméstica ou mesmo de transporte de barco, voadeira, canoa, etc., para se atingir Altamira. A pesca deixará de existir e com ela a principal fonte de renda e de consumo de proteína da população local. É importante dizer que essa área chamada de vazão reduzida é considerada como “área não passível de indenização” em razão de que não sofrerá inundação. Isso significa que ninguém receberá nada apesar de perder tudo já que as empresas consideram como “atingidos” apenas aqueles que são inundados com a formação do lago. (P. 36).

Tais modificações nas condições de vida das populações locais, não obstante, não são analisadas no EIA-RIMA de Belo Monte. Nirvia Ravena (2009) observa que a não consideração destes fatores é estratégica, pois

A segurança hídrica, a alimentar e a manutenção dos modos de vida por sequer serem tratados, não informam aos operadores da justiça a violação de direitos humanos. A ausência de um modelo estruturado para a interpretação de dados quantitativos e qualitativos e de prospecção de consumo hídrico por atividades produtivas dos grupos sociais atingidos no EIA, demonstra o despreparo dos elaboradores do estudo na área das humanidades e se constitui numa estratégia mais política do que técnico-científica para que seja ocultado à sociedade e aos tomadores de decisão e operadores da justiça a violação dos princípios do Direito Econômico, Social, Cultural e Ambiental." (P. 51).

Outro elemento estratégico dos empreendedores é a forma de lidar com as informações dos projetos nas localidades de inserção. Segundo Leroy e Acselrad (2009),

[...] um intervalo de tempo considerável transcorre entre o início da —vida pública do projeto na esfera estatal e seu aparecimento público no local a ser implementado. O modo como a informação é veiculada é muitas vezes enviesado, sob a forma seja de compêndios escritos em linguagem incompatível com a dos grupos locais, seja de chamadas publicitárias nas rádios e demais meios de comunicação, que apresentam o empreendimento como necessariamente benéfico para os grupos locais, obscurecendo seus aspectos negativos. Moradores e lideranças locais muitas vezes são contratados pelas empresas não para informar sobre impactos, riscos e danos previstos, mas para divulgar promessas de benefícios e emprego relacionadas ao empreendimento. (P. 206).

A realidade, segundo os pesquisadores, é que “[...] para os sujeitos envolvidos é negado o acesso às informações.” (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 206) E as audiências públicas concebidas pela legislação ambiental (Resolução CONAMA n° 1/1986 e n° 9/1987) como direito à informação das populações a serem impactadas servem para legitimação do empreendimento.

Nos casos estudados, porém, as audiências públicas foram usadas pelos empreendedores e órgãos estaduais como instâncias formais de transmissão de informações sobre os benefícios econômicos dos empreendimentos, em detrimento do debate amplo e transparente sobre seus impactos socioambientais, para um público que é tido como mero receptor da mensagem, atitude que impõe limites claros ao seu papel efetivamente democratizante. Não raras vezes, exercem-se constrangimentos morais sobre os interessados, presentes ou não nas audiências, para que estes silenciem. (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 207).

Nos quatro processos analisados, o ponto de vista das populações sujeitas às intervenções foi excluído do licenciamento, os valores econômicos foram prevaletentes na apropriação dos recursos naturais em detrimento dos direitos das populações locais que, no caso das sociedades indígenas, se assentam em uso milenar. Os autores sublinham que “Suas visões de mundo, as formas como significam e utilizam os recursos são desconsideradas, alijando-os das decisões sobre o uso de seu próprio território.” (LEROY e ACSELRAD, 2009,

p. 207). De fato, não são apenas atitudes antidemocráticas, mas o extermínio indireto dessas populações na desestabilização do seu *habitat*.

O direito à informação passou a mera formalidade com redução da presença da coletividade ao mínimo obrigatório por lei. A maior gravidade, nesta situação, no entanto, diz respeito ao fato de que, “[...] as relações entre os órgãos públicos e os grupos atingidos são a todo tempo tensionadas pela proeminência dada a priori ao interesse do empreendedor.”(LEROY e ACSELRAD, 2009, p.209).

No caso de Belo Monte, o Bispo da diocese do Xingu, Dom Erwin Kräutler (2011), é enfático na denúncia deste descaso com os segmentos populacionais da Região:

As quatro audiências - realizadas em Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Belém - não passaram de mero formalismo para chancelar decisões já tomadas pelo Governo e cumprir um protocolo. A maioria da população ameaçada não conseguiu se fazer presente. Pessoas contrárias à obra que conseguiram chegar aos locais das audiências não tiveram oportunidade real de participação e manifestação, devido ao descabido aparato bélico montado pela Polícia. (KRÄUTLER, 2011, p.2).

O Bispo da diocese do Xingu, no entanto, não aceitou o descaso demonstrado pelos órgãos ambientais encarregados do licenciamento da UHBM e denunciou a farsa das audiências públicas do LA de Belo Monte, em carta pública dirigida ao IBAMA,

Nós havíamos exigido e continuamos a exigir que os povos indígenas e ribeirinhos e a comunidade das cidades de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Porto de Moz sejam ouvidos sem constrangimentos e cerceamento de sua liberdade através de um policiamento ostensivo. Que sejam ouvidos nos lugares onde realmente vivem e residem, nas suas aldeias, na Volta Grande do Xingu, nas cidades, nos bairros de Altamira que serão atingidos pela inundação das regiões de programada e irreversível deterioração do solo. (KRÄUTLER, 2011, p.1).

Philip Fearnside (2011) comentou as irregularidades do processo de licenciamento de Belo Monte quanto às audiências públicas,

As audiências foram uma farsa, com intermináveis discursos pelos proponentes e sem nenhuma oportunidade formal para contestações pelo outro lado, com a exceção de breves colocações da plateia, após horas de discurso oficial. Os índios abandonaram o evento para não passar a impressão de que estavam sendo realmente consultados. Havia mais polícia do que participantes. (P.4).

Ao considerar a realidade de segmentos populacionais ameaçados pelas intervenções da política energética em curso no País, Oswaldo Seva (2004) constatou a vulnerabilidade dos que são afetados por tais empreendimentos,

Pois não existe de fato um campo público e institucionalizado, uma instância específica, onde *quem discorda e quem terá prejuízo* sejam reconhecidos e onde possam entrar na negociação *sobre o projeto... E não sobre a licença ambiental* em si, nem sobre os termos do EIA, nem sobre suas promessas quase nunca cumpridas. (P.10).

No propósito de assegurar a condição primordial do lucro, o LA instala um conjunto de opções para o manejo das externalidades.⁸² Dessa forma, a racionalidade administrativa implica viabilizar o empreendimento e, para este fim, muitos artifícios são disponibilizados, como a flexibilização da norma ambiental. Segundo os autores,

Uma estratégia do empreendedor observada em todos os estudos de caso foi a postergação de decisões cruciais sobre a obra para fases posteriores à obtenção das licenças, através dos chamados - estudos complementares. Por intermédio deste dispositivo, o empreendedor apenas garante a manutenção do diálogo para a etapa subsequente do empreendimento e, deste modo, garante as licenças necessárias. Este procedimento tornou-se quase uma regra durante todo o licenciamento ambiental. (LEROY e ACSELRAD, 2009, 207).

A pesquisa sobre licenciamento levou à constatação de que

O processo de licenciamento ambiental funciona como uma linha de produção da aceitação pública dos empreendimentos. As críticas levantadas sobre a viabilidade do projeto e seus impactos são respondidas sob a forma de condicionantes, que se supõe passíveis de compensar o dano causado. (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 208).

O mecanismo extrajudicial - Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) – destinado a adaptar a conduta dos interessados às exigências legais, ilustra os mecanismos acionados pelos empreendedores para contornar os obstáculos à obtenção do licenciamento. A aplicação do TACs incide sobre situações em que ocorreu degradação, dispondo os procedimentos a serem cumpridos por quem se encontra em desconformidade em relação à legislação ambiental. Este instrumento destinado a corrigir ações de degradação, no entanto, é utilizado com um propósito inverso, pois,

Os TACs, porém, muitas vezes permitem que um empreendimento continue causando danos ambientais sem que os responsáveis sejam submetidos às punições previstas em lei, uma vez que permite ao empreendedor infrator adequar-se à normativa ambiental através de condicionantes e compensações. (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 208).

⁸²Immanuel Wallestein sustenta uma análise econômica da crise ecológica com base no eixo jurisdicional - os capitalistas não pagaram suas contas - que agora são impostas a toda a sociedade. Postula que o equilíbrio do sistema mundo depende da manutenção da taxa de lucro e o domínio ambiental deverá contribuir para sustentar esse equilíbrio e não ao contrário. “Esta crise estreitou de várias maneiras as possibilidades de acumulação de capital, fazendo das externalizações de custos a muleta, a alternativa mais prontamente disponível.” (WALLESTEIN, 2002, p. 118).

5.4.1 Aspectos metodológicos dos EIA\RIMA de Belo Monte

Os cientistas sociais Sônia Magalhães, Rosa Azevedo Mari e Edna Castro examinam as omissões e falhas na análise de dados sociais, econômicos e culturais no EIA-RIMA da UHBM do ponto de vista dos procedimentos metodológicos e de sua inserção no campo dos estudos da bacia do Xingu. As autoras apontam graves falhas no documento de mais de 20 mil páginas e enfatizam que o EIA RIMA da UHBM é negligente em relação à atenção à literatura nacional e internacional, ante os inúmeros e importantes estudos da região do Xingu. Descuidar de um elemento dessa ordem, segundo as autoras, tem inúmeras implicações na apreensão da realidade em consideração, principalmente “[...] para analisar as transformações sociais e, por conseguinte, as consequências do empreendimento para os diversos grupos sociais, para as dinâmicas territoriais e demais processos destas decorrentes.” (SANTOS, MARIN e CASTRO, 2009, p.26).

Tal conduta analítica, com possibilidades de ocasionar graves consequências locais, não é incomum nos estudos ambientais de licenciamento, como constataram as pareceristas,

Do mesmo modo, situações observadas em outros empreendimentos deste tipo, na região Amazônica, têm mostrado, de maneira dramática, tanto as inadequações metodológicas quanto a alta vulnerabilidade social que tem acompanhado esses grandes empreendimentos. Não há qualquer diálogo com a bibliografia que analisa estas experiências, sequer para fundamentar os impactos esperados. Deste modo, podemos afirmar que a ausência da bibliografia de referência certamente contribuiu para as inadequações e lacunas a seguir apresentadas, incoerentes com as práticas correntes de diagnóstico e análise nas ciências sociais. (SANTOS, MARIN e CASTRO 2009, p.23).

Considerando a questão populacional, as autoras observam que o EIA não atentou para as dinâmicas populacionais locais,

Assim, por problemas metodológicos acima mencionados e por exclusões arbitrárias, chega-se a um número de 2822 pessoas — diretamente atingidas na Região rural (EIA, 2009, p.23/24, vol.23). Uma metáfora numérica que, portanto, exclui: área de —sequeiro da Volta Grande; lotes inviáveis; ausentes do domicílio no momento da pesquisa; projeção de migrantes que potencialmente se instalarão nessas áreas e, ademais, projeção da faixa etária no momento da pesquisa e na efetivação do deslocamento compulsório. Esta seria a base mínima indispensável para assegurar algum grau de confiabilidade ao número da população que será efetivamente compulsoriamente deslocada e para a qual devem ser estimados os custos sociais, econômicos e ambientais. (P.33).

Na avaliação da composição do EIA/RIMA da UHBM, as autoras identificam um descompasso que compromete os resultados. O documento contém 20 mil páginas divididas em 37 volumes, a maioria dos quais dedicados ao diagnóstico, enquanto as medidas mitigadoras são reduzidas a volume único; o mesmo acontece com as sociedades indígenas que são abordadas no capítulo 36. Na elaboração dos diagnósticos, não se consideram as representações espaciais e territoriais dos habitantes da região, mas exclusivamente as áreas

de influência, tomadas como categorias fixas, e por áreas temáticas, incluindo ecossistemas físicos e bióticos e socioeconômico e cultural. A organização dos capítulos por temas é assistemática, fato que dificulta a leitura, em função da descontinuidade temática criada, como é exemplo o item cultura, tratado nos capítulos 6, 9, 21, 22, 23, 24 e 27. A consequência do isolamento é o descuido com as inter-relações da natureza com o domínio social. Com efeito, observam as autoras: “Aponta-se este como outro grave problema metodológico, no que pese a existência da análise global integrada, que não dá conta deste aspecto.” (SANTOS, MARIN e CASTRO, 2009, p. 38).

5.4.2 Análise da Saúde no EIA\RIMA da UHBM

A avaliação da área da saúde do projeto da UHBM ficou na responsabilidade do entomólogo Inocêncio Gorayeb, do Museu Emilio Goeldi, que previu, com base em estudos e simulações, drásticas modificações no meio ambiente da bacia do Xingu, em uma extensão muito superior àquelas indicadas no EIA-RIMA.

A formação do lago implicará a inundação de amplas áreas do rio e de suas margens tanto a montante quanto nas áreas dos canais de drenagem. A jusante da barragem, um efeito inverso afetará uma área de grande extensão, que estará sujeita a um regime de seca perene. Segundo Inocêncio Gorayeb,

Uma longa área da bacia do rio Xingu sofrerá impacto direto das alterações de dinâmica das águas, em todos os aspectos, físicos, químicos e biológicos. A extensão desta área com alterações de dinâmica não é comentada no RIMA, mas o rio Xingu não será o mesmo após a construção da AHE Belo Monte. Os impactos e as alterações não serão fatores que atuarão somente durante o processo de engenharia da AHE, mas permanecerão *ad infinitum* como um novo e imenso ecossistema estranho, no coração da Amazônia, criado pelo homem. (2009, p.76).

A formação artificial de um extenso lago estagnado provoca, como é sabido, a superpopulação de algumas espécies de insetos, dentre as quais os hematófagos vetores de doenças como a malária. A profusão de mosquitos, no entanto, observa o autor,

Mesmo as espécies não vetoradas, em superpopulação, chegam a inviabilizar a presença do homem e de animais (incluindo os domésticos e manejados) por causa do número de picadas, do estresse, incômodos e vulnerabilidade que causam aos animais. Vastas áreas onde a antropofilia de culicídeos é elevada se tornam insalubres para a permanência humana. A extensão desta problemática agravante, também é uma incógnita, mas poderá atingir os grandes núcleos urbanos de influência da AHE.(P. 77).

A possibilidade de surtos endêmicos de malária e de outras doenças tropicais implicará elevada gravidade em função do aumento da população humana na região, de maior vulnerabilidade, possibilitando o descontrole de doenças. Depois de apresentar uma série de medidas preventivas à malária, o autor observa que,

Várias destas medidas deveriam ser implementadas por um bom tempo antes do início do empreendimento, para se produzir um conhecimento mínimo que permita enfrentar o forte agravamento da malária, que certamente acontecerá com as alterações da AHE. Isto geralmente é transferido como obrigação do poder público, mas deveria ser embutido nos custos do projeto, para ações antes durante a após a instalação da hidroelétrica. (P. 78).

Ao considerar o problema da proliferação de insetos na hidroelétrica de Tucuruí, Philip Fearnside (2011) observou que,

No caso de Tucuruí, houve uma praga impressionante de mosquitos do gênero *Mansonia*, um tipo de inseto extremamente agressivo que pica tanto de dia quanto de noite. Isto aconteceu devido aos ventos predominantes, que na Amazônia sopram de leste para oeste, empilhando as macrófitas (plantas aquáticas) no lado oeste do reservatório. Esta margem estava encostada no assentamento da Gleba Parakanã,

levando os assentados a tentar, durante dois anos, conseguir um local diferente para morar (no final, desistiram e estabelecerem um novo assentamento por conta própria). Pesquisadores do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) registraram 600 picadas por hora em iscas humanas no assentamento. Nesse caso, assim como em reservatórios amazônicos em geral, houve uma explosão de macrófitas no início, cobrindo 40% do lago, mas com a diminuição da fertilidade da água ao longo dos anos, a área diminuiu e estabilizou-se em 10% após uma década. (P. 10).

Quanto à Saúde Pública na região, os especialistas desta área, José Marcos da SILVA e Rosa Carmina, observam que o EIA de Belo Monte “Não incluiu um diagnóstico situacional de saúde da população de referência para o empreendimento.” (COUTO e SILVA, 2009, p.88). Ao não utilizar a metodologia corrente no campo de saúde pública, isto é, o inquérito epidemiológico da área de influência, que requer a participação da comunidade, o aprofundamento das questões sociais e análise das relações entre os impactos ambientais e a saúde das comunidades e dos trabalhadores, o EIA de Belo Monte, que deixa estes aspectos ausentes da análise, é avaliado pelos autores como deficitário. Outro aspecto relevante apontado é que

O inventário das fontes de poluição é um parâmetro imprescindível e ponto de partida para elaboração de qualquer estudo/projeto ambiental. Trata-se de um empreendimento que apresenta elevado impacto ambiental, com reflexos no ambiente e na saúde pública. Sem esse inventário o EIA não se sustenta tecnicamente. (P.83).

O EIA/RIMA da UHBM não cobre os estudos sobre saúde, fazendo eco a prática identificada pela pesquisa de Cansio (2008, *apud*, COUTO e SILVA, 2009, p.84), de que entre nove EIA/RIMAS de hidroelétricas apenas uma delas seguia, ainda que com precariedades, as exigências relativas à saúde prevista nas normas de elaboração para licenciamento ambiental. Segundos os autores,

Não se observa nenhuma consideração aos danos e agravos à saúde, apesar da literatura inferir situações de risco ambiental para a saúde dos trabalhadores e consequentes mudanças no perfil de morbimortalidade da população frente ao empreendimento. [...] Observa-se que não foi abordado: as questões de saúde; os parâmetros ambientais com significância sobre a saúde humana; a avaliação sobre a morbidade e mortalidade; a estimativa de exposição das populações e nem foi feita uma análise de risco para a saúde humana. Também não foi apresentada uma avaliação de impacto significativo sobre a saúde, trabalho e ambiente. (P.84).

Destacam, neste quadro de negligências, a não integração dos municípios, “[...] que não estão sendo chamados a refletir estas questões e a se preparar para atender as novas demandas de saúde geradas pelos impactos negativos que estão e serão gerados na instalação e na operação da hidroelétrica.” E concluem que: “O empreendedor lança sobre o poder público e sobre a sociedade a responsabilidade pelos impactos negativos sobre a saúde das comunidades, o que representa a externalização dos impactos sobre o meio antrópico causados pela implantação de uma hidroelétrica.” (COUTO e SILVA, 2009, p.89).

5.4.3 As sociedades indígenas da bacia do Xingu e a construção da UHBM

O “Painel dos especialistas” contém duas seções dedicadas às populações indígenas, assinadas individualmente por Magalhães e Baines (2009), não obstante, praticamente todos os problemas decorrentes do projeto da UHBM, abordados nesta publicação, concernem à realidade indígena xinguna, como a segurança hídrica e alimentar que o projeto da UHBM ameaça⁸³; as questões de Saúde Coletiva decorrentes da formação do lago, do afluo de população humana atraída pelo empreendimento, os resultantes da emissão de poluentes pelas turbinas, etc.; a redução da vazão do rio Xingu, com perda de navegabilidade em trechos importantes da região; a perda da fauna aquática na Volta Grande do Xingu (VGX), com a desestabilização de atividades econômicas, entre outros problemas.

Um exemplo desta inter-relação da diversidade dos impactos do projeto Belo Monte com a condição da população indígena do Xingu é a inundação de extensa área da cidade de Altamira, em vista das relações desta população com o espaço urbano local, que a descrição de Antônio Carlos Magalhães (2010) esboça,

Por outro lado, há em toda esta região um rico quadro de índios nas cidades ribeirinhas cujas relações sociais com suas aldeias são mantidas até hoje. Na cidade de Altamira, por exemplo, são encontradas 17 etnias, que compõem um conjunto flutuante de 300 famílias, havendo uma grande mobilidade e uma grande relação entre cidade e aldeias, cidade e lotes rurais, cidade e garimpo. Além das relações sociais e econômicas que unem estes espaços, motivos de ordem prática justificam a presença cada vez mais crescente de índios na “cidade”, que incluem a inexistência de escolas nas aldeias que ofereçam além da 4ª série do ensino fundamental, questões de saúde, etc. (P. 37).

Quanto à população indígena que habita as margens do rio Xingu, Oswaldo Sevá (2005, p. 47) observa que “Fomos informados repetidas vezes a respeito de milhares de beiradeiros que mantêm contatos cotidianos, de interesse familiar, previdenciário e de atendimento de saúde, educacional e comercial com *Altamira*, mesmo residindo 50 km ou mais rio baixo ou rio acima da cidade.”

Na análise do EIA-RIMA de Belo Monte, Guimarães (2009) chama a atenção para os graves problemas de falhas e omissões que redundam em exclusões de grupos indígenas da condição de atingidos, como é exemplo a situação dos índios isolados, dos jurunas do

⁸³“Para os responsáveis pela elaboração do EIA segurança hídrica e alimentar são elementos propositalmente não incluídos nas discussões acerca da interdependência originada entre a mudança do curso do rio e a vulnerabilidade hídrica e alimentar a que estes grupos sociais serão submetidos. Esta estratégia marca a má fé utilizada pelos responsáveis pela elaboração dos estudos socioeconômicos e culturais do EIA.” (RAVENA, 2009, p. 50).

Paquiçamba, dos araras da Volta Grande e das famílias indígenas xipayas, kuruayas, jurunas, araras, kayapós, como também da população ribeirinha em geral.⁸⁴ O autor destaca entre os procedimentos adotados, que resultam em omissão da extensão dos atingidos entre grupos indígenas, a categorização da área prejudicada pelo projeto,

No tocante à definição das áreas de abrangência do AHE Belo Monte, foram empregadas classificações do tipo: área de influência direta/AID, área diretamente afetada/ADA, área de influência indireta/AII, área indiretamente afetada/AID. Aliada a estas, critérios de temporalidade, e de reversibilidade ou não, dos impactos, aos quais se somam possíveis relevâncias e magnitudes (baixa, média e alta). Essa forma de se colocar os atingimentos causados por projetos de grande porte sobre a população atingida, indígena ou não, é costumeira. Com isso, criam-se mecanismos para que tais empreendimentos se eximam de qualquer responsabilidade sobre os problemas sociais e econômicos deles advindos. Trinta anos depois, Tucuruí ainda hoje é um exemplo vivo, com os casos dos Gavião da Montanha e dos Assurini do Tocantins. (P. 63).

Do ponto de vista genealógico, tais procedimentos caracterizam não a má-fé dos empreendedores, ou meios de eludir responsabilidades econômicas, sociais e ambientais, mas a pertença destes elementos aos “dispositivos de segurança” que Foucault estudou em “Segurança, Território e População”, com base na escassez alimentar e na varíola na Europa do século XVIII. Nestes exemplos, o que se mostra é que não se busca impedir fenômenos como a escassez alimentar, com toda a gravidade social e política que implicava à época. Não instaurar a partilha entre o proibido e o permitido, mas “[...] é a partir dessa realidade, procurando apoiar-se nela e fazê-la atuar, fazer seus elementos atuarem uns em relação aos outros que o mecanismo de segurança vai funcionar [...] de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou frei, ou regule.” (FOUCAULT, 2008b, p.61). Ou seja, os dispositivos de segurança, não barram o acontecimento, mas fazem funcionar em relação a eles outros elementos da realidade, levando a que, de certa forma, se anule. Trata-se da gestão de impactos no propósito de manter o nível de degradação aceitável em relação a fatores como, por exemplo, o desenvolvimento econômico.

Ao concluir a análise do EIA-RIMA da UHBM, Magalhães indaga,

Como se pretende a construção de tal empreendimento, com todas as consequências nele contidas quando se tem terras indígenas ainda não demarcadas, demarcadas e intrusadas, com revisões de limites pendentes, etc. Para onde irá a população que intrusou terras indígenas e ainda não foi dali relocada? Não há qualquer menção aos custos e ao tempo necessário para todos esses procedimentos! Quem arcará com as despesas? Embora ao longo de todos os textos referentes à questão indígena haja menções a planos e programas de apoio, isso, de fato, não passa de retórica! Não há

⁸⁴ Quanto à população indígena da Volta Grande do Xingu, Oswaldo Sevá (2005, p. 45), observa que, “O CIMI – Conselho Indigenista Missionário, de *Altamira* registra, em 2003, um total de quase 400 pessoas, agrupadas em dezenas de famílias Xipaia, Curuaia, Caiapó, e em um aldeamento de índios Arara do Pará, um povo que se espalha nas duas beiras do Xingu e nas ilhas da Volta Grande, especialmente nas localidades *Ilha da Fazenda e Maías* [...]”.

quantificação, por exemplo, sobre o número de postos de vigilância, o reavivamento de picos demarcatórios, a construção de postos de saúde e de infraestrutura, etc. Não há impactos quantificados. Não há qualquer menção aos custos de todos esses procedimentos! Por fim, é lamentável que os estudos não desenvolvam argumentos sobre as perdas sociais e culturais que este empreendimento pressupõe em uma região que se distingue por sua diversidade étnica, social e histórica. (2009, p. 68-69).

Baines (2009), a propósito dos planos e projetos dos empreendedores de apoio às populações indígenas previstos no EIA-RIMA de Belo Monte, observa que,

O Plano de Fortalecimento Institucional e Direito Indígenas inclui o - Programa de Fortalecimento das Instituições Indígenas, que tem entre seus objetivos: - apoio à estruturação de associações indígenas (RIMA, p.173). Planeja-se a criação de associações indígenas atreladas a um Programa Indigenista que está atrelado à obra, como já existe entre os Waimiri-Atroari nos estados de Amazonas e Roraima. Assim, promovem-se lideranças indígenas que servem de porta-vozes dos interesses da obra e das empresas envolvidas, agindo para impedir a criação de qualquer associação indígena independente que possa participar do movimento político indígena regional, nacional e internacional, fora do controle empresarial. (P. 73).

Perante a atual política energética do País, a condição política das etnias indígenas do norte do País é reconhecidamente vulnerável. O depoimento de dois pesquisadores descreve a situação desta população,

[...] o envolvimento tardio de antropólogos e outros especialistas não conduziu às reorientações necessárias nos procedimentos que as empresas vinham tendo para com os indígenas. A atuação do órgão de assistência, a FUNAI, sintonizada com os interesses das empresas do setor elétrico, nos casos em questão, dificilmente poderia ter sido pior. Isso permitiu a apropriação das terras indígenas; a protelação do processo de regularização dessas terras; a colaboração, sem crítica, na transferência compulsória das populações afetadas; a negligência na adequada negociação das compensações pelos prejuízos; e, finalmente, a subordinação explícita do órgão às empresas do setor elétrico. As iniciativas visando ao reparo destas situações decorreram fundamentalmente de pressões internas e externas, sempre tardias, e tendo efeitos limitados. (...) Especificamente para as populações indígenas, todas as experiências vivenciadas em relação à implantação de projetos hidrelétricos foram desastrosas. As iniciativas de mitigação dos prejuízos sempre foram parciais e de feitos limitados, tendo as empresas do setor elétrico dificuldades em realmente compreender as reais dimensões da questão. (SANTOS e NACKE, 2003, p. 13, *apud* SEVÁ, 2005, p. 49).

Apresentamos a seguir o quadro 1, com as hidroelétricas construídas, em construções e planejadas na Amazônia Brasileira e os povos indígenas que foram ou serão atingidos por estes empreendimentos estatais. A ilustração mostra a expansão da PEN na Amazônia Brasileira, que avança sobre o Maranhão, a Amazonas, Goiás, Rondônia, Tocantins e Pará, com oito hidrelétricas entre construídas e em construção. A tabela identifica as etnias sujeitas aos efeitos negativos do projeto da UHBM sobre as formas de vida indígena, com um total de nove grupos indígenas, aos quais se acrescem a população indígena que vive nas cidades, a que vive nas margens do Xingu e dos seus afluentes e os povos isolados. O autor não integrou

as usinas acima da barragem de Belo Monte, das quais, entretanto, se tem indícios de que serão construídas. Seriam mais cinco hidrelétricas que elevaria o total, entre construídas, em construção e projetadas, para 15 unidades.

QUADRO 1. POVOS INDÍGENAS E HIDROELÉTRICAS NA AMAZÔNIA

Povos Indígenas	Hidroelétrica	Localização: Rios/Estados	Potencial de Geração de energia (MW)	Situação
Parakanã, Gavião, Asurini Tocantins	Tucuruí	Tocantins, Pará	8.370	construída
Waimiri-Atroari	Balbina	Uatumã, Amazonas	250	construída
Arara, Gavião, Suruí	Samuel	Jamari, Rondônia	216	construída
Karipuna, Karitiana e Uru Eu Wau Wau 05 povos indígenas isolados	Santo Antônio	Rio Madeira, Rondônia	3.150	em construção
	Jirau	Rio Madeira, Rondônia	3.300	em construção
Munduruku, Kayabi, povos indígenas isolados	CHTapajós: 5 hidrelétricas – Rio Tapajós: São Luis do Tapajós e Jatobá; Rio Jamanxim: Cachoeira dos Patos, Jamanxim e Cachoeira do Caf	Rios Tapajós e Jamanxim, Amazonas e Pará	10.682	Planejado
Krahô, Apinajé, Xerente, Kanela, Javaé	Estreito	Rio Tocantins, Maranhão e Tocantins	1.087	em construção
Avá Canoeiro	Serra da Mesa	Goias	1.275	construída
Krahô, Krikati, Apinajé	Serra Quebrada	Maranhão e Tocantins		proposta
Juruna do Paquiçamba, Juruna da Boa Vista, Arara da VGX, Arara do Iriri, Asurini do Xingu, Araweté, Parakanã, Xikrin do Bacajá, Kayapó; índios citadinos, índios ribeirinhos; Povos Indígenas isolados	Belo Monte	Rio Xingu, Pará	11.000 MW	Emconstrução

Fonte: MAGALHÃES, 2010, p.34.

se estende na direção Norte, entra no Pará pela fronteira Sul e segue até um pouco além do paralelo 2 graus Sul, perto das cidades de *Portode Moz e Gurupá*.” (SEVA, 2005, p. 32).

O mapa localiza sete barramentos planejados para formar, com seis hidroelétricas, o “Complexo Hidroelétrico do Xingu”: Belo Monte, Pimentel, Babaquara, Ipixuna, Iriri, Kokraimoro e Jarina; mostra os diques, os acessos alternativos às obras, as áreas de inundação, a área sujeita a catástrofe ecológica pela diminuição do volume de água; as terras indígenas (TI); as unidades de conservação federal e as unidades de conservação estadual. Expõe a extensão dos impactos destas obras sobre as TIs e evidencia que as barragens acima de Altamira estão em domínios indígenas.

Seguindo o curso natural do Xingu, a partir do noroeste de Cuiabá, temos a barragem de Jarina que inundaria áreas do Parque Indígena do Xingu (PIX), da TI Capoto-Jarina e da TI Menkragnoti. O segundo barramento tem um nome Kaiapó – Kokraimoro - e inundaria grande extensão da TI Kaiapó. “A represa encobriria a Cachoeira da Pedra Seca, também afogaria os afluentes rios Preto, Pereira e José Bispo, terras ribeirinhas dentro da TI Kaiapó, onde em 1998 moravam 2866 Kaiapó de vários grupos, 19 inclusive dos Kokraimoro [...]” (SEVÁ, 2005, p. 39). O autor prevê, ainda, que

A hipotética represa Kokraimoro se estenderia para o Sul, com uma grande barriga virada para o Oeste, avançando rio acima, na margem direita cobrindo terras e afogando rios da TI Kaiapó, na esquerda os da TI Menkragnoti, e mais ao Sul ainda, poderia atingir até as terras identificadas, mas não demarcadas dos Kaiapó grupo Kuben Kran Ken, que eram 82 pessoas em 1998. (P. 39).

O terceiro barramento, a represa de Ipixuna, inundaria parte da TI Apyterewa, dos Parakanã, ainda não homologada e destruiria as condições de existência desta etnia. Alagaria o igarapé do Pombal, as localidades de São Sebastião, São Francisco e Triunfo; e provocaria algo desconhecido, inaceitável: submergir a cidade de São Felix do Xingu, um loteamento do Instituto de Terras do Pará, próximo deste município e vários povoados ribeirinhos. (SEVA, 2005). A quarta barragem - do Iriri - faria surgir a maior área alagada do Xingu depois de Babaquara; atingiria a TI dos Arara; e no rio Curuá, o maior afluente do Iriri, “[...] afogaria as localidades de Entre Rios, Cajueiro, Bonfim e pelo menos duas aldeias Xipaia - Curuaia, uma na TI Curuá, delimitada, mas ainda não homologada, onde moravam 91 pessoas em 1999, outra na TI Xipaia, que estava em fase de identificação no ano de 2000, com 67 pessoas.” (SEVÁ, 2005, p. 40). A imensa área a ser inundada pela barragem de Iriri deixaria represada a metade do rio Iriri e a metade do rio Curuá.

A quinta barragem é a de Babaquara, hoje denominada usina de Altamira, que tem a ela associada a barragem de Pimental, a sexta da série. Segundo Oswaldo Sevá (2005),

Babaquaraseria, sozinho, o terceiro maior projeto em toda a bacia amazônica e no país em termos de capacidade instalada (os dois maiores projetos para os rios brasileiros eram os da usina Kararaô prevista para 11.000 MW e da usina Itaituba, no Tapajós, com 13.000 MW). A represa da famosa usina hipotética Babaquara seria a mais extensa do país e a segunda mais extensa no Mundo. (P. 41).

O reservatório de Babaquara tem uma área prevista de 6140 km² e inundaria a terra indígena Koatinemo, a TI dos Araweté do Ipixuna, a TI Kararaô, e as duas TI Araras.

Belo Monte seria a sétima barragem, projetada para inundar uma área entre 1225 km² no primeiro e 470 km² no segundo plano. A modificação do primeiro projeto decorreu da resistência indígena em 1989. Segundo Oswaldo Sevá,

As mudanças feitas pelos engenheiros subtraiu de fato, mais de 700 km² da área inicial a ser inundada, e ao invés de quase afogar os Juruna, deixaria a aldeia no trecho do rio abaixo do paredão da barragem Pimental. No trecho fluvial que ficaria por muitos meses bastante baixo, por causa da retenção da água na represa e do seu desvio pelos canais. (P. 45).

Alguns autores no “Painel” e fora dele opõem-se de maneira mais resoluta ao projeto da UHBM. Uma das estratégias de enfrentamento crítico ao projeto é a denúncia da manobra adotada pelo Estado de negar a perspectiva de construção de outras hidrelétricas no rio Xingu. Baines (2009, p. 70) abre seu artigo no “Painel” afirmando que “Tentar avaliar o EIA/RIMA e os documentos divulgados pelo setor elétrico sobre a possível construção da UHE Belo Monte e as populações Indígenas faz pouco sentido fora do contexto mais amplo da proposta de implantação desta UHE.” E cita Célio Bermann (2002), para quem

A concepção do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Xingu não se modificou ao longo dos anos. Podem ter ocorrido alterações de concepção de Belo Monte, mas a estratégia, inclusive de ocupação do território, é praticamente a mesma. Embora oficialmente o discurso seja apenas de uma usina, de vez em quando, o Muniz, presidente da Eletronorte, dá uma derrapada. É nisso que a gente tem insistido. O problema não é analisar Belo Monte enquanto um projeto. Precisamos considerar o conjunto de projetos na bacia, que, além de Belo Monte, envolve Altamira (antiga Babaquara), Ipixuna, Krokaimoro e Jarina. O que se tem, na verdade, é um projeto de transformar o Xingu numa grande 'jazida de produção de megawatts'. Belo Monte é a primeira, que não se viabiliza sem a construção das outras. Ela sozinha não assegura energia firme suficiente ao longo de todo o ano, o que só é possível com a construção de outras barragens acima do rio. (BERMANN, 2002, *apud* BAINES, 2009, p.70).

A este respeito, Philips Feanside (2011) acentua que

O problema é a chamada “mentira institucionalizada”, ou seja, as afirmações oficiais anunciadas desde 2008 de que seria construída apenas uma barragem (Belo Monte) no rio Xingu. Qualquer outra barragem a montante resultaria em um impacto real de Belo Monte muitas vezes maior do que é oficialmente admitido. Belo Monte, sozinha, é completamente inviável economicamente, como foi mostrado pela análise detalhada feita pela ONG Conservação Estratégica (disponível em http://conservationstrategy.org/sites/default/files/fieldfile/4_Belo_Monte_Dam_Report_mar2006.pdf)

f). O fato de algumas empresas estarem dispostas a investir na obra indica que elas estão contando com outro cenário, considerando mais barragens rio acima. (P.5).

Para esse autor, a avaliação do projeto de Belo Monte deve partir da questão das *barragens rio acima*, haja visto que,

O Brasil atualmente não tem um mecanismo jurídico confiável para que seja feito um compromisso irrevogável no quesito de não fazer as barragens a montante. O que existe é uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) dizendo que apenas Belo Monte seria feito. No entanto, este conselho está composto principalmente de ministros, que mudam a cada novo mandato presidencial. O CNPE pode facilmente mudar de opinião no futuro, revogando a sua decisão de 2008 e permitindo a construção de mais barragens. (FEANSIDE, 2011, p.7).

Segundo Baines (2009), o projeto de Belo Monte é o plano derrotado em 1989 com nova roupagem,

Tudo indica que a proposta nova de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte seja uma versão ligeiramente modificada do Complexo Hidrelétrico do Xingu, e se este projeto for ressuscitado, com nova roupagem, os impactos para as populações indígenas de todo o vale do rio Xingu e seus afluentes serão muito maiores do que aparecem no EIA-RIMA atual apresentado, que já admite enormes impactos sobre as populações indígenas e regionais e sobre o meio-ambiente. (P. 72).

Considerando a efetividade destas avaliações e dos prognósticos apresentados, resta claro que o processo em curso na bacia do Xingu resultará no extermínio das etnias indígenas da região, com a destruição das condições de existência indígena destas populações. Um elemento decisivo deste processo é a construção da UHBM, não obstante, reações políticas dúbias, mornas, com a tibieza da ausência do sentido do intolerável não estão ausentes no campo ambiental nacional ante a deflagração do processo, em fevereiro de 2011, pelo IBAMA. O posicionamento da ABA neste momento pode servir de baliza para mensurar o domínio do *éthos* ambiental no País. A aprovação do EIA-RIMA de Belo Monte levou a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da ABA (2011) a emitir nota pública em que afirma,

A prosseguir desta maneira o empreendimento poderá trazer consequências ecológicas e culturais nefastas e irreversíveis, configurando para o Governo Federal uma situação social explosiva e de difícil controle. Além de, no cenário internacional, colocar o país na contra mão do respeito aos direitos das populações indígenas, como também de outros segmentos afetados igualmente por grandes projetos. (CAI-ABA, 2011, p.3).

Ao situar em primeiro lugar o ecológico, em segundo o cultural e não fazer referência direta ao extermínio das populações indígenas, a ABA adota a posição crítica corrente no meio acadêmico e ambiental do País, com maior afinidade do que ruptura, mais senso do que dissenso com a forma de ser assim governado.

5.5 A bacia fluvial do Xingu e o Estado brasileiro

A história do rio Xingu reintegra, à história nacional, a história dos povos indígenas. De fato, como afirmou o missionário Erwin Kraütler (2008), “A história dos índios é uma história de rios de sangue derramado.” Não seria inapropriado, não obstante, afirmar que a bacia do Xingu foi (não se pode mais dizer é) um paraíso étnico nos trópicos. A Política Energética Nacional (PEN) impossibilita situar no passado a condição xinguanã de *rios de sangue indígena derramado*; de se ver na barbárie colonizadora europeia, na conversão cristã, na epopeia inverossímil dos bandeirantes, apenas horrores do passado. O PAC e o PEN reverberam a cadeia do tempo histórico; fazem retornar, circular, irromper sobre as velhas aldeias os horrores do passado; mesclam às imemoriais chacinas, à indômita fúria assassina de antigos desbravadores a sede de lucro de jovens executivos, a gana de poder e de dinheiro de homens de urbanidade, de projetos, decretos, leis e determinações irrevogáveis da história nacional, essa história dos rios de sangue indígena derramado.

Atribui-se ao etnólogo alemão Karl von den Steinen, em viagem de 1884, a descoberta da bacia do Xingu, como região indígena de convívio intercultural dos quatro troncos linguísticos indígenas brasileiros, o Tupi, o Aruak, o Karib e o Jê (RIBEIRO, 1957; RIBEIRO, 1979; GALVÃO, 1960). O primeiro núcleo permanente de uma administração nacional na região é de 1946 - o Posto Indígena Capitão Vasconcelos - criado pelos irmãos Vilas Boas, iniciativa que levou à aprovação, em 1952, do projeto de reserva indígena e de flora e fauna - Parque Indígena do Xingu - e a criação, em 1961, pelo Decreto-Lei nº 50.455, do Parque Nacional do Xingu (RIBEIRO, 1979; SEVÁ, 2005).

Na história contemporânea das relações da bacia fluvial do Xingu e o Estado brasileiro sobressaem as intervenções iniciadas durante o governo militar (1964-1985). A indignação de Dom Erwin Kraütler, ante um ato da inauguração da Transamazônica, expressa uma faceta desta história,

Foi a época do “Integrar para não entregar”. Não entendi e jamais entenderei como o presidente podia ficar “emocionado” ao ver uma majestosa castanheira cair morta. Não entendi as palmas delirantes da comitiva desvairada diante do estrondo produzido pelo tombo desta árvore, a rainha da selva. Aplauso para quem e em razão de que? A placa fala da “conquista deste gigantesco mundo verde”. A implantação do marco pelo presidente não passa de um ato cruel, bárbaro, irracional, macabro. O que significa “conquistar”? É “derrubar”, “abater”, “degolar”, “matar”, “assassinar”? Um emocionado presidente inaugura a destruição da selva milenar! Por incrível que

pareça, derrubar e queimar a floresta é doravante sinônimo de desenvolvimento e progresso. (KRAÜTLER, 2005, p.9).⁸⁵

O etnólogo Eduardo Viveiros de Castro (2006) aborda, com igual indignação, outra faceta destas relações ao considerar o projeto de *Emancipação Indígena* do governo militar,

O propósito era emancipar, isto é, retirar da responsabilidade tutelar do Estado os índios que se teriam tornado não índios, os índios que não eram mais índios, isto é, aqueles indivíduos indígenas que “já” não apresentassem “mais” os estigmas de indianidade estimados necessários para o reconhecimento de seu regime especial de cidadania (o respeito a esse regime, bem entendido, era e é outra coisa). [...] Mas a filosofia da legislação brasileira era justamente essa: todos os índios “ainda” eram índios, no sentido de que um dia iriam, porque deviam, deixar de sê-lo. Mesmo os que estavam nus no mato, com seus proverbiais cocares de plumas, seus colares de contas, seus arcos, flechas, bordunas e zarabatanas, os índios com “contato intermitente” ou os “isolados” – mesmo esses ainda eram índios. Apenas ainda; ou seja, ainda, apenas, porque ainda não eram não índios. O objetivo da política indigenista de Estado era gerenciar (e, por que não?, acelerar) um movimento visto como inexorável (e, por que não?, desejável): o célebre “processo histórico”, artigo de fé comum aos mais variados credos modernizadores, do positivismo ao marxismo. Tudo o que se “podia fazer” era garantir – isso para os mais bem-intencionados – que o “processo” não fosse demasiado brutal. (P. 2).

As iniciativas colonizadoras do governo militar na Amazônia brasileira repercutem na vida indígena de forma trágica, um episódio desta história da década de 1970, que implicou a quase extinção dos suyás, etnia que teve sua “xinguanização”⁸⁶ narrada, em 1884, por Karl von den Steinen, é descrita por Anthony Seeger (1974), nos seguintes termos:

Durante décadas eles lutaram contra o cerco dos neobrasileiros e sofreram retaliações, tendo suas aldeias queimadas e seus filhos mortos. Quando começaram a estabelecer contato pacífico com moradores brasileiros locais, foram envenenados com carne de anta envenenada e grande parte de um grupo local pereceu. Cerca de um ano mais tarde, de acordo com um informante, entraram em contato com uma turma de pacificação. Lamentavelmente, jornalistas convidados para presenciar o encontro, contagiaram-nos de gripe. De volta a suas aldeias muitos morreram. A FUNAI estima a população dos Suyá ocidentais em 1200. Minhas genealogias indicam que uma estimativa de 400 é mais razoável. Dos 400 existentes por ocasião do envenenamento, apenas sobreviveram 41 levados à reserva do Xingu. A maior parte deles morreu de envenenamento e de doenças. Alguns fugiram dos homens que os traziam ao Xingu e morreram

⁸⁵ “O projeto de estradas e de colonização do governo Médici afetou diretamente nada menos que 161 povos indígenas, mais de 90 por cento do total na Amazônia. Os Panará sofreram as consequências da abertura da rodovia Cuiabá-Santarém: em menos de dois anos, sua população, estimada em 400 pessoas, ficou reduzida a 79 (Arnt *et al* 1998). Os Parakanã foram “pacificados” durante a construção da Transamazônica, perdendo 45 por cento de sua gente em 12 meses (Bourne 1978). Em 1974-75, os Yanomami afetados pela Perimetral Norte tiveram uma redução populacional de 22 por cento nas quatro aldeias mais próximas da construção; três anos depois, mais 50 por cento de outro conjunto de comunidades caíram vítimas de uma epidemia de sarampo alastrada graças ao rápido trânsito pela rodovia (RAMOS 1979: 222-23).” (RAMOS, 2011, p.6).

⁸⁶ Berta Ribeiro (1979, p. 20) define o termo: “O sistema gerado pelo convívio e interinfluência das tribos do alto Xingu passou a ser conhecido como “área do uluri” – a minúscula tanga feminina usada por todas as mulheres – ou “cultura xinguanã”, designações dadas por Eduardo Galvão. Caracteriza-se pela “...uniformidade em aspectos essenciais, sobretudo aqueles que dizem respeito às técnicas que asseguram a subsistência, a artefatos e a algumas instituições religiosas e sociais (GALVÃO, 1953: 3).”

antes que uma expedição saísse à sua procura. (SEEGER, 1974, p. 65, apud RIBEIRO, 1979, p. 28).

A oposição de Dom Kraütler é rigorosa e lastreada por mais de quatro décadas de dedicação aos povos indígenas do Xingu e às comunidades quilombolas e ribeirinhas xinguanas. Ele destaca um aspecto relevante do nexa entre a “frente de expansão” para o Norte, dos anos de 1970, e a atual política energética em curso nesta região do País:

Mas, embutido no Projeto de Integração Nacional já se encontrava outro plano. As rodovias que sangravam as florestas cortavam também os grandes rios amazônicos, exatamente nas proximidades das principais quedas d’água, prevendo em médio prazo a possibilidade de construir barragens para geração de energia. A Rodovia Transamazônica foi inaugurada em setembro de 1972. Já em 1975, a Eletronorte contratou a firma CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores) para pesquisar e indicar o local exato de uma futura hidrelétrica. Em 1979 o CNEC terminou os estudos e declarou a viabilidade de construção de cinco hidrelétricas no Xingu e uma no rio Iriri, escolhendo inclusive os nomes para as mesmas, todos eles indígenas: Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina e Iriri. Por que nomes indígenas, já que a existência dos povos indígenas deve ser ignorada? Os Juruna, Xipaia-Curuiaia, Kayapó, Arara, Assurini, Araweté e Parakanã não contam. Sem dúvida se achará uma “solução” para eles, mesmo que esta se transforme em “solução final”, a famigerada “Endlösung” que o nazismo encontrou para os judeus. Os nomes indígenas para as hidrelétricas projetadas seriam assim um “in memoriam” para estes povos que, junto com as famílias de seringueiros, pescadores e ribeirinhos, “cediam” suas terras ancestrais para o progresso e desenvolvimento da região. (KRAÜTLER, 2005, p. 10).

A inclusão no traçado da Transamazônica de cachoeiras da bacia hidrográfica amazônica com potencial de aproveitamento energético, denunciado pelo autor, revela não a linha de continuidade entre o governo militar e o atual governo do PT, como ressaltam ambientalistas brasileiros em nome da Teoria do Desenvolvimento Sustentado⁸⁷, mas um vínculo definitivo entre o projeto apresentado em 1979 pela CNEC, que prevê a construção de seis usinas na bacia do Xingu, e a construção da UHBM. O atual governo PT desvincula, em uma manobra evasiva, a construção da primeira usina no rio Xingu, da série prevista no projeto da CNEC. As quatro décadas de avanços dos interesses mundiais implicados na atual PEN, não obstante, apontam para a dimensão maior que tal política energética deverá assumir. Esta questão é enfatizada por militantes como Célio Bermann (2002), Oswaldo Sevá (2004), Philip Fearnside (2011), Erwin Kraütler (2011), entre outros, que reconhecem que tal intervenção, na medida em que se realizar, destruirá as formas de vida indígena na bacia do Xingu. Retorno ao ponto mais adiante.

⁸⁷ Estabelecer a relação entre a PEN do governo PT, com a posição do governo militar dos anos de 1970, tachada de Desenvolvimento a Qualquer Custo, é um procedimento que, ao enfatizar questões atinentes a estilos de desenvolvimento, desfoca os vínculos da política energética da década 1970 e da atual, com o ordenamento mundial, iniciado com a primeira crise do petróleo, que desloca para a periferia do sistema capitalista os problemas e a produção de energia mundial. (FEARNSIDE, 2011; PEDRÃO, 2009).

As duas intervenções do governo militar na Amazônia brasileira, aqui consideradas, têm importantes desdobramentos regionais. O “Projeto de Emancipação Indígena”, do qual Viveiros de Castro (2006, p.4) explicitou o sentido “[...]em vista do fim mais ou menos inconfessável que o Estado se colocava, o de violentar os direitos das comunidades e das pessoas indígenas.” E o “Projeto de Integração Nacional”, voltado, como explicitou Erwin Kraütler (2011, p.2) a “conquistar a floresta”. Em relação ao primeiro consta uma dimensão positiva que Viveiros de Castro descreveu,

Foi em reação a esse projeto de desindianização jurídica que apareceram as Comissões Pró-Índio e as Anais (Associação Nacional de Ação Indigenista); foi também nesse contexto que se formaram ou consolidaram organizações como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o PIB, o “Projeto Povos Indígenas no Brasil” do CEDI (o PIB, como todos sabem, está na origem do ISA). Tudo isso surgiu desse movimento, que se constituiu precisamente em torno da questão de quem é índio – não para responder a essa questão, mas para responder contra essa questão, pois ela não era uma questão, mas uma resposta, uma resposta que cabia “questionar”, ou seja, recusar, deslocar e subverter. (P.1).

O movimento político a favor dos índios tem seu ponto alto na Constituição de 1988 que, segundo Viveiros de Castro,

[...]interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desindianização, ao reconhecer que ele não se tinha completado. E foi assim que as comunidades em processo de distanciamento da referência indígena começaram a perceber que voltar a “ser” índio – isto é, voltar a virar índio, retomar o processo incessante de virar índio – podia ser interessante. Converter, reverter, perverter ou subverter o dispositivo de sujeição armado desde a Conquista de modo a torná-lo dispositivo de subjetivação; deixar de sofrer a própria indianidade e passar a gozá-la. (P.4).

Quanto ao Projeto de Integração Nacional, destaca-se a expansão, desde os anos de 1970, de setores voltados à exportação⁸⁸, como a pecuária, a extração de madeira, a mineração, o agronegócio e a produção de energia, que foram impulsionados por programas governamentais como o “Brasil em Ação” e o “Avança Brasil”; atualmente esse processo é conduzido, no contexto nacional, pelo PAC, e foi ampliado, no plano continental, pelo projeto *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura⁸⁹ Regional Sul-Americana (IIRSA)*, articulação sul-americana que reúne 12 países da região: Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru, Guiana, Suriname, Venezuela, Argentina, Uruguai e Paraguai. Este grupo de países pan-

⁸⁸Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 40 empresas que atuam no Pará foram responsáveis por 96,14% das exportações do País em janeiro de 2010, apresentando o montante, em milhões de dólares (US\$ fob), de 519.424.398,015. A maioria é de mineração e, em menor proporção, as de celulose, carne e soja.

⁸⁹Esta infraestrutura consiste em obras de grandes impactos sociopolíticos e ambientais, como estradas, ferrovias, hidrovias, barragens e usinas hidroelétricas, linhas de transmissão de eletricidade, gasodutos e oleodutos, pontes, portos e aeroportos.

amazônicos e não amazônicos visa à exploração dos respectivos recursos naturais para aumentar a “competividade” no mercado mundial. Segundo Carvalho (2010),

O objetivo do PAC é muito semelhante ao da IIRSA que é de integrar a Amazônia às outras regiões do país, também objetivando garantir o acesso de grandes empresas aos recursos naturais existentes na região, através da construção de estradas, hidrovias, da garantia de energia para as atividades produtivas **eletro intensivas**, isto é, que necessitam de muita energia como as aciarias e as mineradoras, cada vez mais presentes na região. (P.18).

Constata-se, portanto, que os desdobramentos das iniciativas do governo militar na região Norte seguem um curso ativo atrelado às transformações da economia mundial dos anos de 1970.⁹⁰

De fato, é importante elucidar os elementos que sustentam a PEN e conduzem os atuais governos neoliberais do País a fechar posição diante da decisão de construir a UHBM, uma vez que o projeto sofreu derrotas políticas e jurídicas importantes, como a de 1989 e a de 2002. A primeira foi diante da comoção nacional gerada pela resistência indígena ao projeto no “Encontro dos Povos Indígenas em Altamira” e a segunda por decisão judicial.⁹¹

A indústria de energia hidroelétrica no Brasil⁹² interiorizou, ao longo de quatro décadas, a tecnologia do setor à economia nacional, fato que faz deste setor industrial um grupode pressão para a solução, hoje adotada no País, de centrar a política energética exclusivamente na expansão da capacidade produtiva, ou seja, na construção de mais hidroelétricas. É preciso considerar, não obstante, que há mais de meio século o Brasil utilizaem larga escala seus rios para a produção de energia, esgotando a maioria das bacias hidrográficas, como é o caso da bacia do Paraná, que já utilizou mais de 70% da sua capacidade, e as do São Francisco e do Tocantins, que já ultrapassaram os 50%. De fato, a única região disponível para essa expansão é a Amazônia, com aproveitamento de 0,7% do seu potencial. (SCOTTO, 2010).

⁹⁰Trata-se da passagem da acumulação fordista de capital para o processo chamado “flexível”. Ver a esse respeito David Harvey (1989) - “A condição pós-moderna.”

⁹¹“Em fins de 2000 a Eletronorte firmou contrato com uma fundação chamada Fadesp, ligada à Universidade Federal do Pará, através da qual foram formadas equipes de pesquisadores para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. As condições desse contrato e a tentativa de obter a licença ambiental apenas no âmbito paraense, da Secretaria estadual de Tecnologia e Meio Ambiente, motivaram a iniciativa em 2001, do Ministério Público Federal em Belém, de peticionar uma Ação Civil Pública, e um dos pontos fortes de questionamento era a obrigatoriedade de consultar os indígenas das Terras Indígenas que fossem afetadas, e obter autorização do Congresso Nacional (*artigo 231 da Constituição Federal*). A decisão judicial decorrente dessa Ação Civil Pública foi a de embargar o EIA e o processo de licenciamento, decisão tomada em primeira instância em Belém, ainda em 2001, e mantida até a última instância, em Brasília.” (SWITKES e SEVÁ, 2005, p.16)

⁹²Segundo Gabriela Scotto (2010, p.23-24). “No Brasil de hoje o maior volume de investimentos em produção de energia se concentra em poucas tecnologias (**hidroeletricidade** e **termoeletricidade**) e em poucos combustíveis (petróleo, gás natural e água). [...] Diferentemente da grande maioria dos países, o Brasil tem nos rios sua principal fonte de geração de energia elétrica, pois cerca de 88% da eletricidade gerada é produzida por usinas hidrelétricas.”

Constata-se, entretanto, que o uso dominante da energia produzida no País é para o consumo industrial em produtos primários de exportação⁹³, como alumínio, siderurgia, metalurgia, ferroligas, papel e celulose e química. São as chamadas indústrias eletro intensivas que se caracterizam pela pequena geração de empregos e baixa produtividade em proporção ao grande consumo de energia elétrica. (CARVALHO, 2010; SCOTTO, 2010; FASE, 2004; MAB, 2008; PINTO, 2006; PROCHNOW, 2007; FEARNESIDE, 2011). O País exporta natureza em forma de eletricidade no interesse dos países do capitalismo central associado ao capital financeiro aqui atuante.⁹⁴

A “Integração Nacional”, portanto, está em plena expansão. É o que Gabriela Scotto constata, com base em Carneiro Filho e Souza (2009),

Estão operando hoje na Amazônia Legal 16 usinas hidroelétricas (UHES) e 67 Pequenas centrais Hidroelétricas (PCHs, com até 30 MW de potência instalada). Existem outras 177 PCHs e 70 UHEs planejadas. Para a Região Norte, até 2010, o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) prevê investimentos de R\$ 24,3 bilhões em dez UHEs e seis PCHs, além de R\$ 5,4 bilhões em 4,7 mil quilômetros de linhas de transmissão. Segundo os planos do governo, 66% da expansão da geração de energia elétrica prevista para o Brasil até 2020 de 43.787 megawatts deverão acontecer na região. (P. 26).

A base do consumo de energia na região Norte é a indústria de mineração e o setor cresce atualmente em ritmo acelerado.⁹⁵ Gabriela Scotto, com bases em dados do DNPM/AMB/IBRAM, identificou uma expansão da produção de minérios entre o ano 2000 e 2008 com os seguintes valores ano: 2000 - 14.746; 2001 -16.225; 2002 -22.517; 2003 - 22.859; 2004 - 31.467; 2005 - 38.230; 2006 - 46.000; 2008 -51.000. Segundo essa autora,

⁹³ “Os países industriais consomem mais de 2/3 da produção dos 9 minerais mais importantes. Os EU, Canadá, Austrália, Japão e Europa Ocidental, com 15% da população mundial, consomem a maioria dos minerais produzidos a cada ano: 60% do chumbo, 59% do cobre, e 49% do aço. O norte-americano médio usa 22 quilogramas de alumínio por ano, o cidadão médio da Índia, 2 quilos e o africano apenas 0,7 quilos.” (FILHO e SOUZA, 2010, p.50 *apud* MAGALHÃES, 2010, p.50).

⁹⁴ Segundo Gabriela Scotto (2010, p. 25), “Os chamados “donos da energia” têm sido uma fusão de grandes bancos (Santander, Bradesco, Citigroup, Votorantim...), grandes empresas energéticas mundiais (Suez Tractebel, AES, Duke, Endesa, General Eléctric, Votorantim...), grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alston...), grandes empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão...), grandes empresas do agronegócio (Aracruz, Klabin, Amaggi, Bunge Fertilizantes, Stora Enso etc).

⁹⁵ “A usina de Tucuruí no rio Tocantins havia sido anunciada como *a salvação*, diante da má qualidade da energia elétrica em Belém e na região Nordeste; mas quando foi inaugurada em 1984, a principal destinação da eletricidade era o suprimento garantido, 24 horas por dia, e a baixo custo, dos processos de mineração e de beneficiamento de minério na Serra dos Carajás e dos processos de fundição de ferro - ligas em Tucuruí, (Camargo Corrêa Metais, em associação com o grupo europeu Brown Boveri) e de fundição de alumínio em Barcarena ao sul de Belém, (Albrás, associação do grupo CVRD, a “Vale” com metalúrgicas japonesas) e outra similar na Ponta da Madeira, Ilha de São Luís (Alumar, associação da Alcoa, outras metalúrgicas, o grupo Camargo Corrêa)”. (SEVÁ, 2005, p. 31-32).

Em 2008, a Produção Mineral Brasileira (PMB) alcançou R\$ 51 bilhões, um aumento de 11% se comparada a 2007, que foi de R\$ 46 bilhões, excluídos petróleo e gás. Cabe destaque à produção de minério e ferro, que registrou aumento acima de 6% em quantidade produzida. Se considerarmos a indústria da mineração e transformação mineral, o valor da PMB alcançou R\$ 152 bilhões, um valor 13% maior do que em 2007 (R\$ 134 bilhões). (SCOTTO, 2010, p. 43).

É preciso esclarecer as relações entre os interesses mundiais e as implicações sociopolíticas da PEN na região xinguana, tendo em conta a endogenização de tais interesses na economia nacional. De fato, Foucault (2002, p. 307) é bastante claro e direto ao denunciar o uso da ideia de evolução, atualizada no conceito de desenvolvimento, ao explicitar que, “Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funciona no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo.” (P. 307).

Do século XIX aos dias de hoje, as Ciências Sociais naturalizam a vida social, com base no uso da metáfora do organismo e fazem desta metáfora biológica elemento usual de inteligibilidade da vida social. Tornou-se uma “evidência científica” que as sociedades evoluem, isto é, se desenvolvem. Diversos autores denunciam na atual PEN procedimentos do tipo “tiro no pé”, isto é, mais prejudiciais do que favoráveis à condição econômica e energética do País. Ora, o que estes argumentos subentendem, é que, de fato, não se trata do desenvolvimento do País, mas de interesses desnacionalizados. Este tipo de abordagem leva à questão dos estilos de desenvolvimento e tende a desfocar, a pôr no limbo, a varrer para debaixo do tapete, a questão política, isto é, o extermínio de populações em razão de interesses nacionais/mundiais. Em outras palavras, o conceito de desenvolvimento é a grade de inteligibilidade e valor em nome do qual se analisam o não analisável, aquilo que é propriamente o intolerável, a necessidade de expropriar condições de vida, a destruição de formas de vida social, o genocídio de populações. Essa modalidade de crítica tende a buscar um acordo que tem por lastro o conceito de desenvolvimento como valor⁹⁶, entretanto, o Estado tem no conceito de desenvolvimento um meio de sustentação de objetivos velados, como no caso do projeto de Belo Monte,

Sua localização o qualifica como desencadeador do desenvolvimento regional, tanto pelos aspectos inerentes à sua implantação, quanto pela sinergia com outras ações de desenvolvimento, o que o levou a integrar sucessivos planos plurianuais como

⁹⁶Cito um exemplo do âmbito da questão energética nacional - VAINER (2007, p. 132), “Considerando que o modelo resultante da opção por megausinas hidrelétricas e longas linhas de transmissão somente se justifica para sustentar um modelo de desenvolvimento e industrialização regionalmente desequilibrado, que reproduz e aprofunda as desigualdades entre o Sudeste e o Sul, de um lado, e, de outro, o Norte e o Nordeste, há que rediscutir a opção de transformar a Amazônia em grande exportadora de energia.”

projeto estruturante do eixo de desenvolvimento Madeira-Amazonas. (FIGUEIRA NETTO, FRANCO e REZENDE, 2007, p.2).

Esses autores, respectivamente, gerente da CNEC Engenharia S.A, gerente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE e gerente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, justificam a segunda versão do projeto da UHBM, apresentada em 2002, considerando “[...] a evidência de que a energia elétrica é condição vital ao processo de desenvolvimento econômico e social do País.”

A fala do diretor de Engenharia da Eletrobrás, Valter Cardeal (2009) - “Quinze ou vinte mil pessoas não podem impedir o progresso de 185 milhões de brasileiros” - na audiência do Presidente Lula, no dia 22 de julho de 2009, com representantes da área de impacto do projeto da UHBM, caracteriza de forma lapidar essa forma de biopolítica que Foucault chamou de “Racismo de Estado” e que as lideranças indígenas da bacia do Xingu têm denunciado,

Este programa [PAC] trás grandes prejuízos para nós, povos Indígenas, porque destrói os nossos rios, nossa terra mãe, acabando com as vazantes, acaba com nossas matas, de onde temos costumes tirar nossos alimentos, para sustentar a nossa família. **Transformar nosso ambiente é matar os povos indígenas.**(APINAJÉ, KRAHÔ E XERENTE, 2009; grifei).

A natureza desta intervenção política, não obstante, é, até certo ponto, percebida por alguns críticos, como Oswaldo Sevá, ao constatar que,

No Vale do Xingu assim revisto, lá mesmo onde se pretende promover novas e grandes alterações, vive-se em um tipo de guerra social, eclodindo em todos os conflitos o direito aos recursos naturais, e em vários deles, atuando também causa de fundo étnico, bastante acirrado. A Natureza e as pessoas – as que ali se reproduzem há muito tempo e as recém-chegadas - estão à mercê de ações nefastas e de ameaças seguidas, investidas de aventureiros impunes e de empresas muito poderosas. Na essência, uma guerra de desiguais: aventureiros e empresas, livres para agir, acobertados em seus desmandos, muito bem representados na máquina pública em todas as esferas e instâncias de poder...enquanto o povo e os índios só contam praticamente com eles mesmos, uns poucos abnegados que os ajudam, e partes da máquina pública, raras, que conseguem cumprir sua função. (SEVÁ, 2005, p. 51).

Em relação a este quadro, o autor tem um posicionamento incomum no campo da crítica ambiental: “Defendemos e brigamos pela única saída honrosa, não criminosa diante da responsabilidade pela história humana e do planeta, que é interromper a ideia de barrar o Xingu e demais rios na Amazônia.”(SEVÁ, 2005, p. 51).

5.6 Resistência, crítica acadêmica ambiental e “Racismo de Estado” no caso Belo Monte

Contestar um dispositivo de poder requer visibilizar a natureza e a função política que o saber, a verdade, as formas da verdade, os efeitos de poder da verdade dispõem na conformação da realidade; e delinear as condições, os elementos e os jogos de poder implicados na fabricação da verdade. O posicionamento⁹⁷ sobre os textos aqui analisados tem o propósito não de desautorizar ou desqualificar posições discursivas e inclinações políticas do meio acadêmico nacional em relação à UHBM, mas assinalar o domínio do *éthos* ambientalista neste âmbito, como em toda uma inteligência nacional, com relação à “questão ambiental”.⁹⁸

As avaliações do EIA-RIMA de Belo Monte identificam imperfeições no estudo queo desqualificam como suporte para o licenciamento do projeto em consideração. Nenhuma das avaliações defende, entretanto, definir como inaceitável a realização de um EIA-RIMA para a UHBM⁹⁹, considerando não as possíveis deficiências na execução, mas na sua conformação a uma política de extermínio. Não se coloca em causa o Licenciamento Ambiental como instrumento de poder; deixam-se intangíveis a política ambiental do País e a instância estatal, com seus laços velados com as políticas hegemônicas mundiais.

O “Painel dos Especialistas” propôs um expressivo conjunto de embargos ao projeto que se transformaram em condicionantes à sua aprovação. O entendimento difundido por Jose Goldemberg (2011) de que o recurso administrativo - EIA-RIMA - objetiva equilibrar os problemas dos impactos ambientais, mas jamais impedir a realização dos empreendimentos, e não deveria, do seu ponto de vista, obstaculizar ou tenta barrar o desenvolvimento do País, repercute, revela-se, atualiza-se no trabalho analítico do conjunto de pesquisadores que se debruçaram sobre as 20 mil páginas do EIA-RIMA de Belo Monte. O encaminhamento final do documento não fecha posição no que o estudo tem de ética e politicamente inaceitável, não se posiciona com base na constatação de algumas das análises que apontam no EIA-RIMA de

⁹⁷Foucault (2006, p. 295) observa que: “Meu papel – e este é um termo por demais pomposo – consiste em mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam; que elas tomam por verdade, por evidência alguns temas que foram fabricados em um momento particular da história; e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. Mudar algo no espírito das pessoas: esse é o papel de um intelectual.”

⁹⁸Um foco discreto de estranhamento a este *éthos* tem início nos estudos de Lygia Sigaud (1989, 1992) sobre os efeitos da construção da hidroelétrica de Sobradinho, no rio São Francisco, nos anos de 1970. A resistência à obra, as lutas pelos direitos, as articulações políticas das comunidades camponesas, todo um universo pré-ambiental se movimentava. Não se falava em “impactos”, a questão era construída como problema político econômico e social; em menos de uma década o político, o econômico e o social foram apagados pelo ambiental.

⁹⁹Oswaldo Sevá o vê “[...] como um instrumento promissor para a sociedade.”; Andrea Zhouri (2011), reconhece-o como “[...] avanço no marco regulatório ambiental desde a década de 80.”; Jean-Pierre Leroy e Henri Acsehrad (2009) se propõem a aperfeiçoá-lo com base em outro instrumento, a Avaliação Equitativa Ambiental.

Belo Monte uma natureza moldada para burlar a Justiça e a solapar direitos. Não politiza aquilo que Ravena e Teixeira (2010) identificam como genocídio:

O EIA evita enfrentar o jogo político originado pela subtração do direito à vida dessas pessoas que enfrentarão a falta de água, de peixes e de todos os outros recursos subtraídos pelo desvio do curso do rio na região denominada pelos moradores da área de Volta Grande. Comprometer com tal intensidade as formas de vida dessa população torna inviável a construção da Hidrelétrica. (P.3).

Considerando as questões metodológicas em quatro processos de licenciamento Jean-Pierre Leroy e Henri Acselrad (2009) afirmam que

[...] os métodos convencionais de avaliação de impacto adotados correntemente nos EIA/RIMAs têm sido incapazes de retratar a injustiça ambiental contida em determinados projetos, servindo, implicitamente, à legitimação de ações e impactos inaceitáveis se consideradas apropriadamente as dimensões socioculturais. Com mais razão ainda não permitem uma avaliação que possa levar, eventualmente, à suspensão de determinados empreendimentos, por redundar, caso fossem executados, em custos incalculáveis para o meio ambiente e para a população ou a ações compensatórias e mitigadoras devidamente discutidas e negociadas. (P. 202-203).

De fato, ao qualificar os EIA/RIMAs de convencionais, formalmente padronizados e socialmente vazios, os autores não chegam a fornecer argumentos consistentes o suficiente para se caracterizar o modelo de elaboração de EIA/RIMA instituído como inadequado. Na verdade, as críticas apresentadas no “Painel” e na literatura trabalhada¹⁰⁰ (SEVÁ, 2004; RAVENA E TEXEIRA, 2010; RAVENA ETAL, 2009; COHN, 2010; DE PAULA, 2010; DAOU, 2010; ZHOURI, 2011) sistematicamente apontam falhas na elaboração dos estudos: aplicações indevidas de procedimentos, ausência de variáveis e de elementos básicos, como a remissão à literatura, omissões, tratamento capcioso, manobras evasivas etc. As análises, no caso do “Painel”, apontam questões atinentes ao exercício da avaliação ambiental do caso Belo Monte e os outros autores, entre os quais os da citação em consideração, além do EIA/RIMA de Belo Monte, abordam outros projetos e deixam ver, revelam e os acusam de estarem conforme aos desígnios estratégicos dos interesses em pauta, isto é, os interesses dos empreendedores. A crítica das Ciências Sociais vê na forçado procedimento, isto é, na plasticidade do EIA-RIMA e do Licenciamento Ambiental, na capacidade de manar os fluxos do capital, desvios, falhas e inconsistências.

Na verdade, não identifiquei uma crítica assentada no conjunto de procedimentos que conformam a padronização e, ultrapassando a avaliação do documento em consideração,

¹⁰⁰O texto de Oswaldo Sevá (2004) faz um apanhado crítico da trajetória histórica do licenciamento no País; descreve os efeitos de uma conjuntura política, a partir dos anos de 1990, permissiva a desvios e ilícitos associados ao desmanche da máquina estatal. Situa na vigência da política neoliberal e no manejo amoral das normas o cerne da questão, mas não vê na legislação e na política ambiental em curso no País aquilo que a caracteriza como Racismo de Estado.

almejasse desconstruir o modelo de licenciamento e de AIA em exercício nas práticas de regulação ambiental do País. De fato, a literatura considerada não põe em xeque a legislação que instituiu a norma ambiental e compôs a modelagem-padrão do EIA/RIMA nacional. Tampouco, propõe, com base na gravidade de casos como o de Tucuruí e de Belo Monte, um voto de desconfiança na política ambiental brasileira. As análises críticas restringem-se objetivamente ao documento em estudo, o EIA/RIMA da UHBM e aos seus responsáveis diretos e indiretos em relação ao uso do procedimento. A seguinte passagem do texto do Projeto de Pesquisa sobre Licenciamento, anteriormente citado, ilustra a esquiva em responsabilizar a legislação ambiental sobre usos ardilosos dos procedimentos de LA. Ao descrever os métodos padronizados de realizar EIA/RIMA, os autores ressaltam que: “Aqueles métodos têm sido, em consequência, mais facilmente apropriados pelos interesses econômicos envolvidos no projeto e na própria elaboração repetida de estudos de impactos formalmente padronizados e socialmente vazios.” (LEROY e ACSELRAD, 2009, p. 203). Seria o caso de, no lugar de tentar melhorar o procedimento, concluir que seu sentido é facilitar as condições dos empreendedores?

Um exemplo pode tornar isso mais claro. No EIA/RIMA da UHBM, a categorização do espaço do empreendimento é constituída com a noção de área, derivando as categorias área de influência direta (AID), área diretamente afetada (ADA), área de influência indiretamente (AII) e área indiretamente afetada (AIA); essa forma elude a apreensão da condição de *habitat* da região de inserção do empreendimento e encaminha a visão de território, na perspectiva de indenizar o espaço afetado direta e indiretamente em função dos atingidos, com base na condição de proprietários da área. Ora, essa categorização é denunciada como um recurso para evitar a responsabilização dos empreendedores pelos impactos ambientais e a decorrência de se ter que indenizar coletividades. Trata-se de um recurso para minimizar o contingente populacional a ser indenizado e a própria percepção dos impactos. Por exemplo, é um consenso entre os etnólogos (MAGALHÃES, 2005; BAINES, 2009; SEVÁ, 2009; COHN, 2010) o fato de que as 18 etnias que vivem na bacia do Xingu serão afetadas pela construção da UHBM, contudo, a categorização constituída no EIA/RIMA não permite apreender o uso social, isto é, a condição de *habitat*, que as populações indígenas do Xingu fazem da região xingwana e mesmo uma TI vizinha à construção da barragem é identificada como não inclusa na ADA ou AII dos impactos. O que fica evidente, me parece, é que não se trata de uma categorização inadequada, mas elaborada em função dos propósitos visados.

A ideia de uma ciência neutra, que na plenitude da sua racionalidade enseja o progresso, o desenvolvimento com justiça e equidade, é uma perspectiva que apraz a uma

parcela dos cientistas sociais brasileiros e reflete a persistência, neste campo, da crença na razão, na ciência, na tecnologia, na indústria como valores conformes às Ciências Sociais do País.

A proposição de um instrumento complementar ao EIA-RIMA, denominada Avaliação de Equidade Ambiental (AEA), que os autores (LEROY e ACSELRAD, 2009) exibem como um procedimento para aperfeiçoar o LA no Brasil, pode ser visto como um exemplo deste tipo de “boa vontade” do cientista social brasileiro. De fato, os autores, ao acompanharem, por dois anos, quatro processos de licenciamento, entre os quais três de obras com intensos impactos sociais e ambientais e descreverem uma série de irregularidades no processo de licenciamento destes, detêm as condições para realizar uma crítica embasada ao padrão de EIA, na forma EIA/RIMA, nacionalmente vigente. O encaminhamento adotado, no entanto, não assume o embargo, não fecha posição crítica, ante o principal instrumento da política ambiental brasileira, isto é, o LA; opta, no entanto, por ressaltar o valor e a presteza do construto “justiça ambiental”; fazem ver que a conformação aberta do EIA/RIMA a uma série de manobras permissivas à manutenção da taxa de lucro, isto é, a viabilidade da reprodução capitalista, que requer, em última instância, contornar as externalidades, pode ser atenuada com maior atenção à condição do outro. A Avaliação de Equidade Ambiental pretende equilibrar o jogo das externalidades sem consideração à natureza assassina de algumas das intervenções estudadas, como a expansão do plantio de eucalipto no sul da Bahia, destruidora da agricultura de subsistência local (OLIVEIRA, 2008; SANTOS e SILVA, 2012; CEPEDA, 2003); ou a degradação das condições de existência de sociedades indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas na bacia do Xingu. Com “Justiça Ambiental”, os cientistas sociais brasileiros querem humanizar o “Racismo de Estado” da intervenção ambiental da política energética, convergir desenvolvimento e equidade e reunir valor ao desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento humanitário”.

Ao propor um instrumento de avaliação ambiental para corrigir o EIA/RIMA, um instrumento para operacionalizar a justiça ambiental, a AEA, os autores nos aproximam de questões fundamentais do funcionamento do discurso ambiental. Trata-se, não da resistência, mas de uma atitude que pode passar como resistência, quando, de fato, é conforme ao campo dos interesses que dispõe os jogos de poder. No caso em consideração, a maioria dos autores do “Painel” e da literatura trabalhada, não externa uma posição definitiva e, portanto, não elabora uma política voltada a barrar a intervenção na bacia do Xingu. O *slogan* estampado nas páginas do *site* do Instituto Socioambiental – “Desenvolvimento sim, mas não a qualquer

custo!” – pode servir de baliza para a maioria das análises abordadas; - Usina Hidrelétrica de Belo Monte sim, mas não com este EIA/RIMA!

A solução para o impasse quanto à construção ou não da Hidrelétrica, somente seria encontrada com a realização de outro Estudo de Impactos ambientais, sendo que desta vez, com a participação dos atores sociais diretamente envolvidos a partir de critérios metodológicos adequados e cientificamente comprovados, de forma que, de seu resultado não pairassem dúvidas ou sombras perigosas para um desenvolvimento econômico e social sem a violação de direitos das populações tradicionais. (RAVENA e TEXEIRA, 2010, p. 11).

Do ponto de vista da resistência indígena, no entanto, inexistiu impasse quanto a Belo Monte. A indagação de uma liderança dos araras, que habitam a Volta Grande do Xingu, é definitiva, “[...] porque pagar com nossas terras e nossa vida o preço do desenvolvimento da região?” (JUSTIÇA FEDERAL, 2002, *apud* PONTES JR, e BELTRÃO, 2005, p.74). A população indígena tem plena consciência da natureza da política em curso na bacia do Xingu, fala por si própria e deixa claro o que sabe, não obstante, sua verdade subsiste confinada aos arquivos:

[...] depois da barragem, nós não vamos viver como agora sem a barragem. Vai desaparecer o peixe, morrer muita caça, e agente vai passar fome, não vamos ter todas as coisas que tem no rio e na mata. Uns vão embora porque o rio vai ficar cheio ou vão morrer. Vai estragar a vida de todos os índios, ribeirinhos e da natureza que é a nossa vida. Nós não queremos abarragem de Belo Monte. (Justiça Federal, 2001, *apud* PONTES JR, e BELTRÃO, 2005, p.83).

O discurso ambiental tem em comum com o discurso da sexualidade a característica de ser revolucionário (FOUCAULT, 2009), de se constituir como oposição e responder pela causa ambiental que objetiva proteger a natureza, combater a degradação, a pobreza e ensejar a equidade social; para incluir aqui todos os elementos definidos pelo discurso ambiental multilateral.

Como visto no terceiro capítulo desta pesquisa, o alvo do discurso ambiental é a sociedade industrial poluidora. Esta luta tem na Teoria da Modernização Ecológica, na Teoria da Sociedade do Risco e na Teoria do Desenvolvimento Sustentável seus principais instrumentos. A assunção à condição de excelência de uma opção de desenvolvimento, o “Desenvolvimento Sustentável”, fomenta o livre exercício da crítica às formas capitalistas de degradação, às distintas modalidades de manifestação do “Desenvolvimento Insustentável”, do “Desenvolvimento Poluidor”, seja na forma de uma política específica, como a Política Energética Nacional, um empreendimento como a construção da UHBM, ou um plano de governo, como o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) I e PAC II do governo PT.

As críticas dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros ao EIA/RIMA da UHBM integradas no “Painel dos Especialistas” estão, me parece, posicionadas ao espaço de

liberdade de crítica propiciada pela ascensão do conceito de Desenvolvimento Sustentável.¹⁰¹ A mesma sintonia repercute na iniciativa da ABA, que, na abertura do Seminário - A Hidroelétrica de Belo Monte e a Questão Indígena - organizado em decorrência da liberação da construção da UHBM, a presidente da entidade, Bela Feldman-Bianco, argumenta que,

Como antropólogos, dedicamos contínua atenção às aceleradas transformações locais e globais que repercutem e afetam a vida cotidiana de populações por nós estudadas, sendo que o monitoramento sistemático dessas transformações fundamenta também os rumos da nossa atuação política. Nesta conjuntura do capitalismo global, a ré emergência de grandes projetos de desenvolvimento, originados ainda durante a ditadura militar que ameaçam o meio ambiente e o modo de vida das populações locais, constitui, a nosso ver, uma reedição da era da “modernização” e da ênfase no “progresso” em detrimento do meio ambiente e da tradição. (ABA, 2011, p. 1).

Concluí seu pronunciamento, no entanto, ressaltando que: “Pretendemos contribuir, dessa forma, aos projetos de desenvolvimento no Brasil: desenvolvimento econômico, mas sustentável.” (ABA, 2011, p.3).

Ora, é preciso peneirar para discernir as diferenças entre o exercício da crítica posicionada no espaço aberto pela estratégia do discurso ambiental, das lutas situadas nas antípodas deste discurso. É crucial ponderar a força que o controle discursivo exerce sobre os agentes no interior do campo de confronto dos interesses discursivos e ter em conta a noção de que os interesses do discurso ambiental multilateral tendem a exercer hegemonia, a ter proeminência em um corpo analítico diverso, como o “Painel de especialistas”, em que a simples seriedade de muitas das análises apontam o desmedido da iniciativa em curso no rio Xingu. De fato, é da perspectiva das práticas que é possível reconhecer a resistência daqueles que estão sendo esmagados pelo compressor da Política Energética Nacional (PEN) e a prática discursiva não deve ser excluída desta leitura.¹⁰²

Não restam dúvidas de que os cientistas sociais exercem um olhar diferenciado sobre a condição do outro, em situações de conflitos de interesses, como nos exemplos dos empreendimentos da PEN. Esta característica pode explicar a quase ausência destes profissionais da maioria das equipes formadas pelas empresas de consultoria ambiental que elaboram EIA/RIMA para empresas da iniciativa privada atuantes no campo de intervenção

¹⁰¹O “Painel” encerra a leitura do EIA/RIMA de Belo Monte com um conjunto de 68 perguntas em que a primeira indaga: “[...] qual o compromisso do governo Lula com o desenvolvimento sustentável?” (SANTOS e HERNANDEZ, 2009, p. 185).

¹⁰²Um exemplo de crítica que contraria o *éthos* ambiental denuncia seu crescente envolver o domínio sociopolítico encontra-se Leite Lopes (2006).

ambiental do Estado Brasileiro no meio urbano.¹⁰³ O olhar sobre o outro, no entanto, é objeto de controle discursivo, e alguns construtos teóricos, em circulação no campo ambiental, como Justiça Ambiental, Economia Solidária, Troca Justa, Consumo Consciente, Empreendedorismo Solidário, entre outros, exercem a função de técnicas políticas do dispositivo em estudo. No campo de lutas constituído no caso Belo Monte, não se encontram posições proeminentes, ou que se fazem ouvir, senão aquelas que desfrutam de hegemonia no campo ambiental do País, e este é um contexto extensivamente regido pelo poder ambiental, isto é, constitui ainda uma problemática e um discurso, senão exclusiva, predominantemente, do *status quo*.

¹⁰³ Constatei este fato ao analisar uma série de mais de três dezenas de EIA-RIMA de atividades urbanas.

6 VERDADE E “GOVERNAMENTALIDADE”: DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

“Quando há violência, tudo é claro, mas quando há adesão, talvez haja apenas o efeito de uma violência interior que se esconde no seio do consentimento mais seguro.”

Mauricio Blanchot

6.1 Introdução

Seria interessante colocar, neste capítulo, ou em uma das suas seções, um título citação – Foucault e a Educação – e assim prestar uma discreta homenagem ao campo dos *estudos foucaultianos* do País. Entretanto, me parece ser não apenas pertinente, mas decisivo, destacar o fato de não se tratar, nesse estudo, de um movimento que se possa descrever como aplicar Foucaultem um domínio específico da realidade. O que não implica consideração alguma sobre a validade deste tipo de iniciativa, nem reputa supor, o que não faria qualquer sentido, que as relações e reflexões sobre a noção de “caixa de ferramenta” levem, necessariamente, a uma sorte de utilitarismo no uso das ideias de Foucault. O que considero importante é explicitar que não se trata de uma incursão em um campo constituído, mas de uma abordagem sobre os efeitos de verdade do poder ambiental sobre a sociedade na sua indução à consciência ambiental. E, de forma correlata, dos efeitos de poder da verdade ambiental sobre a condição de sujeito de todos.

De fato, este capítulo não estuda a educação na condição de setor institucionalizado, não a toma como objeto; tampouco aborda a condição da Educação Ambiental no País¹⁰⁴; busca, não obstante, em sintonia com a pragmática foucaultiana, com sua ontologia do presente, aceder à condição histórica da nossa atualidade. O postulado de uma tecnologia de poder ambiental, um “complexo saber poder” implica operar com a multiplicidade como grade de inteligibilidade. Um dispositivo de poder, como o que tomo como objeto nessa investigação, só se deixa apreender nos seus efeitos. Geralmente, sua existência é desconhecida, sua atuação nos escapa. Paulo Veyne (2004, p.39), ao abordar a exigência analítica de se visibilizar este tipo de fenômeno, recorre à noção de inconsciente - “O discurso é o não dito.” Um dispositivo é um domínio discursivo de relações não diretamente acessíveis à consciência. Com a emergência da ambientalidade, a Educação, como campo discursivo, é tensionada de forma singular. É essa diferença histórica, inscrita

¹⁰⁴ A abordagem da EA é pertinente à investigação, contudo, o que se objetivou, mais do que caracterizar a atuação do saber ambiental, foi descrever alguns aspectos da racionalidade ambiental que permitissem visibilizar elementos de referências políticas da rede heterogênea que compõe o dispositivo ambiental. Esta escolha implicou não tratar alguns elementos em prol da análise das estratégias discursivas; das técnicas políticas e mecanismos de intervenção no meio rural reunidos na Agroecologia; do processo de Licenciamento Ambiental e da pedagogização ambiental, com ênfase na política educacional para o Meio Ambiente do sistema das Nações Unidas.

noeducacional pelo poder ambiental, que deverá aflorar nas reflexões desenvolvidas neste estudo.¹⁰⁵

No lugar de, ainda uma vez mais, por à prova a atualidade do pensamento do autor de “A vida dos homens infames”, ou da sua “caixa”, é preciso se perguntar sobre a atualidade da indagação - O que ocorre na educação? Não a educação como domínio da realidade. Mas a educação com minúscula, não reconhecida e não considerada nas pesquisas educacionais; enlaçada, contudo, às intervenções de poder. Não a Educação Ambiental que está, sim, muito bem! Igual ao Direito Ambiental, à Contabilidade Ambiental, à Economia Ambiental e todas as subdisciplinas ambientais que têm a formação iniciada no início dos anos de 1970, predominantemente na forma de pós-graduação e, hoje, adentram na graduação formando profissionais para atuar diretamente nos diversos domínios da vida social e não apenas na Educação formal. Trata-se, ao contrário, de uma educação maquínica, que responde por intervenções educacionais transversais, promovidas não por educadores como agentes institucionalizados, mas por mecanismos de poder, técnicas políticas emáquinas imagéticas discursivas de dispositivos de segurança, entre os quais o dispositivo ambiental, que atuam na “pedagogização” da sociedade, operando, como vetor de transmissão de princípios, valores, padrões éticos, ideias e afetos. Mas também de recursos normativos, técnicas, procedimentos e instrumentos de uma racionalidade ambiental que opera na dispersão dos mecanismos do dispositivo em estudo.

Ao abordar a existência de processos de subjetivação, como o que estou descrevendo no domínio ambiental, com o termo de pedagogização, Felix Guattari (2008) esclarece que,

Deleuze e Foucault foram condenados pelo fato de enfatizarem uma parte não humana da subjetividade, como se assumissem posições antihumanistas! A questão não é essa, mas a da apreensão da existência de máquinas de subjetivação que não trabalham apenas no seio de "faculdades da alma", de relações interpessoais ou nos complexos intrafamiliares. A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos "matemas do Inconsciente", mas também nas grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas. (P. 20).

A educação maquínica se inscreve nas práticas sociais transversalmente, adota múltiplas formas e condições, que abarcam a disseminação de enunciados

¹⁰⁵Com efeito, a EA resulta efeito do dispositivo ambiental, como também a formação de todo o campo de saber ambiental.

disciplinares¹⁰⁶ como “jogue lixo no lixo!”, “plante uma árvore”, “desligue os aparelhos eletrônicos”, “dirija menos”, “revise seus pneus”, “evite produtos como muita embalagens, “recicle mais”“! etc., à audiência de filmes, clips, músicas, emissões dos circuitos do ciberespaço, em *blogs* e *sites* e em exortações filosófico-religiosas, etc. É importante, não obstante, considerá-la, nos seus vínculos com a Educação formal, com a EA e com EDS, uma vez que compõe, com as mesmas, o regime pedagógico ambiental que dispõe sistemas de práticas integrados à economia de poder contemporânea.

Este capítulo contém três seções e essa introdução. A primeira dedicada ao esforço teórico de situar o educacional na ambientalidade; as duas seguintes, atendem a dois objetivos centrais: o primeiro busca esclarecer o lugar da educação na consecução da resposta à urgência que institui o dispositivo ambiental, postulado como resposta à questão norteadora dessa investigação (Porque as relações com a natureza constituíram-se em um problema para a contemporaneidade?); sua realização exigiu a análise da política ambiental do sistema das Nações Unidas no domínio educacional; o segundo volta-se para a abordagem da questão da subjetivação ambiental, delineando elementos de um recorte educacional no plano do governo da população, uma intervenção educacional que denomino - pedagogia de controle ambiental ou “biopedagogia”, com respaldo nas formulações teóricas de Michel Foucault e Felix Guattari, no que este último contribui para se pensar as intervenções sobre o público, com base em sua teoria da subjetividade.

Com efeito, não é a brevidade da abordagem que me faz acolher a duplicidade implicada no argumento que situa a biopedagogia como articulação, isto é, agenciamento da biopolítica ambiental e intervenção específica, ou autonomizada da governamentalidade ambiental, portanto, como dobra. A posição que busco é um entremeio para as duas afirmações, a saber, a existência de um governo educacional – biopedagogia - verdadeiro desvio da ortodoxia¹⁰⁷; e a proposição mais aceitável, com suporte empírico no processo histórico e respaldo analítico no campo da filosofia da diferença, de postular uma articulação entre educação e governamentalidade, identificada nas funções virtuais que a Educação pode assumir na economia de poder contemporânea, portanto, como articulação, conexão. É naquilo que a enunciação tem de potência de afirmação que postulo o que chamo de

¹⁰⁶ Lembro que Foucault (2008b) definiu tais enunciados pela característica de demarcar o obrigatório, aquilo que é para se fazer; assim, opera com a interdição indiretamente, pois, tudo aquilo que não é o obrigatório fica no interdito.

¹⁰⁷ O que descrevo como de governo educacional e conceituo como biopedagogia, aproxima-se do conceito de biopolítica. A pedagogia de controle ambiental pode ser vista como uma articulação e um processo autônomo da governamentalidade ambiental.

“pedagogia de controle ambiental”. No caso, uma linha do saber ambiental. O risco maior é ver a questão que estou formulando, a descrição de processos educacionais operando em intervenções de governo da população, ser lançada na inominável lista das coisas inexistentes; risco que pode ser anulado na inscrição da diferença, no ato de visibilizar uma singularidade histórica no campo estabilizado do pensamento educacional, uma vez que, às vezes, o que não se vê pode passar, quando apenas esboçado, por não existir.

6.2 Educação, subjetivação e “governamentalidade”

Na “governamentalidade” ambiental, o governo da população se exerce não apenas através de intervenções objetivas, mas também através da subjetivação, como meio de objetivar indivíduos e coletividades, processo que cria técnicas políticas específicas, voltadas para determinados domínios ou setores sociais. Identifiquei, operando na ambientalidade, técnicas políticas do campo da subjetivação, como a agroecologia, a agricultura orgânica, o consumo consciente, a justiça ambiental, a troca justa, mecanismos de projeção de prognósticos catastróficos, dentre outros. É preciso, não obstante, destacar, na funcionalidade do processo de subjetivação, o lugar ocupado pelas máquinas imagéticas discursivas, como o cinema, a música, o clip, o vídeo, sites e blog etc., elementos como os fluxos de enunciados que circulam em camisetas, em *out doors*, em adesivos, cartazes, revistas e jornais. Essa engrenagem rica e complexa modela, programa e controla modos de ver o mundo, comportamentos, afetos, formas de pensar e agir; sensibiliza e conscientiza coletividades para a causa ambiental. A educação tem, nesse processo, que identifico como de subjetivação ambiental, uma importante função como elemento estratégico de consecução das intervenções da governamentalidade ambiental sobre a população enquanto público. Toda essa engrenagem complexa, portanto, pode ser vista como aparato educacional, ao qual correspondem um regime pedagógico e sistemas de práticas específicas. Esta é uma questão pouco visibilizada e ainda sem a devida elaboração, me parece, no campo dos estudos educacionais, que, no comum, pensa a educação não como efeito de um regime de verdade, mas como domínio da vida social; nunca como um elemento necessariamente, presente na intervenção de poder sobre a população que, na contingencialidade das situações, assume características específicas, não homólogas àquelas da educação disciplinar ou das políticas educacionais do campo educacional.

Sylvio Gadelha (2009), ao analisar o empreendedorismo como intervenção política da governamentalidade neoliberal, aborda a questão de a educação exercer funções específicas na consecução de intervenções de poder, as quais, segundo esse autor,

[...] nos parecem importantes, além disso, porque fornecem pistas para pensarmos as condições de possibilidade da educação em nosso presente e algumas das virtuais funções estratégicas que a mesma pode vir a exercer em nossa contemporaneidade. E isso, por exemplo, conforme a maneira como a educação é agenciada a biopolíticas e a uma determinada forma de governamentalidade neoliberal [...] (P.172).

Destacar certas funções da educação, visibilizar as formas como exerce um papel político na economia de poder contemporânea, para além da função disciplinar, é de grande relevância e um fato que podemos constatar. Com efeito, Felix Guattari (2008) observa que,

O capitalismo pós-industrial que, de minha parte, prefiro qualificar como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens etc. (P.31).

O papel do Estado nesse processo é decisivo, pois é dele que emanam políticas que movimentam o que Basil Bernstein chamou de pedagogização e postulou a ideia de uma “sociedade totalmente Pedagogizada (STP)”, uma vez que, para esse autor, se trata da atuação regular da instância estatal. Segundo Bernstein, “Encontramos atualmente no Reino Unido provas cada vez mais nítidas do desenvolvimento da S.T.P., ou seja, da Sociedade Totalmente Pedagogizada.” (2001, *apud* MORAES &NEVES, 2001, p.10). Este autor descreve o campo das questões que permeiam esse âmbito, observando que,

No entanto, neste momento estou menos preocupado em analisar o capitalismo flexível do que a sua expressão pedagógica e a sua gestão. [...] Hoje em dia, através de processos de descentralização centralizada, o Estado, com as suas estratégias de gestão de recursos em função de objectivos alcançados, produz e distribui as possibilidades de novos "conhecimentos" pedagógicos através de uma diversidade de instituições formais e informais. Assim se constrói um novo quadro de pedagogos com os seus projectos de investigação, recomendações, novos discursos e legitimações. Por sua vez, tal estado de coisas requer novos modos de formação para essas posições emergentes e uma enchente de novas revistas vem para dar conta da especialização profissional e da avaliação central. As editoras, por seu lado, asseguram rapidamente um fornecimento contínuo de exposição, comentário, crítica, avaliação e comparação internacional a esses novos discursos profissionais. Este ciclo benigno de inflação pedagógica não cria autonomia nem para os formadores nem para os formandos visto que ambos se encontram submetidos aos objectivos definidos pelo Estado. O simples exercício de mapear os movimentos que descrevi, o florescimento dos discursos desenvolvidos, o custo e os padrões de recrutamento seria certamente útil [...] (BERNSTEIN, 2001, *apud* MORAES &NEVES, 2001, p.10).

A aproximação com a Sociologia da Educação, de Bernstein, pretende integrar ao esforço analítico dessa investigação o *insight* dessa abordagem educacional, que isola e descreve uma função político-discursiva da educação em relação ao funcionamento da economia de poder na sociedade contemporânea. O que o autor visibiliza é um mecanismo político que faz funcionar uma série de conhecimentos específicos, de natureza pedagógica, entre os quais o saber ambiental, com seu papel, em crescente destaque, na regulação das relações com a natureza de inúmeros agentes, entre indivíduos e populações, empresas e sociedades. Ao processo de “pedagogização ambiental” da sociedade corresponde grande número de novas posições discursivas, com novos profissionais do meio ambiental a disseminar valores, normas e questões da ambientalidade.

Outro recorte do processo de subjetivação pode ser identificado na elaboração teórica do campo ambiental, em que importantes autores dispõem elementos da subjetivação de indivíduos e de coletividades. Isabel Cristina de Moura Carvalho e Carlos Alberto

Steil(2009) postulam a existência de uma “epistemologia ecológica” praticada por um grupo de autores, entre os quais, Haraway (2003), Latur ((2004), Ingold (2000), Stengers, (2002), Leff (2006), Gibson (1979), Velho (2001), dentre outros que, mesmo sem formar uma escola de pensamento, têm em comum uma serie de princípios que se reportam ao debate teórico-filosófico voltado a colapsar as dicotomias que ordenam as Ciências Humanas, entre elas, natureza e cultura, corpo e mente, sujeito e sociedade e ensejam novos aportes ecológicos para a compreensão do mundo e das relações entre humanos e não humanos; com base em uma oposição crítica ao construtivismo cultural, contestando a exclusividade humana na produção de conhecimento e da ação significativa (CARVALHO & STEIL, 2009).

Para Carvalho e Steil (2009), os autores identificados na epistemologia ecológica “[...] estão implicados na tentativa de construir uma compreensão ecológica da realidade que, em contraposição à tradição objetivista da ciência (cartesiana e kantiana), busca uma epistemologia imanente aos contextos do mundo da vida.” (P. 83). Esta epistemologia contrasta com a visão freudiana de civilização, de natureza trágica, que não vê possibilidade de reconciliação entre natureza e cultura, e acredita que “[...] a ferida planetária, produzida pela sociedade de consumo, poderia ser curada, ou pelo menos minimizada em seus efeitos letais, no horizonte da sustentabilidade e do equilíbrio eco energético dos seres vivos.” (CARVALHO & STEIL, 2009, p. 84).

Esse fio da linha do saber ambiental medra uma visão de ecologia enlaçada à ambientalidade, em consonância direta com Teoria do Desenvolvimento Sustentável e difunde não um novo movimento ecológico, mas, na condição de elemento do processo de subjetivação ambiental, a formação de novos hábitos, afetos, comportamentos e estilos de vida. Carvalho e Steil (2009) ponderam que,

Considerando as noções de equilíbrio e harmonia que prevalecem no ideário ecológico, poderíamos dizer que o sujeito ecológico partilha, em algum nível, da crença na possibilidade de *curar* o conflito entre natureza e cultura que Freud identificou como a fonte do mal estar da civilização. Esta cura está associada a uma noção de bem viver ecológico que, na medida em que acredita poder resolver este conflito fundamental, termina instituindo não apenas um discurso político de novos pactos planetários em vista da regulação das relações sociedade e natureza, mas também inaugura um estilo de vida que no plano individual leva à incorporação de novos hábitos e atitudes em várias esferas da vida. (P.84).

Foucault, por seu turno, faz menção a uma dimensão da subjetivação, indicando o que suponho poder traduzir por uma intervenção educacional no plano do governo de população, direcionada não ao individuo, mas ao público, essa forma de existir da população. Foucault esclareceu que “A população é, portanto, de um lado a espécie humana e, do outro, o que se

chama de público” (2008b, p.98), e descreve a noção sublinhando que enseja intervenções não direcionadas aos mecanismos biológicos da espécie, com base nos quais se instituem as primeiras formas da biopolítica, mas sobre a consciência, as formas de entendimento, a percepção, valores, sentimentos e comportamentos. Segundo Foucault (2008b), o público é uma

[...] noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. A população é, portanto, tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público. Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir. (P. 98-99).

A educação, como aparece no contexto desta citação, não corresponde, me parece, à disciplina das Ciências Humanas que opera nos sistemas educacionais ou escolares, mesmo que se considere que a experiência escolar contribui para a formação de valores, de visão de mundo, e comportamento. Não se trata, a meu ver, no sistema escolar, de um público, mas de um segmento populacional, recortado, grosso modo, por uma variável sociobiológica, a faixa etária.

Com efeito, trata-se de uma intervenção na esfera daquilo que Foucault definiu como subjetividade e que recorta como objetivação, isto é, a constituição de sujeitos com base em processos de subjetivação e como subjetivação, a constituição do sujeito na relação consigo mesmo. Judith Revel (2005) esclarece que

O problema da produção histórica das subjetividades pertence, portanto, ao mesmo tempo, à descrição arqueológica da constituição de um certo número de saberes sobre o sujeito, à descrição genealógica das práticas de dominação e das estratégias de governo às quais se pode submeter os indivíduos, e à análise das técnicas por meio das quais os homens, trabalhando a relação que os liga a si mesmos, se produzem e se transformam. (P.85).

Gadelha (2009) realiza o esforço analítico que lhe permite descrever um processo de subjetivação que constitui um tipo de sujeito, como explicita ao assinalar:

Tentarei mostrar, seguindo esse fio, e abordando essa teoria, como determinados valores econômicos, à medida que migraram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, ganharam um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em *indivíduos-microempresas* - empreendedores. (P. 172).

É preciso considerar, no que diz respeito à “pedagogização” ambiental, que se trata de um processo de subjetivação com característica de complexidade única em relação a processos análogos. Com efeito, a disseminação e assimilação da questão ambiental

expandem-se em todas as escalas geográficas e a fazem ocupar o primeiro plano das problemáticas contemporâneas. No que se refere ao poder de afetar nossa condição de sujeitos, a questão ambiental constitui, me parece, uma problemática análoga àquela descrita por Foucault em torno da noção de cuidado de si, que se constituiu, ao longo da antiguidade, em uma importante questão em relação ao governo de si. A forma como nossa condição de sujeitos é afetada pela questão ambiental é uma das indagações que instiga essa investigação. Posicionar essa problemática na amplitude geográfica e demográfica que a caracteriza, implica situá-la como integrando uma racionalidade de poder de horizonte planetário, que não implica apenas a constituição do “sujeito ecológico”, com base em uma dada intervenção, ou em algumas variáveis, mas reconhecer a natureza multifacetada da subjetivação ambiental e suas inúmeras formas de intervir.

A forma “sujeito ecológico” se manifesta no ativista do movimento ambientalista, do tipo “intelectual de ONG”, ou no “especialista diplomado” (Guattari, 2008, p. 36), em um militante do movimento ecológico, “amante da natureza”; ou constituída com base na adoção de estilos de vida, segundo valores ecológicos, implicando conscientização, atitude e responsabilidade social frente ao meio ambiente; condição que Julia Guivant (2003, p. 64) descreveu com base em hábitos de consumo de produtos orgânicos e identificou duas tendências deste processo de subjetivação, com base no conceito de estilo de vida, o *ecológico-trip* e o estilo de vida a ele contraposto, o *ego-trip*, o primeiro afetado pela subjetivação ambiental e o segundo instigado pelo que Csordas (2008)¹⁰⁸ chama de “corporeidade”, e condiz com o culto ao corpo, à saúde, à beleza, à individualidade, que integra o consumo de “orgânicos” sem vínculos diretos com o “consumo consciente”. Há diversidade de situações e de possibilidades. Em relação ao consumo, por exemplo, registra-se algo como um estilo de vida – o *ecológico-trip* – bem caracterizado em relação a produtos orgânicos, e não para um automóvel, pois a “identidade ecológica” do veículo (o *Ecosport da Ford*, por exemplo) não o distingue de outros, que saem das fábricas atendendo às mesmas exigências normativas quanto à emissão de poluentes. A decisão de compra de um veículo com identidade ecológica, não obstante, resultada de intervenções do campo da publicidade, do *marketing* ou do *branding* referenciadas na causa ambiental.

O mais característico parece ser a transversalidade da questão, que afeta nossa condição de sujeito desde uma serie heterogênea de elementos e técnicas políticas. Com

¹⁰⁸O corpo, para este autor, é ecológico, isto é, resulta de subjetivação. “O corpo não é essencialmente biológico, mas igualmente religioso, linguístico, histórico, cognitivo, emocional e artístico [e nós acrescentaríamos, ecológico].” (CSORDAS, 2008, apud, CARVALHO & STEIL, 2009, p. 85).

efeito, seria possível falar de facetas de subjetivação na constituição não apenas do “sujeito ecológico” em si, mas como elementos que afetam nossa condição de sujeito de formas diversas, ao que se deve acrescentar a consideração de que são processos de subjetivação e não um único, entre os quais o ambiental, que pode afetar e conformar nossa condição de sujeitos de varias maneiras. A constituição do sujeito, na trama histórica, implica múltiplas objetivações da condição de sujeito. Guattari (2008, p. 11), no esforço de reformular a teoria da subjetividade, reconhece que “A subjetividade, de fato, é plural, polifônica, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtine.” E postula a existência de cinco modelagens de subjetividade: “[...] parcial, pré-pessoal, polifônica, coletiva e maquínica.” (P. 34).

Um processo de subjetivação com a natureza política, a projeção e a proeminência da ambientalidade, de intensa disseminação, com a grande diversidade de técnicas políticas e mecanismos de poder que opera, tende também a certa banalização, e em muitas intervenções, à adoção de posições e atitudes permeando as práticas sociais pode ter projeção pequena ou nula para a identificação de si, e, em outras ocorrências, uma maior implicação. Carvalho e Steil (2009) identificam alguns elementos do processo de subjetivação ambiental, com base no saber ambiental, que ilustra a diversidade de elementos desta racionalidade a afetar direta e indiretamente indivíduos e coletividades,

Na esfera da alimentação, pode-se citar a produção agroecológica, orgânica, antroposófica, bem como movimentos que têm na alimentação e na produção do alimento limpo e justo seu foco, como o *SlowFood* e a agroecologia. Na esfera da habitação, surgem as eco vilas, *ecodesign*, permacultura. Na esfera do vestuário, este estilo de vida se expressa na valorização de vestimentas étnicas, artesanais e tecidos naturais. As formas de medicinas alternativas, orientais, modos de vida saudáveis identificados a uma vida simples e com o contato com a natureza proliferam na esfera da saúde como um ideal buscado por muitos. A esfera da produção também se encontra permeada por cooperativas, vendas diretas, economias solidárias, que se apresentam como alternativas ao sistema de mercado capitalista hegemônico. Por fim, há que lembrar o campo religioso, cada vez mais atravessado pelas formas de espiritualidades como a *nova era*, onde as práticas e rituais tendem a associar de modo direto o sagrado à natureza e a valorizar as tradições pré-cristãs, orientais e indígenas. Em todos estes hábitos e atitudes encontramos uma orientação comum que poderíamos denominar de uma ascese para uma vida virtuosa, saudável e em consonância com um ambiente igualmente são. (P.85).

Admito, portanto, a existência de um processo de subjetivação ambiental como elemento integrado ao dispositivo da ambientalidade, que opera nas dimensões identificadas por Foucault, a saber, o plano arqueológico dos saberes sobre o sujeito, nas suas relações com a natureza; nos termos genealógicos das práticas de dominação e das estratégias de governo que incidem sobre o sujeito, nas suas relações com o meio; das relações que ligam os

indivíduos a si mesmos, com base nas suas relações com a natureza, com as quais se produzem e se transformam.

Em “Controle e devir”, Deleuze (2008) faz uma leitura, com certa radicalidade, da noção de subjetividade, reconhecendo-a, explicitamente, em função das relações do governo de si e nas relações do sujeito e das coletividades consigo.

Pode-se falar com efeito de processos de subjetivação quando se considera as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as coletividades se constituem como sujeitos: tais processos só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes. (P. 217).

Com efeito, a subjetivação ambiental que estou postulando, não é aquilo que escapa ao controle, mas o que institui o governo do outro no plano da governamentalidade ambiental. A formação do dispositivo ambiental, sua trajetória histórica como ambientalidade detém em seus créditos a posse do mundo. A nossa descrença no mundo responde pela ausência de novos acontecimentos, de tentativas de resistência, esse termômetro do estado de submissão ao controle.

Dentre os elementos que conformam a subjetivação ambiental, no plano das práticas suscitadas pelos saberes sobre o sujeito, das práticas de dominação e das estratégias de governo de indivíduos e populações, é preciso destacar o princípio de degradação que rege a tecnologia de poder ambiental. Este princípio é a base da discursividade que enseja novas concepções “ecológicas” sobre a realidade, que conforma o dizer, o ver e o dar a vê do discurso ambiental, e encontra-se na base da série de meios e das formas de intervenções do processo de subjetivação ambiental que estou descrevendo. Analiso, na última seção desse capítulo, alguns filmes e músicas da indústria de cultura mundial que permitem esboçar a centralidade do princípio de degradação na constituição de uma série de sentimentos¹⁰⁹, entre receios, temores e incertezas projetadas sobre o futuro, na possibilidade de destruição da Terra, implicando o fim da espécie humana em função da degradação ambiental. A dizibilidade e visibilidade da máquina imagética discursiva da “biopedagogia” desdobram este acontecimento como horizonte existencial, portador de uma constelação de universos de referência, mecanismo de subjetivação operando como chave de controle do presente, na projeção de prognósticos catastróficos, com base no princípio de degradação da natureza, fundamento do processo de subjetivação ambiental e do dispositivo ambiental de forma geral.

¹⁰⁹Para Felix Guattari (2008, p. 130), “A potência estética de sentir, embora em direito igual às outras – potências de pensar filosoficamente, de conhecer cientificamente, de agir politicamente –, talvez esteja em vias de ocupar uma posição privilegiada no seio dos agenciamentos coletivos de enunciação de nossa época.”

O princípio de degradação opera com base no processo de subjetivação ambiental, o assujeitamento que identifico como a condição de poluidor. Um substrato não positivado na identificação de si, não consciente, instigador de culpa, da contrição à dívida com a vida, com a “Mãe Terra”, incitador da responsabilidade ambiental e de sua condição moral de causa.

O entendimento das funções de suporte tecnológico na conformação da subjetividade da população como público é decisivo para essa investigação. Felix Guattari (2008) fornece importantes elementos para essa condição ao considerar:

Do mesmo modo que as máquinas sociais que podem ser classificadas na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. A consideração dessas dimensões maquínicas de subjetivação nos leva a insistir, em nossa tentativa de redefinição, na heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção da subjetividade. (P.14).

Na classificação deste autor, as práticas discursivas que tomo para análise, com base na filmografia ambiental da indústria de cultura mundial, são incluídas como “elementos fabricados pela indústria dos mídia, do cinema, etc.” (P. 14) Da evolução destes recursos modernos que operam sobre a subjetividade, o autor observa que sua avaliação deve depender “[...]da sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação.¹¹⁰ O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a mass-midialização embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos” (GUATTARI, 2008, p. 15-16).

Vejamos melhor a forma como elaboro a problemática das intervenções sobre a população como público. Em primeiro lugar considero que se trata de uma intervenção educacional, como o próprio Foucault assinalou (2008a, p.98). Descrevo-a, não obstante, como processo de subjetivação ambiental e postulo que conforma uma singularidade do educacional, que chamo de “biopedagogia”, mecanismo do dispositivo em estudo e meio de consecução da governamentalidade ambiental.

Uma posição propositiva exige, me parece, expor, de imediato, os esteios que sustentam tal formulação conceitual. O que permite pressupor as intervenções da máquina imagética discursiva ambiental como domínio do biopoder? O argumento principal provém, é claro, da teoria do biopoder de Foucault (2008a), e diz respeito a sua incidência sobre a

¹¹⁰ O que Deleuze e Guattari chamam de Agenciamentos Coletivos de Enunciação equivale ao conceito de dispositivo de poder em Foucault.

população, ao corpo da espécie, e não ao corpo orgânico do indivíduo. Como visto na citação anterior, o público é uma forma de ser da população. Em “Meio ambiente, verdade e governamentalidade”, SANTOS, 2012, considera a condição contemporânea de se relacionar com a natureza, com base no princípio de degradação, que lhe impõe como horizonte a finitude e indaga,

Se na natureza hoje, porém, é objetivada como mortal, na aurora da Modernidade ela não teria emergido na condição de *zoé*? O Ocidente moderno não teria objetivado a natureza como uma natureza “matável”? Não estaríamos, com base em Agambém (2007), diante de uma curiosa inversão, da natureza passando da condição de *zoé* para *bios*, de uma natureza à qual infligir a morte não é crime, a uma natureza a que se deve fazer viver, cuidar? (P.86).

Com efeito, aproximo *agovernamentalidade ambiental*, no geral, e a “biopedagogia”, em particular, da formulação de Foucault que dispõe a funcionalidade do biopoder, com a biopolítica, com o mecanismo “fazer viver ou deixar morrer”. Nessa formulação, a intervenção incide não sobre vidas individuais ou coletivas, mas para subjetivar e conduzir indivíduos e coletividades nas relações com a natureza, com base na dívida e na culpa, configuradas na condição de poluidor. Gadelha (2012, p. 65) esclarece que “[...] todas as questões e/ou problemas que concernem à biopolítica envolvem necessariamente uma qualificação e uma desqualificação do vivo, isto é, de vidas individuais e coletivas.” A “biopedagogia” atende a essas exigências? Sim! Por incidir na desqualificação não de vidas individuais ou coletivas, mas de atitudes construídas como fonte de ameaças e perigos às condições de existência da espécie humana e da vida no Planeta. Comportamentos que, grosso modo, conformam um passivo coletivo, responsabilidade de todos, condição comum do sujeito contemporâneo como poluidor. E ainda, por incitar, instigar, conduzir à adoção de atitudes qualificadas pela ética ambiental. O ecologicamente correto é efeito do “biopedagógico”.

A *governamentalidade ambiental* encontra-se, de fato, em formação. Entre as primeiras formas de intervenção do poder ambiental consta a normatização das condutas de empresas com potencial de degradar o meio ambiente e que consomem recursos naturais. Esse movimento deu lugar ao que chamo biopolítica ambiental, uma intervenção que regula o âmbito que esteve sobre o poder médico, desde o século XVIII, e que Foucault designou por “medicina das coisas” ou medicina urbana. Analisei esse processo no segundo capítulo deste estudo. A necessidade de regular as condutas de populações tem, me parece, um movimento próprio, que faz emergir o processo de subjetivação ambiental.

Não acredito ser possível falar, como no caso do empreendedorismo, de uma migração de valores do âmbito da economia para a sociedade como um todo. A regulação das empresas ocorre com base na legislação ambiental, são normas jurídicas às quais se deve obedecer. A constrição da população mundial à consciência ambiental assume uma complexidade única e afeta a condição de sujeito na contemporaneidade. Implica o que identifico como “aparato educacional de subjetivação”, o saber ambiental, a “nebulosa discursiva”, a formação de novas técnicas políticas, como o “consumo consciente”, a “agricultura orgânica”, entre outras; a formação de valores, hábitos, a constituição da ética ambiental, dentre outros elementos regidos pelo princípio de degradação, que envolve a assimilação e a interiorização da ideia de que são os membros da espécie humana, com ênfase na dimensão individual, os responsáveis pela degradação do Planeta.

Existem, contudo, alguns aspectos que permitem uma comparação entre o processo de normatização das condutas individuais e a normatização de empresas. A exigência de licença ambiental não incide sobre a forma empresa, mas sobre aquelas com potencial de degradar, poluir e que usam recursos naturais. Seria possível dizer que é essa forma que rege a normatização das condutas individuais? O processo, a meu ver, não é redutível ao tolhimento de condutas ambientais negativas. Normalizar as condutas que implicam potencial poluidor e envolvem consumo de bens naturais tem, de fato, uma dimensão caricatural e serve de modelo preliminar, é o “bê-á-bá” da EA escolar. Grosso modo, o destaque que se atribui à questão do lixo e da água poderia levar a essa suposição, mesmo tratando-se de normas éticas. O que se demanda de cada membro da espécie, individual e coletivamente, contudo, ultrapassa o campo das decisões imediatas, de situações como regular o tempo usado no chuveiro, ou proceder à seleção do lixo. Implica, a meu ver, um complexo suporte de técnicas políticas de controle e subjetivação, como a projeção de prognósticos de cenários ambientais negativos; o “consumo consciente”, “troca justa”, incitações à sustentabilidade, devoção à natureza com zelos e cuidados, o comprometimento com a causa ambiental, com a ética verde, entre outras exigências implicadas na subjetivação ambiental, que se projetam e conformam a condição de poluidor, que é, de fato, o elemento central da subjetivação ambiental; efeito do assujeitamento promovido pelas intervenções “biopedagógicas” e não de referenciais empíricos de comportamentos individuais na relação com a natureza.

De fato, é preciso ainda ter em conta que a “biopedagogia” subjetiva igualmente empresas, que buscam não apenas cumprir a Lei Ambiental, mas o concernimento com a causa verde, a adesão ao “lucro verde”, à “produção limpa”, à projeção de identidade

associada à responsabilidade ambiental e à incorporação, à forma de ser empresa, da militância ambientalista.

Tratar um processo de subjetivação como modalidade de intervenção educacional¹¹¹ pode causar estranhamento quando a educação é vista como domínio da realidade; mas se considerada como efeito das relações entre o falso e o verdadeiro, pode ser descrita como meio de gestão do sentir, agir e ser. “A pedagogia enquanto discurso e tecnologia está implicada no governo da subjetividade” (GARCIA, 2002, p.24). Essa autora considera a importância da pedagogia e dos discursos na modelagem de experiências individuais e observa que

A pedagogia e a escola estão centralmente implicadas nos processos de subjetivação dos seres humanos e das populações do mundo moderno e contemporâneo. Se os ideais regulativos da conduta humana a partir dos quais vemos e pensamos nós próprios e os outros como seres humanos apresentam algumas sistematicidade e características em comum como racionalidade, atividade, autonomia, responsabilidade, liberdade, coerência etc., a escolarização de massa e a pedagogia, ao lado de outros projetos, disciplinas, instituições, dispositivos e maquinações, tiveram um processo fundamental nesse processo. (P. 24).

José Sérgio Leite Lopes (2006) apreende a EA como subjetivação ao considerar que,

A educação ambiental acaba fornecendo códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos, tais como o uso da água nos procedimentos de higiene corporal, sobre a lavagem de pratos e de roupa, sobre a correta disposição do lixo. Junto com uma série de informações sobre o mundo natural, as cadeias ecológicas, e sobre as ameaças à natureza, à paisagem, à saúde humana e à qualidade de vida urbana, há uma ênfase numa normatização de condutas na vida cotidiana. Isso aparenta os "manuais de etiqueta" que surgiram no Renascimento europeu, analisados por Norbert Elias (1990), e seu papel no controle das emoções e na estilização da conduta, fazendo naturalizarem-se e interiorizarem-se certos comportamentos. A educação ambiental parece comportar esses aspectos de manual de autoajuda pública através da conduta individual.(P. 9).

Mesmo considerando que o controle das emoções e a estilização de condutas não seja a base imediata das intervenções da EA, como é o caso de meios como a música, o cinema, ou o *marketing*, entre outros, sua função em relação à subjetividade é clara. Essa dimensão da EA como intervenção na subjetividade, é mais bem descrita quando considerada integrando a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Em abril de 1999, a presidência da República sancionou a LEI nº9.795, a chamada Lei da Educação Ambiental, que demarca os elementos legais da EA e institui a PNEA. A EA é definida, no artigo 1º, nos seguintes termos:

¹¹¹Décio Pignatariem “O paleolhar da televisão” denuncia o caráter negativo da subjetivação televisiva, mas assevera que, “Iconicamente falando, somos todos alfabetizados, via Globo / Embratel – mas nós fomos da voz à imagem, passando por cima do jornal e do livro, software básico das sociedades avançadas (1999, p.488).

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Posicionar a EA como pluralidade, como na especificação - os processos - é um importante indicativo do fato de o Estado ter na EA um tipo de intervenção educacional diferenciado, no sentido de estar duplamente direcionada; por um lado, para o segmento populacional escolar, por outro lado, para o público, isto é, a população de forma indeterminada.

Lopes (2006, p. 99) faz uma breve referência à ocorrência de intervenções no domínio ambiental como subjetivação do público, contudo, não as considera integradas à EA, vista, exclusivamente, como disciplina escolar. Diz ele:

[...]por outro lado, a ambientalização como processo de interiorização de comportamentos e práticas se dá através da promoção da "educação ambiental", uma atividade explicitamente escolar ou paraescolar, mas também comportando formas de difusão por meios de comunicação de massa.

O que se torna um problema, do ponto de vista dessa investigação, é a indeterminação contida na enunciação – formas de difusão por meios de comunicação – para descrever uma intervenção de gestão do sentir e agir, no plano do ambiental, que assume cada vez maior relevância global e tem suas diretrizes traçadas como programa e políticas multilaterais. A Lei 9.795, nos incisos de I a VI, do artigo 3º, dispõe incumbências relativas à EA, ao Poder Público, às instituições educativas, aos órgãos integrantes do SISNAMA, aos meios de comunicação de massa, às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e à sociedade como um todo. Ao destacar funções educacionais para os meios de comunicação na forma de “[...] colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação” (BRASIL, 1999, p. 1), a Lei da EA explicita, de forma clara, a existência de dois destinatários da intervenção educacional para o meio ambiente, a população escolar, incluindo nessa categoria todos os segmentos do campo educacional (Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional) e a Educação Ambiental, direcionada ao público como população. Nos termos das formulações teóricas de Foucault, a primeira é educação disciplinar, com natureza individualizante. A segunda, voltada ao público, tem forma totalizante, portanto, é governo de população. Essa duplicidade, contudo, não é reconhecida. A educação não disciplinar corresponde a um domínio indeterminado, a que se costuma reportar com os termos de educação “no sentido geral” ou “de forma ampla”. Um exemplo. Ao

instituir a PNEA, a Lei 9.795 adota a seguinte categorização: “Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas [...]”(BRASIL, 1999, p.3). O exemplo tem o sentido de assinalar uma referência ao domínio da educação não disciplinar; a categoria “educação em geral” não traz problema no contexto da Lei, mas da perspectiva dos estudos foucaultianos, é posicionada como uma questão; uma vez que se reporta, não às relações indeterminadas, no suposto que se aprende com tudo e com todos, mas a setores determinados da sociedade, como os meios de comunicação, as ONGs e as OGs, entre os quais o SISNAMAS.

Trata-se, portanto, de uma linha de intervenção estatal formalizada como política nacional que, de fato, orienta-se pelas determinações do sistema das Nações Unidas, que opera com o duplo destinatário. O uso da categorização - “a educação de forma geral”, produz indeterminação e tem o efeito de bloquear a visibilização da natureza da intervenção.

Posicionada como política educacional multilateral/nacional, a “pedagogia de controle ambiental” já não fica bem acomodada quando pensada como função estratégica de suporte à consecução de uma determinada intervenção, isto é, a educação atuando como um meio, engrenagem de apoio a efetivações de relações de poder. De fato, na base deste pressuposto, inexistente essa entidade indeterminada – a educação – da qual, segundo Foucault, pode se dizer que não existe. Pensada como efeito de um regime de verdade a educação é sempre o educacional operando, isto é, uma modalidade de ingerência que pode ser específica, como, a meu ver, se configura a “biopedagogia” ou, como no caso do empreendedorismo, analisado por Gadelha (2009), se configura um agenciamento, uma articulação. Não vejo, como afirmado anteriormente, a “biopedagogia”, como articulação da biopolítica ambiental, mas como tendo a finalidade de formação e transmissão de valores, princípios, concepções, sentimentos, condutas e conhecimentos voltados à conformação e disseminação de padrões ambientalmente referenciados de habitar o Planeta. Essa especificidade faz da “biopedagogia” um mecanismo de subjetivação, uma forma específica de intervenção com suporte no regime de verdade ambiental que integra a governamentalidade ambiental.

6.3 As conferências ambientais das Nações Unidas e a Educação

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, é a principal referência documental da política ambiental multilateral. Este documento assenta os fundamentos e os princípios que norteiam, em larga medida, o discurso ambiental em sua escalada de disseminação da racionalidade ambiental. O princípio 19 da Declaração da “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano” instiga as sociedade contemporâneas a desenvolver a EA:

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos. (ONU, 1972, p, 2).

Elementos essenciais da política ambiental multilateral no campo educacional são pontuados neste princípio: o foco na população em geral e não apenas na população escolar; a amplitude do campo de atuação abarcando indivíduos, empresas e coletividades; a identificação da importância dos meios de comunicação na consecução dos objetivos de uma política educacional voltada à população como público. Trata-se de uma política de natureza individualizante e simultaneamente totalizante.

Na linha cronológica das ações da política ambiental para a educação do sistema das Nações Unidas o passo seguinte foi a organização da Conferência Intergovernamental de Tbilisi, em 1977, convocada pela UNESCO. A primeira iniciativa do sistema das Nações Unidas para encaminhar a exortação da Conferência de Estocolmo para se instituir uma educação para o Meio Ambiente. Tbilisi tornou-se o acontecimento de referência da EA. A sua declaração, não obstante, é bastante discreta, dirigindo suas orientações para as autoridades educacionais dos Estados membros para que integrem, aos respectivos sistemas educacionais, a EA.

Como assinalado anteriormente, a política ambiental multilateral em educação caracteriza-se por abarcar a Educação escolar, formal e informal e a Educação como subjetivação, isto é, voltada para o público, através de campanhas e produtos comunicacionais específicos. Esse duplo direcionamento está presente nos documentos oficiais do sistema das Nações Unidas no âmbito da EA, como é exemplo a afirmação de Tbilisi de que,

A educação ambiental deve abranger pessoas de todas as idades e de todos os níveis, no âmbito do ensino formal e não formal. Os meios de comunicação social têm a grande responsabilidade de colocar seus enormes recursos a serviço dessa missão educativa. Os especialistas no assunto, e também aqueles cujas ações e decisões

podem repercutir significativamente no meio ambiente, deverão receber, no decorrer da sua formação, os conhecimentos e atitudes necessários, além de detectarem plenamente o sentido de suas responsabilidades nesse aspecto.(ONU, 1977, p. 1).

A declaração de Tbilisi dispõe um direcionamento para a EA abarcando a participação política, entendida como consciência da problemática ambiental e adoção de atitudes éticas e econômicas verdes, em que se atrela a ação produtiva à proteção do meio ambiente na atitude individual,

Esse tipo de educação deve também possibilitar ao indivíduo compreender os principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva visando à melhoria da vida e à proteção do meio ambiente, atendo-se aos valores éticos. (ONU, 1977, p.1).

Como observado anteriormente, a Declaração de Tbilisi é direcionada às autoridades educacionais e exorta os Estados membros a adotar políticas voltadas à incorporação da EA nos respectivos sistemas educacionais e a “[...] intensificarem seu trabalho de reflexão, pesquisa e inovação no que tange à educação ambiental; e a atuarem juntos, através do [...] intercâmbio de experiências, pesquisas, documentação e materiais, colocando, além disso, os serviços de formação à disposição do corpo docente e dos especialistas de outros países (ONU, 1977, p.2).

6.3.1 A agenda 21: Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 21 pode ser vista como o principal documento da ECO 92 em termos de ação direta de governo de população. Os países membros da ONU se comprometeram a elaborar, com base no programa aprovado na “RIO 92”, suas respectivas Agenda 21. No Brasil, o programa é implementado em todo o território nacional. O programa abarca vários domínios sociais e tem um capítulo dedicado à Educação. Sua leitura reforça a apreensão de que há um direcionamento e uma prioridade no foco da Política Ambiental Multilateral para a Educação em relação à população como público, isto é, como objeto de intervenções pedagógicas transversais, voltadas à formação de consciência, à sensibilização, à difusão da exigência de se adotar padrões éticos de habitar o planeta que abarcam o sentir, agir e pensar. Não se trata, a meu ver, de uma intervenção formulada com base apenas em concepções educacionais de formação geracional, mas uma política dirigida à população escolar, à educação informal e à população como público. O título do capítulo – “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento” - reforça a leitura agora esboçada. O texto inicia descrevendo o arco de sua abrangência,

O ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. (ONU, 1992, p. 1).

A primeira seção do texto – “Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável” – apresenta a perspectiva voltada ao público e inclui, mas não prioriza a Educação formal.

Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los. O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do socioeconômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação. (ONU, 1992, p. 2).

O uso do termo ensino em substituição ao termo educação pode ser visto como uma tomada de distância em relação ao campo das teorias educacionais, quanto à liberdade de formulação de princípios voltados à “governamentalidade ambiental” no campo da Educação. Com efeito, o texto não se reporta, em momento algum, aos contributos do campo disciplinar da EA para a problemática considerada, o que aponta para uma distinção específica em

relação à EA. Mais à frente retorno à questão do posicionamento do sistema das Nações Unidas em relação à EA.

Ao incluir como elemento da eficácia do “ensino para o meio ambiente” a abordagem das dinâmicas de desenvolvimento dos meios físicos e biológico, do econômico e social, e do desenvolvimento humano, com inclusão da parte espiritual, o texto, mais que reorientar a EA, inclui no seu campo de atuação toda uma discursividade ambiental não científica, de natureza espiritualista que, segundo Karina Alves (2009), integra a “formação discursiva da plenitude”. Essa copiosa literatura conforma o que Pierre Alphanbéry, Pierre Bitoun e Ives Dupont (1992) chamaram de “nebulosa discursiva ecológica.”

Outro aspecto importante diz respeito ao caráter transversal da EA; os elementos acima considerados para a eficácia do “ensino para o meio ambiente” concerne não à EA numa perspectiva vertical,¹¹² mas a todas as disciplinas da Educação Básica. A recomendação do uso de métodos formais e informais e de recursos do campo das comunicações aponta para a importância crescente de formas de comunicação de grande circulação social como o cinema, a música e a *internet*, entre outras, na disseminação de valores, de uma ética e consciência ambientais conformes os direcionamentos do discurso ambiental multilateral no domínio do “ensino para o meio ambiente”.

A ênfase no público, na Educação Informal e nas ações dos meios de comunicação no desenvolvimento do “ensino para o meio ambiente” não implica, não obstante, a ausência de ações direcionadas à Educação Formal, que integra o programa de intervenção da Agenda 21 e tem vínculo direto com o combate a pobreza, um dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Com efeito, a Agenda 21 determina que “Deve-se empreender uma revisão exaustiva dos currículos para assegurar uma abordagem multidisciplinar, que abarque as questões de meio ambiente e desenvolvimento e seus aspectos e vínculos sócio-culturais e demográficos.” (ONU, 1992, p. 4). E determina que,

As autoridades pertinentes devem assegurar que todas as escolas recebam ajuda para a elaboração de planos de trabalho sobre as atividades ambientais, com a participação dos estudantes e do pessoal. As escolas devem estimular a participação dos escolares nos estudos locais e regionais sobre saúde ambiental, inclusive água potável, saneamento, alimentação e os ecossistemas e nas atividades pertinentes, vinculando esse tipo de estudo com os serviços e pesquisas realizadas em parques

¹¹²A institucionalização da EA na graduação como Licenciatura aponta para a tendência de sua constituição como disciplina escolar e superação da condição de tema transversal (SANTOS, 2009). De fato, a força e proeminência do discurso ambiental tende a implodir o lugar “acanhado” designado para a EA na Educação Básica como tema transversal ao lado da ética, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural e temas locais (Brasília, 1997).

nacionais, reservas de fauna e flora, locais de herança ecológica etc. (ONU, 2012, p. 4).

Quanto aos aspectos pedagógicos e de capacitação,

Recomenda-se que as autoridades educacionais, com a assistência apropriada de grupos comunitários ou de organizações não-governamentais, colaborem ou estabeleçam programas de treinamento prévio e em serviço para todos os professores, administradores e planejadores educacionais, assim como para educadores informais de todos os setores, considerando o caráter e os métodos de ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento e utilizando a experiência pertinente das organizações não-governamentais. (ONU, 1992, p.5).

A institucionalização da política ambiental multilateral em Educação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é recomendado em todas as escalas,

Os órgãos do sistema das Nações Unidas, em colaboração com as organizações não-governamentais, devem incentivar o desenvolvimento de uma rede internacional para alcançar os objetivos mundiais para o ensino. Nos foros públicos e acadêmicos dos planos nacional e local devem-se examinar as questões de meio ambiente e desenvolvimento e sugerir opções sustentáveis aos responsáveis por decisões. (ONU, 1992, p.6).

A abrangência dos objetivos de disseminação da Educação Ambiental do sistema das Nações Unidas tem características e detalhes de um programa político destinado a abarcar a sociedade na sua diversidade, como se depreende da proposição de que,

As autoridades educacionais, com a colaboração apropriada das organizações não-governamentais, inclusive as organizações de mulheres e de populações indígenas, devem promover todo tipo de programas de educação de adultos para incentivar a educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento, utilizando como base de operações as escolas primárias e secundárias e centrando-se nos problemas locais. Estas autoridades e a indústria devem estimular as escolas de comércio, indústria e agricultura para que incluam temas dessa natureza em seus currículos. O setor empresarial pode incluir o desenvolvimento sustentável em seus programas de ensino e treinamento. Os programas de pós-graduação devem incluir cursos especialmente concebidos para treinar os responsáveis por decisões. (ONU, 1992, p.6).

O texto dedica atenção pormenorizada à questão da conscientização ambiental, e inscreve nos seus objetivos a recomendação de que

Os países e o sistema das Nações Unidas devem promover uma relação de cooperação com os meios de informação, os grupos de teatro popular e as indústrias de espetáculo e de publicidade, iniciando debates para mobilizar sua experiência em influir sobre o comportamento e os padrões de consumo do público e fazendo amplo uso de seus métodos. Essa colaboração também aumentará a participação ativa do público no debate sobre meio ambiente. O UNICEF deve colocar a disposição dos meios de comunicação material orientado para as crianças, como instrumento didático, assegurando uma estreita colaboração entre o setor da informação pública extra-escolar e o currículo do ensino primário. A UNESCO, o PNUMA e as universidades devem enriquecer os currículos para jornalistas com temas relacionados com meio ambiente e desenvolvimento; (ONU, 1992, p. 7).

Quanto à inserção desta política na economia, o documento exorta aos governos a

“Assegurar que as considerações ambientais e de ecologia humana sejam integradas a todos os níveis administrativos e a todos os níveis de manejo funcional, tais como marketing, produção e finanças” (ONU, 1992, p. 7). E demanda das categorias profissionais um concernimento com o meio ambiente e o desenvolvimento:

Incentivam-se as associações profissionais nacionais a desenvolver e revisar seus códigos de ética e conduta para fortalecer as conexões e o compromisso com o meio ambiente. Os elementos do treinamento e do desenvolvimento pessoal dos programas patrocinados pelos órgãos profissionais devem permitir a incorporação de conhecimentos e informações sobre a implementação do desenvolvimento sustentável em todas as etapas da tomada de decisões e formulação de políticas. (ONU, 1992, p.13).

A Política Multilateral de Educação Ambiental destaca estrategicamente a economia, propondo que o mercado de trabalho seja repensado com base nas referências do “ensino para o meio ambiente”. Com efeito, a “Agenda 21” exorta a “[...]se instituir programas de treinamento e retreinamento para enfrentar os ajustes estruturais que têm impacto sobre o emprego e as qualificações profissionais”(ONU, 1992, p.13). Para se obter a devida amplitude deste processo,

Devem-se reforçar os programas de treinamento especiais existentes para apoiar as necessidades de informação de grupos especiais. Devem ser avaliados os efeitos desses programas na produtividade, saúde, segurança e emprego. Devem-se criar sistemas nacionais e regionais de informação sobre o mercado de trabalho relacionado com o meio ambiente, sistemas que proporcionem de forma constante dados sobre as oportunidades de treinamento e trabalho. Devem-se preparar e atualizar guias sobre os recursos de treinamento em meio ambiente e desenvolvimento que contenham informações sobre programas de treinamento, currículos, metodologias e resultados de avaliações nos planos nacional, regional e internacional. (ONU, 1992, p. 14).

Ao descrever, no capítulo 5 deste estudo, a intervenção que caracterizo como biopolítica ambiental, delinheiro, com base na descrição do funcionamento do Licenciamento Ambiental e da Certificação Ecológica, a amplitude dos setores econômicos diretamente sujeitos ao controle ambiental e chamo a atenção para a extensão da regulação ambiental sobre a sociedade através da economia. A este extenso processo de normatização das atividades econômicas centrado na empresa, que envolve da produção à distribuição, acrescenta-se a “pedagogização” dos agentes econômicos, que a Agenda 21 aconselha.

Sobressai, na abordagem da Agenda 21 sobre Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a questão de uma política de Educação Ambiental formulada e proposta em aparente indiferença à Educação Ambiental disciplinar, uma instância do saber ambiental que teve sua formação, em larga medida, impulsionada pelas iniciativas do sistema das Nações Unidas. Este fato concerne à existência de uma diretriz política unilinear, que

corresponde à formação da política ambiental do sistema das Nações Unidas, delineado em 1972, na Conferência de Estocolmo, e desdobrado na conferência de 1992, a Eco92; na conferência de 2002, a Rio +10, havida em Joanesburgo; e na conferência de 2012, no Rio, a Rio +20. Conforme a análise do capítulo três desta investigação, a primeira conferência destacou o conceito de desenvolvimento e as duas seguintes o conceito de desenvolvimento sustentável.

Desde 1987, com a publicação do documento “Nosso futuro comum”, que trouxe a público e difundiu o conceito de desenvolvimento sustentável, a política ambiental multilateral centra suas intervenções convergindo a abordagem do meio ambiente com os princípios do conceito de desenvolvimento sustentável. A proposta de instituir uma nova formatação para a Educação Ambiental, com a proposição da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), apresentada na Conferência de Joanesburgo, em 2002, e implementada com a promulgação da “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – 2005-2014”, é mais um elemento deste processo que parece opor o campo do discurso científico, na forma da Educação Ambiental disciplinar, e o discurso ambiental multilateral.

Um elemento chave da política ambiental para a educação do sistema das Nações Unidas, são as referências teórico-políticas, que não provêm do campo educacional, mas de estratégias discursivas do dispositivo da ambientalidade, destacadamente da TDS. Este é um dos aspectos que conforma a Educação Ambiental Multilateral na condição de política educacional e a sua reformulação como EDS.

No campo das Ciências Sociais, como visto no capítulo 3, em relação à Sociologia Ambiental, as disciplinas ambientais tendem à segmentação, tendo por referência suas relações com as teorias ambientais, como a Teoria da Sociedade de Risco, a Teoria do Desenvolvimento Sustentável e da Teoria da Modernização Ecológica. Este processo é o mesmo para a Educação Ambiental, sem que se possa estabelecer, de forma direta, uma relação de identidade de qualquer linha de EA, com base no uso do conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que o conceito tornou-se um lugar comum em EA, dada a proeminência da TDS, na EA, em detrimento da TME e mesmo da TSR. Assim, me parece que a tendência identitária seja mais claramente definida positivamente em relação ao campo das teorias educacionais e apenas negativamente em relação à TDS.

Antes de avançar nesta questão de natureza política, abordo a proposição de uma

EDS que, de certa forma, a elucida. Segundo Freitas (2006, p 138), [...] o conceito de EDS foi maturando entre 1987 e 1992, e tomou forma mais precisa no capítulo 36 da Agenda 21, aprovada na Cimeira da Terra (Rio 92), sob a designação “educação para o desenvolvimento”.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) foi instituída como política ambiental em educação pelas Nações Unidas em dezembro de 2002, com a Resolução nº57/254, que proclama o período de 2005-2014, como a “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

O discurso ambiental do sistema das Nações Unidas, que denomino como discurso ambiental multilateral, é uma das principais fontes de emanção e disseminação do discurso ambiental, e tem como princípio central a degradação da natureza. Como visto anteriormente, o princípio de degradação é a base da discursividade ambiental que rege todo o funcionamento da ambientalidade como tecnologia de poder. Encontra-se, portanto, na base do conceito de desenvolvimento sustentável, presente na definição do documento “Nosso futuro comum” (ONU, 1987, p. 43), disseminada ininterruptamente pelo discurso ambiental, que postula que o desenvolvimento sustentável é “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.” A definição projeta a ideia de fim do mundo na impossibilidade de futuro em função da degradação ambiental, enunciada de um ponto de vista econômico, como exaustão dos recursos naturais, implicando o comprometimento da continuidade do desenvolvimento, enunciado não como desenvolvimento do capitalismo, mas como via de satisfação de necessidades humanas. Instiga, assim, a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável como grade de inteligibilidade; instaura a questão dos estilos de desenvolvimento, com base na qual se postula formas de desenvolvimento não sustentáveis e delimita, condiciona e atrela a problematização das questões ambientais, nas suas interfaces econômicas e sociais, ao princípio de degradação.

A proposta de uma EDS apresentada no documento “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” é enunciada considerando-se a consequência final da degradação ambiental: “A educação para o desenvolvimento sustentável é um esforço vital e eterno que desafia indivíduos, instituições e sociedades a olhar para o dia de amanhã como um dia que pertence a todos nós ou não pertencerá a ninguém” (UNESCO, 2005, p. 24). Com efeito, instaura-se, portanto, um marco para se pensar a EDS como grade de inteligibilidade do campo educacional, incitando a identificação de formas não sustentáveis de educação ambiental.

Essa manobra discursiva, com base na técnica política de prognosticar acontecimentos catastróficos, que fundamenta a proposta da “Década”, já estava presente nas proposições da Conferência da Rio 92 e delineadas na Agenda 21, que “[...] focalizou o processo de orientação e reorientação da educação com o objetivo de incentivar valores e atitudes de respeito ao meio ambiente e considerou maneiras e meios de se fazê-lo” (UNESCO, 2005, p.24). essa ingerência tem como um dos seus efeitos imediatos ensejar uma ampla polêmica que enquadra e conduz uma modelagem de Educação Ambiental da perspectiva do discurso ambiental multilateral.¹¹³ De fato, a perspectiva é mais ampla, pois pretende remodelar não apenas a EA. É o que esclarece Lucie Sauvé (1997, p.2) ao observar que, “Dentro do Programa Internacional da EA, a UNESCO (UNESCO, 1995a) propõe que o DS é o objetivo mais decisivo da relação dos "homens" com o ambiente. Isso reorienta a EA (UNESCO, 1995-b) e acrescenta um "remodelamento" de todo o processo educativo para encontrar esse fim (UNESCO, 1992).

A EDS tem por princípio a noção de sustentabilidade e assenta no econômico seu fundamento. “Após vivermos durante séculos sem nos preocupar com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que aprender, agora, a viver de forma sustentável” (UNESCO, 2005, p. 9). A sustentabilidade, portanto, diz respeito à gestão “otimizada” da finitude dos recursos naturais, questão planetária que requer, do ponto de vista do sistema das Nações Unidas, “[...] estimular mudanças de atitude e comportamento na sociedade mundial [...]” (UNESCO, 2005, p. 9).

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), que a UNESCO define como “[...] um instrumento de mobilização, difusão e informação” (P. 9), tem na educação a via de consumação do Desenvolvimento Sustentável, como resposta a “[...] desafios como pobreza, consumo desordenado, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento da população, desigualdades de gênero e raça, conflitos e violação de direitos humanos” (UNESCO, 2005, p. 9). Mesmo centrando seu sentido no econômico, o que, de fato, consiste em recurso tático, a EDS reporta-se ao tripé do Desenvolvimento Sustentável, formado pelos planos econômico, social e ambiental. Este arco temático do currículo da EDS a situa nas antípodas das lutas ecológicas, postadas no biológico como natureza.

¹¹³Freitas (2006, p. 140), como muitos dos autores envolvidos com as polêmicas suscitada pelas intervenções discursivas do sistema das Nações Unidas, aceita os termos da problemática como tal e considera que, “[...] não podemos nos esquecer que nos encontramos envolvidos em um complexo “bailado” de elaborações teóricas (e respectivas repercussões práticas) em torno dos termos ambiente e ambiental, ecologia e ecológico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável e educação para o desenvolvimento sustentável.”

A EDS é uma política educacional de governo de população, de gestão da vida. A iniciativa do sistema das Nações Unidas de instituir, formalmente, uma política ambiental educacional que ultrapassa a EA como disciplina científica e soma-se a outras iniciativas do campo da governamentalidade ambiental. Com efeito, intervenções desta natureza já preexistiam à formulação da EDS, na forma de ações de incentivo e suporte à produção e circulação de bens imateriais pedagógicos, direcionadas à população como público, na forma de sondagens, campanhas, na difusão de enunciados; na produção de espetáculos, de músicas e reclames, entre outros meios. A formalização da EDS integra as formas de intervenção anteriores e avança sobre a educação escolar buscando redefinir seu sentido, ajustando-o aos interesses multilaterais. A caracterização desta política educacional como governo de população diz respeito a sua relação com a população alvo; a educação escolar enquadra-se no ordenamento do poder disciplinar, tem por objeto o indivíduo e por finalidade a produção de corpos dóceis, e nesse aspecto, individualizante, o governo de população é uma racionalidade do biopoder, tem por alvo a população e por finalidade a gestão da vida, é totalizante. A EDS é, sob este aspecto, uma forma híbrida que visa tanto à educação disciplinar quanto a educação do controle.

O exercício do biopoder, assentado nos elementos de suporte à vida, os recursos do meio histórico natural, como o ar, a água, rios, mares, a biodiversidade etc., nas suas relações de conformação com o habitat humano é posicionado nesta investigação, conforme visto no segundo capítulo, como biopolítica ambiental. Essa forma de intervenção de poder atua agregando ao seu funcionamento técnicas políticas instituídas pelo biopoder sobre os mecanismos biológicos da espécie, como a natalidade, mortalidade, curva demográfica etc. Há, na biopolítica ambiental, de forma geral, e na Educação como governo da população, em particular, a confluência e conjugação de técnicas e recursos de outros ordenamentos de poder, isto é, a soberania e a disciplina, e em outros dispositivos de segurança da “sociedade de controle” na conformação da ambientalidade.

É a junção de elementos naturais e artificiais na conformação do *habitat* como meio ambiente que dá suporte à biopolítica ambiental. A gestão atmosférica, por exemplo, é pensada com base na noção de qualidade, e gerida não no propósito de suprimir a poluição do ar, mas, através da “ecologização” da indústria, entre as quais a indústria automobilística, obter médias razoáveis de qualidade atmosférica, isto é, de qualidade de vida, no plano da “saúde ambiental”. A sensibilização da população para esta questão e o incentivo com que cada indivíduo, empresa e sociedade a tomem para si, são trabalhados, entre outras formas, na disseminação de enunciados oriundos da formação discursiva disciplinar, como nos seguintes

exemplos: “Quer continuar a respirar? Plante árvores.”, “Salve o planeta.”, “Consuma o verde” etc., que integram campanhas da EA e da EDS, nas ações voltadas à população como público.

Com efeito, a educação como governo de população “[...] tem a função de prover os valores, atitudes, capacidades e comportamentos essenciais para confrontar esses desafios” (UNESCO, 2005, p. 10).

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável incluirá todos os âmbitos do desenvolvimento humano, abrangendo os desafios urgentes que o mundo enfrenta. [...] O Plano inclui as importantes dimensões oferecidas pelos direitos humanos, pela paz e segurança humana, igualdade de gênero, diversidade cultural e compreensão intercultural, saúde, HIV/AIDS, governabilidade, recursos naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento rural, urbanização sustentável, prevenção e atenuação de desastres naturais, redução da pobreza, responsabilidade e deveres das empresas e, enfim, a economia de mercado. (UNESCO, 2005, p. 10).

A abrangência de conteúdos corresponde à adequação da EDS ao tripé do conceito de desenvolvimento sustentável, o econômico, o social e o ambiental, e implica, na sua realização, a extensão temporal, as diversidades técnica e social, pois

A educação para o desenvolvimento sustentável aplica-se a todas as pessoas, independentemente de idade. Ocorre, portanto, em meio a uma perspectiva de aprendizado ao longo da vida, envolvendo todos os espaços de aprendizagem possíveis – formal, não formal e informal –, desde a primeira infância até a idade adulta. EDS requer a reorientação das abordagens educacionais – currículo e conteúdo, pedagogia e avaliações. Os espaços de aprendizagem incluem ensino não formal, organizações comunitárias e a sociedade civil local, local de trabalho, educação formal, treinamento técnico e profissional, capacitação de professores, educação superior, inspetores educacionais, órgãos políticos decisores ... e muito mais. (UNESCO, 2005, 19).

De fato, a natureza política deste documento, que propõe às sociedades integrantes do sistema das Nações Unidas a reforma de seus sistemas de ensino para adequá-los, isto é, adaptar a educação aos indicadores econômicos, socioculturais e ambientais pertinentes à consumação do desenvolvimento sustentável, implicou secundar o direcionamento em relação às ações dirigidas diretamente à população como público. O texto limita-se a deixar o espectro em aberto, na expressão “[...] e muito mais” (P.19). A reforma proposta para os sistemas educacionais, não obstante, é detalhada com bastante amplitude e recomenda

[...] que se reexamine a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim de infância até a universidade e o aprendizado permanente na vida adulta, para que esteja claramente focado na aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados com a sustentabilidade. Para isso é necessário revisar os objetivos e conteúdo dos currículos para desenvolver uma compreensão interdisciplinar da sustentabilidade, social, econômica, ambiental e cultural. Também é necessário revisar as metodologias recomendadas e obrigatórias em matéria de ensino, aprendizagem e avaliação, para fomentar as competências necessárias para aprender durante toda a vida. (UNESCO, 2005, p. 57).

A proposição, pelo sistema das Nações Unidas, de uma linha específica de Educação Ambiental, a EDS, de forma similar à proposta de um modelo diferenciado de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, ensejou, como anteriormente observado, uma ampla polêmica que põe em evidência uma série de temas, questões e noções do campo dos interesses discursivos do poder ambiental e constituiu, pode se dizer, novos focos de disseminação discursiva da ambientalidade. O sistema das Nações Unidas, não obstante, não deixa de participar, instigar a polêmica, marcar sua posição e tentar conduzir a problematização que provocou, como se pode depreender da observação de que

A educação para o desenvolvimento sustentável não deve ser equiparada à educação ambiental. Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente. Portanto, desenvolvimento sustentável engloba educação ambiental, colocando-a no contexto mais amplo dos fatores socioculturais e questões sociopolíticas de igualdade, pobreza, democracia e qualidade de vida. A perspectiva de desenvolvimento – envolvendo mudança social e evolução das condições – é também central para qualquer análise do desenvolvimento sustentável. O conjunto de objetivos de aprendizagem do desenvolvimento sustentável é, portanto, de largo alcance. Desenvolvimento sustentável deve ser integrado em outras disciplinas e não pode, em função do seu alcance, ser ensinado como uma disciplina independente. (UNESCO, 2005, p. 44).

Distinguir, de forma categórica, a EA da EDS, como o faz a primeira assertiva da citação analisada, tem algumas implicações. Em primeiro lugar, a atribuição diferenciada de valor para essas entidades discursivas, com a inversão da leitura usual do campo da Educação Ambiental, que vê a EDS no plano teórico-político, como uma contribuição mais restrita, na medida em que é unidirecionada, em relação à EA, que é, sob esse prisma, pluridirecionada,¹¹⁴ faz avançar a concepção política da ambientalidade. A diferenciação de significado postulada pelo discurso ambiental multilateral assenta-se em outro referencial. Trata-se de uma diferença de natureza entre estas duas entidades do saber ambiental. Do prisma conteudístico, é a EA que é mais restrita, por se limitar a abordar as questões das relações com a natureza, objetivando a preservação, conservação e administração dos recursos naturais. Lucie Sauvé (1997, p. 1) assinala, a este respeito, que “[...] é necessário considerar que o conceito da EA foi sempre limitado à proteção dos ambientes naturais [...]” De certa forma, a EA aproxima-se mais do movimento ecológico, nascido no final dos anos de 1960, com foco na defesa da natureza, do que na política ambiental multilateral direcionada ao social, ao progresso, ao humano, em detrimento da centralidade no biológico presente no

¹¹⁴A segmentação da EA é assinalado, por Lucie Sauvé (1997), Ana Paulo Vasco e Sônia Zakrzewski (2010) e Marcio Reigota (2007), entre outros.

movimento ecológico e na EA¹¹⁵. A distinção, portanto, tem base no conteúdo e diz respeito tanto ao alcance da abordagem quanto à natureza da concepção da questão.

Na formulação teórica que desenvolvo, a ambientalidade constitui uma tecnologia de poder, distingue-se, assim, do movimento ecológico como movimento de luta e resistência, não ao dispositivo ambiental, à sua discursividade, mas às diferentes formas contemporâneas de agressões à natureza.¹¹⁶ Esse entendimento levou-me à utilização do termo ambiental para identificar a formação discursiva, entre outros elementos da ambientalidade e o próprio dispositivo, e utilizar a expressão poder ambiental para denominar essa singularidade histórica.

Do ponto de vista histórico, ao considerar o dispositivo ambiental, não como uma elaboração teórica, mas como a entidade empírica que, contemporaneamente, conforma a questão ambiental, identifico o uso corrente do termo ambiental, derivando da expressão meio ambiente, nos diversos elementos que constituem esta realidade histórica que tomo como objeto de análise. Assim, é a designação da série de disciplinas ambientais, entre as quais a Educação Ambiental, e são outros elementos discursivos, como a legislação ambiental, que permitem identificar algo como um saber ambiental. É a expressão meio ambiente que identifica a base institucional não discursiva da ambientalidade: organizações governamentais, em todas as escalas geográficas, entre ministérios, secretarias, institutos, e fundações são assim denominadas. Trata-se, me parece, de um elemento discursivo de natureza política, isto é, que demarca uma posição política e não uma simples questão de denominação.

Essa distinção diz respeito ao deslocamento da problematização da questão ambiental do eixo biológico/ecológico para o eixo social. O primeiro caracteriza o movimento ecológico revolucionário e a nebulosa discursiva ecológica, externa ao campo científico. O discurso científico, como é o caso da EA, em alguns aspectos pode ser situado mais em relação ao biológico que ao social, mas essa dúvida tem função estratégica, uma vez que, na sua natureza de causa, na proposição de salvar o planeta, se mescla, se assenhora e conduz as práticas discursivas do movimento ecológico e ambientalista, levando à indistinção entre o movimento ambientalista e o movimento ecológico. Este deslocamento distingue, de fato, o

¹¹⁵É preciso considerar as repercussões das intervenções do sistema das Nações Unidas na condução das diretrizes ambientais no Brasil, entre as quais, na área educacional. Assim, a temática ambiental nos “Parâmetros Curriculares Nacionais”, instituídos em 1997, são largamente influenciados pelas orientações da Agenda 21, formulada na Rio 92 o mesmo ocorre, ainda mais enfaticamente, com a Lei da Educação Ambiental, a Lei de n. 9.795.

¹¹⁶De fato, a cegueira política do movimento ecológico responde pelo fato de o discurso ambiental abarcar o discurso ecológico e ser um discurso quase não contestado.

discurso ambiental multilateral, que passa a situar, não no biológico, mas no social o foco da ambientalidade. Trata-se de um reordenamento, uma transformação voltada a reposicionar o discurso ambiental nos termos das suas funções no interior da ambientalidade, uma das quais é responder à urgência que conforma o sentido deste dispositivo de poder. Esta resposta tem como elemento estratégico do deslocamento assinalado o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como proposição de uma política ambiental.

A proposta de uma linha específica de Educação Ambiental, a EDS, almeja corresponder à política ambiental multilateral, como aqui delineada, uma intervenção educativa com centralidade no social, no humano, no progresso conformando a ambientalidade às bases assentadas no documento *Nosso Futuro Comum*, de 1987, que introduz, no campo do discurso ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável.

Retorno à citação anterior. Outra implicação da distinção de valor entre a EA e a EDS é o fortalecimento do processo de institucionalização da EA como disciplina escolar, uma vez que a mesma ainda consta no currículo nacional como tema transversal, ao lado de questões como orientação sexual, saúde, pluralidade cultural e ética (BRASIL, 1997), e a Lei nº 9.795, que no artigo 10, inciso 1º, dispõe que, “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.” (BRASIL, 1999, p.5). O texto da UNESCO (2005, p. 44) dá como regular aquilo que consiste em uma tendência, isto é, a condição da Educação Ambiental como disciplina, ao afirmar que, “Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida [...]”. A condição de tema transversal, que conforma a EA, é assumida pelo texto da UNESCO como necessária para a EDS.

Outro aspecto a ressaltar desta citação é a referência direta à EDS como desenvolvimento sustentável. A EDS é definida como um conjunto de objetivos de aprendizagem do desenvolvimento sustentável. Usa-se o conceito de desenvolvimento sustentável com equivalência à EA, situando as duas entidades discursivas como se fossem duas formulações disciplinares equivalentes, isto é, sem consideração ao fato de o conceito de DS não consistir, na sua origem, em uma formulação educacional. Este é um aspecto decisivo da proposição de uma linha educativa da política ambiental multilateral, na medida em que faz passar o conceito de desenvolvimento, na versão ambiental, como paradigma ou como grade de inteligibilidade para se pensar “[...] a mudança social e a evolução das condições [...]” (UNESCO, 2005, p. 44). O objetivo de reorientar toda a educação, da alfabetização à universidade, em função do conceito de desenvolvimento sustentável passa, não por colocar a

educação a serviço do poder ambiental, mas por ajustar sua funcionalidade às exigências da atual economia de poder.

O objetivo de reorientar a educação, de adequá-la às contrições da “crise ambiental” condiz também com uma concepção do DS bastante ampla, como se depreende do entendimento de que o

Desenvolvimento sustentável é uma tarefa complexa que tem conexões com cada parte da vida. Ao se planejar e implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável é importante que se mantenham essas conexões, para que o processo de aprendizagem possa dar às pessoas a possibilidade de aplicar os princípios do desenvolvimento sustentável na sua vida e de entender as múltiplas repercussões de suas ações e comportamento. (UNESCO, 2005, p. 47).

Essa visão abrangente da EDS, com base na concepção de DS trazida pelo discurso ambiental multilateral, integrando o econômico, o social e o ambiental, corresponde ao deslocamento da condução macropolítica da questão ambiental, o descentrá-la do eixo biológico para focalizá-la no tripé formado pelo social, econômico e ambiental. Mudança similar, na perspectiva de análise e atuação da problemática ecológica, foi formulada por Felix Guattari (1990), como orientação para o movimento ecológico revolucionário que implicava “[...] uma articulação ético-política — a que chamo ecosofia — entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) [...]” (P. 7). Guattari, com essa proposição, ampliava a percepção da questão ambiental em relação às visões centradas no biológico, e postulava que,

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. (1990, p. 9).

Essas reflexões de Guattari, vistas após as duas décadas de ascensão e consolidação da política ambiental das Nações Unidas, projetam o panorama político de retração das lutas minoritárias, da crítica política e mesmo da resistência às forças hegemônicas de sustentação da ordem política mundial. Os pressupostos políticos, ponderados na consideração da ideia de uma revolução com base na crise ecológica, não se ativeram ao panorama de ascensão das forças políticas do pós 1968.

As intervenções do sistema das Nações Unidas (a ONU e seu complexo de agências com poder político, diplomático, econômico e financeiro) com base no conceito de desenvolvimento sustentável, ampliam o foco de percepção da questão ambiental, e ao priorizar a esfera econômica, o progresso e o desenvolvimento demarcam o perfil dos

interesses da atual economia de poder mundial. A proposta da EDS condiz com a intervenção a serviço desta revolução silenciosa, que avança sobre a população em escala mundial e tem na educação, regida pelo paradigma da sustentabilidade, sua fonte de renovação.

A Aliança Mundial de Ensino Superior para a Sustentabilidade (GHESP), com o apoio da Universidade das Nações Unidas, começou a desenvolver um kit pedagógico destinado a reorientar a educação superior para o desenvolvimento sustentável. O ESGPS fornecerá recursos e instrumentos de grande qualidade e pertinentes regionalmente para indivíduos de todo o mundo que se esforçam em colocar a educação para a sustentabilidade no centro dos currículos de educação superior, na pesquisa, nas ações materiais, na vida estudantil universitária e nas suas atividades de extensão voltadas para as comunidades locais, regionais e globais. (UNESCO, 2005, p. 62).

Com efeito, ao distanciamento em que nos encontramos das transformações pensadas por Guattari, é preciso acrescentar a ausência de críticas e contestações da discursividade ambiental no seu avanço político. As intervenções do sistema das Nações Unidas no campo das relações intersubjetivas estão em plena expansão, e os professores são visto como implementadores dos objetivos desta política ambiental multilateral:

Pesquisas mostraram que a maioria dos educadores trabalha para ajudar indivíduos a crescer e se desenvolver intelectual, emocional e espiritualmente, ou na prática, e assim prosperar ao máximo em qualquer contexto socioambiental ou sociocultural no qual se encontre. Muitos têm a visão apaixonada sobre porque e como aspectos diferentes da educação podem e devem exercer papel vital neste processo. Suscitar valores sólidos e positivos nos alunos – sobre eles mesmos, sobre a aprendizagem, sobre o mundo a sua volta e sobre o seu papel neste mundo – constitui uma parte fundamental que os educadores procuram fomentar nos aprendizes: desenvolver-se como uma pessoa plena, tornando-se cidadãos ativos e responsáveis, descobrindo o gosto pelo aprendizado para o resto da vida, conscientizando-se da sua força e seu potencial. Este aprendizado pessoal é o que mais provavelmente fomentará os valores que fundamentam o desenvolvimento sustentável, já que é mais uma questão de se assumir uma visão de confiança do que assimilar um conjunto específico de conhecimentos. (UNESCO, 2005, p. 44-45).

Posicionar a política ambiental multilateral em educação, instituída na EDS, como um governo de população, é visibilizar sua funcionalidade assentada na conscientização, sensibilização e formação de um éthos ambientalista moldado em valores e princípios do discurso ambiental multilateral, antes do que na assimilação de conhecimentos. E que, ao intervir no espaço escolar, age em função da sua abertura para a “sociedade de controle”. Segundo Deleuze(2008),

O que está sendo implantado, às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento. [...] Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado – mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou executivo-universitário. (P. 216).

Em menos de meio século a EA teve sua formação como subdisciplina da Educação formal, passando, como tendência, da condição de curso de pós-graduação para

cursos de graduação, e da condição de “tema transversal” para disciplina escolar. A profusão copiosa de uma literatura sobre EA, com grande segmentação, é um importante indicador da adesão de muitos educadores ao discurso ambiental. A intervenção no campo educacional formulada como EDS encontra-se em processo de formação e de difusão; ante este processo é relevante indagar, com Silvio Gallo (2005), sobre essa questão que, a meu ver, não deveria escapar aos professores da periferia do sistema mundial,

Mas o problema é: queremos opor resistência? Não estamos, educadores em geral, embarcando muito facilmente nos discursos macropolíticos, nos mecanismos de educação maior, que alardeiam a todos os ventos os tempos da avaliação permanente e da formação continuada? Não temos sido, nós mesmos, os vetores da consolidação das sociedades de controle no âmbito da educação? (P. 112).

A condição de vetor, em infectologia, é a do transmissor e implica o estado de infectado. Trata-se, não obstante, a meu ver, menos de desresponsabilizar professores da condição de assujeitador do que da abertura para o próprio desassujeitamento.

6.4 O público e a educação na ambientabilidade.

Um aspecto de presença constante nos documentos do sistema das Nações Unidas sobre a Educação Ambiental, ou como passou a ser chamada nesta documentação – Ensino para o Meio Ambiente – é a preocupação com a população como público, em que as recomendações, sugestões e conselhos se conjugam com determinações, prescrições e indicativos de suporte financeiro para desenvolver ações voltadas a educar as populações de todo o mundo sobre as questões e as implicações entre meio ambiente e desenvolvimento. Este aspecto é impulsionado pela disseminação de informações sobre a crescente degradação do meio físico natural, aumento dos índices de poluição, de desmatamento, de desertificação, de desequilíbrios climáticos, com torrentes de calor e frio, enchentes, elevação do nível do mar, entre outros distúrbios ambientais que configuram o que se projeta como “crise ecológica”. A esse processo corresponde intervenções voltadas para a formação da consciência e as sensibilidades verdes, implicando a adesão a causa ecológica, constituída sob a égide da verdade ambiental.

Se reflexões sobre as relações entre educação e mídia na sociedade, como Muricy (1988), Pignattari (1988), Citelli (1999), entre outros, identificam, afirmando que a “alfabetização audiovisual”, em menos de meio século, superou, no contexto nacional, a alfabetização fonética, pode-se dimensionar a relevância e os efeitos sobre a população da complexa máquina imagético discursiva a serviço do poder ambiental, como base no princípio de degradação da natureza. A relevância dessa dimensão na conformação da sensibilidade das massas é destacada por Paiva (1995, p. 6), para quem “A maneira como a ficção torna visíveis as questões ético-políticas e as estruturas da vida cotidiana (inclusive do mundo dos jogos, da moda, dos costumes...), a situa como um campo de referências estéticas e mitológicas fundamentais.”

A filmografia da máquina imagética discursiva “biopedagógica”, que classifico como “eco futurologista”, em que constam os filmes “A era do gelo”, “Blade Runner” “2012”, “O dia em que a terra parou”, “O dia seguinte”, “Avatar”, “O livro de E.”, Wall-E, “O dia da independência”, dentre outros, dissemina uma cena de grande densidade, transversal a todo esse conjunto narrativo - a devastação da Terra. A diversidade de argumentos conflui para a intensidade da cena em que a profusão de imagens de destruição, desolação, assolação conforma a ideia de “fim do mundo”. A culminância da série de eventos negativos, entre episódios de escassez de recursos vitais, como a água; as vagas de frio e

calor, enchentes, degelo, inundações, chuva ácidas, etc. projetadas como prognósticos das consequências da degradação ambiental é, certamente, a visibilização do “fim do mundo”.

As cenas de destruição do planeta, contidas nesta filmografia, visibilizam e adensam a ideia do fim do mundo, entendido, de imediato, não apenas como mundo físico natural, mas como mundo humano. Este momento de grande intensidade, para o qual conflui grande profusão de cores, sons e imagens em movimentação elétrica, produz o fenômeno que aproximo do que Guattari descreve como módulo de intensidade, acontecimento na ordem da temporalidade, que conceptualiza como ritornelo. Para este autor, “[...] O tempo universal é apenas uma projeção hipotética dos modos de temporalização concernentes a módulos de intensidade – os ritornelos – que operam ao mesmo tempo em registros biológicos, socioculturais, maquínicos, cósmicos etc...” (P. 27-28). Guattari (2008) esclarece que

[...] cada um de nós conhece tais transposições do limiar subjetivo pela atuação de um módulo temporal catalisador que nos mergulhará na tristeza ou, então, em um clima de alegria e animação. Com esse conceito de ritornelo, visamos não somente a tais afetos massivos, mas a ritornelos hipercomplexos, catalisando a entrada de Universos incorporais, tais como a música, ou das matemáticas, e cristalizando territórios existenciais muito mais desterritorializados. E não se trata, com isso, de universos de referência “em geral”, mas de universos singulares, historicamente marcados no cruzamento de diversas linhas de virtualidade. Um ritornelo complexo – aquém dos da poesia e da música – marca o cruzamento de modos heterogêneos de subjetivação. (P. 27).

Segundo Guattari, “A polifonia dos modos de subjetivação corresponde, de fato, a uma multiplicidade de maneiras de marcar o tempo”. Essa função que move os ritornelos equivale à função poética, “Não se trata, para ela, de transmitir mensagens, de investir imagens como suporte de identificação de padrões formais como esteio de procedimento de modelização, mas de catalisar operadores existenciais suscetíveis de adquirir consistência e persistência” (2008, p. 31).

Com efeito, o papel de catalisar operadores existenciais do aparato imagético discursivo da “biopedagogia” constitui elemento central da função e da relevância que o mundo físico-natural exerce como referência subjetiva para a experiência contemporânea do outro, como alteridade desterritorializada do mesmo. A esta função decisiva, acrescenta-se o papel mais elementar de disseminação de conhecimentos, valores, princípios, atitudes do discurso ambiental. Na continuidade, passo a descrever, como modalidade de práticas discursivas, difusoras dos conteúdos da ambientalidade, alguns filmes e músicas. Situo, antes, as referências que seguem o direcionamento percorrido nessa investigação, de referendar o

sistema das Nações Unidas, com base em suas iniciativas, como principal foco de disseminação discursiva da ambientalidade.

A Declaração de Tbilisi descreve as condições ambientais adversas da atualidade e assinala as ameaças e os deveres que impõem às nações e aos indivíduos e encoraja a todos a revertê-las, com base em argumentos de que

Para o sucesso desse empreendimento, novas estratégias precisam ser adotadas com urgência e incorporadas ao progresso, o que representa, especialmente nos países em desenvolvimento, requisito prévio para todo avanço nessa direção. A solidariedade e a igualdade nas relações entre as nações devem constituir a base da nova ordem internacional, contribuindo para que se reúnam, o quanto antes, todos os recursos existentes. (UNESCO, 1977, p.1).

A importância do princípio de solidariedade no ideário das Nações Unidas é um elemento que não passa despercebido para o campo da Educação Ambiental. Com efeito, Lucie Sauvé (1997) assinala que

Os princípios da Educa o Ambiental (EA) declarados na Conferência de Tbilisi (UNESCO & UNEP, 1978) já incluíam os elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável (DS): a necessidade de considerar os aspectos sociais do ambiente e as suas rela es entre a economia, o ambiente e o desenvolvimento; a ado o das perspectivas locais e globais; a promo o da solidariedade internacional, etc. (P.1).

A proposi o do princípio de solidariedade, nas rela es entre as na es, nas questões ambientais, apresentada na Declara o de Tbilisi foi posteriormente integrada   concep o de Desenvolvimento Sustentável do sistema das Na es Unidas, e tem sido sistematicamente reiterada, nas últimas décadas, pelo discurso ambiental. O princípio, ao qual foi acrescido o de equidade e igualdade, se contrapõe   Sociologia do Conflito, em que   identificado o marxismo, ao movimento ecológico, no seu el  revolucionário de luta transversal,   prolifera o efetiva de conflitos ambientais, que eclodem, por todo o mundo, desde as primeiras iniciativas do ambientalismo.

O posicionamento de algumas delega es na Conferência de Estocolmo, entre as quais a do Brasil, de identificar nas exigências de preserva o ambiental uma manobra das na es desenvolvidas para obstruir o desenvolvimento das sociedades periféricas, pode ser visto como uma das primeiras manifesta es dos problemas entre as na es dos hemisférios Norte e Sul em torno da “questão ambiental”, que os princípios de solidariedade, equidade e igualdade ambientais buscam atenuar ou recobrir.

Não   meu propósito aprofundar as considera es sobre a pertinência estratégica da dissemina o destes princípios pelo discurso ambiental multilateral, seja do ponto de vista

da “ordem ecológica” do sistema de poder mundial, ou em consideração às inúmeras relações de trocas ambientais desiguais e das formas de domínio ambiental, como a política industrial, comercial e energética entre as nações do capitalismo central e periférico e mesmo em relação à proliferação de conflitos ambientais na dinâmica das relações sociais contemporâneas, mas esboçar as dimensões de relevo de se associar estes princípios ao *éthos* ambientalista.

A referência aos princípios de solidariedade, equidade e igualdade ambientais entre parceiros no enfrentamento em conjunto da “crise ecológica”, difundido pelo sistema das Nações Unidas, tem o propósito de descrever sua aplicação em uma injunção educacional de natureza subjetiva, direcionada à população como “público”, realizada pela indústria de cultura. Tomo um exemplo do cinema de massa, de filmes de grandes bilheteria na escala internacional, como são exemplos, na temática ambiental, *Blade Rinner*, *Avatar* e *2012*, entre muitos outros. Trata-se do sucesso mundial de bilheteira, “A era do gelo”.

Atetralogia “A era do gelo” transcorre na Pré-História, há vinte milênios, com a Terra em plena era glacial. No primeiro episódio, indícios de ruptura de um extenso paredão de gelo ameaça toda uma região e sua população dá início ao processo de emigração para o lado extremo do vale em busca de segurança. A travessia, repleta de perigo e ausência de recursos coloca a população em muitas situações arriscadas e enseja a aproximação e uma insólita amizade entre indivíduos de espécies bastante distanciadas: um mamute, Manny; um bicho preguiça gigante, Sid; e um tigre-dente-de-sabre, Diego, os personagens principais da série, mas convivem com um “ladrão de cena”, na figura isolada e onipresente do esquilo Scraft, que a indústria automobilística de carros ecológicos, pôs nas ruas das cidades contemporâneas, estampada na capa de proteção do estepe fixado na travesseira, com a frase “*crazy for nuts*”. Um enunciado que projeta a caricatura do sujeito não ameaçado, mas acossado pela escassez dos recursos naturais.

O mamute, o tigre-dente-de-sabre e a preguiça gigante são espécies em extinção e, certamente, adequadas ao uso metafórico da máquina imagético-discursiva para a situação da presumida ameaça de extinção da espécie humana. Os mamutes viveram na Europa, no Norte da Ásia e nas Américas, logo, com a mesma procedência do tigre-dente-de-sabre, seu principal predador, depois do homem. O bicho preguiça gigante viveu na América do Sul. Nos dias de hoje, contudo, existe a tendência à associação, recurso que suponho ter sido explorado pelos produtores, entre o poderoso mamute e a Europa (e por que não incluir, os USA?) região com neve e gelo; do tigre-dente-de-sabre pela semelhança com o tigre, com a Ásia. O bicho preguiça, lento nas respostas à evolução histórica, à América subdesenvolvida.

O cartaz do primeiro e do quarto episódio tem o mamute no primeiro plano envolvendo/acolhendo os outros personagens. O uso destas espécies para conotar a importância da adoção de relações de solidariedade, de equidade e igualdade no enfrentamento da crise ambiental pela Europa, pela Ásia e pelas Américas é um recurso que parece vincular essa produção aos interesses ambientais da atual ordem ecológica global.

A tetralogia filmica “A era do Gelo”, iniciada, em 2002, com o episódio “A Era do Gelo”, se desdobrou, em 2005, no evento – “A Era do Gelo 2: O colapso”; e continuou, em 2009, com a aventura – “A era do gelo 3: A aurora dos dinossauros”; e, em 2012, veio o desfecho da saga com o episódio – “A era do Gelo IV: A deriva continental”¹¹⁷. A série integra vários elementos das formulações do discurso ambiental e, com maior centralidade, visibiliza a culminância do processo de degradação da natureza, prognosticada no fim do mundo, circunstanciada na epopeia, com a precipitação de uma situação de catástrofe ambiental que ameaça destruir as condições de existência da vida no planeta.

Os personagens da série se defrontam com uma situação em que uma grande quantidade de perigos e ameaças se precipita sobre o grupo e todos os habitantes da região. O grupo se une em forte solidariedade ante a vulnerabilidade de todos diante da crise.

A narrativa foi construída com a formação do grupo e a evolução dos personagens para o sentimento de solidariedade, de reconhecimento do outro e de sensibilização para a importância de estar unido, de ser um grupo e enfrentar os perigos e as ameaças contando com o outro, e de se dispor a apoiar, a socorrer, a auxiliar irrestritamente, mesmo colocando a própria vida em perigo, qualquer membro do grupo.

Na sucessão dos episódios da série, as aventuras são construídas com uma situação de perigo principal e momentos secundários envolvendo um ou mais membros do grupo que põe em prova o grau de solidariedade da equipe. No primeiro episódio, a situação principal de perigo envolve um bebê humano e o grupo se envolve em peripécias que perpassam a proteção da criança e sua restituição à família. Uma situação secundária é construída em torno do mamute e do bicho preguiça. A dupla é cercada pelo bando de tigres dente-de-sabre e salva por Diego, que se volta contra sua própria espécie para salvar os amigos.

¹¹⁷No Brasil o episódio IV obteve, entre 20 de junho a 26 de agosto de 2012, a bilheteria de 8.466.093 de ingressos, segundo dados do site ADOROCINEMA; disponível em <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-181059/bilheterias/>. E o primeiro episódio teve a renda mundial de US\$ 383,2 milhões.

Na continuidade da saga, as cenas de perigo, a principal e as secundárias, caracterizam momentos de desastres ecológicos, terremotos, maremotos, pequenos e grandes tremores geológicos portadores de grandes perigos, como a abertura de um fenda imensa que caracteriza a separação dos continentes e mostra a Terra sendo partida longitudinalmente ao meio. Em todas essas cenas a destruição violenta do Planeta é visibilizada com grande intensidade. A devastação do planeta, em cenas de grande impacto visual, é vista em vários filmes, como em “O dia em que a Terra não aguentou”, em que a destruição mostrar paisagens degradadas em várias regiões. Cenas similares, de grande depredação são vistas em “O livro de E”, ou no filme “O dia seguinte”. Em “Wall-E”, a Terra transforma-se em um imenso depósito de sucatas em que inexistente vida vegetal. Cenas de assolação e cenários devastados marcam essas narrativas que, com a recorrência com que são disseminadas, tornam a possibilidade do fim do mundo, ao mesmo tempo, banalidade e condição assimilada. A moral da filmografia “eco futurologista” é biopolítica: é preciso não apenas deixar a natureza viver, mas zelar, responsabilizar-se, vigiar, preservar, fazer viver. É o jogo do amanhã.

Retorno à tetralogia “A era do Gelo”: no segundo evento, a primeira situação de perigo singulariza a companheira do personagem de maior peso do grupo, Elli, a mamute. No decorrer e nos percalços do regate da morte eminente do membro do grupo, a vida do tigre-dente-de-sabre, que não sabe nadar, é posta em perigo. O bicho preguiça percebe o medo do companheiro e o orienta na prática da natação. No momento decisivo, o tigre mergulha em auxílio aos companheiros e usa as orientações fornecidas por Sid, o bicho preguiça. A confiança no outro, demonstrada na atenção e na aplicação das orientações de Sid; a solidariedade, mesmo com risco de vida, e a disposição para agir diante da adversidade são valores identificados como recursos inovadores para o enfrentamento da causa ambiental.

Na terceira aventura da série, a situação de perigo é circunstanciada no personagem do bicho preguiça. Sid encontra três ovos de dinossauro e resolve adotá-los, constituir família e se colocar em pé de igualdade com o casal de mamutes que espera o nascimento do primeiro rebento. O ato de insensatez o coloca diante de grandes ameaças. A mãe dinossauro recupera seus filhos e os leva, junto com Sid, para o mundo subterrâneo onde existem dinossauros e outras espécies pré-históricas. Manny, o mamute, decide partir em socorro do amigo, colocando o grupo e sua companheira em inusitadas situações de perigo. Nesta aventura, uma situação secundária de ameaça é construída em função do parto de Ellie, a mamute. Diego, o tigre-de-dente-de-sabre, sobressai por sua atitude solidária ao se

desdobrar para auxiliar Manny a defender o parto da companheira dos ataques de um bando faminto de predadores.

No desfecho da saga glacial, “A era do gelo IV: Deriva continental” a narrativa é construída com base no risco implicado no isolamento da família do mamute. Ellie e a pequena Amora são apartadas do grupo em decorrência de um terremoto que racha o platô glacial onde se encontravam. Manny e seus dois amigos, Sid, e Diego, e os gambás, Crash e Eddie, integrados ao grupo no segundo episódio da série, são lançados em alto mar, em cima de um iceberg que, em movimentos violentos, os leva para longe da família do mamute. A solidariedade do grupo é novamente posta a prova nas inúmeras dificuldades e perigos enfrentados para retornar ao continente e reconstituir a família de Manny.

6.4.1 Subjetivação e controle ambiental : O sujeito como poluidor

Essa abordagem da “biopedagogia” cinge-se à descrição das práticas discursivas, e por limitações circunstanciais, não posso integrar à análise os elementos específicos da linguagem musical e fílmica. Dada a amplitude da subjetivação ambiental, a natureza multifacetada dos elementos e mecanismos que operam em sua funcionalidade, a abordagem apresentada tem mais o sentido demonstrativo de função subjetivadora de alguselementos (o cinema e a música popular), do complexo maquinico imagético discursivo ambiental, que uma análise mais detalhada, ou completa. Passo, a seguir, a analisar algumas músicas ecológicas. Início com a versão de Rubinho do Vale da canção “Filhote do filhote” de Jean e Paul Garfunkel, cuja letra declara

Moro numa linda bola azul que flutua pelo espaço/Tem floresta e bicho pra chuchu, cachoeira, rio, riacho/Acho que é um barato andar no mato vendo o verde/Ouvindo o rock'n'roll do sapo ensaiando/De manhã cedinho os passarinhos/Dão bom dia pro sol cantando/Terra, leste, oeste, norte, sul, natureza caprichosa/Tem macaco de bumbum azul/ tem o boto cor-de-rosa/Árvores, baleias, elefantes, curumins/E o mundo inteiro está com a gente vibrando/A nossa torcida é pela vida/E a gente vai conseguir cantando/Cuida do jardim pra mim/ deixa a terra florescer/Pensa no filhote do filhote que ainda vai nascer. (F.9).

A música “Filhote do filhote” traz a imagem poética da Terra como uma bola azul, de natureza caprichosa; ensina que a luta é pela vida e que a vitória é possível com o canto, com o apelo para que se cuide da Terra, para que se deixe a vida continuar existindo, para que tenham em conta as gerações futuras – “pensa no filhote do filhote que ainda vai nascer”. O amor à natureza floresce em uma filosofia simples, que alimenta uma ética repleta de afetos para com o Planeta e a natureza que o sustenta. É preciso cuidar da natureza, fazer viver! A noção de cuidado está associada à ideia de saúde, sob a qual opera um processo de patologização da natureza, a saúde da Terra, da água, dos rios, das florestas, dos animais. A canção enseja uma imensa demanda de consciência, responsabilidade e comportamentos próprios de uma ética que se projeta nas antípodas da degradação e suscita sentimentos e atitudes que precisam ser expressos na escola, na empresa, na família, na vivência social, na rua, nas viagens, no convívio com os outros e consigo mesmo. A ética ambiental tem alvos preferenciais: a água, os animais, o verde, a floresta, o riacho, o rio, o lixo. A música dispõe um padrão de intervenção do campo musical e motiva inúmeras variações, quando considerada modelo. Música para a espécie: a humanidade, o ser humano, a pessoa, a criança. É música-criança, para crianças e para a criança que há no adulto. Música para despertar o ser criança e seu amor pelos filhotes.

O futuro é uma das principais fontes de referência do controle ambiental. É no futuro sem vida, sem filhotes, sem verde, sem água, sem chuva, sem flores que é preciso

pensar. Pensar o fim do mundo, o fim do futuro, o fim da espécie humana, o fim da vida. Eis a base do principal mecanismo de poder que emana do princípio de degradação. O controle do presente na projeção de um futuro indesejável, disseminado na profusão de imagens do fim do mundo, que inúmeros filmes e músicas ambientais dão a ver e que são também enunciados por filósofos, como na metáfora de Michel Serres, com o alerta de que, em relação à crise ecológica, estamos em rota de colisão e que, o que se tem feito, é redução de marcha. Do ponto de vista da “biopedagogia”, a mudança de rota requer se reconhecer poluidor, tomar para si a condição degradada do mundo, se reconhecer em dívida com a natureza, com a vida, com Terra.

“Não jogue lixo no chão” é uma canção de Vital Farias dedicada a instigar o amor à natureza.

Não jogue lixo no chão, chão é para plantar semente/Pra dar o bendito fruto pra alimentação da gente/O peixe que sai do rio, o amor que sai do peito/A água limpa da fonte, um sentimento perfeito/A terra que tudo cria não pede nada demais/Ser tratada com carinho para vigorar a paz/Não jogue lixo no chão, nem rios, lagos e mares/A terra é a nossa morada onde habitam nosso pares/A natureza é quem cria o amor imediatamente/Milagre que faz da vida bendito fruto do ventre/Se queres sabedoria aprenda isso de cor/A terra é a mãe da vida, útero, ventre maior. (FARIAS, 2010, f. 10).

Vital Farias, com base na exortação do enunciado “jogue lixo no lixo”, aconselha “não jogue lixo no chão, nem rios, lagos e mares.” E labora pelo amor à natureza, fazendo ver que tudo que recebemos da Terra é amor, “o peixe que sai do rio, o amor que sai do peito.” Ensina que aquilo que a Terra pede é carinho, zelo, cuidados. Formula a imagem da natureza mãe, natureza prodigiosa, fonte de amor e proteção. Mas adverte –“Se queres sabedoria aprenda isso de cor - A terra é a mãe da vida, útero, ventre maior.”

Xangai e Capinam são os autores de “Canarinho da terra, canarinho do rio”, canção devotada ao amor à natureza, no amor aos pássaros da fauna brasileira. Aproxima-os da comum afetividade em um diálogo que indaga sobre o que se passa no mundo destas delicadas criaturas.

Canarinho da terra, canarinho do rio/Canário da Bahia/Qué qui tu tem canário? Que quando canta arrepia/Sabiá da mata, sabe?/ Sabiá conga/Sabiá da praia, sabe?/Qué qui tu tem na asa/Quando dizer não caia/Meu curió do brejo/Meu sofrer sem dor/E minha lavadeira/Qué qui tu tem jandai? Qua avoa tão ligeira/Gavião peneira, gavião penacho/Pato da lagoa/qué qui tu vê na água/Qui tanto te magoa/Minha zabelê, minhas andorinhas oh!/Ó meu canarinho/Qué qui tu tem bichinho/Que cisca miudinho, que?/que não voltou pro ninho/ que não voltou pro ninho/ que não voltou pro ninho/Qué qui tu tem canário? (XANGAI e CAPINAM, 2002, f.9).

Um canto lamento, que evoca o sentir e a aflição dos pássaros ante a degradação das florestas e dos rios. Descreve o sofrer sem dor, o desgosto que vem da visão que abala, entristece, pesa. Um arrepio, um voar inquieto, ligeiro, assustado, de quem quer fugir e se arisca a não voltar para o ninho. Canto de pele. Rogo para despertar afetos e para que se possa sentir junto com os animais a dor do planeta, a dor da floresta, dos rios, a dor da água! A ideia de um planeta enfermo, carente, adoecido na patologização promovida pelo discurso ambiental é aqui dramatizada na forma do sofrer sem referência física, condição da dor moral. Se há uma ferida, há sofrimento, mágoa, debilidade, tristeza e inquietação. O amor aos pássaros é aqui denotado no tratamento afetivo dedicado a uma criança enferma. “Qué qui tu tem...” é pergunta consolo, que não espera resposta, sabe que a criança/passarinho não sabe falar, não sabe dizer a dor que expressa na inquietação, no olhar sofrido, no voo trêmulo e assustado. A adesão ao discurso ambiental é vivida com a expressão de uma dor de irreduzível atualidade histórica, a dor da ética ambiental, enunciada no drama que faz da questão ambiental mais que uma causa, um sofrer que quer enlaçar crianças e adultos no despertar para a responsabilidade ecológica.

“Fauna e flora” é uma canção de Rubinho do Vale, músico devotado à causa ecológica, compositor desta temática e produtor, junto com Cláudia Duarte, do CD “Verde Maravilha”, título da canção de Ruy Maurity, verdadeiro ícone do amor à natureza da safra de canções ecológicas brasileiras. É deste CD as músicas que analiso nessa seção, com exceção do “Xote ecológico”, de Luiz Gonzaga e “Seres humanos”, de Roberto Carlos. As mesmas ideias encontradas nas músicas anteriores estão presentes em Fauna e flora: o amor à natureza, o alerta dos perigos que pairam sobre ela: extinção, queimadas, derrubadas. A lição de que “A luta do verde é a vida e o nosso sonho é real”.

Tatu-bola, lobo-guará, onça pintada, tamanduá-bandeira/Umbu, pitomba, pequi e o cerrado não podem cair na fogueira/ A fauna à flora implora: - Não podem mais derrubar madeira/ Paca, tatu, cutia sim, no meio da mata sem fim/A vida inventa e tenta deixar esse mundo “verdim”/Meu curupira proteja essa mata inteira pra mim/Pra defender a terra todo manancial/ A luta do verde é a vida e o nosso sonho é real/Mico-leão, baleia, frutos do mar, flores do campo, quaresmeira/Ipê, jacarandá, pau-brasil, jequitibá, aroeira/ A floresta pede socorro, moto-serra não pode serrar seringueira/Papagaio, arara, tucano, João de barro morando na ingazeira/Borboleta, beija-flor, curió e minha sabiá cantadeira/Laranjeira do meu canarinho, salve a fauna e a flora da terra inteira. (VALLE, 2002, f.11).

A enunciação da série de nomes de bichos, árvores, passarinhos, seres fabulosos, a maioria desconhecidos, tem o poder de evocar o mundo misterioso da floresta que a música apresenta como estando em perigo, já que pede que seja salva, “Meu curupira proteja essa

mata inteira pra mim/Pra defender a terra todo manancial/ A luta do verde é a vida e o nosso sonho é real”.

Renato Teixeira, com “Irmãos da lua”, lembra nosso concernimento em comum no habitar esse planeta. Evoca a simplicidade e aquilo que a aparta do consumo, ao lembrar que “[...] tudo na vida às vezes consiste em não ter nada.” Opor a supervalorização do consumo e do acúmulo de bens materiais da Modernidade à condição de – não ter nada – se justifica quando o que esta em jogo é a própria extinção da espécie humana e da vida no Planeta.

Somos todos irmãos da lua/ Moramos na mesma rua/Bebemos no mesmo copo/ A mesma bebida crua/O caminho já não é novo/ Por ele é que passa o povo/Farinha do mesmo saco/Galinha do mesmo ovo/Mas nada é melhor que a água/A terra é a mãe de todos/O ar é que toca o homem /E o homem maneja o fogo/E o homem possui a fala/ E a fala edifica o canto/No canto repousa a alma/ Da alma depende a calma/E a calma é irmã do simples/ E simples resolve tudo/ Mas tudo na vida às vezes/ Consiste em não ter nada. (TEIXEIRA, 2002, f.12).

O discurso ambiental, em sua crescente proliferação, abarca inúmeros âmbitos, o mundo do forró não lhe escapou; Luiz Gonzaga, 1912-1989, o “rei do baião”, compôs o “xote-ecológico”, que amplia a visibilização a destruição ambiental, denuncia a enfermidade do Planeta e faz daquele que foi um líder da luta pelo direito à floresta para os povos da floresta, militante de uma luta política de base fundiária, a luta pelas reservas extrativistas, um herói ecológico. De fato, o encobrimento do domínio político, das lutas sociais, pelo discurso ambiental, que faz passar Chico Mendes por ecologista, não se deve, de fato, a Luiz Gonzaga, mas aos efeitos do poder da verdade ambiental sobre a subjetividade coletiva que, com base no controle discursivo, se faz presente, extensivamente, como essa análise demonstra nas práticas discursivas da música popular.

Não posso respirar, não posso mais nadar/A terra esta morrendo, não dá mais pra plantar/Se plantar não nasce se nascer não dá/Até pinga da boa é difícil de encontrar/Cadê a flor que estava ali?/Poluição comeu./E o peixe que é do mar?/Poluição comeu/E o verde onde que está?/Poluição comeu/Nem o Chico Mendes sobreviveu. (GONZAGA, S/R).

Seres Humanos, de [Roberto Carlos](#), é uma canção singular no conjunto da criação deste artista popular, cuja trajetória tem início nos anos de 1960, com a figura do “cabeludo” bem comportado, distante dos *Rolling Stones* e destacadamente próxima do modelo *Beatles*, que marcou sua fase jovem e evoluiu para o perfil de cantor compositor, com mais que um pendor religioso, capaz de conquistar a representação artística do catolicismo nacional. Vamos à letra de “Seres humanos”,

Que negócio é esse de que somos culpados/De tudo que há de errado sobre a face da Terra/Que negócio é esse de que nós não temos/Os devidos cuidados com o mundo em que vivemos/Fazemos quase tudo por necessidade/Vivemos em busca da felicidade/Somos seres humanos/Só queremos a vida mais linda/Não somos perfeitos/Ainda/Afinal nem sabemos por que aqui estamos/E mesmo sem saber seguindo em frente vamos/Vencemos obstáculos todos os dias/Em busca do pão e de alguma alegria/Não podemos ser julgados pela minoria/Nós somos do bem e o bem é a maioria/Somos seres humanos/Só queremos a vida mais linda/Não somos perfeitos/Ainda/Só quero a verdade/Nada mais que a verdade/Não adianta me dizer/Coisas que não fazem sentido/Que tal olhar as coisas que a gente tem conseguido/E o mundo hoje é bem melhor/Do que há muito tempo atrás/E as mudanças desse mundo/O ser humano é que faz/Estamos sempre em busca de uma solução/Queríamos voar, fizemos o avião/O telefone, o rádio, a luz elétrica/A televisão, o computador, progressos na engenharia genética/Maravilhas da ciência prolongando a vida/Nós temos amor, ninguém duvida /Somos seres humanos/Só queremos a vida mais linda/Não somos perfeitos/Ainda/Mas que negócio é esse de que somos culpados/De tudo que há de errado sobre a face da terra/Buscamos apoio nas religiões/E procuramos verdades em suposições/Católicos, judeus, espíritas e ateus/Somos maravilhosos/Afinal somos filhos de Deus. (ROBERTO CARLOS, 1976).

Roberto Carlos é um ícone da música popular brasileira; amado pelo País, é aquele que, com seu show de final de ano, de quase meio século, traz, em cada início de ciclo anual, a palavra de concordância, alegria, harmonia, serenidade, e direciona o olhar do brasileiro para o alto, em agradecimento a Deus, pela vida, pelas pequenas vitórias, como a saúde, família, emprego, amigos, amor. É a palavra que serena, que canta a Paz e a felicidade das coisas comuns. Aquilo que a música de Roberto Carlos não comporta é, de forma inapelável, inquietação, dúvida, interrogação, suspeitas. Mas, em 1976, no deslanchar da expansão, no País e no Mundo, da problemática ambiental, na forma de um discurso assentado no princípio de degradação, projetando temores e incertezas, prognosticando um tempo de catástrofes, diagnosticando a condição enferma do planeta e responsabilizando a humanidade – “omnes ET singulatum” - pela sua degradação, “Seres humanos” rompe o estilo da serenidade e traz a interrogação capaz de rasgar o tecido do discurso ambiental, ainda em expansão, e jamais colocado sob suspeita, pois, muito bem plantado como verdade científica e vivido como evidência da realidade contemporânea, em todas as escalas geográficas, para todo um universo de intelectuais, políticos, artistas, profissionais, autoridades e para o público em geral.

A degradação ambiental, princípio maior do discurso ambiental, é verdade sem mácula, a grande evidência da época, e Roberto Carlos a coloca em dúvida, senão a própria degradação, aquilo que passava por verdadeiro. A verdade ambiental não lhe parecia nada evidente – “Não adianta me dizer/Coisas que não fazem sentido [...] Só quero a verdade, nada mais que a verdade!” A canção não deixa dúvidas quanto à natureza da indagação: “Que negócio é esse de que somos culpados/De tudo que há de errado sobre a face da Terra?/Que negócio é esse de que nós não temos/Os devidos cuidados com o mundo em que vivemos?”

Ao se posicionar como homem comum, trabalhador do Terceiro Mundo e dizer “[...] Vencemos obstáculos todos os dias/Em busca do pão e de alguma alegria/Não podemos ser julgados pela minoria/Nós somos do bem e o bem é a maioria,” de fato, coloca em questão a discursividade ambiental, se pergunta por sua proveniência, estabelece-a como julgamento de uma minoria, que, do seu ponto de vista, não é do bem.

Com efeito, é como uma singular manifestação de lucidez, autonomia crítica e não assujeitamento, que sobressai esse contributo único de Roberto Carlos à resistência ao discurso ambiental. Seu posicionamento posterior, no campo das práticas discursivas ambientais, se dá com canções que reproduzem os universais do discurso ambiental. Sem se distinguir mais ante os clichês, o lugar comum das denúncias de poluição, desmatamento, extinção das espécies, degradação de rios; dos apelos em prol do amor ao verde, à água, aos animais, à ética ambiental, ao consumo consciente, ao lucro verde etc., que caracterizam as manifestações artísticas subjetivadas pela “biopedagogia”, nas suas variadas formas, do cinema ambiental à poesia de cordel.

Um ato de resistência é acontecimento! Cria espaços para o possível, como o canto de um galo que, colhido por outro e lançado a outro, recolhe e arremessa a outro o canto-grito que, com muitos outros galos, tece um amanhã que poderá planar livre. (MELLO NETO) “Seres humanos” é canto-acontecimento, um grito arremessado capaz de nos devolver o mundo. Deleuze (2008, p. 215) observa que “A arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha.” Resiste, igualmente, como no exemplo de “Seres Humanos” à apropriação do mundo pela atual “ordem ecológica”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Toda luta - e todo acontecer é uma luta – precisa de duração. O que chamamos de “causa” e “efeito” deixa a luta de lado e, portanto, não pertence ao acontecer.”

Friedrich Nietzsche.

Alguns pressupostos políticos foram mais valorizados no desenvolvimento dessa investigação que questões atinentes a “arte da tese”. Busquei descrever analiticamente o funcionamento do domínio ambiental como tecnologia de poder, como um complexo saber-poder, que dispõe na sua efetividade grande diversidade de mecanismos e engrenagens políticas singulares, de técnicas políticas, relações de poder e técnicas de governo dispostas nas linhas do dispositivo em estudo, isto é, linhas do saber, linhas de força, linhas de subjetividade que fazem girar a roda da racionalidade ambiental, como forma de poder em operacionalidade em escala planetária.

Na linha do saber, em que se processa, desde os anos de 1970, a formação de uma discursividade ambiental heterogênea, de natureza científica, religiosa e cultural, esta última atuando com base em máquinas imagéticas discursivas provenientes da indústria de cultura, opera, em grande profusão, uma literatura ambiental que movimenta o campo de visibilidade e dizibilidade do dispositivo e projeta a questão ambiental na contemporaneidade, como fenômeno cultural de horizonte planetário. Realizei, frente a essa “nebulose discursiva”, um recorte de base política, em que cartografo as estratégias discursivas ou teorias do discurso ambiental (Teoria da Modernização Ecológica, Teoria da Sociedade de Risco e Teoria do Desenvolvimento Sustentável) dominantes no campo do discurso ambiental disciplinar ou científico das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, a fim de descrever as funções políticas dessas estratégias discursivas perante o campo mais amplo da discursividade ambiental. Em outras palavras, busquei descrever a operacionalidade tática do discurso científico ambiental, como relação de poder, isto é, no exercício da condução de condutas possíveis, no plano das práticas discursivas.

Na linha de subjetividade que atua em conjunção\disjunção com os elementos da visibilidade e dizibilidade da linha de saber, destaquei, ao descrever relações de poder, mecanismos e engrenagens políticas do dispositivo, a função de enunciados ambientais e do princípio de degradação ambiental, como ênfases centrais a subjetivação ambiental, na constituição de um sujeito ecológico, pungido pela culpa de degradar e ameaçar a natureza ou por em risco sua existência. A condição do sujeito ecológico inscreve-se na tradição do tema

do traidor e do herói, sendo constituída, ora na dimensão poluidora do agir, ora nas exigências práticas de preservar. A subjetividade ambiental é por natureza uma dimensão ambígua da condição do sujeito na contemporaneidade.

A linha de força do dispositivo ambiental foi efetivamente o centro e o foco maior de atenção dessa investigação. Entendo por linha de força o domínio genealógico propriamente dito do dispositivo do poder. Nesse âmbito, realizei as análises arqueológicas perspectivando sua funcionalidade no interior da tecnologia em estudo, portanto, desde o prisma genealógico. É, claramente, o caso do estudo das estratégias discursivas da ambientalidade realizada no capítulo três e, no capítulo quatro, no exemplo da abordagem da agroecologia, com suas funções conjugadas de estratégia discursiva, de técnica de poder, de discurso disciplinar e militância política-discursiva, com atuação no meio rural e urbano, nas interfaces de um mercado ecológico como eixo do dispositivo em estudo.

O mesmo condiz no que concerne ao capítulo cinco, com o estudo do Licenciamento ambiental, como técnica de governo e seus desdobramentos práticos, no âmbito de grandes empreendimentos, como estradas e rodovias, portos e aeroportos e hidroelétricas, em uma modalidade de *Racismo de Estado*, como no caso do Projeto do Complexo Hidroelétrico do Xingu, em que se efetiva a possibilidade do extermínio de populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas em nome do progresso e da razão ambiental, como rege os discursos do desenvolvimento sustentável.

O dispositivo de poder ambiental ou dispositivo da natureza é um tipo de dispositivo de segurança, isto é, uma tecnologia de poder, que opera na dominância, mas não de forma exclusiva, na racionalidade de poder que Foucault denominou de biopolítica. Vale dizer, que o poder ambiental, incide, na sua funcionalidade, sobre a população. Foucault fala de formas históricas de dispositivos de poder, que correspondem ao poder soberano – dispositivos legais e jurídicos; ao poder disciplinar, como o dispositivo de sexualidade, dispositivo disciplinar, dispositivo carcerário, dentre outros, que dispõem de técnicas políticas e formas de relações de poder que incidem sobre o corpo humano, são, portanto, individualizantes. E de dispositivos de segurança, que correspondem ao controle ou segurança e tem por base a racionalidade biopolítica. O que caracteriza os dispositivos de segurança é a atuação totalizante, o incidir sobre a população, com base em mecanismos que operam não com esquemas de interdição/liberação, mas com a inserção dos fatos sobre controle, em um campo de acontecimentos possíveis, em que se exerce a gestão de graus de tolerabilidade com

suporte na determinação de médias; como é o caso das médias urbanas de poluição atmosférica, com a gestão dos níveis de emissão de gases poluentes; os níveis de desmatamento, de erosão dos solos, da presença de elementos químicos nos alimentos de origem animal e vegetal, entre outros. O objetivo de analisar a emergência, a formação e a trajetória ascendente dessa racionalidade ambiental na contemporaneidade foi o principal foco de interesse desta investigação. A formulação teórica do conceito de dispositivo de poder, elaborada por Michel Foucault, foi, em larga medida, adotada no delineamento do desenho da investigação.

Esse estudo permitiu-se a liberdade de centrar seus esforços mais no desafio do projeto do que naquilo que constitui propriamente e de forma consagrada, o desenho de uma tese. Em razão do escopo que assumiu, ao abraçar a descrição de uma racionalidade de horizonte planetário, cingida em domínios claramente heterogêneos e abarcar o campo teórico da literatura ambiental; a formação histórica de uma discursividade de proveniência agrônômica – a agroecologia – desdobrada em estratégia discursiva, em discurso disciplinar e em militância político-discursiva, com base em um desenvolvimentismo verde, com atuação no meio rural e urbano; ao descrever o controle ambiental do Estado sobre a economia contemporânea, nos serviços, na produção e na distribuição, com base no Licenciamento Ambiental; e pontuar, mesmo que em análises breves, a funcionalidade de máquinas imagético discursivas da subjetivação ambiental operando em uma educação ambiental voltada ao público como população. De fato, uma Educação Ambiental ainda pouco visibilizada. Um desafio dessa ordem, com a heterodoxia que implicou, só poderia, por certo, ser acolhido no campo dos estudos educacionais, em função da natureza da Educação como “disciplina de disciplinas”, de disciplina multidisciplinar.

O vínculo político estabelecido com o trabalho de Michel Foucault singulariza a trajetória realizada e o pulso que a fez florescer. Explicitar essa relação não passa pela indagação - Por que Foucault? - que levaria a referências a uma reconhecida importância, mas pela relação com a prática filosófica que enseja um *éthos* filosófico singular, voltado à ontologia crítica do presente, a se realizar como diagnóstico do presente e que Foucault situou na relação com a verdade, como substrato de relações de poder, de suporte ao governo de si e de outrem, o que denominou como *Política da verdade*. É frente ao jogo dessa política, com base no exercício da crítica em descontinuidade com o “não ser assim governado” que um possível pode se instituir. A apreensão, o uso e o desejo de anabolizar o uso da crítica como virtude; do exercício da crítica como arte de inservidão refletida, como espaço de

desassujeitamento de si e de outrem, que requer lidar não apenas com os meios que assujeitam e com a condição de assujeitado, mas com as circunstâncias de agir como ponto de conexão do fluxo subjetivador, que faz andar a subjetivação maquínica e faz de cada assujeitado, um assujeitador no governo de si e dos outros. Eis, portanto, o móbil dessa investigação que buscou ganhar distancia da crítica vinculada à arte de governar, a crítica atrelada ao ser ou ao não “ser governado assim...” e objetivou passar ao largo de leituras que fazem coincidir a descrição da história da crítica no Ocidente, em Foucault, com a assunção da proposição da atitude crítica como virtude. A crítica como virtude, como coragem, como transformação de si, a meu ver, associa-se, não ao “não ser governado de tal maneira”, mas ao desassujeitamento, como acontecimento, como luta, portanto, a uma atitude em descontinuidade com a “docilidade refletida”, podendo se constituir em referencial para se perspectivar as relações entre verdade, poder e sujeito, com base na “arte da não servidão voluntária, a da indocilidade refletida”.

De fato, o exercício da crítica ambiental no Brasil, analisada no capítulo cinco dessa investigação, que classifiquei como regida pela atitude de “docilidade refletida” é mais afins à heteronomia do que às lutas do desassujeitamento diante da verdade e de seus efeitos de poder. Logo, sem afinidades com a ética como prática refletida de liberdade, com o desassujeitamento como a contraconduta que implica, para o jogo da Política da Verdade, um limite.

Pensar com Foucault, dispõe, a meu ver, a possibilidade de agir, acima de tudo, com e pela liberdade; liberdade de pensar de outra maneira, de resistir e levar à frente a resistência ao poder como aquilo que faz da vida assujeitamento e de cada sujeito assujeitado um adido às formas fascistas de vida. Nas palavras de Foucault:

Uma ontologia crítica do presente de nós mesmos deve ser considerada não como uma teoria, doutrina ou corpo permanente de saber que se acumula; deve ser concebida como uma atitude, um éthos, uma via filosófica onde a crítica daquilo que somos – seja ao mesmo tempo – uma análise histórica dos limites nos quais estamos situados e a prova de sua ultrapassagem possível. (1994b. 578).

Essas reflexões sobre a crítica como virtude pretendem identificar a inquietação que instigou essa investigação e a fez penetrar na atmosfera filosófica de Michel Foucault, àquilo que, a meu ver, se impõe, no campo político, e na prática filosófica como limite, e talvez, divisor de águas, na história da crítica do “como não ser assim governado, não desta maneira...” Questão com uma relevância que provavelmente não seja abusivo destacar a importância de dar-lhe visibilidade, perante a perspectiva do pensamento crítico como virtude,

nas suas relações com o poder e com a verdade, para além das noções e da prática da crítica social ou da crítica estética.

As análises realizadas, não obstante, caracterizam-se mais por voltarem-se ao domínio da racionalidade ambiental, ao processo de subjetivação e assujeitamento operante em âmbitos diversos da vida social do que aos movimentos de resistência. Há, de fato, uma forte expansão da racionalidade ambiental no contexto da contemporaneidade, em movimento crescente desde os anos de 1970, que encontra pequena ou baixa resistência.

Trata-se de um descompasso? A força crescente em atuação no dispositivo ambiental, não parece resultar de um movimento resposta às lutas de resistência e enfrentamento a esse poder, mas do próprio movimento de formação e amadurecimento do dispositivo em estudo. No campo das lutas discursivas no Brasil, por exemplo, essa investigação apresenta uma base significativa de originalidade, na medida em que o discurso ambiental é, no País, um discurso do *status quo* e seu enquadramento como discurso de poder é expressamente liminar. A condição da crítica discursiva, do confronto discursivo com o poder ambiental, tanto como “governamentalidade” quanto processo de subjetivação, pode ser visto como um parâmetro ou termômetro da condição das lutas e da resistência ao poder ambiental, no País e no Exterior. O que não significa supor a inexistência de lutas, de enfrentamentos e de resistência, ou a minimização da sua relevância política, mas, ao contrário, do ponto de vista dessa investigação, é estratégico chamar a atenção para a extensão e funcionalidade da racionalidade ambiental e da pequena visibilidade que dela ainda se tem.

Por certo, qualquer jornada implica escolhas, decisões que nos leva a seguir um caminho em detrimento de outros, de tratar de certos pontos e não de outros. Essa pesquisa, naturalmente, inscreveu-se nesse chão comum de qualquer investigação. O que acredito, entretanto, ter se sobreposto à incidência de impasses, foi, ao contrário, certa clareza a descortinar o trajeto a percorrer. Naveguei orientado por uma bússola muito especial – a força da agonística foucaultiana em relação ao poder - qualquer que seja, como quer que se manifeste. Ressalto, ainda, o uso articulado e simultâneo da arqueologia, da genealogia e da estratégia como recursos analíticos dispostos na abordagem foucaultiana, que amarraram a jornada investigativa a esteios sólidos e me permitiram, um andar leve e seguro. É como se uma vez iniciado o movimento, que alçou um campo amplo e privilegiado de apercepção da problemática em estudo, com a abordagem das estratégias discursivas em operação na discursividade ambiental, a identificação do que me pareceu ser as formas decisivas das

relações de assujeitamento atuantes na ambientalidade fossem se impondo ao trabalho investigativo e, assim, alijando temas e questões presentes no campo em estudo que, a meu ver, não se revestiam de importância analítica para os propósitos da investigação.

Uma ressalva cabe em relação a último capítulo, dedicado aos aspectos educacionais da questão ambiental, que passou por algumas claudicações. Ao começar o trabalho com os aspectos educacionais, contudo, as coisas rapidamente se encaixaram e levaram à condição de transformar o sexto capítulo em um dos capítulos centrais dessa investigação. Meus titubeios tinham três fontes: 1) - a ojeriza ante a ideia de tratar um tema na condição de objeto protocolado, isto é, não emergido na superfície da jornada investigativa, felizmente, não era o caso dos aspectos educacionais; 2) - minhas limitações quanto à semiótica das imagens, da linguagem fílmica e musical; 3) - e, enfim, à falta de tempo para contornar essas limitações somou-se à intuição de ser a educação voltada ao público um desafio a exigir, evidentemente, uma pesquisa individualizada.

O entendimento de que o caminho percorrido foi correto, isto é, de que não deixei de fora, nada essencial para o discernimento da problemática em estudo é, até agora, o que estou desfrutando. O que não significa dizer que temas ambientais como a questão climática, a biodiversidade, as relações internacionais de base ambiental, a questão demográfica (em relação à qual, faço um parêntese e para citar Adorno (2013, p 3), e esclarecer no que o demográfico é problema para a perspectiva dessa investigação – “Tornou-se habitual chamar o aumento súbito da população de explosão populacional: parece que a fatalidade histórica, para fazer frente à explosão populacional, dispõe também de contraexplosões, o morticínio de populações inteiras.”), dentre outros, sejam temas que considero desprovidos de relevância.

O sentimento do acerto provém, a meu ver, de algumas das conquistas e descobertas dessa investigação. Penso ter avançado, com certo grau de consistência, na demonstração da existência da ambientalidade como dispositivo de poder, como suporte e complexificação do atual sistema político da ordem capitalista mundial, nos termos da governamentalidade geral contemporânea. O nexos demonstrado entre a ambientalidade e a ordem capitalista mundial, na salvaguarda ao sistema capitalista, iniciado no pós-1945, com a criação do sistema das Nações Unidas, por iniciativa dos Estados Unidos, visou atualizar a compreensão da relevância, da persistência e do sentido político da questão do suporte ao capitalismo pra além do que se concebeu como o “fim da história”.

A centralidade contemporânea do conceito de desenvolvimento, sua internacionalização e a assunção como grade de inteligibilidade para o entendimento e opensar a vida social, para o estudo da sociedade e de forma ainda mais decisiva, para o programar a vida em sociedade, enfim, para a arte de governar na contemporaneidade, foi posicionado como nuclear à base política do sistema de poder contemporâneo e destaquei sua revitalização com o conceito de desenvolvimento sustentável, esteio da principal estratégia discursiva do dispositivo ambiental, a Teoria do Desenvolvimento Sustentável.

A hipótese de o dispositivo de poder ambiental ter por sentido desvincular a crise ambiental do sistema capitalista, foi amplamente comprovada, acredito, com base na demonstração da atuação do discurso ambiental como frente discursiva que, desde os anos de 1970, milita com grande intensidade, na “governamentalização” das sociedades subalternas, com base no conceito de desenvolvimento.

A descoberta da transformação efetuada pela ambientalidade, na conformação da questão ambiental, no deslocamento do seu eixo de inteligibilidade do biológico/ecológico, para o social, econômico e ambiental e, nesse deslocamento, seu tomar distancia do movimento ecológico, cujo direcionamento orientou-se para a proteção da natureza, permitiu ressaltar a proeminência da ideia de progresso e do conceito de desenvolvimento como esteio da racionalidade ambiental e da política ambiental multilateral, em que passa a vigor e sobressair a noção de qualidade ambiental e do direito humano a um ambiente de qualidade.

O entendimento da questão ambiental como “governamentalidade”, como governo da população a situa como uma biopolítica. No curso de 1977, *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault apresenta, entre os primeiros objetos investidos pela biopolítica, os elementos que compõe a questão ambiental. Analisei o poder ambiental como realidade biopolítica que passa, do final dos anos de 1960 em diante, por complexa expansão, cuja emergência abordei com base na noção de acontecimentalização, perspectiva que aponta para a multiplicidade de elementos que lhe dão conformação e a constituem como tecnologia de poder. Operando de forma totalizante, a governamentalidade ambiental, tem por fundamento o processo de responsabilização de todos e de cada um dos membros da espécie humana pela degradação da natureza, ou do estado de poluição contabilizado na contemporaneidade como fatores constituintes da condição ameaçada da espécie humana e de toda vida na Terra.

A constituição do poder ambiental como governo da população, com basena responsabilização de - todos e cada um - pela degradação planetária efetiva-se na

pedagogização ambiental que opera uma complexa estrutura educacional de base comunicacional, com seu suporte em máquinas imagéticas discursivas, na nebulose discursiva ambiental e no conhecimento científico, matriz do processo, em que somos capturados na trama discursiva de subjetivação ambiental e constituídos negativamente como poluidores e positivamente como guardiões da natureza, concernidos no controle de si e de outrem, nas formas como nos relacionamos com a natureza e no fazer crescer as fileiras dos interessados em fazê-la viver.

Essa é a dimensão mais surpreendente, menos visível e, portanto, menos problematizada, a meu ver, no biopolítico, no geral e na governamentalidade ambiental como domínio biopolítico. Uma vez que não se trata daquilo que ainda reverbera como característico do poder político, na herança amarga do século XX, das duas grandes experiências totalitárias europeias e das várias e pálidas congêneres nas sociedades periféricas. Não se teria associado excessivamente o biopolítico à exceção, à *zoé*, a vida “matável”, aos extermínios das tropas de elites do Terceiro Mundo, às ligaduras de trompa do SUS, à AIDS na África, a epidemia de uso do *crack* e, talvez, menos dramaticamente ao desemprego permanente. O biopolítico como positividade, talvez tenda a se encolher frente à infâmia e aos descabros da exceção na atualidade. Mas, tantona modernidade quanto na contemporaneidade é o positivo que distingue o poder sobre a vida. E é no “fazer viver” que situo a base do funcionamento biopolítico da governamentalidade ambiental, seja no econômico, com a biopolítica ambiental da saúde, que, com base no Licenciamento Ambiental, normaliza o funcionamento das empresas com potencial poluidor e consumidoras de recursos naturais; na biopolítica agrônômica, que, com base na agroecologia, normaliza produtores rurais e subjetiva “consumidores conscientes” e na biopedagogia que, com suporte na complexa estrutura da educação máquinica, subjetiva todos e cada um como poluidores e guardiões da natureza.

Situar a governamentalidade ambiental como governo biopolítico da vida, na positividade, é seguir a linha foucaultiana de pensar o biopoder e suas formas de racionalidade. Nessa investigação, esse desdobramento apoiou-se na apreensão de um dos efeitos da entrada da natureza na história, a saber: o deslocamento da condição da natureza de *zoé* para a de *bios*, de uma natureza “matável” a uma natureza com status político, como *bios*, a que se deve fazer viver.

REFERÊNCIAS

2012. Direção: Roland Emmerich. Produção: Roland Emmerich, Larry J. Franco, Harald Kloser. EUA: Sony Pictures, 2008. 1 DVD (158min).

ADORNO, Theodor. Educação após auschwitz. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=179:educacao-apos-auschwitz&catid=11:sociologia&Itemid=22 Acesso em 23, 12, 2012.

A ERA do Gelo. Direção: Carlos Saldanha, Mike Thurmeier. Produção: John C. Donkin, Lori Forte. EUA: FOX Film Corporation, 2002, 1 DVD (94 min).

A ERA do Gelo II: O colapso. Carlos Saldanha. Produção: Lori Forte. EUA: FOX Film Corporation, 2006, 1 DVD (91 min).

A ERA do gelo III: A aurora dos dinossauros. Direção: Carlos Saldanha, Mike Thurmeier. Produção: John C. Donkin, Lori Forte. EUA: FOX Film Corporation, 2008, 1 DVD (94 min).

A ERA do gelo IV: Deriva continental. Direção: Steve Martino, Mike Thurmeier. Produção: John C. Donkin, Lori Forte. EUA: FOX Film Corporation, 2012, 1 DVD (100 min).

ABA. *Carta do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia*. 2012. Disponível em: <http://www.cbagroecologia.org/carta-do-vii-cba/> Acesso em 05.03. 2012

_____. *Apresentação do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia*. 2012. Disponível em: <http://www.cbagroecologia.org/apresentacao/> Acesso em 09.03. 2012

ABA. *Dossiê Belo Monte*. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.2, n.2, jul.-dez., p.224-301, 2010.

_____. *CONVOCATÓRIA PARA O GT Nº 07 DA 27ª RBA*, 2010. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/superiorindigena/message/3395>. Acesso em 02.04.2012

_____. *Nota Da Cai Sobre A Uhe Belo Monte*. Disponível em: <http://www.abant.org.br/?code=2.31> Acesso em 11.03.2012.

_____. *A Hidrelétrica de Belo Monte e a Questão Indígena*: Saudação de Bela Feldman-Bianco, Presidente da ABA. Disponível em: www.abant.org.br/file?id=149 Acesso em 10.03.2012.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. *¿Qué es un dispositivo?* Disponível em: <http://libertaddepalabra.tripod.com/id11.html>. Acessado em 18. 04. 2010.

AGRA Filho, Severino. *Os Estudos de Impacto Ambiental no Brasil: Uma análise de sua efetividade*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: PPE/COPPE/UFRJ, out/1991.

ALPHANDÉRY, Pierre, BITOUN, Pierre e DUPONT, Ivez. *O equívoco ecológico: Riscos políticos da inconsequência*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ALVES, Karina Mirian Da Cruz Valença. *Formação discursiva da plenitude em Educação: Uma arqueogenealogia das novas sensibilidades eco-pedagógicas*. 2009. Tese. (Doutorado em

educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ANDREOLI, Cleverson Vitorino. *Principais Resultados da Política Ambiental Brasileira: O Setor Público*. Subsídio para o Relatório do Brasil para a CNUMAD. (mimeo). Curitiba, abril/1991.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996.

APINAJÉ, KRAHÔ E XERENTE. *A BARRAGEM DE ESTREITO*. Carta dos povos Apinajé, Krahô e Xerente. Disponível em www.cimi.org.br Acesso em 05/02/2011).

ARENDRT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARON, Raymond. *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

AVATAR: A lenda de korra. Direção: James Cameron, Bryan. Produção: James Cameron, Jon Landau. EUA: FOX Film Corporation, 2008. 1 DVD (162 min).

AVELINO, Nildo. Apresentação: Foucault e a anarqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980* (excertos). São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

ÁVILA, Edna Leite e ALMEIDA, F. Monteiro. *O Estudo do impacto ambiental: Licenciamento, Responsabilidade Criminal*. Revista do Ministério Público. Porto Alegre-RS. 27: 179/180. 1992.

BAINES, Stephen Grant. O EIA-RIMA da Usina Hidrelétrica Belo Monte e as Populações Indígenas. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães e HERNANDEZ, Francisco del Moral. *PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009, p. 70-74. Disponível em: [http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf). Acesso em 12.05.2012

BALDUINO, Tomás. *A igreja e a luta pela terra*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=7476&date=currentDate> acesso em 24.02.2012.

BALL, Stephen. *Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação*. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez, 2001.

BAPTISTA, Fernando e LIMA, André- *Licenciamento Ambiental e a Resolução CONAMA 237/97*. Revista de Direito Ambiental, n.12, 1998.

BARBIERI, J. C. *Competitividade internacional e normalização ambiental*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.32 (1), p.57-71, jan/fev, 1998.

BARROS, Ricardo Paes de. *Modernização agrícola e pobreza*. Desafios do Desenvolvimento. ano 8, n. 68, S/P. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=686:modernizacao-agricola-e-pobreza&catid=29:artigos-materias&Itemid=34 Acesso em 22.01. 2012

BATALHA por Tera. Direção: Aristomenis Tsirbas. Produção Keith Calder, Ryan Colucci, Dane Allan Smith, Jessica Wu. EUA: Play Arte, 2007, 1 DVD (85 min).

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, A. LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, p. 11-71, 1997.

_____. *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. Ed. 34, 2010.

BENTHIEN, Patrícia Faraco. *Ongs e agroecologia no Brasil*. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, p. 25-28, fev. 2007.

BERNSTEIN, Basil. Das pedagogias aos conhecimentos. In: MORAIS, Ana Maria e NEVES, Isabel Pestana. *Basil Bernstein: Antologia*. ESSA. Lisboa, 2001. Disponível em: http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/bernstein11.pdf Acesso em 10.02.2010.

BEZERRA, Maria do Carmo L.; OLIVEIRA Tadeu A. *O Licenciamento Ambiental como Instrumento de Melhoria da Qualidade de Vida Urbana no Distrito Federal : O Caso dos Estudos de Impacto Ambiental*. Brasília, Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: PÁDUA, Jose Augusto. (org.) *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 22-63.

_____. Cinquenta anos de pensamento da Cepal: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Org. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 13-68.

BORGES, Jorge Luis. *Elogio de la sombra*. In: BORGES, J.L. Obras completas. Buenos Aires: Emecé, 1974.

BOLEA, M.T.E. *Evaluación de Impacto Ambiental*. Madrid: Fundación MAFPRE, 1984.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. La filosofia, La ciência, el compromiso. In: ERIBON, Didier. *El infrecuente Michel Foucault: renovación del pensamiento crítico*. Buenos Aires, Argentina: Letra Viva, 2004.

BULHÕES, Flavia Muradas. *A certificação ambiental de produtos agrícolas e florestais: diferentes trajetórias da relação entre ambiente e mercado*. – Dissertação.

BURSTYN, Marcel A. A. *Gestão Ambiental: Instrumentos e Práticas*. Paris: CRB/EHESS, 1991.

BRANDENBURG, Alfio. *Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas*. 1999. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf Acesso em: 05.03. 2011.

BRASIL. *PAIS: Produção agroecológica integrada e sustentável*. Disponível em: www.sebrae.com.br Acesso em: 12. 05. 2011.

BRASIL. MEC. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. MMA. *Resolução CONAMA 001/1986*. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23> Acesso em: 07.10.2011.

_____. MMA. *Resolução CONAMA 237/1997*. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237> Acesso em: 07.10.2011.

_____. MMA. *Resolução CONAMA 377/2006*. Disponível em:
http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/federal/resolucoes/2006_Res_CONAMA_377.pdf Acesso em: 10.10. 2011.

_____. MMA. *Resolução CONAMA 387/06*. Disponível em:
http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2006_387.pdf
Acesso em: 09.10.2011.

MMA. *Resolução CONAMA 412/09*. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=605> Acesso em : 09.10.2011

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Legislação Participativa. *Debate sobre o Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS*. 2009. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/notas-taquigraficas/2009/NT%20-%20Producao%20Agroecologica%20Integ%20e%20Sust%20PAIS.pdf> Acesso em: 09. 05. 2011.

CARDEAL, Valter. *Em reunião histórica com movimentos sociais e povos indígenas, Lula se compromete que Belo Monte não virá "goela abaixo"*. Amigos da Terra Brasil. Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<http://www.natbrasil.org.br/Docs/boletimenergianova/belomonte.html> Acesso em: 10.09.2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura e STEIL, Carlos Alberto. *O Habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental*. Educação e realidade, Porto Alegre, n. 34.v.3, p. 81-94, set-dez, 2009.

CANDIOTTO, Cesar. *Foucault: uma história crítica da verdade*. Trans/Form/Ação vol.29 n.2, Marília, 2006. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-317320060002&lng=en&nrm=iso Acesso em 04. 03. 2009.

CANCIO, J.A. *Inserção das questões de saúde no estudo do impacto ambiental* [dissertação]. Brasília: Universidade Católica de Brasília; 2008.

CARVALHO, Guilherme. IIRSA e PAC. In: LEROY, Jean Pierre e MALERBA, Julianna. *IIRSA, energia e mineração: ameaça e conflitos para as terras indígenas na amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: FASE, 2010, p. 13-19.

CASTEL, Robert. *La inseguridad social: qué es estar protegido?* Buenos Aires: Manantial, 2011.

CASTRO, Edgarbo. *Leituras da modernidade educativa: Disciplina, biopolítica, ética*. In: KOHAN, Walter Omar e GONDRA, José. (Orgs.) *Foucault, 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, p.63-77, 2006.

_____. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Lecturas foucaulteanas: Uma historia conceptual de la biopolítica*. La Plata: UNIPE, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. *No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é*. Povos Indígenas no Brasil, o PIB-ISA. 2006. Disponível em:

http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf Acesso em: 05.05. 2011.

CAZETTA, Ubiratan. *Belo Monte e as muitas questões em debate*. Entrevista especial com Ubiratan Cazetta. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/belo-monte-velhas-e-novas-questoes-em-debate-entrevista-especial-com-ubiratan-cazetta/505909-belo-monte-velhas-e-novas-questoes-em-debate-entrevista-especial-com-ubiratan-cazetta> Acesso em:

10.03. 2012.

CEPEDES. *Carta de Porto Seguro*. 2003. Disponível

em: http://www.cepedes.org.br/arquivos/artigos_manifestos/carta_portoseguro.pdf Acesso em: 03.03.2012.

CICCO, Francesco de. *ISO 14000: a nova norma de gerenciamento e certificação ambiental*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: v. 34, n. 5, set./out. p. 80-84, 1994.

COHN, Clarice. *Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos*. In: ABA. *Dossiê Belo Monte*. 2010. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.2, n.2, jul.-dez., p.224-251, 2010.

COLESTELE, Renato Perim. *A força das ideias: A Cepal e o industrialismo no Brasil*. In: SZMRECSANYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, p. 121-146, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. s.I.: CMMA, 1987.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da, *A Criação da Associação de Agricultura Orgânica: O empurrão de Lutzenberger*. Disponível em: <http://aao.org.br/aao/quem-somos.php> Acesso em: 22.02.2012.

COUTO, Rosa Carmina de Senae SILVA, José Marcos da, *As questões de saúde no estudo de impacto ambiental do aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte*. In: SANTOS e HERNANDEZ. *Painel de especialistas*. 2009, p. 81-88. Disponível em:

[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf). Acesso em: 14/ 03/2012

CUEVAS, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Editora Global, 1983.

CUNHA, Manoel Alexandre Ferreira da. *A caracterização das populações no EIA/RIMA Belo Monte*. In: SANTOS e HERNANDEZ. *Painel de especialistas*. 2009, p. 40-42. Disponível em:

[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf). Acesso em: 14/ 03/2012.

CURRY, P. *Ecological Ethics: An Introduction*. Cambridge: Polity Press, 2006.

DELEUZE, Gilles. Do dispositivo in: DELEUZE, Gilles *O fio de Ariane*. Lisboa: Veja, 1996.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles.

Conversações. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. Controle e devir. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. e GUATTARI, Felix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo*. IPEA, 2005, p.51-90.

Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf Acesso em 20. 09.2011.

_____. *Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária*. Estudos Avançados, v.15, n. 43, p.157-172. São Paulo, Sept./Dec.

2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013 Acessado em: 20.09.2011.

DE PAULA, Luis Roberto. *Antropologia, desenvolvimento e estudos de impacto ambiental: a responsabilidade social do antropólogo revisitada*. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, São Carlos, v.2, n.2, jul.-dez., p.252-281, 2010. Disponível em:

https://4783144a-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/raufscar/022.luisroberto.pdf?attachauth=ANoY7cqQKZ-i_GVHjssXztbBxkEulQuIjR7RSPUOb6fQos6MX3_8oC_hslI6FP1ducJLMb_ZBDYBi29owGWudCJmmybVvkKAST0ICeiXVUvBU0NDp_RZQ7XR-OP3EOvYmJcLPr5EAZNNRB6JBTrecPXDugK_qt7QODF7Hd3fT6DxOuPjhiiSidwfQ15ZYic5Npw8Joir_hd8Vt1KabM19xX-Z2CCe_9Sqpw%3D%3D&attredirects=0 Acesso em:

05.09.2011.

DIALOGOS E CONVERGÊNCIAS. *Carta de Salvador*. Disponível em:

<http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>. Acesso em: 14.03. 2011.

_____. *Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo:*

Relatoria/Memória Plenária FINAL (29.09.2011). Disponível

em: <http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>. Acesso em: 14.02.2012.

DIAS, Marcelo M.; DIESEL, Vivien. *A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica*. Extensão Rural (Santa Maria) v.5, n.1, p.31-45, 1999. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/07.pdf> Acesso em: 09.06. 2011.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Carta política*. Disponível em: <http://www.encontroagroecologia.org.br/> Acessado em: 10. 05. 2011.

ESCOBAR, Arturo. *La invención Del tercer mundo: Construcción y deconstrucción Del desarrollo*. Santafé de Bogotá, Editorial Norma, 2007.

FARIAS, Vital. Não jogue lixo no chão. In: VALLE. Rubinho do, e DUARTE, Claudia. *Verde Maravilha: Arte Brasileira Alternativa*, ABA, 2002, 1 CD, faixa 10.

FARHI NETO, Leon. *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

_____. *Concepções filosóficas ambientalistas: uma análise das diferentes perspectivas*. Ethic@, Florianópolis, v.5, n. 3, p. 33-56, Jul. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/24863> Acesso em: 12.10. 2009.

FEARNSIDE, Philip. 1999. *Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam*. *Environmental Management* 24(4): 483-495. Doi: 10.1007/s002679900248. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br> Acesso em: 19.03.2012.

_____. *A Usina Hidrelétrica de Belo Monte em pauta*. Entrevista a Conservation International do Brasil, 2011, p.4. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/01/18/a-usina-hidreletrica-de-belo-monte-em-pauta/> Acesso em: 21.03.2012.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: A árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

_____ e RENAULT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.

FIGUEIRA NETTO, Carlos Alberto de Moya; FRANCO, Hélio Costa de Barros e REZENDE, Paulo Fernando Vieira Souto. AHE Belo Monte: Evolução dos Estudos. *IN: Comitê Brasileiro de Barragens. XXVII Seminário Nacional de Grandes Barragens*, A06., 2007, Pará. Tópico temático-T102. Pará. Eletrobras, 2007. Disponível em: www.eletrobras.com/.../ContentManagementPlus/FileDownload.ThrS... Acesso em: 20.02.2011.

FOUCAULT, Michel. *crise da medicina ou crise da antimedicina*. Verve, São Paulo. v.18, p.167-194, 2010. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8646>. Acesso em: 14.05. 2011.

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979.

_____. Verité, pouvoir et soi. (entretien avec R. Martain, Université du Vermont, 25 de octobre 1982). Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, vol. IV, pp. 777-783, por Wanderson Flor do Nascimento. <http://www.luciano.com/michel-foucault/verdade-poder-e-si> Acesso em: 10.04. 2012

_____. *O que é a crítica*. 1990. Disponível em: <http://www.unb.br/tef/filoesco/foucault/>
Acesso em: 10.02. 2008.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

_____. “*Omnes et singulatim*”: para uma crítica da razão política. 2001. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/omnes.htm> Acesso em: 09.02. 2008.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France, (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Verdade, poder e si mesmo. In FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro. Forense, 2006, p. 294-300.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. Curso no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. *O poder psiquiátrico*. Curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

_____. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a

_____. *Segurança, território e população*. Curso no Collège de France (1977-1978), São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008c.

_____. A posição de Cuvier na História da Biologia. IN: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 2008e.

_____. Las desviaciones religiosas y El saber médico. In: FOUCAULT, M. *La vida de los hombres infames*. La Plata: Editorial Altamira, 2008f.

_____. Médicos, jueces y brujos em el siglo XVII. In: FOUCAULT, M. *La vida de los hombres infames*. La Plata: Editorial Altamira, 2008f.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petropolis, RJ: Vozes, 2009a.

_____. *História da sexualidade I: Vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.

_____. *El gobierno de si y de los otros*. Curso em el Collège de France (1982-1983): Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2009c.

_____. *El coraje de La verdad: El gobierno de si y de los otros II*. Curso em el Collège de France (1983-1984): Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2010.

_____. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). Organização de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

FLORIT, Luciano. *A reinvenção social do natural: Natureza e agricultura no mundo contemporâneo*. Blumenau, SC: Edifurb, 2004.

FREITAS, Mario. *Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa*. Revista Iberoamericana de Educação, n. 41, p. 133-147, Madri, Espanha, 2006.

FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Subjetividade e minoridade*. São Paulo Annablume, 1998.

GALLO, Sílvio. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GALVÃO, Eduardo. *Áreas culturais indígenas do Brasil 1900/1959*. Boletim do Museu Goeldi, n. 14, Antropologia. Rio de Janeiro, 1953.

GARFUNKEL, Jean e GARFUNKEL, Paul. *Filhote do filhote*. In: VALLE. Rubinho do, e DUARTE, Claudia. *Verde Maravilha: Arte Brasileira Alternativa*, ABA, 2002, 1 CD, faixa 2.

GERAQUE, Eduardo Augusto. *Perigo no ar*. In: Scientific American Brasil, n. 54, p. 86-90, SP, 2006.

GHIGNONE, Luciano Taques. *Manual ambiental penal: comentários à lei 9.605/98. Decisões judiciais...* Disponível em: <<http://www.mp.ba.gov.br/numa>>. Acesso em: 14 de abril de 2012.

GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: BECK, U., GIDDENS, A. & LASH, Scott. *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, p. 73-133, 1997.

GODOY, Ana. *A menor das ecologias*. São Paulo: Edusp, 2008.

GONÇALVES, Márcia Cristina Ferreira. *Filosofia da natureza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONZAGA, Luis. *Xote-ecológico*. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/xote-ecologico.html#ixzz28kcWwCq0> Acesso em: 10.03.2012.

GOODIE, J-A (2006). *The Invention of the Environment as a Legal Subject*. University of Murdoch: PhD dissertation. Disponível em: Murdoch University Digital Theses, <http://www.lib.murdoch.edu.au/> Acesso em 10.07. 2011.

GORAYEB, Inocência de Sousa. *Considerações sobre a problemática com insetos hematófagos vetores de doenças*. In SANTOS e HERNANDEZ. *Painel de especialistas*. 2009, p. 75-80.

GUIVANT, Julia. *Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip*. Ambiente e Sociedade, V. 6, n. 2 jul.-dez., p. 63-81, 2003.

HADOT, PIERRE. *O véu de Isis: Ensaio sobre a história da ideia de natureza*. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *Devastated environment will face long-term damage*. Financial Times, 29/12: 2. Londres, 2004.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HOFFMAN, Rodolfo. Distribuição da posse da terra no Brasil de acordo com as PNADS de 1992 a 1999. In: GASQUES, J. G. (Org.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2001.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. *AGRICULTURA ALTERNATIVA*. Disponível em: http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8GSJGH?opendocument&SKN=1 Acesso em: 22.02.2012.

JUSTIÇA FEDERAL. *Depoimento de Kuit Arara no Dossiê de cartas a José Antônio Muniz Lopes*. Processo 2001.39.00.005867-6/
_____. *Relatório do 1º Encontro dos Povos Indígenas da região da Volta Grande do Rio Xingu*. Processo 005867-6, 2001.39.00. Pará, 2002.

LANDIM, Maria Luiza P.F. *Ética e natureza*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2001.

LATUR, Bruno. *Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LAZZARATO, Mauricie. *Biopolítica: estrategias de gestión y agenciamentos de creación*. Bogotá: ediciones “Se cauto”, Fundación Comunidad 2006. Disponível em: <http://caosmosis.acracia.net/cat?=52> Acesso em: 21.03. 2009.

LE GOLF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEFF, Henrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEHER, Roberto *et al.* Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. In: OSAL. Buenos Ayres: CLASO, n.28, novembro, p.49-69, 2010.

_____. *Projetos em disputas, eleições e dilemas da reorganização das lutas sociais*. In: OSAL. Buenos Ayres: CLACSO, N. 29, maio, p. 93-107, 2011.

LEOPOLD, Aldo La ética de La tierra. In: VALDÉS, Margarita, M. *Naturaleza e valor: Uma aproximación a La ética ambiental*. México: Fondo de cultura Econômica, p. 25-44, 2005.

LENZI, Cristiano Luis. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LEROY, Jean Pierre. Longa história, demasiadamente curta: riqueza e desafio. In: *Avaliação da Rede PTA*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. p.03-47. (Documento 1).

_____. e ACSELRAD, Henri. Por avaliações sócio-ambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães e HERNANDEZ, Francisco del Moral. *PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009, p. 201-212.

Disponível

em: [http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf). Acesso em: 14/ 03/2012.

_____. e MALERBA, Julianna. (Orgs). *IIRSA, energia e mineração: ameaças e conflitos para as terras indígenas na amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

LIMA, Homero Luis Alves de. *Do-corpo-máquina ao corpo-informação: o pós-humano como horizonte biotecnológico*. Curitiba: Honoris causa, 2010.

LOBO, Lilia Ferreira Os infames da história. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Jose Sergio. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizonte antropológico*, vol.12, n.25, Porto Alegre, Jan./June, 2006. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en . Acesso em: 12.05. 2011.

LTEIF, Ana Paula Alves Silva Abou. *A Construção Social da agroecologia no assentamento Tapera, em Riacho dos Machados, MG*. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronomia) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MAB. Cartilha. *A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais pelos direitos e por soberania energética*. 2008.

MACHADO, Roberto *et al.* *A danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Xingu. UHE Belo Monte. Análise do Estudo de Impacto Ambiental. Povos Indígenas. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães e HERNANDEZ, Francisco del Moral. *PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009, p. 61-69. Disponível em: [http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf). Acesso em: 12.05.2012.

_____. Índios e barragens. In: LEROY, Jean Pierre e MALERBA, Julianna. (Orgs). *IIRSA, energia e mineração: ameaças e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: FASE, 2010, p. 33-51.

MANTEIGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*– Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1995.

MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: Do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MAUÉS, Olgaíses. *A Educação na contemporaneidade*. Universidade e Sociedade, DF, Ano XV, N. 37, 2010, p. 81-92.

MEDEIROS Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MELO, Maria Emília A. *Ações governamentais e não governamentais no desenvolvimento rural brasileiro: autonomia, conflito ou complementaridade?* Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1993.

MELLO NETO, João Cabral de. *Tecendo um amanhã. Poema*. IN: MELLO. *Educação pela pedra*. Rio de Janeiro: Alfaguara - Objetiva, 2008.

MIRANDA, Nuvia G. M. *et al. A estratégia de operações e a variável ambiental*. Revista de Administração. São Paulo: v. 32, n. 1, p. 58-67, jan./mar. 1997.

MOL, Arthur P.J. e SPAARGAREN, Gert. *Meio ambiente, modernidade e sociedade de risco: O horizonte apocalíptico da Reforma Ambiental*. Ilhéus, BA: Editus, 2003.

MOURA, Mauro Gomes de. *Manual Técnico do Licenciamento Ambiental com EIA-RIMA*. FEPAM, 2006.

MÜLLER, Geraldo - *Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo*. Estudos Avançados. vol.3 n.7, São Paulo, Sept./Dec. p. 109-136, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich. *Fragmentos finais*. Brasília: UNB, 2007.

O DIA depois de amanhã. Direção: Roland Emmerich. Produção: Roland Emmerich e Mark Gordon. EUA: Centropolis Entertainment, 2004, 1 DVD (124min).

O DIA que a terra não aguentou. Direção: John Lafia. Produção: Lisa Richardson. EUA, 2004, 1 DVD (100 min).

O Livro de Eli. Direção: Albert Hughes, Allen Hughes. Produção: Roderick Johnson, Andrew A. Koseve, Denzel Washington, Joel Silver. EUA: Sony Pictures, 2010. 1 DVD (118min).

OLIVIERI, Alejandro Gabriel. *A teoria da modernização ecológica: Uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos*. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciência Sociais. Universidade de Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Karina Lima. *O avanço do eucalipto no território do extremo sul da bahia: Recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural*. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal da Bahia, 2008.

PÁDUA, Jose Augusto. *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. (Org.) Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

_____. Um país e seus biomas: Ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. In: PÁDUA, Jose Augusto. *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. (Org.) Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 118-150.

ONU. *Declaração da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento*, 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf> Acesso em 10.01.2012.

_____. *Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável*, 2002. Disponível em: http://www.cgpp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/joanesburgo.pdf Acesso em 02. 02. 2010.

_____. *O futuro que queremos*. Disponível em: <http://tvmeioambiente.com.br/tvrio20/o-futuro-que-queremos-texto-integral-rascunho-zero-10012012/> Acesso em: 14. 04. 2012.

PALMEIRA, Moacir - *Modernização, Estado e questão agrária* -Estudos avançados. vol.3 n.7, p. São Paulo Sept./Dec. 1989.

PAINEL DOS ESPECIALISTAS. *Nota pública do painel de especialistas sobre A UHE Belo Monte Amazônia – Brasil*.2011. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/NOTA_Publica_Painel_4_de_fev_LI_BeloMonte1.pdf . Acesso em: 14/ 03/2012

PAIVA, Cláudio Cardoso de. Metodologia Científica, *Televisão e Ficção Seriada Quarta Parte* - As imagens como vetores da atração comunitária. 1995. Disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/paiva_claudio_metodologia_televisao_ficcao_seriada.html Acesso em: 05. 03.2012.

PASSMORE, John Actitudes hacia la naturaleza. In: VALDÉS, Margarita, M. *Naturaleza e valor: Uma aproximación a La ética ambiental*. México: Fondo de cultura Econômica, p. 263-280, 2005.

PEDRÃO, Fernando. O desenvolvimento regional sustentado na América Latina. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. & GMÜNDER, Ulrich. (Orgs). *Metropolis e desenvolvimento sustentável*. Salvador: ICBA, 1996, p. 15 – 37.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PIGNATARI, Décio. O paleolhar da televisão. In: NOVAES, Adauto. [et. al.] *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 487-492.

PINTO, Lúcio Flávio. *Hidrelétricas na Amazônia*. Adital, 2006. Disponível em: <http://www.adital.org.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=22590>. Acesso em: 05.02.2011.

PIRES, Mônica de Moura et al. *Manual para elaboração de trabalhos Técnico-científico*. Ilhéus, BA: Editus, 2006.

PONTES JR, Felício e BELTRÃO, Jane Felipe. Xingu, barragens e nações indígenas. In: SEVÁ, Oswaldo. (Org.) *TENOTÁ-MÕ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. 2005, p. 74-90. Disponível em: http://www.fem.unicamp.br/~seva/Tenota-Mo_caps1a3_pag92.pdf

PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida: De Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

PRADO Jr., Caio (1960). Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da. (Org). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, p. 15-85, 2000.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro *et al.* (Org.) *Ecoprotecionismo: comércio internacional, agricultura e meio ambiente*. Brasília: IPEA, 1994. 212 p. (Estudos de Política Agrícola. Relatórios de Pesquisa, 17).

PROCHNOW, Miriam (org.) *O que fazer quando uma hidrelétrica 'bate à nossa porta?* Janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/guia.asp> acesso em 09.02.2011.

KRÄUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. In: SEVÁ, Oswaldo. (Org). Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ, Oswaldo. (Org.) **TENOTÁ-MÓ**:Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 2005, p. 29-54. Disponível em: http://www.fem.unicamp.br/~seva/Tenota-Mo_caps1a3_pag92.pdf

_____. *Dom Erwin rebate crítica do Ibama à nota da CNBB contra a construção de Belo Monte*.

Fevereiro de 2010. Disponível em:

http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=45516&lang=PT Acesso em: 10.10.2011.

_____. *Belo Monte: o diálogo que não houve*. Carta aberta. Março de 2011. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/41745-belo-monte-o-dialogo-que-nao-houve-carta-aberta-de-dom-erwin-kraeutler>. Acesso em: 11 de maio de 2012.

RABINOW, Paul e ROSE, Nikolas. *O conceito de biopoder hoje*. In: Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais. n.24, abril de 2006. P. 27-57.

RAMOS, Alcida Rita. *Belo Monte: A crônica de um desastre anunciado*. In:

RANGEL, Ignácio. *Questão agrária brasileira*. Conselho do Desenvolvimento (Presidência da República), p. 57, 1961.

RAVENA, Nírvia. Ausência de estudos no EIA ligados à manutenção da vida das populações atingidas pela Hidrelétrica de Belo Monte. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães e HERNANDEZ, Francisco del Moral. *PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009, p. 48-52. Disponível em:

[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf). Acesso em: 12.05.2012.

_____. e TEIXEIRA, Eliana Franco. *Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola Direitos*. PONTO DE VISTA, Nº 10, outubro 2010, Rio de Janeiro. Disponível em:

http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01outubro2010.pdf. Acesso em: 05.05.2011.

RAZA, Olivier. *Avec Foucault près Foucault: Disséquer la société de controle*. Paris: L'Harmattan, 2008.

REDCLIF, M. *Development and the environmental crisis: Re dor Green alternatives?* Nova York: Methuen, 1984.

REIGOTA, Marcos. *O estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil*. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 2, n. 1 – pp. 33-66, 2007.

REVEL, Judite. Nas origens do biopolítico: De Vigiar e punir ao pensamento da atualidade. In: KOHAN, Walter Omar e GONDRA, José. (Orgs.) *Foucault, 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 51-61, 2006.

_____. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Berta G. *Diário do Xingu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIDAO, Jose Maria. *Sonhos possíveis*. Disponível em <http://www.miradaglobal.com/index.php>? Acesso em: 10.2.2011.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALGADO, F.G.A. e PALHARES, M. *O uso do Licenciamento Ambiental como recurso Gerencial*. In: Ambiente: Revista CETESB de Tecnologia; vol. 7, nº 1, p. 29-33, 1993.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. Meio Ambiente, verdade e governamentalidade. In: PULINO, Lúcia Helena e GADELHA, Sylvio. (Orgs.) *Biopolítica, escola e resistência: Infância para formação de professores*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

SANTOS, Silvio Coelho dos e NACKE, Aneliese. (Orgs) *Hidrelétricas e povos Indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial, 2003.

SANTOS. Claudia Santana. *Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em Comunidades tradicionais no extremo sul baiano*. ANPPAS, 2012. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_jose_caetano.pdf Acesso em 03.03.2012.

SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães e HERNANDEZ, Francisco del Moral. **PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. 2009. Disponível em: [http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%200\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%200(3).pdf). Acesso em 12.05.2012

_____, MARIN, Rosa Azevedo e CASTRO, Edna. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães e HERNANDEZ, Francisco del Moral. **PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. 2009. Disponível em:

[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf). Acesso em: 12.05.2012.

SANTUARIO, Armando Alcántara. Educación, poder y biografía: Entrevista a Carlos Alberto Torres. Revista Electrónica de Investigación Educativa. Vol. 2, No. 1, 2000. Disponível em: <http://www.ses.unam.mx/integrantes/alcantara/publicaciones/Entrevista.pdf> Acesso em: 10.02.2008.

SÃO PAULO. Secretária de Meio Ambiente. Entendendo o Meio Ambiente. Volume I. - Tratados e Organizações Internacionais em matéria de Meio Ambiente. São Paulo: SMA, 1997. Disponível em: http://www.pick-upau.org.br/mundo/entendendo_meio_ambiente/entendendo_meio_ambiente.htm Acesso em 02.05.2012.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. Revista de Educação Pública, vol. 10, jul/dez, 1997. Disponível em: <http://cgi.ufmt.br/revista> Acesso em: 10.03.2012.

SCOTTO, Gabriela. Grandes projetos hidrelétricos. In: LEROY, Jean Pierre e MALERBA, Julianna. (Orgs). *IIRSA, energia e mineração: ameaças e conflitos para as terras indígenas na amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: FASE, 2010, p. 21-51.

SCHNAIBERG, A. *Reflections on my 25 years before the mast of the environment and technology sections*. Organizations & Environment. 15 (1): 30-41, 2002.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. *Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos*. Encontro da ANPPAS, maio 2004. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/profseva/anppas04_textoSeva_desfigura_licen_pdf2.pdf. Acesso em: 10.02.2012

_____. Povos indígenas, as cidades e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ, Oswaldo. (Org.) *TENOTÁ-MÕ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. 2005, p. 29-54. Disponível em: http://www.fem.unicamp.br/~seva/Tenota-Mo_caps1a3_pag92.pdf Acesso em: 03.02.2012

SERRA, Maurício e MORAES, Gustavo Inácio de, *A importância e a atualidade do pensamento de E. F. Schumacher*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 1019-1040, nov. 2005.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SIGAUD, Lygia. A política “social” do setor elétrico. Revista Semestral do Departamento de Sociologia da UnB. Brasília: Vol. IV, n. 1, jan/junho de 1989.

_____. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: O caso das Grandes Barragens. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Ano VII, n. 18, fevereiro de 1992.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILVA, R. & BRAVO, M. A. M. P. *Comércio e meio ambiente*. Revista do BNDES. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 113-128, jun. 1994.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. & GMÜNDER, Ulrich. (Orgs). *Metropolis e desenvolvimento sustentável*. Salvador: ICBA, 1996.

SILVA, José Graziano da, *O novo rural brasileiro*. Campinas, Unicamp/IE, 1999.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires de, e PINTO JR., Helder Queiroz. Investimentos em infraestrutura no Brasil: desafios e perspectivas. In: VELLOSO, João Paulo Reis. (Org). *A crise Mundial e a nova agenda de crescimento*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999, p. 372-406.

SWITKES, Glenn e Sevá, Oswaldo. RESUMO EXECUTIVO. In: SEVÁ, Oswaldo. *TENOTÁ MÔ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. 2005, p.13-26. Disponível em: http://www.fem.unicamp.br/~seva/Tenota-Mo_caps1a3_pag92.pdf Acesso em: 12.05.2011.

TEICHERT, Pedro C.M. *Revolución econômica e industrialización em América latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1961.

TEIXEIRA, Renato. Irmãos da lua. In: VALLE. Rubinho do, e DUARTE, Claudia. *Verde Maravilha: Arte Brasileira Alternativa*, ABA, 2002, 1 CD, faixa, 12.

TOURAINÉ, Alain. *Como sair do liberalismo?* Bauru, SP: EDUSC, 1999.

TELLES, André. *O que é agroecologia e agroextrativismo*. 2011. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/tabid/673/Default.aspx> Acesso em: 10.05.2011.

TURCHERMAN, Ieda. Michel Foucault, hoje ou ainda: Do dispositivo de vigilância ao dispositivo de intimidade. In: QUEIROZ, André, NINA, Velasco e Cruz (Orgs.) *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7Letras, p. 108-118, 2007.
_____. *O corpo transparente: dispositivos de visibilidade e mutações do olhar*. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p. 1-17, julho/dezembro 2008.

ULLOA, Astrid. *A ecogovernamentalidade e suas contradições*. ECOPOLÍTICA, n. 1 2011, p. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7655/5738>. Acesso em: 12.02.2012.

UNESCO. *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014*: documento final plano internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf> Acesso em: 13.03. 2011.

VAINER, Carlos B. *Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais*. ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, V. 21 (59), p. 119-137, 2007.

_____. Extraído d'O conceito de atingido. Uma revisão do debate e diretrizes. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães e HERNANDEZ, Francisco del Moral. *PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. 2009, p. 201-212. Disponível em: [http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20BAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20BAMA_online%20(3).pdf) Acesso em: 14/ 03/2012.

VALLE, Rubinho do, e DUARTE, Claudia. *Verde Maravilha: Arte Brasileira Alternativa*, ABA, 2002, 1 CD.

_____. A fauna e a flora In: VALLE, Rubinho do, e DUARTE, Claudia. *Verde Maravilha: Arte Brasileira Alternativa*, ABA, 2002, 1 CD, faixa 11.

VASCO, Ana Paulo. ZAKRZEWSKI, Sônia Beatris Balvedi. *O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil*. Perspectiva, Erechim. v.34, n.125, p. 17-28, março/2010.

VAZ, Paulo. *Utopia Controle*. Disponível em: <http://www.angelfire.com/mb/oencantador/paulovaz/INDEX.html>, Acesso em: 20.08.2010.

VEIGA NETO, Alfredo José da. *A ordem das disciplinas*. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1996.

_____. *Governo ou Governamento*. Currículo sem Fronteiras, v.5, n.2, pp.79-85, Jul/Dez2005. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf> Acesso em: 10.08.2011.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 2008.

_____. **Foucault: O pensamento, a pessoa**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

WALL-E. Direção: Andrew Stanton. Produção: Jim Morris. EUA: Pixar Animation Studios, 2008, 1 DVD (108 min).

WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WEALE, Albert. *The new Politics of Pollution*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1992.

WEID, J. M. *A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. Proposta: experiências em educação popular*, Rio de Janeiro, n.36, p.02-07, jan., 1988a.

_____. AS-PTA: *transformação ou continuidade do PTA-FASE? Alternativas: Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, p. 07-08, jun., 1991a.

WEIS, José. *O fim do futuro 30 anos depois*. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/mai06/ideias.asp> Acesso em: 10.02.2012.

VALLE. Rubinho do, e DUARTE, Claudia. *Verde Maravilha: Arte Brasileira Alternativa*, ABA, 2002, 1 CD, faixa 9.

XANGAI. (AVELINO, Eugênio.) e CAPINAM, Jose Carlos. Qué qui tu tem Canário.

In:

ZHOURI, Andréa. *Belo Monte: Crise do Sistema Ambiental e da Democracia*. Seminário - A Hidrelétrica de Belo Monte e a Questão Indígena. UnB, 7 de Fevereiro de 2011.